

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO**

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO
(1967-1973)**

RENATO DA SILVA DELLA VECHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Baquero

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2005

Dissertação defendida e aprovada, em 26 de agosto de 2005, pela
banca examinadora constituída pelos professores:

.....
Prof.^a Dr^a Jussara Reis Prá

.....
Prof^o Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles

.....
Prof^o Dr. Aloísio Ruscheinsky

Agradecimentos

É costume que, de forma geral, os trabalhos sejam dedicados àquelas pessoas que de uma forma ou outra contribuíram com seu autor, seja na elaboração, digitação, crítica e relações pessoais. Nesse caso, também sou devedor de agradecimentos a muitas pessoas que contribuíram de alguma forma. Por menor que possa parecer cada contribuição dada, com certeza foi importante no resultado final. E com certeza sou muito grato a cada um individualmente. Se fosse citar um a um, correria o risco de esquecer nomes e fazer injustiça. Gostaria, portanto, que todos que colaboraram com este trabalho, saibam de minha gratidão.

No entanto, dedico este trabalho àqueles que são a própria razão da sua existência. Aqueles que de uma forma ou outra foram o próprio objeto de estudo em questão. Considero que não só eu, mas que minha geração possui uma dívida de gratidão para com aqueles que enfrentaram o autoritarismo e o obscurantismo, defendendo ideais humanistas e com isto colocando suas próprias vidas em risco.

Aos que sobreviveram à dor de enfrentar o suplício físico, mas também a dor de conhecer a degradação da condição humana. Talvez pior do que a dor física, seja a dor de sabermos que pessoas podem chegar a perder a condição humana e embrutecer-se de tal modo que os animais, mesmo os irracionais, colocam-se em uma situação superior. Como Rousseau já pensava, a partir de seu conceito de “bom selvagem”, a racionalidade que diferencia os homens dos animais leva o homem a se corromper, o que não acontece no mundo animal.

Aos que morreram de forma brutal, mas com dignidade, nas prisões clandestinas ou nas chamadas “casas da morte”. Que entre a vida e a integridade preferiram a segunda, pois, segundo Mário Alves, “o delator pode ganhar a vida, mas perde a razão de viver”.

Aos que se separaram dos entes queridos, separações doloridas e muitas vezes definitivas. Que colocaram os ideais coletivos muito acima das vontades e desejos próprios.

Aos que ficaram mutilados física e mentalmente, mas que ainda hoje teimam em buscar um sentido positivo para a militância social, em resgatar a essência da vida.

Aos que resistiram de formas diversas. Que embora não concordassem com a opção da luta armada, mesmo assim arriscaram suas vidas, empregos e famílias para ajudar a proteger aqueles que não tinham onde se refugiar.

Aos que fraquejaram e muitas vezes não conseguiram desempenhar o papel idealizado que os outros e eles mesmos esperavam. Há que se entender que, em geral, muitas vezes enfrentava-se muito mais do que a condição humana podia aceitar. Que os homens foram feitos para a vida e a liberdade, não para a dor e o suplício.

Aos que lutaram e lutam hoje para a construção de uma sociedade fraterna, justa e igualitária.

Aos que não têm certeza quanto à validade de suas ações ou aos que têm dúvidas se valeu a pena, não esqueçam das palavras de Antônio Prestes de Paula poucos dias antes de sua morte

Eu abandonei tudo pela minha causa, joguei a família para cima, emprego, joguei tudo, mas não me arrependi porque eu acho que as pessoas não devem se arrepender daquilo que fazem, no sentido de que eu não lutei por nada que não fosse digno e sacrifiquei tudo no altar do patriotismo, da revolução, da transformação social, da construção de uma nova sociedade (Entrevista de Antônio Prestes de Paula para Aparecido Dias no final de 2004).

SUMÁRIO

Sumário.....	06
Abreviatura e Siglas.....	08
Resumo.....	12
Abstract.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
Formulando o problema.....	15
Justificativa e Relevância.....	17
Metodologia.....	19
1. QUADRO TEÓRICO.....	25
1.1. Algumas abordagens sobre partidos políticos.....	25
1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva marxista.....	29
2. O surgimento e o papel do PCB na história política brasileira.....	44
3. Golpe de 1964: Algumas possibilidades de explicação sobre seu significado histórico.....	56
4. A cisão do Partido Comunista Brasileiro e o surgimento do PCBR.....	78
5. PCBR: História e Estórias.....	85
6. O PCBR e a Questão de Gênero.....	209
CONCLUSÃO.....	218
Referências	225
Revistas e Jornais.....	240
Documentos do PCBR.....	246

Relação de cartas pessoais apreendidas pela repressão.....	253
Relação de jornais do PCBR.....	254
Locais onde os documentos foram coletados.....	256
Pessoas entrevistadas para a pesquisa sobre o PCBR.....	257
ANEXOS.....	259
Anexo I Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia.....	260
Anexo II - A Organização Independente da Massa (OIMs).....	264
Anexo III - Codinomes de Dirigentes e Militantes do PCBR.....	270
Anexo IV - Relação da Composição dos Comitês Centrais do PCBR.....	274
Anexo V - Militantes do PCBR Assassinados.....	276
Anexo VI - Às Mulheres Brasileiras.....	278
Anexo VII - Carta de Arrependimento de Gersino Saraiva Maia.....	280
Anexo VIII - Documento do PCBR estabelecendo as diferenças com o Coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária que irá criar a ALN	284
Anexo IX - Carta de Dilma Alves para a mulher do cônsul Alúcio Gomide seqüestrado pelos Tupamaros no Uruguai.....	286
Anexo X - Número de processos envolvendo organizações de esquerda 1968 a1972.....	288
Anexo XI - Linha Política do PCBR (Abril/1968) O Caráter da Revolução Brasileira.....	290
Anexo XII - Relação de Fotografias a respeito do PCBR.....	318

ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	– Ato Institucional
ALA	– Ala Vermelha
ALN	– Aliança Libertadora Nacional
ANL	– Aliança Nacional Libertadora
AP	– Ação Popular
BA	– Bahia
CC	– Comitê Central
CE	– Ceará
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina
CIA	– Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos)
COLINA	– Comando de Libertação Nacional
CORRENTE	-- Corrente Revolucionária de Minas Gerais
CPM	– Comando Político Militar
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DCE	– Diretório Central de Estudantes
DF	– Distrito Federal
DI	– Dissidência
DI-DF	– Dissidência do Distrito Federal
DI-GB	– Dissidência da Guanabara
DOI/CODI	– Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	– Departamento de Ordem Política e Social
ES	– Espírito Santo

EUA	– Estados Unidos da América
FALN	– Forças Armadas de Libertação Nacional
FBT	– Fração Bolchevique Trotskista
FLN	– Frente de Libertação Nacional
FLNE	– Frente de Libertação do Nordeste
FREP	– Frente Revolucionária Popular
FUEC	– Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
GB	– Guanabara
GO	– Goiás
GPR	– Governo Popular Revolucionário
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	– Internacional Comunista
IPES	– Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	– Inquérito Policial Militar
MA	– Maranhão
MAR	– Movimento de Ação Revolucionária
MCR	– Movimento Comunista Revolucionário
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MEL	– Movimento Estudanti Libertário
MG	– Minas Gerais
MOLIPO	– Movimento de Libertação Popular
MR8	– Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-26	– Movimento Revolucionário 26 de março
MRM	– Movimento Revolucionário Marxista

MRT	– Movimento Revolucionário Tiradentes
M3G	– Marx, Mão, Marighela e Guevara
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	– Operação Bandeirantes
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIM	– Organizações Independentes de Massas
OLAS	– Organização Latino-americana de Solidariedade
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PA	– Pará
PB	– Paraíba
PC	– Partido Comunista
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PCBR	– Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR	– Partido Comunista Revolucionário
PCRA	– Partido Comunista Revolucionário Argentino
PCUS	– Partido Comunista da União Soviética
PE	– Pernambuco
PI	– Piauí
POC	– Partido Operário Comunista
POLOP	– Política Operária
PORT	– Partido Operário Revolucionário Trotskista
POSDR	– Partido Operário Social Democrata Russo
PR	– Paraná

PRT	– Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	– Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular
RJ	– Rio de Janeiro
RN	– Rio Grande do Norte
RS	– Rio Grande do Sul
SP	– São Paulo
UC	– União de Comunistas
UDN	– União Democrática Nacional
UNE	– União Nacional de Estudantes
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	– Universidade de São Paulo
USAID	– United States Aid For Development
VAR	– Vanguarda Armada Revolucionária
VAR-P	– Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	– Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

Este trabalho busca resgatar a origem e história de uma das organizações de esquerda que surgiu no período de 1968 a partir das dissidências dentro do Partido Comunista Brasileiro. Inúmeras organizações irão surgir nesse período, sendo que a maioria das mesmas irá aderir ao processo de luta armada contra o regime militar. Entre as diversas diferenças políticas e ideológicas entre elas, uma se destacava: a manutenção de uma estrutura de partido ou a criação de organizações sem estrutura de partido e com liberdade de ação por parte dos comandos militares da organização. O fundo dessa discordância era proveniente da influência da Revolução Cubana entre os militantes de esquerda na América Latina através da Teoria do Foco, onde a ação de partido era considerada desnecessária. Por outro lado, também é fruto da retomada dos debates sobre concepção de partido revolucionário e a relação dos partidos com os movimentos de massas, debate presente no pensamento marxista europeu durante toda a primeira metade do século XX. O PCBR buscou aliar a concepção leninista de partido com as posições de defesa da autonomia do movimento de massas frente aos partidos, concepção defendida pela marxista alemã Rosa Luxemburgo. O trabalho, portanto, busca estudar o contexto em que este debate se realizou na esquerda brasileira durante o período militar. Por fim, o presente estudo buscou também contribuir com a reconstituição histórica de alguns fatos relevante relacionados à ação política do PCBR durante o período militar.

ABSTRACT

This work intends to rescue the origins and history of one of the political left organizations that has emerged in the 1968 period throughout the dissidences inside the Brazilian Communist Party. Several organizations would surge in this period, being that the great majority would engage into the armed fights against the military regime. Among the several political and ideological differences between them, one took attention: the supporting of a party structure of the creation of organizations without a selfed party structure, fact which provided liberty of acts in relation to the military commands organization. This dissonance roots were provenient from the Cuban Revolution influence among the left-sided militants in Latin America, through the *Focus Theory*, in which the party action was considered not necessary. On the other hand, it is also result of the debate resurgence on the revolutionary party conception and the interaction and relation between the parties and the mass movements presented in the European Marxist thought throughout the 20 century first half. The PCBR tried to make an alliance between the leninist party conception with the positions which defended the mass movement autonomy in relation to the parties, conception defended by the german marxist Rosa Luxemburgo. The work, therefore, intends to study the context in which this debate took place in the brazilian political left through the military period. Finally, the present study also tries to contribute with the historical reconstitution of some relevant facts related to the PCBR during the military period.

INTRODUÇÃO

A bibliografia que existe sobre o período militar, e mais precisamente sobre as organizações de esquerda deste período, é bastante limitada. Não tanto na quantidade, mas fundamentalmente quanto ao tipo de abordagem que são trabalhadas. Procuraremos identificar alguns tipos principais de abordagens da bibliografia disponível.

Um primeiro tipo são as obras que procuram traçar um panorama geral da esquerda no Brasil. Pela complexidade do assunto, normalmente essas obras apresentam um certo “mosaico” das organizações, sem nenhum tipo de profundidade, salientando apenas as linhas gerais das concepções e as principais ações desenvolvidas (Ozai, s.d.).

Um segundo tipo, parecido com o primeiro, é a reprodução de documentos da época. Embora importante por constituir-se resgate histórico de todo um período, normalmente eles vêm sem nenhuma explicação mais detalhada do contexto específico vivido. Da mesma forma não localiza as divergências não só com outras organizações como também internamente (Reis, 1985).

O terceiro tipo de material existente são as biografias e autobiografias. Normalmente tratam de pessoas que são colocadas em pedestais, em que os equívocos próprios de todo ser humano não aparecem. Sem falar das autobiografias que mais parecem uma autopromoção que uma análise sobre um determinado período da nossa vida política. Algumas delas ainda têm a característica de abarcar um período pequeno ou poucas experiências vividas por militantes do período (Sirkis, 1980,1981; Gabeira, 1981).

Outro tipo de análise é aquela que se prende a um aspecto específico, como por exemplo, vida na prisão; mulheres e ditadura militar; exílio, juventude e repressão etc. (Rosenberg, 1999; Valle, 1999; Ferreira, 1997).

São raras as obras que buscam analisar uma organização política de forma integral. As poucas existentes também confundem-se com relatos autobiográficos ou limitam-se às organizações mais fortes do período, como AP, PCB, PC do B e ALN. Das poucas exceções, destaca-se o livro “Combate nas Trevas”, de Jacob Gorender, que consegue realizar uma análise das concepções de fundo das diversas organizações do período, bem como o livro “O Fantasma da Revolução Brasileira”, de Marcelo Ridenti.

FORMULANDO O PROBLEMA

O presente estudo sobre o PCBR visa resgatar a origem, trajetória, concepções políticas e ação prática dessa organização. Um resgate que não leve em conta apenas as definições e “linhas oficiais”, mas que também dê conta de analisar as contradições inerentes a um tipo de organização que buscou romper o autoritarismo presente no projeto da grande maioria das organizações de esquerda (notadamente o autoritarismo proveniente daquele período denominado stalinista). Como sabemos, todo processo de rompimento também conserva algo daquilo que busca superar. Queremos identificar se e até que ponto o rompimento teórico gerou uma nova cultura nas relações internas e na relação desta organização com os demais movimentos sociais.

Gostaríamos de fazer uma ressalva que nos parece importante. Quando falamos em autoritarismo nas organizações de esquerda, precisamos não confundir com disciplina. Hoje torna-se corrente muitas vezes confundir uma coisa com outra. No entanto, durante períodos de repressão política a falta de disciplina por parte dos militantes pode significar, em alguns casos, sua própria vida, bem como de outras pessoas a eles ligados. Quando falamos em autoritarismo referimo-nos fundamentalmente a uma relação de dominação que muitas vezes ocorria entre direção e base das organizações, bem como entre as mesmas e os movimentos sociais e de massas. No entanto, procuraremos ter o cuidado de contextualizar a época para avaliarmos até que ponto a centralização era fruto de uma relação autoritária ou se era uma necessidade de sobrevivência política.

Neste contexto, insere-se um conjunto de debates bastante ricos no período examinado. Por exemplo, chama atenção a discussão sobre o direito à maternidade por parte das mulheres que viviam em uma situação de clandestinidade e, conseqüentemente, em condições bastante precárias. Até que ponto a necessidade de preservação dos militantes de uma organização política poderia se sobrepor a uma vontade individual (no caso, de ser mãe). Até que ponto a opção pela clandestinidade era uma necessidade ou era uma forma dos militantes se auto-afirmarem? Em entrevistas já feitas, identificamos também situações em que não havia necessidade da clandestinidade, mas um certo “status” dentro das organizações levou alguns jovens a buscá-la.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Este trabalho busca contribuir para o resgate de uma parte ainda não conhecida de nossa história, bem como busca refletir sobre a questão da democracia nas organizações políticas, tema atual e relevante frente a inúmeros problemas desta ordem que se multiplicam em diversos tipos de organizações políticas, sejam elas partidárias, sindicais, ou organizações não governamentais (ONGs).

Para aqueles que avaliam que este é um tema já ultrapassado, gostaríamos de justificar seu estudo. Entendemos que, para além do resgate histórico, por si só importante, certas questões não estão definitivamente resolvidas em nossa sociedade.

A América Latina é um continente que se caracterizou, principalmente no século XX, por sucessivas intervenções militares nos governos constituídos. Via de regra, patrocinadas pelo governo norte-americano a partir de interesses econômicos muito bem definidos. No século passado, tivemos mais de 100 golpes militares deste tipo em nosso continente. Nada nos assegura que este ciclo tenha acabado. Ao contrário, sabemos que mais do que nunca a Amazônia torna-se alvo de cobiça do capital transnacional. A “preocupação” com o narcotráfico colombiano, por parte de um país que exporta, sem restrições, éter e produtos químicos para o refino da coca, é, no mínimo suspeita. O deslocamento de tropas norte-americanas para os países amazônicos também é um dado preocupante.

Paralelo a esta situação, percebemos um crescente autoritarismo por parte dos governos constituídos em nosso continente. Na realidade, verdadeiros “golpes brancos”, em que questões constitucionais são deixadas de lado em

função de interesses de grupos que detêm o poder. A corrupção alastra-se de forma rápida e sem que a sociedade consiga controlá-la. Este processo todo tem como pano de fundo a dinâmica da globalização, na qual somente o capital é globalizado gerando, com isto, uma violenta concentração de renda. O Brasil, neste contexto, ocupa o desonroso 2º lugar no mundo no que diz respeito às desigualdades de renda e salário. Segundo dados da própria ONU, 1/3 de nossa população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com uma renda per capita inferior a um dólar/dia. Possuímos, portanto, um verdadeiro exército de miseráveis (Pochmann, 2003).

Este conjunto de fatores faz com que as preocupações com os períodos autoritários do passado não possam ser consideradas já superadas. Ao contrário, um país onde os partidos políticos nacionais, ao longo de sua história, têm pouco mais de 40 anos de vida legal sem os entraves das ditaduras, não pode ser considerado um país onde a democracia esteja consolidada. Nesse aspecto, nos diferenciamos muito de países como Argentina, Chile e Uruguai que possuem uma estrutura partidária de mais de um século e uma população que ainda se identifica partidariamente. Embora se constate que na última década a identidade partidária venha se reduzindo significativamente nesses países, ainda são superiores ao caso brasileiro (Baquero, 2000).

Se no Brasil o período da ditadura foi “varrido para baixo do tapete”, o mesmo não aconteceu em outras nações. Na Argentina, os ditadores foram para a cadeia. No Chile, presenciamos todos os conflitos que envolveram a sociedade chilena na polêmica relacionada à prisão de Pinochet. No entanto, no Brasil, mesmo com o governo Lula, somente agora os familiares de desaparecidos políticos poderão ter acesso a documentos do exército, embora controlados.

Mesmo assim, atenção a afirmação do Ministro da Defesa de que esses importantes papéis tinham sido destruídos (afirmação que nunca foi comprovada através de documentação oficial). Como vemos, neste período histórico, há uma lacuna de informações que precisam ser resgatadas. A todo momento, surgem novas informações, como a apresentada no livro de Élio Gaspari (2004), de que o próprio Geisel sabia das torturas e de certa forma foi conivente, embora durante muito tempo a história oficial tenha negado esta afirmação. Neste sentido, consideramos que a pesquisa desenvolvida nessa dissertação tem um papel a cumprir. Tanto no resgate de nosso passado, como também no entendimento de um conjunto de questões que ainda hoje são atuais no debate político contemporâneo.

METODOLOGIA

Este trabalho acumulou informações a respeito deste tema. Possuímos o conjunto de documentos que o PCBR elaborou ao longo de sua vida partidária, como também entrevistamos trinta ex-militantes deste agrupamento. A partir das entrevistas e de outros materiais impressos, estamos com uma lista de mais de noventa nomes de ex-militantes que tiveram algum papel no processo de organização do PCBR. Alguns destes já localizados e outros ainda por serem localizados. Possuímos uma quantidade muito grande de material bibliográfico (textos; revistas; artigos; livros, etc) que nos possibilitou encontrar valiosas informações para o desenvolvimento da problemática proposta. Paradoxalmente,

esse enorme volume de informações também trouxe problemas à pesquisa na medida em que dificultou a seleção das informações mais importantes.

A importância desta pesquisa situa-se no marco da organização de documentos e informações que hoje se encontram dispersos. Da mesma forma, a maioria dos ex-militantes, que tiveram um papel destacado neste período, já se encontram em idade relativamente avançada, o que dificulta a reconstituição oral baseada apenas na memória dos envolvidos, eis que em função da vida clandestina, muitas informações nunca foram anotadas, como por exemplo, os nomes de pessoas que compuseram as direções políticas das organizações. As entrevistas, portanto, terão uma importante contribuição no sentido do resgate histórico de muitas situações e acontecimentos que não são de conhecimento público e, de alguma forma, constituem parcela fundamental do passado recente desta nação. Ao que nos consta, este é o primeiro trabalho específico sobre esta organização política que, de alguma forma, contribuiu para um debate importante sobre a polêmica histórica dentro do marxismo entre os “leninistas” e “autonomistas”.

No que se refere às entrevistas feitas, cabe abordarmos os critérios utilizados. A partir de informações públicas sobre a história da esquerda no Brasil, identificamos alguns personagens centrais na construção do PCBR. Algumas já estavam mortas, outras ainda não. Em relação a alguns dos nomes que identificamos, não tínhamos nenhuma idéia sobre a situação atual em que se encontravam (se estavam vivos, onde moravam, etc). Em relação a outros identificados, alguns já eram conhecidos como Apolônio de Carvalho (fundador do PT – inscrição número 1 - e pessoa bastante conhecida no Rio de Janeiro); Jacob Gorender (escritor que vinha publicando livros regularmente e conhecido nos

meios acadêmicos) e Bruno Maranhão (membro da Direção Nacional do PT). Outros ainda eram conhecidos através de bibliografia sobre o período, mas não sabíamos onde encontrá-los (o caso de Álvaro Caldas que tinha publicado um livro sobre sua experiência dentro do PCBR e de Elinor Brito, líder estudantil em 1968 no Rio de Janeiro). Esses nomes foram localizados através dos sistemas de busca na Internet. Outros nomes foram identificados através de documentos encontrados no DOPS/PE; no Arquivo Brasil Nunca Mais (Unicamp) e no Arquivo Público do Paraná. Conforme novos nomes eram relacionados à história do PCBR, seja através de informações provenientes de arquivos públicos como a partir de ex-militantes que iam sendo contatados e revelavam novas informações e contatos, continuávamos a busca através de informações que pudessem nos colocar em contato com os mesmos ou busca via internet. Aproximadamente duzentas (200) pessoas foram identificadas. Destas, algumas não sabemos se estão vivas e/ou onde estão morando. Outras foram identificadas, mas não tivemos condições de contatá-las. Seja porque não responderam aos e-mails mandados, seja porque quando estivemos nos estados onde moravam não conseguíamos contatá-las (alguns estavam viajando, outros hospitalizados, etc). Alguns dos ex-militantes que foram exilados se estabeleceram no exterior e não mais voltaram ao país. Outros ainda estão morando em estados e/ou municípios que não tivemos condições de deslocamento (Ceará, Mato Grosso, Mossoró/RN, Jequié/BA; interior do Paraná, interior de São Paulo, etc).

Além das 30 entrevistas feitas diretamente com ex-militantes, também nos valem de entrevistas que os mesmos deram para outras pessoas e ou órgãos de imprensa e livros (Theodomiro Romeiro dos Santos, Rubens Alves, Nancy Mangabeira, Romeu Bertol, Jorge Medeiros do Valle e outros).

Mesmo junto aos ex-militantes que entrevistamos diretamente, também nos municiamos de entrevistas que os mesmos deram a outras pessoas e ou órgãos de imprensa em outros momentos (Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Prestes de Paula, Marcelo Mário de Mello, Bruno Maranhão, etc).

Como não possuíamos as condições financeiras ideais para deslocamentos, alguns nomes importantes não foram entrevistados, seja em função de dificuldade de deslocamentos seja porque não conseguimos localizá-los a tempo.

O roteiro das entrevistas era padronizado. Solicitávamos ao depoente que fizesse um histórico de sua militância e da relação que tinha estabelecido com o PCBR. Também pedíamos uma avaliação final sobre a atuação no período e como eles relacionavam o projeto inicial da organização e o desdobramento prático da luta política no período. Além dessas questões mais gerais, em cada caso procurávamos identificar as informações específicas sobre a atuação daquele ex-militante, seja em função da região em que atuava, tipo de atuação e papel desempenhado dentro da organização.

Conforme o “quebra-cabeça” ia se montando, identificávamos informações que nos faltavam. Em alguns casos conseguimos retomar contatos via internet ou telefonemas, em outros casos não. De qualquer forma, mesmo com o trabalho já concluído, ainda estamos descobrindo novos elementos que compõem a história do PCBR bem como contatos com pessoas que não tínhamos por ocasião da construção do mesmo. Nesse sentido, entendemos que essa primeira versão, se divulgada entre os ex-militantes que possuímos contato, nos trará novas informações que poderão ser acrescentadas em um segundo momento.

Quanto à distribuição dos capítulos, para que pudéssemos alcançar

os objetivos propostos, a dissertação ficou estruturada em 6 (seis). O capítulo 1 estabelece o marco teórico. Desenvolvemos algumas concepções sobre a perspectiva pela qual os partidos políticos podem ser estudados e a partir dessa introdução geral buscamos analisar o modelo ideológico de partido, notadamente a concepção marxista de partido e o debate que se estabeleceu entre alguns de seus principais dirigentes internacionais sobre o que diz respeito à concepções sobre partido. O segundo capítulo aborda o papel que o Partido Comunista Brasileiro cumpriu na história política brasileira. Analisa suas vitórias e derrotas, acertos e erros que levaram à dissensões internas. Já o terceiro capítulo busca trazer algumas possíveis explicações sobre o significado histórico do golpe militar de 1964 e as conseqüências do mesmo para as organizações de esquerda na época. O Quarto capítulo aborda as diferentes cisões que surgirão no Brasil em relação ao PCB, as diferentes concepções de luta política que também levarão à construção de diferentes formas organizativas e programas para enfrentar o estado militar que se instalou no Brasil. Trabalha de forma particularizada o surgimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), motivo central do próprio trabalho que estamos elaborando. O quinto capítulo é o mais longo e busca reconstituir historicamente a trajetória do PCBR durante seu surgimento (1967) até o momento em que sua direção é desarticulada e passa não mais a existir enquanto estrutura organizativa dentro do Brasil (1973). Embora bastante longo, optamos em não desdobrá-lo para evitar a fragmentação de seu conteúdo. O último capítulo, embora pareça um pouco “deslocado” do conjunto do trabalho, procura analisar as relações interpessoais entre os militantes, notadamente o tratamento que era dado ao debate sobre gênero, além de também buscar analisar outras questões como relações amorosas dentro de

um contexto de clandestinidade e relações familiares dentro de um ambiente adverso fruto da forte repressão política e de um grande despreendimento para a militância por parte dos militantes de esquerda nesse período. Por fim, além da conclusão, também buscamos resgatar em anexo alguns documentos que julgamos importantes para a compreensão de alguns fatos e do projeto político do PCBR, além de fotografias de militantes que atuaram no período e que esse trabalho, em algum momento, buscou situar a militância dos mesmos.

CAPÍTULO 1 - QUADRO TEÓRICO

1.1. Os Partidos Políticos

Discutir a contribuição do PCBR à Ciência Política nos remete a um debate sobre conceituação de partidos políticos, democracia e marxismo. Portanto, procuraremos analisar os dados a partir dessa perspectiva teórica.

A definição sobre o conceito de partidos, por si só, já consiste num tema muito amplo. Diversas abordagens diferentes são feitas no que se refere a esta temática. Dentro de cada abordagem, identifica-se diversas discussões e/ou definições sobre partidos, as quais não podem ser consideradas falsas ou verdadeiras em si mesmas. Dependendo do que se busca explicar, uma ou outra abordagem poderá ser adequada e poderá produzir respostas mais abrangentes.

Em linhas gerais, poderíamos dizer que as principais abordagens da ciência política também produzem elaborações sobre os partidos. As principais são: abordagem histórica (Cerroni, Duverger); estrutural-elitismo (Michels); behaviorismo; Teoria estrutural-funcionalista (Almond e Powell) e teoria marxista ou ideológica (Lênin, Rosa Luxemburgo).

A Abordagem histórica procura analisar o surgimento dos partidos e seu desenvolvimento à luz das condições históricas. Não se limita a analisar o partido apenas pelo que é na atualidade, mas busca compreender seus limites e potenciais a partir das condições históricas em que está inserido, bem como busca entendê-lo a partir de seu nascimento e desenvolvimento. Possui diversas abordagens diferenciadas em seu interior, como a Teoria Institucional (Duverger);

a Teoria das Crises dos partidos políticos, a Teoria da Modernização (Lipset) e a Teoria Psicológica dos partidos políticos.

O Estrutural-Elitismo, que tem como um de seus expoentes Robert Michels, procura analisar os partidos políticos a partir de sua estrutura e como as direções apropriam-se do partido para defender seus interesses pessoais. Michels analisa os partidos de esquerda e exclui automaticamente os de direita porque estes já se constituem como partidos oligárquicos por natureza. No entanto, os partidos de esquerda ou até mesmo os de centro esquerda, que buscam a construção de estruturas democráticas, com o passar do tempo também se tornam oligárquicos. Para Michels, existe uma contradição inerente aos partidos (que ele denomina de Lei de Ferro das Oligarquias), na qual os partidos que se preocupam em organizar-se de forma democrática e participativa reproduzem as velhas estruturas oligárquicas. Seu raciocínio é simples e embasado em experiências históricas. Um partido que busca constituir-se de forma democrática exige uma estrutura organizativa muito mais planejada e eficiente do que as demais máquinas partidárias. A democracia exige, portanto, a especialização de funções. Esta, por sua vez, leva à especialização de tarefas, ou, em outras palavras, à divisão do trabalho. A divisão do trabalho, por sua vez, leva à especialização e ao controle das informações, o qual gera a separação entre os dirigidos e dirigentes. E, com o tempo, os dirigentes cada vez mais baseiam-se em seus interesses particulares, ao tomar algum tipo de decisão, do que nos interesses coletivos do partido. A conclusão de Michels é que os partidos democráticos, de esquerda, com o tempo também tornam-se partidos oligárquicos.

O Behaviorismo examina a relação Estado-Sociedade, desloca a abordagem do Estado para a sociedade civil. Incorpora-se o elemento quantitativo

(sondagens de opinião pública – surveys). Permite identificar a cultura política; eficácia política; socialização política, identificação partidária etc. Estuda como as pessoas internalizam normas e valores. Substitui idéias fragmentadas pela idéia de probabilidade de comportamentos políticos. Procura medir quantitativamente os comportamentos políticos, e, por fim, não trabalha com explicações macro-estruturais, mas com unidades micro.

O Estrutural-Funcionalismo trabalha basicamente com a idéia da relação contínua entre *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas). O estrutural funcionalismo é um tipo de abordagem que busca justificar e interpretar o sistema político da forma como ele consolida-se hoje. Tendo sua origem nos E.U.A., na década de 60, e compara o sistema político a um sistema de computação. Existem demandas da população (*inputs*) que entram no sistema político, são processadas e saem (*outputs*) na forma de políticas públicas. Fazendo um paralelo com um sistema de computação, as informações são colocadas no sistema (*input*), processadas pelo aparelho, e, em seguida sai o resultado (*output*). Da mesma forma que um sistema de computação apresenta limites de dados que podem ser processados (sob pena de pane no sistema), as reivindicações da população também precisam ser previamente selecionadas e agrupadas para que as demandas não inviabilizem todo o sistema de representação. Neste sentido, os partidos políticos são os instrumentos que organizam, agrupam e defendem interesses de setores da população no sistema político. Os partidos são os agentes intermediários entre o Estado e a sociedade civil, além disso, entende os como estruturas que são identificadas através da função que desempenham.

A Análise de Marx e de alguns marxistas, por sua vez, não procura analisar o que é, como surgem ou qual a função dos partidos políticos. Parte da análise

clássica da permanente luta de classes na sociedade e dos mecanismos repressivos e ideológicos inerentes ao Estado. Dentro desta perspectiva, sua preocupação reside em como constituir partidos que se constituam em instrumentos eficazes de luta política visando à destruição do chamado estado burguês (seja na forma que for) e construção de um processo revolucionário.

Este estudo trabalhará com duas destas abordagens. Em primeiro lugar, e de forma mais sistemática, enfocaremos a análise marxista de partidos políticos. Dentro do marxismo, destacaremos as diversas opiniões sobre partido, particularmente a concepção de Lênin e de Rosa Luxemburgo. Em um segundo momento, discutiremos a crise política que a idéia de partido único, implantada na União Soviética, sob inspiração de Josef Stálin, irá acarretar no pensamento de esquerda no mundo todo. Neste segundo momento, trabalharemos com a abordagem estrutural-elitista.

Após esta análise, buscaremos situar o Brasil pós-64 com a generalização da repressão política (notadamente pós AI-5, em 1968) e o surgimento da chamada “esquerda armada”, principalmente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que surge como continuidade do Partido Comunista Brasileiro e, ao mesmo tempo, como negação de algumas de suas teses, notadamente no que diz respeito à idéia de democracia. Nesse contexto, analisaremos o PCBR na condição de organização que busca constituir uma nova matriz política-organizativa na esquerda brasileira.

1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva Marxista

Marx, embora tenha sido um pensador fundamental na interpretação econômica, sociológica e histórica sobre os rumos da humanidade, deixou algumas lacunas no que diz respeito às formas organizativas para os trabalhadores atingirem o poder. Em suas primeiras obras, na chamada fase do jovem Marx, ou ficava em formulações genéricas como “*o socialismo será obra dos próprios trabalhadores*”; ou então falava sobre a necessidade dos revolucionários atuarem dentro dos partidos burgueses. Claro que a intervenção dentro destes partidos era fruto de um momento em que o voto ainda era censitário, ou seja, somente os mais ricos tinham direito ao voto e, conseqüentemente, só existiam partidos burgueses.

Em sua fase mais madura, começa a elaborar melhor a questão do partido. Em alguns documentos como “*Crítica ao Programa de Gotha*”, no “*Manifesto Comunista*” ou na “*Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*”, discute diversas questões ligadas ao programa necessário de ser assumido pelos revolucionários para que fosse possível superar a sociedade capitalista e para que esses não ficassem limitados às bandeiras democráticas dos grupos políticos que propunham apenas reformas no capitalismo sem a sua destruição. Chega a falar da necessidade da independência do partido operário em relação à burguesia e, até mesmo, na existência do que ele chama de grupos secretos. Esse período corresponde à sua atuação dentro da organização da I Internacional.

No entanto, ainda restam algumas indefinições sobre o problema do partido, as quais são decorrentes de um contexto histórico em que ainda não

existiam condições históricas concretas na Alemanha para que se desencadeasse algum tipo de revolução socialista vitoriosa. Para que a questão do tipo de partido necessário para organizar a luta revolucionária do proletariado tomasse corpo dentro do pensamento de esquerda, seria necessário que condições históricas concretas surgissem para que este debate também ocorresse.

Em alguma medida, pelas limitações do pensamento de Marx sobre a questão do partido, mas principalmente fruto de uma visão dogmática e de uma leitura parcial do marxismo por parte de parcelas da esquerda brasileira, reproduziu-se, de forma muito comum em nosso país, duas grandes vertentes políticas por parte de setores que buscavam uma transformação da realidade social.

De um lado, aqueles que acreditavam que as transformações viriam lentamente, de acordo com o aumento do nível de consciência das massas. Não consideravam a necessidade de constituição de instrumentos políticos mais elaborados que pudessem auxiliar a construção das consciências políticas. Achavam que o simples movimento de massas, no seu andar próprio, seria capaz de gerar uma consciência revolucionária.

Estas concepções, que têm sua origem no pensamento de Berstein, dirigente do partido social democrata alemão, constituem-se como um tipo de “socialismo evolutivo”, e irá gerar o pensamento social-democrata em suas mais diversas variantes.

Não se pode esquecer que no final do século XIX e início do século XX a social-democracia representava o pensamento marxista revolucionário, pois somente a partir do início da I Guerra Mundial surge a cisão dentro da II Internacional, constituindo, de um lado, a social democracia como um projeto que

apoiava a guerra (na Alemanha) e que buscava melhorias para os trabalhadores dentro da ordem capitalista; e os partidos que irão se alinhar à III Internacional, criada em 1919 e que irá constituir os chamados partidos comunistas.

Dentre as variações do pensamento social-democrata, o chamado “eurocomunismo”, que irá ampliar sua influência no Brasil a partir dos anos 80 do século XX, irá influenciar, e inclusive dar a direção ao pensamento do PCB, romperá com o pensamento marxista e adotará uma variante da social-democracia europeia, embora sem aceitar esta definição em nenhum momento. Da mesma forma, setores sindicais que espontaneamente entram em cena durante o fim do regime militar e ajudam na fundação do PT, normalmente influenciados por setores da Igreja, também irão adotar uma variante desta linha política.

De outro lado, aqueles que embora tivessem clareza quanto à necessidade da teoria revolucionária como elemento imprescindível para todo e qualquer processo de transformação social, acreditavam que a atuação legal dentro dos partidos da ordem e que representassem interesses de parcelas da burguesia nacional possibilitaria um avanço político rumo às transformações da sociedade brasileira. No Brasil, o Partido Comunista do Brasil talvez seja quem melhor represente esta concepção política. Mantém seu discurso marxista e revolucionário ao tempo que busca uma ampla coalizão política com setores da burguesia nacional para derrotar o imperialismo.

Na medida em que Marx não criou o que poderíamos definir como uma teoria de partido, coube a Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução Russa, sistematizar o debate existente naquele período histórico sobre a questão

do partido e construir uma teoria do chamado “partido de novo tipo” ou “partido operário”, também conhecido (após sua morte), como “partido leninista”.

Algumas características sobre o partido são: a idéia de um partido de vanguarda, composto pelos “melhores combatentes da classe operária”; centralismo democrático; estruturas partidárias clandestinas, estruturas militares vinculadas à estrutura política etc.

Talvez o debate a respeito do chamado Centralismo Democrático seja o mais importante no que diz respeito à estrutura leninista de partido, pois ao mesmo tempo em que é um tema relevante, também é um assunto muito controverso. Sua polêmica não consiste apenas entre os que são favoráveis ou contra o centralismo. Situa-se basicamente nas diferentes concepções sobre centralismo e na forma como as maiorias e minorias se comportam dentro das organizações políticas. Dito de outra forma, podemos identificar inúmeras modalidades de centralização, as quais dependem muito do tipo de estrutura política, objetivos, contexto histórico, etc. De outro lado, podemos perceber que sempre as maiorias têm um maior apego à idéia de centralização (ao menos enquanto se constituem em maioria, pois muitas vezes ao se tornarem minoria, passam a ter outro comportamento).

Aliás, questão esta que já era enfrentada na fundação do Partido Operário Social Democrata Russo. Lênin já identificava

As lamentações da minoria que clama contra o centralismo e contra os estatutos quando está em minoria, e que mal se converte em maioria logo se apoia nos estatutos (LÊNIN, 1978, pg. 59).

Em linhas gerais, poderíamos dizer que o Centralismo Democrático constitui-se no encaminhamento solidário e coletivo das definições tomadas pela maioria dentro de algum tipo de estrutura organizativa de caráter político. A idéia básica é que a unidade de ação dos grupos políticos é determinante em sua força ou capacidade de implementar determinada política. Mais adiante veremos de forma mais detalhada alguns elementos centrais que definem o caráter democrático do centralismo e o diferenciam do burocratismo.

A sistematização deste debate (não que outras formas de centralização não existissem antes), advém do contexto em que surgiu a Revolução Russa e do debate a respeito do partido leninista. Na realidade, a discussão sobre a necessidade da constituição de um partido revolucionário na Rússia.

As condições históricas existentes na Rússia (sociedade semifeudal, violência do tzarismo contra os camponeses russos; grande índice de analfabetismo; miséria em grande escala, etc.), levou a que surgisse, neste país, um grande número de círculos revolucionários (os narodjnicks). A forma de ação terrorista destes grupos políticos não conseguiu mobilizar e organizar o povo russo. Faltava, fundamentalmente, teoria para que a revolução pudesse acontecer neste país. A partir da fuga de uma dirigente populista à Europa (Vera Zazulich), esta conheceu Engels e tomou contato com a teoria marxista. Os círculos revolucionários russos, a partir do conhecimento da teoria marxista, buscam organizar-se em partido. Inicialmente criam a Liga Social Democrata (articulação de diversos agrupamentos políticos) e, posteriormente, buscam a unificação destas organizações em um grande partido (denominado de Partido Operário Social Democrata Russo - P.O.S.D.R. - 1903). Não custa lembrar que neste

momento histórico os sociais democratas ainda eram os revolucionários, os que buscavam destruir a sociedade capitalista.

Dentre os principais dirigentes deste partido, encontra-se Lênin, que, já no Congresso de fundação (1903), polemizou na formulação dos estatutos partidários com suas teses sobre critérios para participação no partido e centralização. Enquanto alguns dirigentes defendiam a idéia de um partido mais solto, menos centralizado, Lênin defendeu um partido com uma rígida disciplina partidária. Em função da necessidade da clandestinidade face à violência da monarquia russa, Lênin propôs a criação de um partido centralizado na sua ação e dividido em células partidárias, ou seja, pequenos agrupamentos, de 3 a 7 membros, que atuariam de forma estanque, sem que os membros de uma célula conhecessem os membros das demais. Todo o processo de debates e definições aconteceria a partir da circulação de documentos e pela representação dos secretários políticos das células, (um por coletivo), que seriam os pontos de contato com os membros da direção do partido. Para Lênin, somente poderia ser considerado membro do partido o militante que estivesse participando organicamente de alguma célula.

Esta concepção de partido tem origem na sua visão de Estado, (que, na realidade é a reprodução da visão de Estado expressa por Marx), e nas condições de violenta repressão russa.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado ia adquirindo, cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que marca um passo à frente na luta

de classes, manifesta-se com aspectos cada vez mais acentuados, o caráter puramente repressivo do poder do Estado (MARX. Guerra Civil na França. in Ianni, Octávio. 1982, pgs. 203/204).

Lênin viveu em um contexto parecido com o de Marx, na medida em que tanto a sociedade alemã da época de Marx, quanto a Rússia czarista eram estruturas sociais nas quais a sociedade civil praticamente não existia e em que a esfera estatal preponderava através da coerção sobre o conjunto da população. Isto faz com que o conceito de Lênin seja o mesmo de Marx sobre a questão do Estado.

Para este,

As classe exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo (LÊNIN, 1987, pg. 31).

Para que a população oprimida conseguisse romper com este processo de dominação era necessário que se organizasse de forma consciente para destruir o estado burguês. Neste contexto, a idéia da violência como elemento central do processo político aparece de forma muito nítida.

Se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante (LÊNIN, 1987, pg. 11).

É tão forte a idéia de estado-força, que o objetivo final é a própria dissolução do Estado para que seja possível a constituição de uma sociedade sem classes

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definimento (LÊNIN, 1987. pg. 27).

A violência não é uma vontade ou inovação trazida à política. Ao contrário. A política é que se constituiu na história como alternativa às guerras, como forma de resolução dos conflitos. No entanto, é o estudo da história que demonstra à Marx e aos marxistas que nunca as classes dominantes abriram mão de sua dominação. Sempre utilizaram a violência como forma de manter seus privilégios quando ameaçados pelo avanço das lutas sociais. A formulação de Marx de que a violência é a parteira da história talvez sintetize o papel que ele atribuía à luta de classes (Marx, 1985).

Também não é nenhuma exclusividade do pensamento marxista a idéia de dominação do Estado através da força. O clássico conceito de Max Weber de que o Estado é o detentor legítimo do uso da força em um determinado território, também deixa claro a idéia de dominação (Weber, 1994).

Para Gramsci, a dominação do Estado ocorre através de dois mecanismos: coerção e hegemonia, ou, em outras palavras, o Estado é hegemonia revestida de coerção. Próximo a esta concepção, Saint-Pierre nos diz que

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Nesse sentido, a violência é o limite expresso em que podemos pensar o político. Daí que para pensar a essência da política, procurando sua

diferenciação específica, sejamos obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional (SAINT-PIERRE, 1999. pgs. 87-88).

Da mesma forma que a violência é percebida como elemento presente na luta política, o proletariado também é visto como a única classe capaz de levar a revolução até as suas últimas conseqüências.

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantarem definitivamente (LÊNIN, 1987, pg. 31).

Ou então,

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada (LÊNIN, 1987. pg. 32).

A guerra assume conotação de disputa de classes e a luta de classes se transforma em guerra de classes. Nestas condições, a luta política pela emancipação dos homens e pelo fim da sociedade capitalista era vista literalmente como uma guerra de classes. Para que fosse vitoriosa a centralização passava a se constituir como um elemento central.

A ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, de vida ou de morte; uma guerra que exige tenacidade,

disciplina, firmeza, inflexibilidade e unidade de vontade (LÊNIN, 1980, pg. 281).

A necessidade de centralização, no entanto, não é vista apenas como necessária ao processo de luta pela tomada do poder, mas também, e talvez fundamentalmente, na consolidação do poder operário.

Certamente, quase todo o mundo hoje vê que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, sem a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, do nosso partido (LÊNIN, 1980, pgs, 280/281).

Lênin lembra também as condições necessárias à constituição de uma rígida disciplina dentro do partido bolchevique. Rompe com o voluntarismo dos que achavam que uma simples definição pela centralização por si só já era suficiente para constituir esta cultura. Lembra, finalmente, que o centralismo não pode se transformar em um dogma, mas que é apenas um instrumento necessário para a constituição de um determinado tipo de partido a partir das condições materiais concretas de uma dada estrutura social e em função dos objetivos que a organização tem.

Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado?, como se controla?, como se reforça? Antes de mais, pela consciência da vanguarda proletária e pela sua fidelidade à revolução, pela sua firmeza, pelo seu espírito de sacrifício, pelo seu heroísmo. Em segundo lugar, pela capacidade de se ligar, de se aproximar e, até certo ponto, se o quereis, de se fundir com as mais amplas massas trabalhadoras, sobretudo com as massa proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pelo acerto da sua estratégia e da sua

tática política, com a condição de que as mais vastas massas se convençam disso por experiência própria (LÊNIN, 1980, pg. 281)

Para Lênin, é impensável a existência de um partido de combate político e ideológico ao mundo capitalista sem essas condições que, segundo seu pensamento, são as únicas possíveis para constituir uma rígida disciplina interna e uma organização com unidade de ação. Entende, também, que estas condições só se constroem a partir de um longo período de lutas e de experiências

Mas, por outro lado, estas condições não podem surgir de improviso. Vão-se formando através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência – elaboração que se facilita com uma adequada teoria revolucionária, a qual, por sua vez, não é um dogma, mas que se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento realmente de massas e verdadeiramente revolucionário (LÊNIN, 1980, pg. 282).

Quem irá contrapor-se diretamente à concepção de Lênin sobre o partido é Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã que irá denunciar o que ela considera como um “ultracentralismo”, que, ao invés de disciplina, está estabelecendo uma dominação da direção do partido sobre a base. Mais tarde, o grupo da Oposição Operária, principalmente através de Alexandra Kollontai, irá promover este debate no seio do partido bolchevique (até a expulsão do grupo). Trotski também irá denunciar aquilo que para ele irá se tornar o núcleo da dominação burocrática da direção do partido sobre a sociedade. No entanto, aqui é necessária uma observação importante. As denúncias de Trotski acontecem apenas em dois momentos. No início da constituição do partido, quando ainda não detinham o poder de Estado e depois de ser expurgado do núcleo de poder soviético.

Em 1904, logo após o Congresso de 1903, no qual foi fundado o P.O.S.D.R., (Partido Operário Social Democrata Russo), Trotski afirma que:

Os métodos de Lênin levam a isso: a organização do partido substitui em primeiro lugar o partido como um todo; então o Comitê Central substitui a si mesmo na organização e finalmente um único “ditador” substitui a si mesmo no Comitê Central (TROTSKI, 1904 – Nossas Tarefas Políticas in Tariq e Evans, 1980, pg. 28).

Mas, neste momento, Trotski pertencia à fração menchevique do partido e estava em oposição às teses de Lênin sobre o tipo de partido a se constituir. Defendia um partido menos centralizado e mais flexível em seus critérios de recrutamento. Martov, principal liderança dos mencheviques no Congresso, era contra um partido de revolucionários profissionais e defendia um partido aberto a todos os que aceitassem o programa do partido, sem necessidade de militância orgânica em células partidárias. Posteriormente, Trotski muda de posição e adere incondicionalmente à estrutura do partido, formando com os bolcheviques, facção liderada por Lênin.

No episódio referente à relação dos sindicatos com o partido, fica evidente a posição intervencionista do estado soviético e Trotski aparece como um dos defensores mais duros da não autonomia dos sindicatos e da necessidade de uma postura autoritária do estado sobre os sindicatos. Isaac Deutscher, em sua clássica biografia de Trotski, no livro “O Profeta Armado”, refere-se ao debate interno no partido sobre a questão dos sindicatos.

Em termos gerais, (...) três atitudes se cristalizaram. A facção liderada por Trotski (e, mais tarde, por ele e Buckarin) queria privar os sindicatos

de sua autonomia e absorvê-los pelo mecanismo do governo. Foi essa a conclusão final a que chegou Trotski, baseado em seus choques com os sindicatos. Dentro desse plano os líderes sindicais, como servidores do Estado, falariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado. Aumentariam a produtividade e manteriam a disciplina do trabalho; treinariam os trabalhadores para a administração industrial e participariam na direção econômica do país.

No outro extremo, a Oposição dos Trabalhadores (também conhecida como Oposição Operária), liderada por Shliapnikov e Kollontai, protestou contra a tutela do governo e do partido em relação aos sindicatos. Denunciaram Trotski e Lênin como militarizadores do trabalho e promotores da desigualdade. De um modo quase sindicalista, exigiram que sindicatos, comitês de fábricas e um Congresso dos Produtores Nacionais assumisse o controle de toda a economia. Enquanto Trotski argumentava que os sindicatos não poderiam, logicamente, defender os trabalhadores contra o Estado deles, Shliapnikov e Kollontai já acusavam o estado soviético de ser um baluarte de uma nova burocracia privilegiada.

Entre esses dois extremos, Lênin e Zinoviev e Kamenev falaram pela maioria da opinião bolchevique e tentaram chegar a um acordo. Também eles insistiam em que era dever dos sindicatos conter os trabalhadores e cultivar neles um senso de responsabilidade pelo Estado e a economia nacionalizada. Ressaltavam o direito que tinha o partido de controlar os sindicatos. Mas também desejavam preservá-los como organizações de massa autônomas, capazes de exercer pressão sobre o governo e a administração industrial (TROTSKI. in Deutscher, Isaac, 1968, pgs. 540/541).

Durante esta fase, Trotski, na condição de um dos principais dirigentes do Estado soviético, em seu livro *Terrorismo e Comunismo*, afirmava que “os sindicatos devem colocar os interesses da produção acima das suas necessidades e reivindicações”. E que

O jovem Estado dos Trabalhadores necessita de sindicatos, não para lutar por melhores condições de trabalho, essa é a tarefa do conjunto das organizações sociais e estatais, mas para organizar a

classe operária com o fim de produzir (TROTSKI. in Deutsche, 1968).

Já Rosa Luxemburgo (que morre logo após a Revolução Russa, em 1919, e, portanto, não pôde acompanhar os desdobramentos da mesma no que diz respeito à questão do partido), tinha uma posição distinta à de Lênin em função de viver uma realidade radicalmente diversa. Enquanto os revolucionários russos defrontavam-se com o problema da dispersão da vanguarda política e enfrentavam as duras condições da clandestinidade, na Alemanha, os problemas, na época de Rosa, eram de outra ordem. O Partido Social Democrata Alemão era um partido legal, com representação no parlamento e que estava vivendo um momento delicado, em que suas direções tinham se dobrado aos interesses capitalistas e, inclusive, estavam apoiando a guerra imperialista que a Alemanha estava construindo. As bases partidárias não tinham peso nas definições políticas. A defesa de um partido menos centralizado significava a defesa da rebeldia das bases partidárias com sua direção reformista.

É importante este debate para percebermos que não existiu um único tipo de centralismo e não necessariamente suas variações estejam certas ou erradas. Dependeu fundamentalmente do objetivo que tinham os defensores de um ou outro tipo de estrutura centralizada e do momento histórico e características das sociedades em que cada um viveu.

A questão da clandestinidade também é fruto das condições históricas. Quando Lênin propôs a criação de um partido com esse tipo de estrutura é porque todas as organizações políticas revolucionárias na Rússia já eram clandestinas em função da violenta repressão policial. No entanto, Lênin também defendeu que, sempre que possível, era importante uma atuação legal no sentido

de dar visibilidade às massas da idéia de revolução. Além disso, é necessário separarmos clandestinidade de secretismo. A clandestinidade é quando existe uma estrutura política que atua no meio da massa, trabalha publicamente a propaganda e a agitação política sem que seus membros sejam identificados. O secretismo já é uma degeneração da idéia de clandestinidade, pois é quando, além de seus membros serem clandestinos, as organizações também não conseguem ter qualquer tipo de influência sobre a massa ou nem mesmo buscam fazer um trabalho político em relação às mesmas.

No Brasil, quem irá organizar um partido nesses moldes, (leninista), serão antigos anarco-sindicalistas, que em 1922 irão fundar o PCB (Partido Comunista do Brasil).

CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO E O PAPEL DO PCB NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

O Surgimento do PCB remonta à própria conformação da sociedade industrial brasileira. O final da monarquia e início da República coincide com o fim da escravidão e surgimento do trabalho assalariado, que, por sua vez, está associado às necessidades dos novos tempos. A implantação da indústria no país exigia, por um lado um mercado consumidor ativo (o que a escravidão não ajudava a consolidar) e, por outro, uma mão-de-obra que tivesse uma maior qualificação que a dos negros trazidos ao país. Nesse sentido, podemos perceber que o período em que surgem as diversas leis que vão lentamente dificultando o tráfico negreiro (lei Euzébio de Queiroz, lei do Ventre Livre, lei do Sexagenário, etc) também coincide com o incentivo à imigração europeia ao Brasil. Não parece uma mera coincidência o fato de que muitos europeus (e principalmente os italianos) sejam operários contratados no início da industrialização paulista.

Estes, que já tinham alguma familiaridade com o trabalho na indústria, se por um lado constituíam uma mão-de-obra adequada às exigências do período, por outro carregavam também as experiências de luta sindical europeias em função da constituição de direitos civis e trabalhistas.

Por outro lado, não se pode negligenciar a existência de diversos grupos socialistas no Brasil desde o século anterior. Além disso, as grandes mobilizações de 1917 foram decisivas para o surgimento de diversos outros grupos comunistas e/ou anarquistas. Neste período, não era muito clara a diferenciação entre estes dois agrupamentos, na medida em que o debate internacional ainda não estava plenamente presente no Brasil.

O movimento anarco-sindicalista, que será importante para a criação dos primeiros sindicatos no país e incentivará a luta de classes, terá um peso decisivo no início do século, promovendo grandes mobilizações sociais que buscavam a garantia de direitos trabalhistas. Em 1917 acontece uma greve geral em diversas partes do país e a cidade de São Paulo é paralisada em função de um movimento que envolve 50 mil pessoas, número expressivo para a cidade na época.

Os resultados da revolução russa, em que, pela primeira vez na história, a classe operária ascende ao poder através da via revolucionária e consegue solidificar um novo tipo de estado, (excetuando-se a Comuna de Paris, no século anterior), exercerá uma influência muito grande no mundo inteiro e, conseqüentemente, no Brasil também. Esta influência esteve presente não só nas lutas sociais do período, como também na criação e consolidação do Partido Comunista Brasileiro. No caso do Brasil, curiosamente o Partido Comunista é fundado por muitos militantes oriundos do anarco-sindicalismo, os quais, por princípio, eram contrários à organização em partidos. Isto fará com que o próprio programa original do Partido Comunista Brasileiro (em que, em seu estatuto, a sigla era PC do B), inicialmente seja uma mistura de posições comunistas e anarquistas.

A idéia central é a de que já que a questão do partido foi determinante na luta política na Rússia, o mesmo teria que acontecer em outros locais. Ou seja, a idéia da “cientificidade” da revolução.

A debilidade das organizações da sociedade civil em nosso país, a fragilidade de um partido que estava iniciando com muitas dificuldades e o surgimento do movimento tenentista, que irá representar uma alternativa ao padrão político e econômico dominante, fará com que o PCB não consiga

imediatamente consolidar-se como uma força política importante. De seu surgimento em 1922, até o final dessa década, o partido não teve muita expressão no país. Com o início dos reflexos da crise de superprodução de café, e em função das sementes plantadas pelo movimento tenentista (nesta oportunidade já exilados na Bolívia), há um ascenso do movimento de massas em 1928, quando o PCB passa a ter um importante papel na organização das lutas operárias e populares. Muito contribuiu para este crescimento a criação do BOC, Bloco Operário e Camponês, estrutura política que sustentava legalmente as candidaturas dos comunistas e de democratas que não necessariamente eram ligados ao PC.

O próprio contexto do período pré-30 já era um momento de muita polarização política. Prestes, neste momento exilado na Argentina, não concorda em apoiar Getúlio na Revolução de 30 por entender que o que estava em jogo eram interesses oligárquicos articulados com diferentes blocos econômicos internacionais (Inglaterra e EUA). Pouco depois, Prestes entra no PCB (via PC Argentino) e é convidado a ir à U.R.S.S. onde faz cursos de formação sobre o pensamento marxista.

Com a entrada de Prestes, muitos ex-tenentes, que ainda seguiam sua liderança, aderem ao PCB, o que irá fortalecer o partido, e ao mesmo tempo, lhe dará uma guinada militarista.

Neste período, estava iniciando o período da proletarização do partido, em que os intelectuais eram considerados pequeno-burgueses e sofriam preconceito dentro do partido em função de sua origem de classe. Intelectuais como Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaun foram desligados da direção do partido, que deveria ser composta exclusivamente por operários. Era muito comum na época

estudantes procurarem empregos em fábricas, usarem chinelos de dedo e fumarem cigarros dos mais baratos. Afinal, ser operário era algo que dava “status” dentro do partido.

Esta onda de proletarização coincide, no plano internacional, com o período de combate ao trotskismo. Como uma grande parcela dos que criticavam Stálin e seus métodos eram intelectuais do mundo inteiro, a forma de combatê-los era a criação de preconceito contra os intelectuais em função de sua origem de classe ou independente desta, taxá-los de portadores de desvios pequeno-burgueses.

Particularmente no Brasil, a cultura de “proletarização” dos militantes e o afastamento da intelectualidade da direção do partido, contribuiu para fragilizar sua direção no que se refere às orientações políticas e ideológicas. Alguns dos erros que o PCB irá cometer foram originados por esse contexto.

Em 1935, os comunistas criam a ANL (Aliança Nacional Libertadora). Esta sigla servia para ampliar a representatividade dos comunistas na medida em que buscava ampliar o leque de apoios entre os democratas em geral e oportunizava a militância em uma estrutura mais ampla que o PC e que, ao mesmo tempo, defendia idéias democráticas e nacionalistas frente ao governo Getúlio. O forte crescimento da ANL foi visto como preocupante pelo regime, e em poucos meses, o governo declara sua ilegalidade, prendendo muitos de seus membros e fechando suas sedes. O pretexto para o fechamento da ANL foi um panfleto distribuído no dia 1º de maio de 1935, que conclamava a militância à luta contra o governo Getúlio e era assinado por Luis Carlos Prestes.

Sem alternativas legais e sem uma direção que pudesse analisar o quadro político com uma maior precisão, os comunistas resolvem organizar uma

revolução no país. A tentativa de levante, conhecida como “Intentona Comunista”, denominação pejorativa dada pelo Exército Brasileiro, não passou de um mal sucedido golpe militar. A influência militar de ex-tenentistas, aliada à infiltração na direção do partido e a uma visão equivocada da realidade, fez com que o partido negligenciasse o papel das massas no processo político, confiando basicamente nas bases militares do partido.

A derrota de 35 não só levou o partido ao isolamento e a uma forte exposição à brutal violência policial-militar, como ainda serviu de pretexto para Getúlio criar o Estado Novo a partir do Plano Cohen (plano forjado pela polícia como se fosse uma tentativa dos comunistas de tomar o poder de Estado).

Não podemos desconsiderar, também, que o conjunto de erros que o PCB comete no país não é culpa exclusiva deste, mas em grande parte dos equívocos cometidos pela III Internacional Comunista e, em função do tipo de relação que se estabelecia entre a IC e os PCs no mundo inteiro, em que a subordinação à orientação de Moscou era determinante, inclusive na manutenção financeira das estruturas partidárias. O próprio Luis Carlos Prestes, em sua biografia, irá perceber este equívoco. Segundo ele, analisando o Congresso de 1958:

Desde 28, nossa estratégia estava errada. Absorvemos as teses do VI Congresso da Internacional Comunista sem aplicá-las à nossa realidade. Eram teses para os países coloniais e semicoloniais, muito boas para aqueles países, mas que não podiam ser aplicadas na América Latina, onde já se tinha independência política desde o princípio do século passado”. Mais adiante afirma que “Em 45, há documentos meus em que me refiro à revolução burguesa no Brasil. Comparávamos a situação do Brasil naquela época ao czarismo na Rússia de 1905. Ora, isso era uma análise completamente falsa. A Rússia czarista era uma sociedade autocrática. Nós, na verdade, apenas

repetíamos as palavras de Lênin nas “Duas Táticas da Social-Democracia”, que eram justas, mas lá para a Rússia de 1905 (MORAES e VIANA, 1982, pg 152).

Embora Prestes reconheça os equívocos como fruto do dogmatismo da época (que, sem dúvida nenhuma, era muito forte), a IC não pode ficar isenta de suas responsabilidades, no mínimo por omissão sobre esta situação. Prestes sabia que a III Internacional, através de suas direções, estabelecia as linhas políticas para os respectivos países em que atuava e exigia obediência às suas decisões por parte dos militantes dos PCs.

Durante o Estado Novo, (1937 a 1945), em consequência dos limitados espaços legais existentes, o PCB, como de resto os setores democráticos da sociedade brasileira, não tiveram condições adequadas de atuação política. Boa parte de seus dirigentes, entre eles Luis Carlos Prestes, estiveram presos durante esse período. Isso, no entanto, não impediu a atuação dos comunistas na vida social brasileira. A denúncia e participação na luta contra o nazi-fascismo foi uma característica internacional dos partidos comunistas na época. No Brasil muitos militantes do PCB alistaram-se para combater o fascismo na Europa.

O final da guerra também representou o declínio do Estado Novo. Afinal, se todo o esforço despendido pelo Brasil era para acabar com as ditaduras européias, como poderíamos conviver com um regime autoritário como o do Getúlio?

No bojo da luta pela redemocratização, houve um significativo crescimento da influência dos comunistas. Na eleição Constituinte de 45 (2 de dezembro), o PCB consegue eleger um senador (Luis Carlos Prestes) e 14 deputados federais à Assembléia Nacional Constituinte: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Alcides

Rodrigues Sabença, Joaquim Batista Neto, João Amazonas, Maurício Grabois, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado, Mário Scott e Abílio Fernandes (além de 46 dos 855 deputados estaduais eleitos (5,5% dos deputados estaduais do país). Entre os deputados estaduais eleitos encontram-se intelectuais como Caio Prado Júnior, Otto Alcides Ohweiller e Dionélio Machado. Na eleição presidencial de 1946, o partido lança Yeddo Fiuza como candidato à presidência. Yedo tinha sido prefeito de Petrópolis e não era filiado ao PCB. Fez mais de 500 mil votos, mais de 10% dos votos válidos. Na eleição de 47, o PCB elegeu 18 vereadores no Distrito Federal. Segundo Prestes,

O PC não parava de crescer. Em fins de 46, já possuía oito jornais diários, duas editoras e mais de 180 mil militantes organizados. Só no Arsenal de Marinha, na Central do Brasil e entre o funcionalismo da Prefeitura do Rio, o partido tinha seis mil membros organizados. Sua força era tamanha que, logo após as eleições presidenciais, o Exército ocupou militarmente a cidadezinha paulista de Cosmorama, a 300 quilômetros da capital, para fazer um gigantesco IPM, envolvendo quase toda a população. Motivo: ali, Yeddo Fiuza tinha obtido votação superior aos dois candidatos militares juntos (MORAES e VIANA, 1982, pg. 113).

No entanto, a legalidade a que o PCB terá direito não irá durar mais do que 8 meses. A partir da influência que a chamada Guerra Fria irá exercer sobre o governo Dutra, este irá endurecer o regime e limitar as liberdades democráticas, embora não possamos caracterizar o período como ditatorial.

A cassação do registro do PCB vem no bojo das medidas tomadas por Dutra e como fruto da influência que o governo norte-americano terá sobre o Brasil em função da Guerra Fria. O episódio que irá resultar na cassação do

partido é uma armadilha contra Prestes, quando ele é inquirido sobre qual seria a posição do PCB em caso de um possível conflito Brasil-URSS.

Segundo Prestes, esta questão surgiu em um debate realizado na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro.

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso país a uma guerra imperialista. Aí, criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética (MORAES e VIANA, 1982, pg. 115).

Esta declaração de Prestes é decisiva para o desfecho da cassação do partido. A alegação oficial foi de que o Partido Comunista Brasileiro, que possuía sigla PC do B, era uma organização internacional, ou seja, se era *do Brasil*, teria de ser a extensão de uma estrutura política com ramificações também em outras nações. Que seu centro dirigente estaria no exterior. Em outras palavras, seria uma espécie de “filial” de um partido internacional.

Sua cassação ocorre em 1947 e imediatamente seus principais dirigentes entram para a clandestinidade. Parte dos filiados ao PCB na época desliga-se do partido, seja por medo ou por falta de formação política.

Mesmo na clandestinidade, o partido participa ativamente de duas importantes campanhas. A campanha O Petróleo é Nosso, também apoiada por ilustres intelectuais, como Monteiro Lobato, em favor da criação do monopólio da extração do petróleo para o governo brasileiro, e a campanha pela paz e contra a invasão da Coreia pelos Estados Unidos.

A partir de 1948, o governo Dutra, já desgastado, apela para a repressão e violência para continuar defendendo seu governo e os interesses americanos. Mais de 50 pessoas são mortas em manifestações públicas e o PCB parte para a ofensiva contra o governo. Dentro deste quadro, começam as articulações visando às eleições presidenciais, momento em que o PCB faz a campanha pelo voto nulo. Mais tarde, Prestes fará uma autocrítica defendendo a idéia de que o PCB deveria ter apoiado Getúlio.

Nas eleições de 50, Getúlio volta ao poder. No entanto, as condições políticas e sociais são muito diferentes do período do Estado Novo. Getúlio tem que governar com uma imprensa livre e com um Congresso em que os partidos que lhe dão sustentação não possuem maioria parlamentar.

O último governo de Getúlio é a fase da política nacional na qual talvez mais fortemente tenha-se discutido a questão do nacionalismo e do desenvolvimento autônomo. Talvez até mesmo como reação à UDN, que propunha um processo de desenvolvimento associado ao capital externo. Este segundo momento do governo Getúlio caracteriza-se por investimentos pesados do Estado para a constituição de uma base material para o processo de industrialização (hidrelétricas; siderúrgicas, petróleo, etc). Também é o momento em que Getúlio assume com mais ênfase a defesa do nacionalismo. A posição dos comunistas era de combate à política do Getúlio. Segundo Prestes, até 15 dias antes do suicídio de Getúlio, o PCB estava na oposição a seu governo.

O suicídio de Getúlio causou grande confusão no quadro político nacional. A saída encontrada por Vargas, embora custasse sua vida, impediu a vitória política de seus opositores. Dentro do PCB, não só o quadro político nacional “embaralhava” o cenário político, como também no plano internacional estavam

surgindo modificações fundamentais para os comunistas do mundo inteiro. Em 1956, Krushev denuncia publicamente os crimes de Stálin. Nas fileiras dos PCs do mundo inteiro esta denúncia cai como uma verdadeira bomba. No Brasil, após um período de perplexidade e de busca de informações, aflora o debate interno no PCB. Três grupos expressam-se no debate: Agildo Barata, que assume uma posição mais à direita e sai do partido buscando fundar outro grupo político que nunca se viabilizou; Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que tinham um peso decisivo dentro dos órgãos de imprensa do partido, assumem a responsabilidade de abrir o debate crítico interno com a finalidade de buscar mudar a linha partidária; e João Amazonas, Arruda e Maurício Grabois que mantêm a linha oficial com o apoio de Prestes, que estava na clandestinidade e sem contatos com o partido, somente relacionando-se com Arruda que era o intermediário entre o Comitê Central e Prestes. A postura deste grupo foi de tentar impedir o debate a qualquer custo, embora mais adiante a posição de Prestes irá diferenciar-se.

O governo Juscelino (1955-1960), embora com algumas dificuldades em seu início, irá constituir-se como um governo de busca de uma unidade nacional. Consegue equilibrar-se no jogo de interesses e, se não agrada a todos os setores, ao menos neutraliza muitos destes. O nacional-desenvolvimentismo, base do governo de Juscelino, ao tempo que permite a entrada do capital externo (tanto como empréstimos governamentais como com a entrada de multinacionais na área automobilística), também preserva a necessidade do controle nacional sobre a economia. Dessa forma, esta política que agradava às elites políticas e econômicas de nosso país, também agradava ao PTB e PCB, os dois partidos que disputavam a hegemonia sobre o movimento operário e popular. O PTB sabia

que a consolidação da indústria no país faria com que houvesse uma substituição do perfil do eleitorado em função do êxodo rural. Com isto, aumentaria a base de sustentação política do PTB. O PCB, embora na ilegalidade, também apoiava esta política. Tanto em função de sua política de frente única com a burguesia nacional para combater o imperialismo, como também fruto de uma visão mecanicista do marxismo, acreditando que a concentração de um grande contingente de trabalhadores industriais iria apressar a constituição de uma consciência de classe por parte do proletariado industrial. A partir desta análise, a orientação do PCB na área sindical era “apertar os cintos”, ou seja, aguentar a recessão econômica em função de um futuro promissor. Mesmo o PCB estando oficialmente na ilegalidade, a ordem de Juscelino é que não fossem importunados, tanto que atuavam publicamente sem nenhuma forma de repressão estatal.

A eleição de 1960 é atípica. Em função da legislação eleitoral da época, o voto para a Presidente da República estava desvinculado do voto para a vice-presidência. Em função de um conjunto de fatores, acontece o que de certa forma era inesperado. A eleição de um político da UDN (Jânio Quadros) para a presidência e do principal dirigente do PTB (João Goulart) para a vice-presidência da República. O resultado político desta combinação, acrescido das características pessoais de Jânio e dos interesses norte-americanos em jogo, a renúncia do presidente sete meses após ter assumido a Presidência da República e a posse tumultuada de Jango (Campanha da Legalidade), criou uma instabilidade política muito grande. O PCB, dentro de uma política de apoio à burguesia nacional, não apenas dá sustentação a Jango, como também se sente integrante do grupo que controla o governo.

Dentro deste contexto, eclode mais uma crise dentro do PCB. Fruto do afastamento de algumas lideranças do Comitê Central em 56 e da discussão inconclusa sobre as críticas a Stálin, o V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em 1960, ainda modifica a sigla do partido em seus estatutos, alterando PC do B para PCB, pois, embora o nome fosse Partido Comunista Brasileiro, a sigla nos estatutos estava como PC do B. Esta posição foi duramente atacada por João Amazonas, Arruda e Grabois, que criam uma cisão no partido e irão fundar o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e reivindicar a representação histórica do partido, ficando com aproximadamente 1/3 dos militantes comunistas. Esta cisão, no entanto, não estava restrita ao plano nacional. Diversos partidos comunistas no mundo inteiro irão dividir-se e a crise entre U.R.S.S. e a China também é um fator decisivo nesta divisão, quando o Partido Comunista do Brasil irá alinhar-se à China e irá definir Mao Tse Tung como “o grande timoneiro do socialismo” e a China como “o grande farol do socialismo”.

Mas o processo de luta interna mais intenso ainda estava por vir. Trata-se do debate sobre o significado e as conseqüências do golpe de 64.

CAPÍTULO 3 - O GOLPE DE 1964: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE EXPLICAÇÃO SOBRE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

O golpe militar de 64, fruto, entre outros fatores, de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte-americana em nosso continente, foi responsável por uma brutal repressão político-militar em nosso território. Esse processo articulava tanto interesses externos como internos, como veremos posteriormente.

Muito já se pesquisou sobre esse período, embora muitas questões ainda não estejam suficientemente esclarecidas. Da mesma forma, muitas explicações sobre seu significado foram construídas, tanto baseadas nas questões econômicas como nas eminentemente políticas sobre o que representou o golpe militar. Dessas explicações, algumas são contraditórias entre si e outras podem conviver sem que umas necessariamente desautorizem as demais. Muitas das diferenças de interpretação estão baseadas em ênfases diferenciadas sobre o peso de certos determinantes do processo político.

Buscaremos, portanto, não apenas localizar historicamente certos fatos fundamentais para o entendimento do período, mas, também, comentar algumas das explicações sobre o significado do golpe militar de 64.

Todo o período do governo João Goulart, (desde a tentativa de evitar sua posse, devido à renúncia de Jânio Quadros), foi marcado por conflitos e crises políticas. Qualquer observador mais atento poderia constatar o que estava em jogo e quem estava atrás das movimentações políticas visando derrubar o governo Jango. A própria construção da saída da crise da legalidade de 1961 já se constituiu em um “golpe branco”, na medida em que esta feria a constituição de 46 e que, além disso, a fórmula parlamentarista encontrada não apenas

retirava poderes de Chefe de Governo de Jango, mas inclusive poderes de Chefe de Estado, como a possibilidade de dissolução do Congresso, mecanismo presente nos regimes parlamentaristas, mas a que Jango não podia acessar. Até mesmo uma CPI foi instalada no Congresso Nacional para avaliar a entrada ilegal de dinheiro norte-americano para financiar os governos ligados à UDN (Ademar de Barros – SP; Carlos Lacerda – RJ, e Magalhães Pinto – MG). Essa CPI, que tinha Tancredo Neves como relator, concluiu que, embora o dinheiro tivesse entrado de forma irregular, não caberia ao poder legislativo nem mesmo opinar sobre qual procedimento adotar, porque esta era uma atribuição do judiciário.

Um dos pilares da crítica a Jango, além da acusação de que ele estaria tentando introduzir uma “república sindicalista”, era a alta inflação no período. A chamada “república sindicalista” fica por conta da pressão dos trabalhadores urbanos e rurais que reivindicavam mais espaço no bloco de poder, além de todo o imaginário social anticomunista fortalecido durante o período denominado de “guerra fria” entre os chamados bloco socialista (leia-se ex-União Soviética e países satélites) e bloco ocidental (leia-se EUA).

Quanto aos altos índices de inflação, se comparados aos patamares que tivemos no final dos anos 80 em nosso país, parece ser, em um primeiro momento, um elemento superestimado pelas forças de oposição a Jango, a criação artificial de uma crise política e econômica que não seria tão séria como a imprensa da época buscava demonstrar.

A inflação nesse período inicia ainda no governo Juscelino, eis que nessa época estava em torno de 30% ao ano. No governo Jango ela aumenta, passando dos 60% em 1963 e, finalmente, atingindo o índice de 80% ao ano. Se

lembrarmos o governo Sarney, veremos que essa era a taxa média mensal da inflação em nosso país.

No entanto, Paul Singer, um economista insuspeito, em função de suas posições políticas de apoio a Jango no período, apresenta uma explicação diferente da simples “armação política” contra o ex-presidente.

Quando estávamos naquela inflação “terrível” de 30% ao ano da época de Juscelino, recebemos na USP a visita de um economista americano que veio conhecer de perto como era possível sobreviver com uma inflação daquelas, coisa inimaginável de longe. Foi uma dificuldade convencê-lo de que a vida podia ser normal mesmo com os preços em elevação. Mas quando a inflação alcançou 60% e mais, em 1963-64, a opinião pública se apavorou (SINGER, 1997. pg. 15).

A crise econômica do período foi importante fator de mobilização da classe média por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Nesse caso, a Igreja Católica teve um papel fundamental ao organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as quais apresentavam um conteúdo anticomunista e que mobilizaram centenas de milhares de pessoas nas principais capitais do país.

A explicação sobre o significado da grande preocupação social da classe média com a inflação no período decorria da falta de mecanismos de indexação da economia.

Existem diferentes visões de inflação e é importante saber que, quando a inflação não é alta, ela pode ser mais contundente nos seus efeitos, porque em geral não é indexada. Nós chegamos a uma indexação perfeita. Depois do golpe de 64, a

economia brasileira se tornou uma das economias mais bem indexadas do mundo, com a caderneta de poupança, com os títulos reajustáveis, com a correção monetária de salários, aluguéis, etc.

No pré-64 não havia isso. Os pobres, por exemplo, não tinham como fazer poupança. Apesar de uma inflação de 40, 50 ou 60% não ser uma coisa muito grave, com uma taxa máxima de juros de 12% ao ano, acaba-se perdendo dinheiro. Então as pessoas pobres procuravam comprar terrenos na periferia porque era a única maneira de formar algum pecúlio. A poupança financeira era quase inexistente (SINGER, 1997. pg. 16).

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é necessário fazermos a diferenciação de perspectivas que a inflação tinha durante os governos de Juscelino e de Jango. Enquanto a inflação no período Jango era fruto da crise político-institucional e do grande confronto ideológico da época, a inflação no governo Juscelino possuía uma outra perspectiva. Maria Victória Benevides, na sua obra já clássica sobre o governo de Juscelino, reconhece que a inflação foi a principal arma da oposição ao governo na época. No entanto, entendia que a inflação, longe de ser um problema de descontrole, fazia parte de seu projeto econômico. Baseada em estudo de Otávio Ianni, nos diz:

O recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país. Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2%, ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas no período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria provocado especulação imobiliária), por outro lado funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial”.

(...) Assim, a inflação, na perspectiva deste estudo, foi a alternativa mais viável para financiar o Programa de Metas e a construção de Brasília, uma vez que a reforma tributária (o que significaria meios coercitivos para levantar por vias fiscais amplos recursos de

investimentos) seria politicamente impossível". (BENEVIDES, 1976. pg. 235/236).

No entanto, apesar de todos os indícios de que haveria um acirramento da disputa política, os principais partidos que poderiam organizar algum tipo de reação ao golpe – PTB e PCB - não o fizeram. Dentro do PTB, a posição vacilante de Jango foi determinante no sentido de impedir qualquer tipo de reação por parte da sociedade. Embora poucas figuras, como Brizola, defendessem uma posição mais forte, no sentido da defesa da legalidade, Jango, até mesmo porque acreditava que se houvesse intervenção militar seria por um curto espaço de tempo, não aceitou liderar nenhum tipo de reação à ação golpista.

Já a direção do PCB, (e diga-se, em dissonância com a posição de boa parte da base do partido), confiava nos “brios democráticos” de nossa oficialidade. Luis Carlos Prestes, secretário-geral do partido, afirma poucos dias antes do golpe que “não somos governo, mas estamos no governo”.

Um artigo de Mário Alves, publicado na revista Estudos Sociais, de dezembro de 1962, expressa duas análises que a história irá demonstrar serem equivocadas, mas que, no momento, representavam um pouco a linha do seu partido. A primeira é acreditar que a extrema direita tinha sido derrotada e não tinha mais viabilidade histórica. Referia-se a Carlos Lacerda e seus apoiadores:

Extremada ala direita dirigida por homens como Carlos Lacerda, ala que se opõe a qualquer compromisso e atua como brigada de choque da reação. Em seu conjunto, estas forças representam o que há de mais obsoleto na estrutura econômico-social e se encontra em franco declínio, do ponto-de-vista histórico (ALVES, 1962, pg. 232).

Mais adiante, no mesmo texto, avalia que o imperialismo, com medo de forçar a burguesia nacional a tomar medidas mais drásticas em função da pressão popular, iria assumir uma posição mais flexível com as mudanças em curso.

Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação da consciência nacional na América Latina após a revolução cubana, os círculos monopolistas dos Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes de nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influência sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses (ALVES, 1962, pg.232).

Os dois elementos centrais desta análise (que o golpe se encarregaria de mostrar como equivocados), são: a idéia de que a “*extremada ala direita*” está sem perspectivas históricas, e a de que o imperialismo poderia fazer concessões para viabilizar um governo de centro-esquerda.

Quando o golpe militar eclodiu na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente o movimento sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, são pegos de surpresa. Não que não soubessem que a possibilidade do golpe vir era grande, mas surpresa no sentido de não saber o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fazem vigília tentando organizar algum tipo de reação. A sede da União Nacional de

Estudantes é incendiada. Jango pega um avião e se dirige a Porto Alegre onde Brizola já o esperava no aeroporto e logo se dirige ao Uruguai, país em que Brizola mais tarde também irá se refugiar. Naquela noite, centenas de pessoas são presas nos quartéis de nosso país. A desorganização e confusão, no entanto, não ocorre só do lado dos apoiadores de Jango.

É uma idéia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castello Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-os a capitulação precipitada de João Goulart (GORENDER, 1997. pg. 112).

Gorender também acha falsa a idéia de que o golpe era inevitável, bem como de que não havia condições de reação a ele.

Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do General Olímpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa, o que teria um efeito moral tremendo.(...) No dia 31, também, se o fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava um sinal de Jango) e desencadeassem uma ação da tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu (GORENDER, 1997, pg. 114).

Curiosamente, em um primeiro momento, o governo Castelo Branco agiu com rigor, mas com certos limites. Dentro de um contexto de golpe militar, em diversos locais as pessoas detidas eram apenas orientadas a não se contrapor ao novo regime. Na medida em que até aquele momento as pessoas haviam atuado dentro da constituição, defendendo a legitimidade de um governo constituído, elas não seriam importunadas. No entanto, eram também advertidas de que havia sido modificada a nova ordem constitucional e deste momento em diante não seria admitida oposição ao novo regime.

Não havia, inicialmente, uma intenção de uma continuidade do regime militar no tempo. Nem de parte dos civis quanto de importantes setores militares. Tanto é que, em outubro, a UDN define-se pela candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República nas eleições previstas para 1965. Também Juscelino faz suas movimentações para sair candidato. Até mesmo o primeiro Ato Institucional do regime militar não é numerado. Com a continuidade dos Atos Institucionais no tempo é que serão numerados (AI-2, AI-3, etc).

Mas, com o passar do tempo, as lutas intestinas dentro das forças armadas começaram a criar um outro quadro, no qual a repressão tendia a se acentuar cada vez mais. Neste momento, notadamente o movimento estudantil começa a se recuperar do “estado de choque” e volta às ruas exigindo mais vagas nas universidades (luta dos estudantes secundaristas) e combatendo as tentativas de modificação do sistema educacional, através dos acordos MEC-USAID, além, é claro, das reivindicações democráticas mais gerais.

O chamado “golpe dentro do golpe”, que resultou no fechamento do Congresso e na instauração do AI-5 (1968), resultou em um exacerbamento da

violência policial em proporções nunca vistas em nosso país, fruto da vitória da chamada “linha dura” dentro das fileiras das Forças Armadas.

Segundo dados de um estudo feito pela Arquidiocese de São Paulo, intitulado de “Brasil: Nunca Mais” (1987), durante os primeiros atos do governo Castelo Branco, 378 políticos tiveram seus mandatos cassados; 122 oficiais foram reformados. Ao final do governo Geisel, mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos; mais de 10 mil exilados; 245 estudantes foram expulsos das universidades sem direito de estudar durante o período de 10 anos; mais de três centenas de pessoas foram mortas ou desaparecidas; 4.682 pessoas foram cassadas, mais de cinco mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas; milhares de presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% delas não foram comunicadas aos juízes (6.256); 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juízes nos prazos legais.

A maioria das análises deste período coloca os militares como os grandes vilões do período. O desgaste que as Forças Armadas tiveram frente à população, em função deste momento, ainda está presente e ficará marcado na memória de nosso povo por muito tempo ainda. No entanto, é importante percebermos dois fatores: o primeiro é que não podemos julgar os militares e as Forças Armadas como um todo homogêneo. Afinal, segundo os dados do relatório “Brasil Nunca Mais”, 122 oficiais foram sumariamente reformados pelo Ato Institucional Nº 1 somente nos primeiros dois meses posteriores ao golpe. Com o AI-5 mais 241 militares foram reformados; 284 marinheiros e fuzileiros foram processados por participar das mobilizações políticas de março de 64, mobilizações anteriores ao golpe. Muitos outros foram perseguidos e até mesmo mortos e torturados.

Houve uma hegemonia conservadora dentro das Forças Armadas que colocou a instituição a serviço de interesses de grandes grupos econômicos. O segundo fator, que precisa ser considerado, é que a repressão teve não só a participação decisiva, como o apoio econômico de grandes grupos empresariais privados. A Operação Bandeirantes (a famigerada OBAN) constituiu-se como um grupo paramilitar de apoio ao regime e de extermínio dos envolvidos na contestação à ditadura militar. Financiada com capital privado, viabilizou as chamadas “casas da morte”, pequenos sítios que serviam como locais apropriados para interrogatórios, torturas e ocultação de cadáveres na medida em que estes locais ficavam distantes de cidades e/ou vizinhos. Os grandes beneficiários do golpe não foram apenas os militares. Estes foram determinantes e todos os envolvidos nas ilegalidades do regime ainda têm esta dívida a ser paga perante o povo brasileiro, na medida em que a anistia encaminhada, ao final do ciclo militar também foi um instrumento para garantir a impunidade dos responsáveis por muitos dos crimes cometidos. No entanto, muitas vezes esquecemos de mencionar os grupos econômicos e os setores políticos que deram sustentação e patrocinaram as atrocidades cometidas. Mesmo que não tenham participado diretamente do “serviço sujo”, em nome da memória de todos os mortos e “desaparecidos” pelo regime, não devemos esquecer a participação e conivência de muitos dos políticos e empresários que hoje assumem posturas “democráticas” e “progressistas”, além de parcelas do empresariado e intelectuais que assumiram postos na estrutura do estado, constituindo-se em parte importante da tecnoburocracia estatal.

A falta de espaços políticos para a atuação legal em que a oposição aos projetos do regime militar pudesse se expressar, vai impulsionar um forte

movimento de contestação ao regime, notadamente através do movimento estudantil. A situação social dos estudantes lhes permitia atuar de forma mais articulada que outros setores da sociedade. Aquilo que Bourdieu e Passeron (1968) irão definir como uma relação própria que a juventude estabelece com o tempo e o espaço permitirá que os jovens liderem movimentos de protestos que os sindicalistas não podiam encaminhar, em função de uma maior repressão; de estarem com os seus sindicatos controlados por interventores nomeados pelo governo e pela necessidade de preservar seus empregos para sustentar suas famílias.

No entanto, a prisão de mais de 700 lideranças estudantis ainda em 68 no Congresso de Ibiúna vai expô-las muito. Ao mesmo tempo, o acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva, em um primeiro momento, e logo ele irá desencadear o recrudescimento da repressão. O início de algumas ações armadas, (embora ainda isoladas), principalmente da parte de Lamarca e da ALN, juntamente com as lutas travadas pelos estudantes, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

A luta dos estudantes do Calabouço que em alguns momentos colocaram as forças de repressão na defensiva; o assassinato do estudante Edson Luiz; as inúmeras e massivas manifestações que se seguiram em todo o país, culminando com a conhecida Marcha dos 100 mil, o que levou o próprio Presidente da República a recuar e chamar uma comissão de estudantes para negociar, são elementos importantes para entendermos o porque do endurecimento do regime.

Na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, opunha-se à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo

e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável. Com a cisão no PCB, irão surgir diversas organizações que, sob diferentes análises sobre as estratégias e condições de luta, irão adotar formas diferenciadas de luta armada, seja na intensidade, seja no tipo de ação a desencadear ou até mesmo no que se refere ao terreno ideal de luta (campo ou cidade). Fruto da falta de táticas e estratégica comuns, e de uma cultura sectária e/ou vanguardista, surge uma enorme pulverização dessa esquerda que busca o caminho armado (ALN; MR-8; PCBR; PCR; POC; VPR; VAL-Palmares, etc)

Com a impossibilidade da retomada do movimento de massas, começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforça essa posição, na medida em que é entendido como uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força como espaço de dominação. Essa análise irá se mostrar equivocada em função do início de um crescimento econômico que já se apresentava no início dos anos 70. No entanto, a dinâmica de clandestinidade e o exemplo de outras lutas que foram e/ou estavam sendo travadas em outras partes do mundo (revolução cubana; guerra do Vietnã; maio de 68 etc) não permitiram que os agrupamentos de esquerda, que tinham optado pela via armada como forma de derrubar o regime, enxergassem essa realidade.

Talvez o primeiro a alertar para este fato tenha sido Jacob Gorender, dirigente do PCBR, e que, juntamente com Apolônio de Carvalho, defendia uma posição de recuo na questão militar, entendendo que a classe média tenderia a ser cooptada em função do crescimento econômico do país e que isto isolaria qualquer tentativa de luta armada. No entanto, entre os que romperam com o

PCB, nem mesmo em seu partido (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Gorender conseguiu ser ouvido. Mário Alves e parte da direção do PCBR defendiam outra posição, achando que não era momento de recuar. A reunião do Comitê Central, convocada para janeiro de 1970, em que iria ser discutida essa questão não chegou a se realizar em função de um conjunto de prisões e mortes de seus dirigentes, entre eles o assassinato de Mário Alves, o que levará o PCBR, assim como os demais grupos da época, à intensificação das ações militares.

Mais adiante, em 1973, Fernando Henrique Cardoso, que, embora tivesse sido demitido do cargo de professor da USP, não estava em situação de clandestinidade, irá reforçar a idéia do crescimento econômico como o grande obstáculo a qualquer tipo de luta política mais frontal com o regime.

Outro equívoco, muito comum nas análises sobre o regime militar, é a sua classificação como um regime fascista. É verdade que muitas vezes os métodos de perseguição política do regime não se diferenciavam de regimes fascistas, no entanto, ainda assim existe uma profunda diferenciação em relação a eles. Adotar indiscriminadamente denominações deste tipo (fascismo, populismo, etc) sem precisar seu conteúdo, pode levar a generalizações que não conseguem definir com exatidão os conceitos utilizados.

Juan Linz constrói uma definição de regimes autoritários, os quais se diferenciam tanto dos regimes democráticos (por obviedade), como também dos regimes totalitários (distinção nem sempre feita). Os regimes fascistas, para ele, estão dentro da definição de totalitários, e os autoritários seriam definidos como

Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto

em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade, bem previsíveis (LINZ, 1979, p.121).

Essa definição é importante para percebermos a diferença de regimes tipo o militar brasileiro com o fascismo. Enquanto os fascismos buscam uma mobilização ativa do povo, a partir de uma ideologia que privilegia a totalidade do social, no regime militar brasileiro constata-se o baixo nível de mobilidade política. Existia claramente um incentivo à vida privada, que deixava à burocracia do Estado a responsabilidade pela política. Toda ideologia era vista como um mal, como algo “*exótico*”, “*estranho aos interesses do país*”. Além disso, manteve-se (mesmo que limitado), um certo pluralismo político. Manteve-se um sistema partidário (embora bipartidário) e processos eleitorais, além de institutos como *hábeas corpus* (embora nem sempre respeitado).

Essas duas análises, a de que era um regime fascista, e a de que o uso da força era fruto de uma baixa hegemonia política e ideológica na sociedade, foram muito difundidas, principalmente no “período quente” do regime, em que a própria convulsão política e a falta de informações impedia que análises mais elaboradas fossem feitas.

Posteriormente, outros estudos surgirão tentando compreender o significado histórico deste período. Dentre eles, faremos um breve comentário sobre os principais entendimentos sobre o período militar instituído no Brasil.

Argelina Cheibub Figueiredo (1993) talvez tenha sido quem primeiro se preocupou em sistematizar as diversas definições sobre este período. Classifica em dois conjuntos básicos de explicações: as estruturais e as intencionais.

Quanto às explicações estruturais, também as subdivide entre as que enfatizam os fatores econômicos e as que percebem os fatores políticos e institucionais como centrais. Nos dois casos, entende que são explicações que ao fim levam a uma visão de inevitabilidade do surgimento de um regime autoritário, sem margem de escolhas que possam ser relevantes no resultado final.

Na primeira corrente, situa Guilherme O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso. O'Donnell busca estabelecer conexões entre estágios de industrialização e regimes autoritários. Não chega a assumir uma posição determinista, mas fala em uma "afinidade eletiva" entre industrialização e autoritarismo. Para ele, na medida em que se aprofunda o processo de substituição de importações e o processo de industrialização acentua-se, surge a necessidade de formas autoritárias para regular os conflitos e para viabilizar o crescimento econômico.

Já Fernando Henrique Cardoso, segundo Argelina, possuía uma visão bem mais determinista.

Afirma que o processo de acumulação exige o dismantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares. O autoritarismo decorrente foi, portanto, inevitável por que se tornava necessário reestruturar os mecanismos de acumulação em um nível mais elevado, que se ajustasse melhor aos avanços já obtidos no desenvolvimento das forças produtivas (FIGUEIREDO, 1993. pg. 23).

No entanto, no rodapé de seu texto, na página 24, Argelina lembra que o próprio Fernando Henrique Cardoso posteriormente irá modificar sua visão sobre esta idéia de inevitabilidade da ditadura militar como forma de preparar as condições para o desenvolvimento do capitalismo atual.

Outro autor, que irá analisar e criticar o determinismo de algumas visões econômicas é José Serra. Irá fazer uma crítica a três tipos de teses consideradas por ele como equivocadas.

Examinarei, de um ponto de vista crítico, três hipóteses que versam sobre as relações entre desenvolvimento econômico e regime burocrático-militar. A primeira delas na tentativa de explicar a existência do regime, enfatiza a necessidade inarredável da superexploração dos trabalhadores. A segunda estabelece uma 'afinidade eletiva' entre, por um lado, o autoritarismo e, por outro, a percepção, necessidade objetiva e realização de um programa de aprofundamento (profundización) do capitalismo nas economias mais diversificadas da América Latina. A terceira apresenta o 'moderno' autoritarismo como uma espécie de encarnação da racionalidade econômica, necessária para o desenvolvimento do capitalismo na região (SERRA, 1982, pg. 103).

No primeiro dos três casos citados por Serra, ele se refere à Teoria da Superexploração de Rui Mauro Marini, embora também se refira a Gundher Frank. No segundo caso, o "aprofundamento da industrialização" é creditado à Guilherme O'Donnell e Serra afirma que esta elaboração parte das elaborações da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) no começo dos anos 60 que analisa a substituição de importações. No terceiro caso, em que ele percebe uma relação de causalidade entre regime burocrático-militar e crescimento econômico, Serra lembra que este tipo de argumento foi utilizado não somente pelos ideólogos do regime (Simonsen, Campos), como também por aqueles que não contentes com o regime, reconheceram virtudes nele, notadamente alguns brasilianistas (Horowitz; Trimberger; Roett e, inclusive, Thomas Skidmore).

Como o objetivo, neste momento, não é realizar uma reflexão sobre os resultados econômicos de 64, mas apenas identificar algumas das concepções

que buscaram explicar este período, não iremos nos preocupar em situar as diferentes críticas a estas concepções. Basta neste momento a concepção mais geral, que aponta os limites daquelas concepções que ficaram restritas apenas às questões estruturais econômicas e que, de uma forma maior ou menor, reproduziram algum tipo de “inevitabilidade” do golpe a partir do fenômeno econômico.

No que se refere a um tipo de explicação estrutural, mas que tem no fator político seu elemento central e determinante para as condições do golpe, Argelina Figueiredo cita como exemplo a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, em que, segundo ele, a paralisia de decisões, decorrente de quatro fatores diferenciados, é o elemento central da explicação do golpe. Esta paralisia seria fruto, basicamente, da inconstância das coalizões que se formaram no Congresso (não percamos de vista a adoção do sistema parlamentarista); a instabilidade governamental, fruto, entre outros fatores, de uma grande rotatividade nos principais cargos governamentais, a radicalização ideológica (radicalização que não se dava apenas no terreno nacional) e, enfim, a fragmentação de recursos de poder. Dentre essas variáveis, Santos destaca a radicalização ideológica e a conseqüente suspeita (de ambas as partes) por parte dos atores envolvidos, como o principal fator que levou a uma diminuição da capacidade de negociação e ao aumento da intransigência no campo político.

Santos mantém a noção de inevitabilidade. De acordo com ele, o impasse que resultou no golpe de 64 ‘foi a consequência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema tivesse um desempenho adequado e impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de – paralisia decisória (FIGUEIREDO, 1993, pg. 26).

Um outro modelo de explicação a que Argelina também se refere é o que ela denominou de explicações intencionais ou “orientadas para o ator”. Utiliza-se de dois exemplos de análises que, a seu ver, são insuficientes. Refere-se aos estudos de René Armand Dreifuss e Alfred Stepan.

René Dreifuss (1993, Apud Figueiredo) possui um estudo bastante apurado que tenta comprovar as ligações econômicas que deram sustentação a uma conspiração internacional de direita contra Goulart. Constrói a idéia de uma “elite orgânica” que se articulava principalmente em torno do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Seus dois principais livros, que sustentam esta tese são: “1964: A Conquista do Estado” (mais de 800 páginas) e “A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986”. Embora em nenhum momento Argelina negue a participação do capital externo na sustentação do golpe contra Goulart, avalia que essa é uma interpretação limitada, na medida em que a existência de uma conspiração em si não é suficiente para o seu sucesso. Seria necessário um conjunto de outras condições para que toda e qualquer tentativa de conspiração possa ter viabilidade histórica.

Quanto a Stepan (ibidem), seus estudos levam à conclusão de que, de certa forma, o que leva ao golpe é a própria qualidade da liderança de Goulart. Em outras palavras, as ações de Jango, principalmente seus últimos atos, o levam a um isolamento crescente. Argelina critica essa perspectiva na medida em que Stepan analisa basicamente o final do governo Goulart e não o conjunto de suas ações. Além disso, ao centrar sua análise na figura de Jango, não leva em

conta – ou não dá a devida dimensão – ao importante papel que os demais atores desempenharam.

Argelina Figueiredo, partindo do princípio de que o resultado final do papel dos atores não pode ser reduzido à sua psicologia individual, propõe um estudo na sua conduta estratégica a partir de estruturas históricas concretas. Propõe um modelo de análise baseado em Przeworski (ibidem), que

Concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas (1986, pg. 47). Assim, as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida para a análise. A interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis. Os constrangimentos estruturais constituem o primeiro dispositivo de filtragem *que estreitam o repertório de cursos de ação abstratamente possíveis e reduz a um subconjunto infinitamente menor de ações exequíveis* (FIGUEIREDO, 1993, pg. 29 e 30).

A autora busca se diferenciar de Stepan na medida em que leva em consideração o que denomina de “constrangimentos estruturais” como limitadores das escolhas por parte dos agentes envolvidos. Da mesma forma, analisa as opções assumidas não só por Jango, mas pelo conjunto dos atores envolvidos. No entanto, muito parecido com a análise de Stepan, considera como relevantes as escolhas feitas pelos agentes envolvidos para o resultado final do jogo político. Trabalha com a idéia de que estratégia diferente levará a resultados diferentes. Sua análise baseia-se na idéia de que as escolhas feitas em diferentes momentos de 61 a 64 foram determinantes no sentido de diminuir as possibilidades de avanço nas reformas políticas e no sentido de diminuição da base política de

sustentação de Jango. Parte do princípio de que houve dois grandes momentos em que as reformas poderiam ter ocorrido. Em um primeiro momento, durante o período parlamentarista, e em um segundo momento, já no presidencialismo, com o Plano Trienal e com um projeto de emenda constitucional, apresentado pelo governo e que permitiria a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. No entanto, essas duas tentativas falharam, o que

Estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter o iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. (FIGUEIREDO, 1993, pg. 30 e 31).

Por sua vez, Francisco de Oliveira entende que o golpe de 64 foi um rearranjo de classes e setores de classes que disputavam o governo. No entanto, embora reconhecendo a importância do fenômeno econômico, não se reduz a ele. Tampouco trabalha com o que ele denomina de “cesta repleta de alternativas”.

Embora a economia tenha um alto grau de sobredeterminação, pois se trata de estruturas capitalistas de acumulação de capital, elas não são imunes à vontade e à capacidade dos homens e dos atores sociais; isso seria uma falsificação do que é forte na economia política. Apesar disso, é preciso enfatizar que, no pós-64, cada ator, cada classe social, cada representação, cada organização política tomou posições e fez opções, inclusive depois da democratização (OLIVEIRA, 1997, pg. 28).

De forma genérica, talvez exista um consenso mínimo que o período militar foi fruto de uma articulação a partir da aliança de interesses de setores da burguesia nacional, (articulados no plano político através da UDN), com o capital externo. Buscava um desenvolvimento a partir do que podemos denominar de “desenvolvimento dependente”, ou seja, a busca de uma articulação com o capital norte-americano, que se propunha a repassar tecnologia e emprestar capital para nosso país. Essa aliança contou com a participação efetiva de parte considerável da alta oficialidade de nossas forças armadas, bem como parcelas do empresariado e da intelectualidade. Afora estes elementos consensuais, as demais análises preocupam-se em precisar os elementos constitutivos desse processo. Particularmente, entendemos que muitas das abordagens vistas acima, não são contraditórias, e esta dissertação, por sua vez, não procura dar respostas definitivas, mas apenas apresentar um quadro de diferentes explicações sobre o período.

De fato, as diferentes abordagens e análises sobre o golpe de 64 são importantes no sentido de precisar melhor os fatores que levaram ao fracasso da democracia no Brasil e ao surgimento de um estado ditatorial, que tantas consequências trouxe à nossa sociedade. Acreditamos que muitas destas abordagens não são contraditórias e, em alguns casos, inclusive se complementam. Desde que abandonados os “determinismos”, que necessariamente levam à exclusão de outras possibilidades de explicação O entendimento sobre esse período, necessariamente, tem que levar em conta diversos fatores: crise e instabilidade política; atuação forte de governos e empresas transnacionais na defesa de seus interesses econômicos; necessidade de modificação do modelo de desenvolvimento econômico para o grande capital;

interesses internos de se vincular ao capital internacional, papel estratégico dos agentes envolvidos, entre outros fatores.

No entanto, o entendimento do que se passou nesse período não deve ficar restrito a um debate acadêmico. É necessário que entendamos esse processo para que a história não se repita. Da mesma forma, é necessário o resgate desse período para que a sociedade consiga avançar em pontos ainda não consolidados para a democracia, como a deformação da representação política; o aumento de poderes do Senado Federal; a centralização de poderes nos executivos; a lentidão no sistema jurídico e, inclusive, o questionamento das condições em que foi feita parte da dívida externa brasileira e suas consequências atuais. Esses problemas pertencem ao legado que o período militar deixou ao país. Como não é objetivo desta dissertação, não nos preocuparemos em analisar de forma mais detida estas questões, apenas queremos lembrar que o Brasil ainda não conseguiu se livrar de elementos autoritários que foram criados durante o período militar e que limitam nosso processo democrático.

CAPÍTULO 4 - A CISÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O SURGIMENTO DO PCBR

O período pós-64 iniciou um grande debate dentro das fileiras do PCB. Alguns dirigentes destacados, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho; Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Jacob Gorender, defendiam posições contrárias a de Prestes dentro da direção do partido. O centro do debate era a crítica que estes faziam à direção do PCB por não ter organizado seus militantes para resistir ao golpe militar; bem como a crítica mais geral à política pacifista do partido que vinha desde o final dos anos 50 por orientação soviética.

Com a retomada do movimento de massas começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforça esta posição na medida em que é entendido enquanto uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força enquanto espaço de dominação.

No entanto, na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, se opunha à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável.

Em maio de 64, a Comissão Executiva do PCB lança um documento intitulado “Esquema para a Discussão”. Neste documento faz uma profunda autocrítica dos erros cometidos pelo partido no que se refere ao imobilismo durante o golpe e inclusive este documento afirma que *“absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o*

emprego da luta armada pela reação". No entanto, este documento não significa necessariamente uma mudança de linha partidária, mas foi fruto do acaso. Neste momento estavam ilhados no Rio (em função da intensa repressão), apenas Mário Alves, Marighela, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bomfim Jr., sendo que no mínimo os três primeiros, já vinham demonstrando no debate interno uma posição crítica à linha oficial do partido. Com a prisão de Marighela e de Mário Alves neste mesmo ano (em maio e junho, respectivamente), e com a possibilidade de deslocamentos dos outros membros do CC, a correlação de forças interna se inverte novamente (na realidade o setor ligado à Prestes sempre foi majoritário). Neste momento o chamado "Esquema para Discussão" é revogado e textos que avançassem em formulações pela esquerda em alguns casos são até proibidos de circular, de acordo com a versão que Gorender apresenta em seu livro "Combate nas Trevas".

Em maio de 65 ocorre a reunião do Comitê Central que irá analisar as razões do golpe. O setor majoritário (articulados em torno de Prestes e Giocondo Dias), responsabiliza o esquerdismo do partido. Segundo eles, fruto de um desvio pequeno burguês, houve uma tentativa de golpe pela esquerda. Irá responsabilizar A Comissão de Educação do partido (Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender) e a Comissão Sindical (Jover Telles). Com isto buscam salvar as teses do V Congresso. Em sua essência, as mesmas se referiam à necessidade de uma aliança com a burguesia nacional para impedir o fortalecimento do imperialismo. São teses antiimperialistas; antifeudais, nacionais e democráticas. Também avalia que *"nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objectivos por um caminho pacífico"* (PCB, 1980). No entendimento da

maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a “*aplicação*” da mesma. Essa tensão interna irá ser a responsável, no futuro, pelo rompimento interno no partido.

Nesta reunião, que Mário Alves não estava presente por ainda estar preso, Marighella participa e neste momento está bastante prestigiado internamente por sua reação durante o momento de sua prisão (Marighella, que estava sozinho, reage a tiros o cerco policial dentro de um cinema e só é preso depois de baleado). Na análise de Gorender, Marighella neste momento não se posiciona no debate porque estava buscando ampliar seus espaços na direção.

De 65 a 67 os conflitos agravam-se constantemente. Mário Alves ao sair da prisão é afastado da executiva e deslocado para Minas. Marighella em 66 se demite da Comissão Executiva e é eleito primeiro secretário do partido em São Paulo. A oposição à direção se fortalece, principalmente na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Na Conferência realizada em São Paulo, em abril de 1966, a oposição fez 33 votos em suas teses em um total de 37 participantes. Mesmo com a presença de Prestes na Conferência, o Comitê Central ficou com uma violenta derrota política.

A Comissão Executiva, a exemplo de muitos outros exemplos históricos de burocratização partidária, busca manter o controle através de intervenções nos estados, dissolvendo organismos e criando artificialmente novas direções alinhadas ao CC.

No final de julho de 1967, Marighella vai a Cuba participar da Assembléia da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), sem a autorização da direção do PCB. Afinal, a OLAS propagava a guerra de guerrilhas a partir das

posições de Régis Debray e Che Guevara, posição combatida pelo PCB. Marighella não apenas participou da OLAS, como também teceu duras críticas à direção do PCB pela imprensa cubana (jornal e rádio). Os dirigentes do partido, ouvindo seus pronunciamentos pela rádio de Havana, resolvem puní-lo expulsando-o do partido em setembro de 1967, juntamente com Jover Telles. A expulsão, no entanto, é apenas a formalização de um processo de rompimento em andamento.

Já a algum tempo, Jover Telles; Jacob Gorender; Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos tinham definido levar o combate dentro do Comitê Central até as últimas conseqüências, criando a Corrente Revolucionária no interior do partido. No entanto não chegam a participar do VI Congresso do partido na medida em que as normas de participação que o Comitê Central estipula deformam qualquer critério de democracia. Definem que todo Comitê Estadual, independente de seu tamanho, poderá ter dois delegados e mais um delegado a cada 500 militantes. Isso irá deformar enormemente a representação na medida em que pequenos estados terão praticamente o mesmo número de delegados que os grandes estados.

Gorender, em seu livro “Combate nas Trevas”, irá retratar esta última reunião antes do racha.

Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral, cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes, (...) mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjará, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me

disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. (...) Na minha intervenção, desmascarei a chantagem (...) e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do C.C. (GORENDER, 1998, pg. 100).

Gorender tem este momento muito marcado na medida em que o final da reunião foi a despedida de companheiros de partido que tinham lutado muitos anos juntos. As disputas políticas em alguns casos se chocavam com amizades pessoais. Ainda segundo Gorender, *“De um lado e do outro, alguns dos velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e desaparecidos”*. (Gorender, 1998, pgs 100/101).

Em outubro de 1967 os dissidentes do PCB organizam uma reunião em Niterói para pensar os rumos a ser tomado dentro do quadro colocado. Ao contrário do que se buscava, esta reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária e como fruto desta reunião houve uma certa pulverização de caminhos a serem trilhados. Alguns criaram a Comissão Organizadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); outros, mais adiante, irão para o PC do B; outros, ainda, criarão a ALN; DI-Guanabara; POC e MR-8. Em São Paulo, a maioria foi para a ALN em função da liderança de Marighela, no Rio, os militantes dividem-se entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR; no nordeste, a grande maioria dos dissidentes vai para o PCBR e no Rio Grande do Sul, onde os representantes da dissidência na reunião eram Flávio Koutzii e Luis Pilla Vares, criam inicialmente a Dissidência Leninista que em abril de 1968 irá formar o POC juntamente com uma dissidência da POLOP.

A principal divergência que começa a se consolidar é quanto à estratégia e sobre a questão militar. Enquanto que o PCBR insistia na necessidade da

manutenção de uma estrutura leninista de partido e criticava o foquismo, a ALN negava o Partido, achando que este inevitavelmente levaria à burocratização. Defendia a ação autônoma das massas no plano militar como única saída para a ditadura.

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método – o que aparece nas suas críticas ao “pacifismo” e à “inércia” do PC – a “Corrente” buscava articular uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a “Corrente” opunha a necessidade da “guerra popular”, mas, igualmente, o próprio “caráter da revolução” para o PCB anti-feudal, anti-imperialista, nacional e democrática, era criticada pelos que dariam origem ao PCBR” (GARCIA. – O VI Congresso revive o passado – jornal Em Tempo nº 80, 6 a 12 de setembro de 1979).

Logo após esta Conferência, o debate sobre os rumos a seguir começa a ganhar corpo. O setor que busca organizar o PCBR faz um forte combate aos paulistas que se aglutinam ao redor de Marighella que irão se organizar em torno da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Esta propunha a preparação imediata da luta armada e baseava sua estratégia no foquismo (estratégia militar adotada na revolução cubana). Negava o partido como instrumento de organização na medida em que avaliava que todos os partidos se burocratizariam no futuro. Defendiam a organização dos revolucionários a partir da criação das chamadas “vanguardas armadas”, grupos compostos por um pequeno número de militantes com treinamento militar para fazer ações armadas e com autonomia de ação.

Em um documento da Comissão Provisória de organização do PCBR de São Paulo (em anexo), o mesmo começa a deixar explícito a diferenciação de concepções. É interessante observarmos que é exatamente em São Paulo que

Marighella irá dar origem à organização da ALN. Como era o principal dirigente do PCB em São Paulo, mais de setenta por cento dos dissidentes do PCB vão aderir às teses da ALN.

A pulverização de concepções relacionadas a diferentes questões (caráter da revolução; papel do partido; alianças de classes; concepção militar, etc), irá fazer com que o conjunto de militantes que romperam com o PCB se pulverize em diversas organizações com estruturas, programas e direções próprias. Mais adiante, em função da necessidade de sobrevivência política, algumas dessas organizações começarão a buscar articular ações conjuntas para combater as forças da repressão política.

CAPÍTULO 5 - PCBR: HISTÓRIA E ESTÓRIAS

O PCBR, que surge em maio de 1968, trará importantes contribuições, não só ao processo de luta armada, como também ao debate teórico daquele momento.

Duas características são importantes de destacar dentro do PCBR, que de alguma forma o diferenciava de outras organizações. A primeira delas diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha um alinhamento com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes); China (PC do B, AP) ou Cuba (ALN), o PCBR buscava uma independência em relação a estes países. Independência esta não só a partir das estruturas materiais, mas fundamentalmente a partir de concepções. Quando a URSS invade a Tchecoslováquia, o PCBR lança um documento condenando a invasão, assunto tabu para grande parte da esquerda.

Enquanto o PCB defende a intervenção em nome da defesa do socialismo, como afirma em sua declaração pública sobre o acontecido, o PCBR assume publicamente uma postura oposta (em anexo a resolução do PCBR). Em outubro de 1968, em um jornal mimeografado intitulado “Luta de Classes”, órgão do Comitê Estadual do PCBR de Pernambuco, (Luta de Classes – Ano I, nº 1), o mesmo reproduz a posição do CC sobre a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética. O documento do CC é de agosto de 68, logo após a invasão.

Como veremos a seguir, fica bastante claro, no documento oficial do Partido Comunista Brasileiro, (PCB), o grau de envolvimento de sua direção com a orientação política vinda diretamente da U.R.S.S. Este documento, de setembro de 68, entre outras questões, afirma que:

Após um longo processo de discussões bilaterais com a direção do Partido Comunista da Tchecoslováquia (...), decidiram enviar forças militares para a Tchecoslováquia para defender as conquistas socialistas dos trabalhadores e do povo tchecoslovaco, diante da ameaça da contra-revolução interna e dos inimigos externos do socialismo, para defender o sistema socialista mundial e os interesses de todos os povos que lutam contra a reação e o imperialismo, pela causa da paz mundial. (...) E o curso da luta dos povos de todo o mundo seria alterado se o socialismo fosse derrotado na Tchecoslováquia, desde que o embate fundamental de nossa época, que se dá entre o sistema socialista e o capitalismo, assume caráter internacional, influenciando na sorte da humanidade e no destino de cada povo. A comunidade socialista, internacionalista por sua natureza, opõe sua solidariedade e unidade à agressividade crescente do imperialismo. Frente a estes acontecimentos, o Comitê Central manifesta o apoio do Partido Comunista Brasileiro aos partidos comunistas da União Soviética, da República Democrática Alemã, da Bulgária, da Hungria e da Polônia, pela resolução que adotaram de prestar ajuda ao Partido Comunista e a todas as forças socialistas (Revista Civilização Brasileira. Caderno Especial nº 3 – Setembro de 1968, pg 93).

Mas o fato do Partido Comunista Brasileiro possuir um alinhamento político-ideológico com a União Soviética não o torna o único representante dessa posição no Brasil. O PCR – Partido Comunista Revolucionário, em resolução sobre essa questão, a partir de um longo documento analisando a intervenção soviética, decide

Depois de um conjunto de considerações; a) apoiar a intervenção soviética que frustrou o plano do imperialismo em restaurar o capitalismo na Tcheco-Eslováquia para dessa maneira submetê-la as sua política de rapinagem; (...) c) Lamentar que a intervenção soviética não tenha sido levada até o fim não só na Tcheco-Eslováquia mas também na Iugoslávia, com a extirpação do cancro capitalismo dirigido pela camarilha titoista, e na Rumênia com a

substituição da atual direção nacionalista-burguesa (Jornal A Luta – set/68 – PCR).

Também a maioria da Corrente Revolucionária que irá sair do PCBR e irá para o PC do B (Jover Telles e outros) que já estavam afinados com o PC do B e sua política de apoio incondicional à China, embora críticos à União Soviética, também aceitarão a intervenção, embora ampliando suas críticas não só à direção do Estado Tcheco, mas também soviético.

Desta forma, a luta não se dá entre marxistas-leninistas e revisionistas, mas apenas entre revisionistas, cada qual defendendo os seus próprios interesses nacionais, não a base do internacionalismo proletário, mas do nacionalismo burguês (Isqueiro Proletário – Ano III – número 42- Órgão do Comitê Estadual da Maioria Revolucionária da GB – PCB).

Nem mesmo a Política Operária, (POLOP), organização com vínculos mais fortes com o trotskismo e composta por militantes que mais tarde se tornarão importantes intelectuais de nosso país, como Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, se opôs imediatamente à ocupação. Segundo Otaviano Alves da Silva, (dirigente da POLOP na época), em entrevista à revista Teoria e Debate, informa que a POLOP não se posicionou a favor da Tchecoslováquia e contra a intervenção soviética porque não tinha suficiente informação para tal. Segundo Otaviano, houve uma reunião com o PCBR, na qual, em suas palavras,

O PCBR procurou a gente para discutir o programa e a questão da Primavera de Praga. O Eric (militante da POLOP) colocava para a gente que não tinha nenhuma informação a não ser pela imprensa burguesa, então era prudente não entrar num apoio aberto. Mas, de qualquer forma, era bom saber quem

eram esses caras, que já tinham manifestado apoio (...) Precisávamos de mais informação para apoiar. O Mário Alves não deu nenhum dado novo a não ser da imprensa, do Jornal do Brasil, informações dadas pelo Mauro Santayanna, que era do Partidão, e portanto não mereciam tanto crédito (entrevista de Otaviano Alves da Silva, Teoria e Debate nº 24 – março/abril/maio de 1994, pg. 65).

O pronunciamento do PCBR, por sua vez, é bastante contundente na crítica ao “reboquismo” a outras direções comunistas internacionais. Em seu documento de fundação, nas resoluções de maio de 1968, alerta que:

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica internacional. (...). Nosso partido a considera necessária e por isso não se omite em face dela assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condena a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como do Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao PC da China. Condenamos, como profundamente nociva, a atitude que consiste em deslocar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico (Resolução política – abril de 68)

No que concerne a um possível alinhamento com Cuba, Mário Alves irá se dirigir a este país, no final de 1968, buscando ajuda para organizar o novo partido e treinamento militar para seus quadros políticos. Seu retorno acontece em julho/agosto de 69 e na sua volta tem uma reunião com o PCR Argentino (Partido Comunista Revolucionário Argentino). Segundo dirigentes deste partido, as posições que Mário Alves defendia na época influenciaram de alguma maneira na sua organização. A resposta de Cuba é positiva, desde que os mesmos fossem encaminhados via ALN. Como possuíam discordâncias com essa organização,

em função de sua concepção militarista e negação da necessidade do partido, eles abandonaram essa idéia. Quando Mário Alves chega em São Paulo, mantém contato com Sérgio Sister, entre outros. Sister, (em entrevista ao autor), afirma que nunca tinha visto ele tão aborrecido como naquele momento, em função do resultado de sua viagem. A defesa da revolução cubana, bem como de outras experiências revolucionárias, está presente nos documentos do PCBR. A crítica que a organização fazia, no entanto, era em relação à transposição mecânica de experiências de contextos históricos e culturais diversos.

Outra característica própria do PCBR foi sua posição em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda na época. De um lado, havia os “militaristas”, (ALN, principalmente, além de outros grupos como a VPR – Vanguarda Popular Revolucionária), que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. A luta política ficava reduzida às ações militares, vista por eles como a única forma possível de ascender ao poder durante o regime autoritário.

De outro, os chamados “massistas” que, em diferentes organizações, se contrapunham à luta armada como forma de luta naquele momento e defendiam a necessidade de se fazer trabalho político junto a determinados setores da sociedade buscando a organização de um trabalho que desse resultado no futuro. Entre essas organizações, estava o PCB, a AP em sua fase inicial, ligada à Igreja Católica e inclusive os agrupamentos trotskistas da época (PORT – Partido Operário Revolucionário e FBT – Fração Bolchevique Trotskista).

Dentro deste contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconhecendo a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitando a política a esta esfera. Avaliava como correta a

existência paralela à luta armada de um trabalho no movimento de massas que possibilitasse a criação de lideranças nos movimentos sociais que pudessem encaminhar a política neste terreno. A dinâmica da luta política, no entanto, fará com que, na prática, a opção militarista passe a se tornar preponderante.

Nos anos 60, nós do PCBR queríamos manter um partido, mas modificamos a idéia do velho partido leninista, muito parcialmente por causa da influência e da tradição do partido bolchevique. O PCBR estabeleceu uma nova base de liberdade, de idéias, mas não caímos no outro extremo, que seria a visão anarquista. Guardamos uma combinação com o centralismo, uma combinação com a democracia interna que não fomos capazes de levar longe. Optamos pelo caminho armado, mas não aceitamos o predomínio da idéia de um comando político-militar dentro do partido". (entrevista de Apolônio de Carvalho à revista Teoria e Debate nº 6, abril/maio/junho de 1989. Pg. 37).

Posteriormente lança uma nova matriz política que é a proposta de criação das OIM (Organizações Independentes de Massa). A idéia das OIM contrapõe-se diretamente a toda a tradição política vinculada à política stalinista da chamada III Internacional. O intervencionismo do partido nos movimentos de massa sempre foi aceito e impulsionado pelos partidos comunistas no mundo inteiro. Toda posição que defendesse a necessidade da autonomia dos movimentos de massa, em relação aos partidos, era considerada uma posição autonomista/anarquista. O PCBR, ao resgatar a necessidade da não intervenção dos partidos nos movimentos sociais começa a romper com o que chamamos de política stalinista (período em que a URSS foi governada de forma autoritária por Stálin, o qual reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo).

É importante ressaltar que a não-intervenção não significa que o partido não busque influenciar e dirigir os movimentos sociais e os movimentos de massa, mas que não pode, de forma autoritária e intervencionista, decidir seus rumos sem a presença das massas no debate político e nos caminhos a seguir.

Cláudio Nascimento, sociólogo e ex-militante do PCBR, em um artigo intitulado “Mário Alves e a Revolução Anti-passiva”, analisa a forma como Mário vê a burguesia brasileira e a necessidade de uma revolução anti-passiva para romper com o latifúndio e a burguesia como sendo influência do pensamento de Gramsci. Acha muito difícil que sem acesso ao pensamento de Gramsci (que só posteriormente será introduzido no Brasil), pudesse formular uma linha política no campo da autonomia e da auto-organização. Mesmo sem utilizar a terminologia gramsciana, Mário fala no caráter passivo da burguesia brasileira

O bloco das classes dominantes que predomina no poder, composto por burguesia e dos latifundiários aburguesados, trata a seguir da via das transformações lentas e graduais realizadas exclusivamente de cima para baixo, através de compromissos e concessões mútuas entre o capitalismo ascendente e a propriedade latifundiária. Este curso da reforma agrária pretende excluir a participação ativa e independente das massas camponesas, precisamente porque se contrapõe aos seus interesses fundamentais e se orienta em função dos interesses da burguesia e dos latifundiários que empregam processos capitalistas (ALVES. Dois caminhos da reforma agrária. In: Nascimento, Alves. Revista Brasil Revolucionário, Abril/Maio/Junho, 1993, pg. 34).

Ao mesmo tempo refere-se à luta dos trabalhadores rurais como uma luta revolucionária para acabar com o monopólio da terra, concepção que se aproxima do conceito de revolução ativa de massas

Outro é o caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro, não o do compromisso com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária... Deve ser uma reforma que altere basicamente as relações sociais no campo e assente um golpe demolidor na classe caduca dos latifundiários. Este curso exige a ação independente das massas camponesas, em aliança com a classe operária e todas as forças progressistas...A reforma agrária só poderá ter êxito e vencer eficazmente os obstáculos opostos à sua concretização se for baseada na mobilização consciente das massas do campo através de suas organizações...A luta pela reforma agrária radical se funde, portanto, com a luta por um novo poder político efetivamente democrático... Os camponeses, os operários, o povo brasileiro, estão por uma reforma que seja uma revolução (ALVES, Dois caminhos da reforma agrária. In: Nascimento, Alves. Revista Brasil Revolucionário, Abril/Maio/Junho, 1993, pg. 34).

Por fim, no entendimento de Cláudio Nascimento, para que pudesse ser formulada uma concepção de autonomia naquele momento histórico, era necessário algum conhecimento sobre o que estava ocorrendo dentro do chamado bloco socialista no final da década de 50. Não apenas do debate que ocorreu por ocasião do XXº Congresso do P.C.U.S., quando são denunciados os crimes cometidos durante o período em que Stálin governava a União Soviética, mas também do debate que ocorria na Hungria, na Polônia e posteriormente na própria Tchecoslováquia, sem falar nos Conselhos Operários na Itália.

Mas é claro que naquele momento a leitura dominante nos PCs é que isso é um negócio contra-revolucionário. Mas quando você vai lendo aquilo, você vai vendo que a dinâmica era uma dinâmica altamente revolucionária de conselhos, autonomia, auto-gestão, etc. (...) Para Mário Alves, em 68, quando invadem Praga, não é só ver o lado da revolução passiva, de uma forma agressiva, quando a URSS invade a Tchecoslováquia, mas é que na

Tchecoslováquia também estava se dando um processo por baixo, das massas participando em conselhos operários. O próprio partido comunista faz um congresso clandestino dentro de uma metalúrgica em Praga. E quando o PCBR tira uma nota daquelas¹ (...) não se chega a uma idéia de autonomia sem se ter um conhecimento daquelas experiências que ocorreram (depoimento de Claudio Nascimento, fita nº 20).

Embora Mário Alves fosse uma pessoa que tivesse viajado muito em sua militância (visitou China, URSS, Cuba, União Soviética entre outras nações), não há afirmações mais conclusivas sobre um possível contato seu com o pensamento gramsciano. Jacob Gorender afirma que nunca ouviu nada nesse sentido de Mário Alves. Sua filha, Lúcia Caldas Alves, (em entrevista ao autor), também não tem informações de sua mãe sobre essa questão. Fica, portanto, uma interrogação sobre as possíveis influências que Mário teve na elaboração de concepções políticas as quais levaram a seu rompimento com o PCB e que ajudaram na construção de uma linha política que resgatava elementos de autonomia dentro de um projeto político de corte leninista.

No que se refere às direções do PCBR, a busca de dados ainda não é suficiente para entender todo o organograma de como a direção do partido organizava-se.

Como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes “frios”, a reconstituição das direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos. Em função do espaço de tempo (mais de 30 anos), das regras da clandestinidade, em que as pessoas conheciam-se por codinomes e das inúmeras substituições das direções em função das quedas ou desligamentos, apenas parte das

¹ Cláudio se refere à nota do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia (em anexo).

informações foram recuperadas. Ainda, em função da distância no tempo, alguns depoimentos são diferentes no que se relaciona a nomes que compuseram as direções. No entanto, a partir do cruzamento de informações foi possível reconstituir parcialmente as nominatas das direções. Quando houve informações desconstruídas, optamos em utilizar aquelas, que de alguma maneira, repetiam-se nos depoimentos, o que não garante uma informação absolutamente precisa, mas a que melhor aproxima-se da memória dos ex-militantes.

O primeiro Comitê Central, escolhido quando da fundação do PCBR, em abril de 1968 em um sítio próximo à Niterói, segundo Apolônio de Carvalho, (em entrevista ao autor), era composto por 20 membros. (embora outras informações falem em 15 pessoas, sendo destas 7 da Comissão Política e 3 da Comissão Executiva). Destes, Mário Alves (Villa), assumiu o posto de Secretário de Organização, Apolônio de Carvalho (Lima) a função de Secretário Político e Jacob Gorender (Sabino) a Secretaria de Agitação e Propaganda.

Dois elementos chamam a atenção na composição deste primeiro Comitê Central. Em primeiro lugar, é extinta a função de Secretário Geral, cargo que historicamente era (e em muitos casos continua sendo) central na estrutura dos partidos comunistas. A influência deste tipo de função na estrutura partidária tem sua origem na constituição do Partido Comunista da União Soviética e ajudou muito na constituição do culto à personalidade dos principais dirigentes comunistas no mundo (Lênin, Stalin, Nikita Krushev, Brezjnev e Gorbachev dentro da URSS, além dos diversos outros líderes nacionais dos partidos comunistas, a exemplo de Prestes aqui no Brasil).

De qualquer forma, a Secretaria Política, responsável pelos contatos externos do partido é a que ocuparia a posição de maior relevo externo. No

entanto, está presente na memória de alguns dos militantes que participaram deste Congresso a disputa (invertida) entre Apolônio e Mário Alves. De um lado, Mário Alves defendendo que Apolônio fosse o Secretário Político, e, de outro, Apolônio defendendo Mário Alves como o melhor nome para esta função.

Os demais membros identificados do 1º Comitê Central foram: Salatiel Teixeira Rolim (Penaforte), responsável pelas finanças; Miguel Batista dos Santos (que já era membro do CC do PCB antes do racha); Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (que era o representante da juventude no CC do PCB); Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos (Jason – responsável mais adiante pela questão militar); Augusto Henrique Maria D'Aurelie Olivier (ex-tenente); Jover Telles (também originário do CC do PCB); Armando Frutuoso; Jair (codinome, operário carioca que os entrevistados não conseguiram identificar, embora reconhecessem que pertenceu ao 1º CC); Hilda (funcionária pública no Rio de Janeiro, também não identificada e única mulher do CC) e Lincoln Bicalho Roque (que posteriormente sairia juntamente com Jover Telles, Armando Frutuoso e Hilda e iria para o PC do B).

Outros nomes citados e que não puderam ser identificados, (sendo que um deles pode ser o militante de codinome Jair), nem mesmo pode ser precisado o período em que estiveram no Comitê Central, foram: Fernando Cachimbo (bancário de Brasília); Fernando (segundo Arno Giesen, Fernando era Manoel Jacinto, antiga liderança camponesa do Paraná) e Bordiga (Rômulo Araújo Lima) da Paraíba. Rômulo foi o primeiro membro do CC a ser preso (em João Pessoa) e informou tudo que sabia à polícia a partir da ameaça de seviciarem a companheira dele (Germana). Com o tempo, passou inclusive a escrever artigos nos jornais contra a esquerda. Segundo Bruno Maranhão, como um dos critérios

era a representação dos estados, Rômulo, (estudante secundarista), na época era muito novo e inexperiente, o que em parte pode explicar seu comportamento. No entanto, um jornal do Comitê Central do PCBR de outubro de 1969, intitulado “Vanguarda”, classifica Rômulo como agente policial.

Fala das prisões de estudantes em João Pessoa, em agosto de 1969, entre eles Rômulo, Germana, Eric, Mônica e Guilherme. A mesma matéria situa Rômulo como tendo sido candidato à vice-presidente da UNE pela chapa “Integração e Luta” e que estava afastado do PCBR desde o AI-5

Na prisão, Rômulo iniciou uma vasta campanha de delação. Rômulo, que tinha sido destacado militante do ME na Paraíba (...) estranhamente, em meio à lista de cassações da Paraíba, seu nome não figurou – continuou assistindo aulas, tranqüilamente. Surgiu daí a suspeição sobre suas ligações com a polícia. O seu comportamento na prisão foi a prova dos nove. Rômulo não foi espancado. Nas acareações, fazia verdadeiros comícios-relâmpagos de dedo-duragem, descendo a detalhes remotos e fora do assunto, inclusive. Seu depoimento é um maçudo volume de delações e informações detalhadas. Fez viagens a Brasília e ao Recife, junto à polícia. Está em liberdade, sob a proteção do DOPS. Atualmente publica num dos jornais da Paraíba, a série “Memórias de um jovem”, que não passa de delação pública. Apoiado no policial Rômulo, o DOPS prendeu o universitário Heraldo, o secundarista Vital, Washington (entregue pela família) e outros. Há uma lista enorme de pessoas procuradas, (...) A polícia procura relacionar os presos com o assalto ao carro da Souza Cruz, na Paraíba, e com o incêndio do Paiol do 15º R.I. (jornal do PCBR – Vanguarda – Comitê Central – Outubro/69 – São Paulo – mimeografado).

Esta direção teve de ser recomposta em curto período de tempo. Ainda no primeiro semestre de 68, Jover Telles, responsável pela direção na Guanabara,

lançou um documento intitulado “Reencontro Histórico”, no qual defendia o ingresso dos militantes do PCBR no PC do B. Mais tarde ficou se sabendo que já existia um acordo entre o PC do B e Jover desde o início da construção do PCBR. Jover entrou para fazer “entrismo”, ou seja, cooptar militantes que estavam saindo do PCB e buscando uma nova organização.

Gorender afirma que Jover Telles participou da reunião em Niterói que fundou o PCBR e que

Só posteriormente ficou claro que o Jover Telles já estava, digamos assim, entrosado com o PC do B. Ele já era um militante do PC do B, um dirigente, inclusive. E ele na verdade fazia um papel de infiltração no nosso meio, com o objetivo de pescar militantes que depois saíam numa cisão dele para o lado do PC do B (GORENDER, 1998.).

Ao contrário do que muitos pensavam, segundo Gorender, a entrada de Jover no PC do B é anterior ainda ao racha do PCB.

Quer dizer, o Jover Telles, ele fez parte dessa cisão nesse processo. Ele entrou em contato com o PC do B (ele sempre teve boas relações com o João Amazonas, com o Maurício Grabois). Ele teve contato com esses dirigentes do PC do B, ele aderiu a eles. Mas já adotaram essa tática de não revelar imediatamente, então passou um período ainda como militante do PCB. Antes da expulsão, ele já tinha e depois no processo de formação do PCBR do qual ele participou ele também já era do PC do B. Quer dizer, ele tinha uma dupla face. Aí então, depois da fundação do PCBR em maio de 68, poucos meses depois ele romperia definitivamente (GORENDER, 1998.).

Mário Alves, em nome do PCBR, redige um documento intitulado “Reencontro Histórico ou simples mistificação?” o qual rebate todas as críticas

feitas pelo grupo ligado ao Jover e faz um ataque bastante forte às posições do PC do B.

Junto ao Jover, também saem do CC, no mínimo mais três nomes: Armando Frutuoso, Hilda (não identificada) e Lincoln Bicalho Roque. Com isto, é necessária uma recomposição da direção. Praticamente todos os que saem são oriundos da Guanabara.

Posteriormente, Jover Telles será protagonista de um episódio marcante na trajetória do PC do B. Em 16 de dezembro de 1976 houve o chamado Massacre da Lapa, no qual o exército invadiu uma residência no bairro da Lapa em São Paulo, onde estava sendo realizada uma reunião do Comitê Central do PC do B. Na realidade, a reunião já tinha ocorrido e na hora estavam apenas dois dirigentes: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, sendo que um terceiro, João Batista Drummond, foi assassinado sob torturas no DOI-CODI em São Paulo. Na mesma ocasião, quatro outros dirigentes foram presos, pois foram seguidos quando saíam da reunião. Jover Telles, um dos que saiu da reunião, pediu ao motorista que os estava levando que o deixasse descer em um ponto anterior ao local onde deveria ser deixado e foi o único que não seria preso.

Inúmeras provas foram apresentadas por ex-militantes de esquerda, principalmente do PC do B, no sentido de que Telles teria traído e denunciado a reunião. Durante muitos anos esteve desaparecido, mas, possivelmente em 1990, Jover será candidato a vereador em um município do interior do Rio Grande do Sul (Cachoeirinha) pela legenda do PDS (partido sucedâneo da ARENA, que era quem sustentava os governos militares durante a ditadura). O livro "Massacre na Lapa" (1987), de autoria de Pedro Estevam da Rocha Pomar, apresenta diversos indícios da traição de Telles.

Mais ou menos no mesmo período da saída do grupo de Jover Telles, em junho de 1968, uma parte da AP (Ação Popular) proveniente da Guanabara, ingressa no PCBR. A partir do documento intitulado “Uma Questão Ideológica”, fazem uma crítica à AP, caracterizando-a como uma organização pequeno-burguesa e ao final defendem o ingresso no PCBR

O PCBR uniu militante revolucionários proletários e constituiu-se hoje no partido qualitativamente superior aos demais, por sua origem de classe, tradição de luta da classe operária, composição atual de proposições políticas frente à realidade brasileira, ao reformismo e (ilegível..) e prática. É hoje a única alternativa proletária para a crise das esquerdas brasileiras. Nós, componentes do CS-3 e do pólo minoritário do CS-2 da GB, empenhados na luta revolucionária do povo brasileiro e desejando participar da revolução até o fim, fazemos do PCBR nossa alternativa e a apresentamos aos demais companheiros de Ação Popular, na certeza de reunir em (ilegível) alternativa todos os verdadeiros revolucionários (panfleto Uma Questão Ideológica, maio de 68, CS-3, CS-2).

A recomposição da direção do PCBR, fruto das defecções no partido, terá a seguinte composição no Secretariado: Mário Alves assume a Secretaria Política; Apolônio passa a ser o Secretário de Organização e responsável por organizar o Comando Político Militar e entra Nicolau Tolentino (Jason) como Secretário de Agitação e Propaganda no lugar de Jacob Gorender, que pede para sair da Executiva em função de que estava necessitando de tempo para escrever um livro. Neste momento é que Gorender começa a se dedicar a um estudo que irá culminar no livro “O Escravismo Colonial”, um dos livros clássicos da historiografia brasileira. Diga-se de passagem, um livro que precisou ser reescrito na medida em que a primeira versão foi destruída pela repressão.

Existe aqui uma imprecisão histórica. Enquanto que para Apolônio de Carvalho, Mário Alves só assumirá a função de Secretário Político depois de sua volta de Cuba, na metade de 69, outros entrevistados afirmam que sua ida à Cuba já se deu na condição de Secretário Político.

Na Comissão Política, continua Jacob Gorender, além do ingresso de Getúlio de Oliveira Cabral (Arthur); René Luis de Carvalho (Valter Orlando – filho de Apolônio); Luciano de Almeida, Juliano Homem de Siqueira; Marcelo Mário de Mello e Alberto Vinicius Mello do Nascimento (que será deslocado para o Paraná). Os demais membros do CC que continuam são: Bruno Maranhão (PE) que irá auxiliar Apolônio na Comissão Militar; Rômulo (Bordiga) (PB), Miguel Batista dos Santos; Salatiel Teixeira Rolim e Jair.

O surgimento do PCBR ocorreu em um contexto de forte mobilização da juventude. De março a junho foi quando ocorreram as maiores mobilizações organizadas pelo movimento estudantil. Era o momento em que ainda havia condições de uma atuação política legal no movimento de massas. Embora a constituição formal do PCBR tenha se dado em abril, anteriormente já havia uma definição de um conjunto de militantes em atuar nesta nova organização que estava formando-se e que se denominava inicialmente de Corrente Revolucionária.

Alguns dos dirigentes estudantis que foram presos no Congresso da UNE em Ibiúna (12 de outubro de 1968) ou que foram presos posteriormente, mas em função do congresso, eram militantes do PCBR (Vitório Sorotiuk; Mauro Goulart, etc.). Da mesma forma, o Calabouço, antigo restaurante universitário no Rio de Janeiro, foi um espaço onde algumas lideranças optaram em integrar esta organização, como é o caso da principal liderança do Calabouço, Elinor Britto,

como também Dirceu Régis que chegou a ser vice-presidente da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço). No nordeste, a grande maioria da juventude do PCB irá se deslocar para o PCBR.

Desta forma, durante o ano de 68 o PCBR irá intervir de alguma forma no movimento estudantil, buscando criar uma terceira alternativa entre a AP e a Dissidência Comunista. No Congresso de Ibiúna havia três candidaturas à presidência da UNE: José Dirceu, que era da Dissidência e que estava sendo apoiado por Vladimir Palmeira; a candidatura da AP através de Jean-Marc Van der Weid e a de Marcos Medeiros, do PCBR. Embora Marcos não representasse perigo para as demais forças políticas, representava uma outra visão sobre a luta do movimento estudantil. A chapa do PCBR chamava-se Universidade Popular; a AP possuía uma chapa com o nome de Universidade Crítica, além da Dissidência que reuniu todo mundo em torno da candidatura de Zé Dirceu com a Universidade Democrática. Ao final, a AP elegeu Jean Marc.

Segundo Juliano,

Nós queríamos uma Universidade Popular, (...) Universidade Popular pra gente era quase a ante-sala do socialismo. Obviamente a Universidade que nós queríamos só poderia ser produzida numa sociedade inteiramente outra... Havia propostas dos reformistas e dos taticistas, não é? Juntava o que sobrou do PCB, do movimento estudantil com o pessoal da Dissidência. Eles radicalizavam na questão da luta armada, mas na questão da universidade eles tinham uma visão táctica que eu considero até mais inteligente, partiam de um programa muito concreto de lutas, e havia uma proposta que era encampada pela coligação que tava se formando AP – PC do B, que pegava elementos da Universidade Popular, que nós defendíamos, nós do PCBR, e pegava elementos da Universidade Democrática, que a Dissidência e o Partido defendiam, e este foi o Programa que conseguiu galvanizar o maior número de delegados neste país,

não pela força que o PC do B tinha àquela época no movimento estudantil, porque eles tinham expressão em dois estados, Ceará e Bahia, mas pela força que a Ação Popular tinha no país todo, como um movimento de origem cristã, católica, etc (Entrevista de Juliano Siqueira – Fita nº 7).

Pelo que pudemos reconstituir, a chapa, que seria apresentada pelo PCBR à direção da UNE, além de ser encabeçada por Marcos Medeiros, liderança carioca ligada à sociologia da UFRJ, ainda tinha como integrantes outras lideranças estudantis do PCBR, como Vitório Sorotiuk (estudante da UFPR, que será preso e posteriormente concorrerá à presidência do DCE/UFPR na clandestinidade e conseguirá vencer as eleições com grande margem de votos); Marcos Nascimento (liderança da economia da UFRJ, embora de família paranaense); Cândido Pinto de Melo (Presidentes da União Estadual de Pernambuco que será atingido por um tiro na espinha durante uma manifestação de estudantes e ficará paraplégico); Carlos Henrique Maranhão (presidente do DCE/UFPE); Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (liderança do curso de Direito no Ceará) e Juliano Homem de Siqueira (liderança do DCE/UFRN). Estes são nomes lembrados na entrevista com Juliano Siqueira, embora devam existir outros.

Durante o ano de 1968, as únicas prisões de militantes do PCBR que acontecem estão relacionadas ao movimento estudantil. Particularmente as prisões ocorridas no Congresso de Ibiúna, onde mais de 800 estudantes são presos (e entre eles algumas lideranças estudantis vinculadas ao PCBR). Posteriormente, em 17/12/68 é preso Mauro Daisson Otero Goulart, no Paraná, em função da participação no movimento estudantil.

O acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva em um primeiro momento e

logo irá desencadear o recrudescimento da repressão. As lutas travadas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

O PCBR, mesmo sendo uma força minoritária no Movimento Estudantil, na época hegemônica pela Ação Popular (AP), teve uma atuação importante em alguns momentos e em algumas regiões.

No Rio, a luta contra o fechamento do Calabouço (casa de estudante e restaurante universitário) foi um momento importante de acumulação política por parte dos estudantes. Eles criaram a FUEC, com uma direção clandestina composta por cinco pessoas em que a principal liderança era Elinor Brito, ligado ao PCBR. O assassinato de Édson Luis no Calabouço, dia 28 de março de 1968, irá gerar uma grande repercussão social, não só no Rio como também em outros estados. Dia 1º de abril houve uma manifestação na qual mais de 200 estudantes são presos e mais de 100 saem feridos. Estas diversas manifestações isoladas irão desembocar na chamada passeata dos 100 mil, dia 26 de junho no Rio de Janeiro. Costa e Silva, temeroso das conseqüências, resolve negociar. De acordo com Zuenir Ventura, em seu livro "1968: o ano que não terminou" (1988), é escolhida uma comissão de estudantes e intelectuais. Faziam parte da comissão: o psicanalista Hélio Pellegrino, o professor José Américo Pessanha; o assessor jurídico do grupo, o advogado Marcelo Alencar, o padre João Batista Ferreira e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. Marcos era a principal liderança do PCBR no movimento estudantil (tentou disputar a presidência da UNE no Congresso de Ibiúna) e Franklin Martins também foi militante, sendo que ficou pouco tempo e após foi militar no MR-8.

Zuenir Ventura, (op. cit.), faz um relato sobre o desfecho da reunião entre a chamada “Comissão dos 100 mil” e Costa e Silva. Após uma reunião muito tensa, na qual os estudantes queriam a liberdade de seus colegas presos (nove estudantes), a partir de certo momento, Marcos Medeiros perde a paciência e pergunta:

Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros? Nunca se soube se o presidente ficou mais irritado com o tratamento indevido ou se com o tom de ultimato. O que se sabe é que o barulho da cadeira presidencial rodando, quase caindo, precedeu o ruído de duas mãos espalmadas desabando sobre a mesa. Era o marechal e não o presidente, quem, de pé, reagia: Eu não aceito ultimato, nem desrespeito. A dignidade da Presidência não admite ameaças. Está encerrada a reunião (VENTURA, 1988, pg. 179).

O fim desse diálogo encerra toda e qualquer possibilidade de negociação política do regime com os estudantes. A partir deste momento, o único caminho vislumbrado é o do confronto direto.

Em Pernambuco, Cândido Pinto de Melo elege-se presidente da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), enquanto Carlos Henrique Maranhão no mesmo momento era eleito presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco. No Paraná, Mauro Goularte, Vitório Sorotiuk e outros eram presos pela participação no Congresso da UNE no Sítio do Alemão, no final de 68 no Paraná. Em São Paulo, Pedro Del Pichia (liderança da PUC/SP) era o principal quadro no movimento estudantil. Em São Paulo, segundo Sérgio Sister, havia uma grande proximidade com o pessoal da Dissidência (Zé Dirceu). Até mesmo

pela fraca representatividade nesse estado, era muito comum o PCBR fazer alianças com a Dissidência para combater a AP.

A militância de Sorotiuk no movimento estudantil merece ser resgatada em função da série de prisões e do ineditismo de algumas situações. Já em 1966 (então no PCB), participou no Congresso da UNE em Belo Horizonte juntamente com Nilso Sguarezi (os dois únicos representantes do Paraná em um congresso da UNE realizado clandestinamente). Em 1967 novamente participa como delegado no Congresso de Valinhos. Neste ano é preso no presídio do Ahu (bairro de Curitiba) por estar envolvido no IPM do PCB. Durante sua prisão, é eleito presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (direito da UFPR). Segundo Vitório,

Uma das nossas primeiras atividades, logo após sairmos da prisão, foi trazer o Márcio Moreira Alves para uma conferência sobre o acordo MEC-Usaid e para o lançamento do seu livro Torturas e Torturados, culminando com a tomada da reitoria e o sepultamento do ensino pago (HELLER, 1988, pg. 301).

Quando o movimento estudantil começa a tomar corpo em 68, Vitório foi avisado de que as forças militares pretendiam prendê-lo novamente, sai do Paraná e passa a atuar junto à UNE em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Quando veio a absolvição definitiva do IPM do PCB, ele retorna a Curitiba. Novamente preso em São Paulo, pela participação no Congresso de Ibiúna em outubro deste mesmo ano, é solto cinco dias depois quando novamente volta a Curitiba, onde

Dois dias depois realizamos uma grande manifestação de rua, isso em outubro de 1968, que degenerou em confronto com a Polícia Militar. O Walmor Marcelino levou borrachadas na rua XV de Novembro e eu, perseguido por vários policiais, entrei correndo na redação do Diário do Paraná, na rua José Loureiro (HELLER, 1988, pg. 302).

Ajudado pelos próprios jornalistas, fugiu através dos telhados vizinhos escapando assim da prisão. No entanto, pouco tempo depois é colocado em uma lista de 80 estudantes do país que tiveram sua prisão preventiva decretada. Do Paraná, Sorotiuk e mais sete estavam nesta situação. Mesmo assim continua sua participação política.

Nesta época eu fui lançado candidato à presidência do DCE e ganhamos as eleições. Nós armamos um esquema de segurança e fizemos a campanha em todas as salas de aula. Depois, quando o reitor disse que eu não tomaria posse, porque a posse seria dentro da reitoria, nós encenamos a peça O Santo Inquérito, de Dias Gomes, reunimos mais de duas mil pessoas no auditório, e tomamos posse na frente de todo mundo (HELLER, 1988, pg. 303).

Segundo relato de José dos Reis Garcia, Sorotiuk entrou no teatro da universidade vestido de mulher quando, durante a apresentação, o grupo suspende os trabalhos e organiza a posse que foi divulgada no outro dia pelos principais jornais de Curitiba. Após este fato, Sorotiuk será preso mais duas vezes. No Congresso da UNE, realizado no Sítio do Alemão, onde será preso e cumprirá uma pena de cinco anos e meio (em função da participação no Congresso de Ibiúna; Congresso do Sítio do Alemão e participação na passeata dos 100 mil). Mais tarde, absolvido de algumas acusações, teve a pena reduzida e foi libertado no período de 1972/73. Como era o período mais forte dos

extermínios por parte da ditadura, acaba indo para o Chile. Participa ativamente na sustentação do Governo Allende e com o golpe chileno novamente é preso, ficando 45 dias no Estádio Nacional, verdadeiro campo de concentração de presos políticos. A partir da mobilização da Cruz Vermelha Internacional, que procurou ajudar principalmente aos estrangeiros, Sorotiuk vai para a Suíça e de lá se dirige para a França, onde nessa época lá já estarão outros membros da direção do PCBR, como Apolônio de Carvalho, René de Carvalho e Bruno Maranhão.

Esta forte participação no Movimento Estudantil, estava relacionado à política que o PCBR defendia de ligar as lutas de massas à ação militar, posição distinta da ALN que entendia que a ação no movimento de massas tinha como objetivo unicamente o recrutamento de militantes para a ação armada. No jargão maoísta da época, “o fuzil dirigindo o partido”.

O documento de fundação do PCBR, na parte intitulada “Guerra de Guerrilhas, Ações Armadas e Luta de Massas”, explicita a visão sobre esta relação:

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilha, como tarefa principal, não exclue – mas pelo contrário acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas na cidade e no campo. Em nosso país devido a existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadores agrícolas”. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe portanto às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por

transformações radicais na nossa sociedade (Resolução política – abril de 68).

A ação no movimento de massas ficava restrita praticamente ao movimento estudantil e a algum tipo de trabalho junto ao movimento camponês (principalmente no nordeste e em função das sementes lançadas pelas Ligas Camponesas). A ação no movimento sindical estava praticamente bloqueada para que as organizações revolucionárias pudessem fazer algum trabalho político.

Esta característica, que distinguia o PCBR de outras organizações, com o tempo foi diluindo-se e, aos poucos, o PCBR também adere ao militarismo, isola-se da massa e passa a realizar ações armadas, o que gerou um ciclo perverso. A forma de conseguir dinheiro para manter um grupo de pessoas deslocadas das relações de produção era os assaltos à banco, os quais, por sua vez, mais cedo ou mais tarde expunham a organização, na medida em que muitas destas ações foram mal sucedidas e militantes foram presos.

No Paraná, o bancário e estudante de direito José dos Reis Garcia, foi preso dia 14/04/69 acusado de tentar organizar um assalto à agência do Banco do Brasil de Telêmaco Borba. Quem irá denunciar Garcia é Luiz Carlos Pagnozzi (padrinho de uma das filhas de Garcia). Esta ação fazia parte de um plano articulado juntamente com o grupo ligado ao Major Joaquim Pires Cerveira e seria financiada com dinheiro proveniente de um esquema de desvio de uma agência do Leblon, no Rio, através de Jorge Medeiros do Valle (o “bom burguês”). Preso por exatos 4 anos, (sairá da prisão dia 14/04/73), irá denunciar como seus torturadores o então capitão Fernando José Vasconcelos Kruger, o sargento Bruno Goerisch e o escrivão José Guttemberg da Cruz. Apolônio, que teve contato direto com Jorge Medeiros, refere-se a ele de forma positiva

Além de corresponder à necessidade de fortalecer a organização, antes de expô-la abertamente à repressão, facilitam-nos os preparativos e as doações de Jorge Medeiros do Vale, combatente sincero e injustamente esquecido no seio da esquerda. Nos corredores do sistema financeiro, ele realiza operações que irão prover de fundos certas organizações de esquerda. O PCBR é um de seus beneficiários. Preso, Jorge Medeiros guardaria dignidade e coragem diante de seus torturadores (CARVALHO, 1997, pg. 202).

Enquanto isso, no Paraná, Mauro Goulart será testemunha das torturas sofridas por Garcia e outros presos políticos

José dos Reis Garcia era funcionário do Banco do Brasil e foi torturado sob a acusação de planejar um assalto a banco. Ele tinha úlcera gástrica, ia para as sessões de tortura e voltava arrebatado, com equimoses por todo o corpo, vomitando sangue. Apesar disso, ele não entregou ninguém e suportou tudo sozinho. (...) O sargento Albery não tinha mais impressões digitais. Usaram maçarico para queimar os seus dedos, colocaram a sua mão dentro de uma lata e espremeram em um torno. Ele ficou bastante mutilado (HELLER, 1988, pg. 308).

Preso na cidade de Blumenau, para onde será transferido, Garcia continuará sua atividade de dirigente do PCBR dentro da prisão. Com o tempo, adquire a confiança de um de seus carcereiros e à noite (uma vez por semana), sai da prisão na madrugada e pega carona no carro do malote dos Correios (em que um de seus motoristas também é ligado à Garcia) e se dirige à Curitiba, onde faz reuniões com uma célula de militantes e retorna antes do amanhecer, sendo que quando a guarda troca, já está novamente em sua cela.

Não está claro até que ponto esta foi uma iniciativa local ou determinada pela direção nacional, na medida em que nesta época já havia início de deslocamentos temporários de dirigentes nacionais para o Paraná (Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim), além do deslocamento, em junho ou julho de 1969, de Elinor Britto (Saul ou Rocha, RJ); Seledino Nunes de Oliveira (Zé Maria), Henrique Roberti Sobrinho (MG) e mais adiante de Alberto Vinicius de Mello Nascimento (Xanha - PE) para assumir funções dirigentes na organização. Segundo Garcia, com sua prisão é Elinor quem irá assumir suas funções de dirigente do PCBR no Paraná.

O deslocamento de pessoas para essa região estava vinculado à tentativa de construir bases rurais para desencadear uma guerrilha a partir do campo. O PCBR avaliava que a guerrilha rural deveria ser a base da revolução no Brasil. Não desconsiderava a importância de ações vinculadas à luta de massas, fossem elas legais ou ilegais, como também não ignorava a importância da ação militar nas áreas urbanas. No entanto, em função das dimensões continentais do país e das imensas desigualdades regionais, acreditavam que somente uma luta de guerrilhas no campo, e de longa duração, é que teria possibilidade de ser vitoriosa. Defendiam a concepção denominada “guerra popular prolongada”, próxima às concepções chinesas de revolução, embora ressaltassem a importância do papel do movimento de massas na zona urbana. Essa concepção era sintetizada na expressão “cerco da cidade pelo campo”.

Visando criar as condições para a luta armada rural, outras iniciativas foram tomadas ainda em 1969. Em Sergipe, foi organizado um treinamento militar em uma área rural emprestada. Seus responsáveis foram Getúlio de Oliveira Cabral (que havia feito treinamento em Cuba), “Aroeira”, (nome verdadeiro não

identificado) e Bruno Maranhão. Segundo Bruno (em entrevista ao autor), o primeiro problema é que o Comitê Central não mandou a quantia que havia sido acertada (o que levou Theodomiro, então seminarista, a expropriar o dinheiro da Igreja em que atuava para ajudar a financiar a atividade prevista). O dinheiro não foi mandado porque estava imobilizado em função do investimento que a direção do PCBR havia feito na compra de apartamentos, como veremos mais adiante. A solução foi buscar ajuda financeira junto a simpatizantes ligados à classe média e reduzir os custos previstos. Esse processo envolveu aproximadamente 25 pessoas, na quase totalidade camponeses, e o dinheiro arrecadado foi gasto basicamente em gasolina, munição, farinha, charque e arroz, sendo que o leite vinha da própria fazenda onde foi feito o treinamento.

Durante o treinamento, surge um outro problema. Já ao final, no quinto dia, um dos militantes tem um “surto” e entra em crise. Dizia que queriam matá-lo e foge mata adentro. Ainda tentam cercar a mata durante a noite, mas não conseguem detê-lo. Nessa mesma madrugada, cortam todas as árvores que tinham buracos de bala, enterram o armamento e apagam todos os vestígios do treinamento. Estava desmobilizada a ação de treinamento militar. Embora o contratempo, já havia sido realizado o treinamento de marcha, tiro e tática de guerrilha.

Nesse mesmo período, um militante foi enviado ao interior de Goiás para fazer um levantamento de fazendas que estivessem à venda. Como os órgãos de informação já estavam atentos a movimentações nessa região, ele foi preso pelo delegado de um município do interior de Goiás. O codinome do referido militante do PCBR era Zé Pedrinho, nordestino de origem e camponês do Rio de Janeiro, morador da Baixada Fluminense. Ele tinha se apresentado como fazendeiro em

busca de terras e, ao final, fez um acordo com o delegadom que tinha ficado com os documentos de Zé Pedrinho para checar as informações. Como já era tarde e apenas no outro dia de manhã poderia obter informações, Zé Pedrinho deixaria os documentos com o delegado e dormiria no único hotel existente na cidade (já que não existia nenhuma acusação contra ele e não poderia fugir, pois a única linha de ônibus que passava pela cidade sairia depois do almoço do dia seguinte). Enquanto isso, esperariam a resposta da busca de informações. Com receio de que efetivamente poderia ser um fazendeiro, o delegado deixa-o dormir no hotel. Durante a madrugada, Zé Pedrinho foge pela janela e fica andando por quatro dias na mata até achar condições de deslocamento para outras regiões. De acordo com informações que Bruno Maranhão obteve posteriormente em contato com Zé Pedrinho, (e que repassou ao autor), ele chegou até mesmo a beber a própria urina para poder sobreviver.

No início de maio de 69, o Comitê Regional de Pernambuco irá deslocar militantes para João Pessoa para organizar uma expropriação (termo utilizado na época para assaltos a bancos, embora também houvesse expropriações de empresas). A instituição escolhida foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, no qual dois funcionários foram rendidos e foi expropriada uma valise com depósitos da Companhia Souza Cruz. Luciano Almeida e Carlos Alberto Soares irão participar dessa ação. Segundo avaliações de ex-militantes (cálculos a partir do valor do dólar), essa ação rendeu o que hoje equivaleria a uns 600 mil reais.

Outro tipo de ação utilizada de forma freqüente era a de propaganda política. A intenção poderia tanto ser a de divulgar o pensamento revolucionário como desmoralizar o inimigo.

No início de setembro de 1969, em função do sequestro do embaixador Charles Elbrick, por parte do MR-8 e da ALN, o PCBR, tentando disputar bases políticas, se sente na obrigação de organizar algum tipo de ação. Resolvem destruir o palanque montado para as festividades do dia 7 de setembro em Recife. A ação ocorre na madrugada do dia 6 para o dia 7. O palanque estava situado na principal avenida de Recife, Visconde da Boa Vista. A intenção era que quando as autoridades chegassem de manhã para as festividades, só encontrassem os destroços do palanque.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho foi encarregado de transportar a dinamite (conseguida através de contatos com a ALN) de Fortaleza até Natal. O curioso é que o avião em que chega Francisco de Assis, com a dinamite, aterrissa no aeroporto de Recife exatamente no momento em que Gregório Bezerra estava sendo deslocado para o avião que vinha do Rio de Janeiro com os exilados que tinham sido trocados pelo embaixador. O aeroporto estava tomado pelo exército e, nestas condições, Francisco desceu com duas malas de dinamite e um revólver junto à cintura, que apenas serviria para chamar a atenção, sem nenhuma possibilidade de utilizá-lo como defesa nas circunstâncias de então. Talvez por que ninguém pudesse supor que algo parecido estava acontecendo, Francisco de Assis pôde desembarcar e passar pelo sistema de segurança do aeroporto sem ser revistado.

Diretamente desta ação participaram Carlos Alberto Soares, (motorista), Luciano Siqueira e Rholine Sonde Cavalcante Lima. Segundo os relatos de Luciano Siqueira, quase houve um grande desastre, similar à tentativa de explosão da bomba no Riocentro alguns anos mais tarde. Utilizaram um automóvel volkswagen que ia atrás de um ônibus para não chamar a atenção.

Quando chegassem ao local, ultrapassariam o ônibus (para poder fugir em grande velocidade), ao mesmo tempo que atirariam as bananas de dinamite no tablado (palanque oficial). O inesperado é que nenhum militante tinha experiência com dinamites e não sabiam que o rastilho de pólvora queimava tão rapidamente. Por muito pouco a dinamite não explode dentro do carro. Mesmo assim conseguem acertar o alvo com a dinamite e fugir do local. Segundo lembranças de Luciano,

Meu objetivo era acender as massarocas de dinamite, estava no banco de trás. Carlos Alberto dirigia e Rholine na frente. Minha função era acender a primeira, passar para ele arremessar e escapar. Meu irmão, eu não sabia que o estopim quando aceso não fica parado, ele fica doido. Eu podia ter sofrido o mesmo fim daquele sargento lá no Riocentro (...) Acendi com o cigarro que era a forma mais fácil de acender o estopim, então acendi a primeira massaroca, ele jogou e imediatamente acendi a segunda. Jogamos alguns panfletos, o nosso objetivo era dar publicidade à ação, mas quem tomou conhecimento do panfleto foi a repressão, porque era meia noite e não circulava ninguém pelas ruas (Luciano Siqueira – fita nº 4).

No outro dia, Francisco de Assis resolve visitar sua avó que morava perto (em frente) ao local do palanque. Achando que tinha sido feito um grande estrago, fica sabendo por ela que apenas tinham lançado na noite anterior uns “peidos de sogra”, expressão utilizada para designar bombinhas, buscapé, etc. Como a dinamite tinha sido jogada de cima para baixo, apenas fez um rombo no tablado, e no outro dia de manhã colocaram um pedaço de madeira por cima e realizaram a solenidade prevista sem nenhum tipo de contratempo. Luciano também passa pelo local e vê o desfile sendo realizado normalmente. Naquela manhã, Luciano e Francisco de Assis, juntamente com inúmeros outros militantes da organização teriam uma reunião com Mário Alves que estava em Recife.

Preocupado com o problema das quedas originárias das tentativas de assaltos, não só do PCBR como também de outras organizações, um bancário do Rio de Janeiro, Jorge Medeiros do Valle, descobre uma forma de criar uma fraude fiscal na agência Leblon do banco em que trabalhava (Banco do Brasil) e começa a desviar grandes quantias de dinheiro para o PCBR e MR-8. Até este momento, o PCBR havia feito poucas tentativas de assaltos a banco, e com o dinheiro advindo do chamado “bom burguês” não haveria tanta necessidade de expor a organização. Jorge Medeiros (“bom burguês”) não era ligado a nenhuma organização em particular, mas estava disposto a ajudar aquelas com que tinha algum tipo de contato para que elas não fossem identificadas e destruídas pelos órgãos de repressão.

Estabelece contato com Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim, que passa a ser o responsável e contato direto com o PCBR. Do dinheiro arrecadado, parte destina-se a organizar a luta armada no Paraná, onde terras são compradas e para onde militantes serão deslocados. Além disso, o PCBR estabelece um acordo com um grupo político do Rio Grande do Sul, liderado pelo Major Cerveira. Além desta parte do dinheiro, que se destinava à organização de uma base militar no Paraná, um pouco foi gasto na manutenção da estrutura (militantes, aparelhos, deslocamentos) e houve a compra de alguns apartamentos no Rio de Janeiro. Esta é uma das críticas presentes em mais de um depoimento a Apolônio, eis que ele foi o responsável, na época, por estas aquisições, e isso gerou um problema de liquidez na medida em que a venda de apartamentos era sempre algo demorado e a dinâmica da luta armada e da própria sobrevivência da organização dependia muitas vezes de um retorno financeiro rápido. O próprio treinamento em Sergipe teve problemas em decorrência dessa questão.

Da parte de Jorge do Valle, existe uma afirmação de que além do dinheiro investido nas organizações, houve investimentos em financeiras, hospitais e empresas. As empresas e financeiras, segundo Jorge, existem até hoje. No entanto, como tinha sido feito um acordo com empresários da época, enquanto durou a guerrilha no Brasil, eles o cumpriram (Jorge teria “injetado” recursos nos respectivos empreendimentos). Depois das prisões, essas pessoas apropriaram-se dos empreendimentos e até hoje não vieram à tona os nomes envolvidos. Quanto aos investimentos feitos pelo PCBR, no que se refere à compra de terras no Paraná, após as quedas, ninguém ficou sabendo com quem ficaram. O próprio Elinor Britto, em viagem à região, tentou identificá-las, mas não conseguiu, em função das enormes transformações ocorridas daquela época para hoje.

Do dinheiro desviado por Jorge Medeiros, apenas uma parte ia para o PCBR. Depois de algum tempo, o dinheiro começou a ser entregue (e em maior quantia) ao MR-8, sendo que parte (que ficou com o próprio Jorge) foi transformada em dólares e enviada à Suíça. Outra parte o próprio Jorge resolveu aplicar em investimentos aqui no Brasil mesmo.

Mais tarde Jorge Medeiros irá denunciar um esquema de corrupção que envolvia militares de alta patente na apropriação desse dinheiro. Quando ele é preso, existiam em seu apartamento mais de 700 mil dólares em pacotes que iriam ser distribuídos para algumas organizações. Desse dinheiro apareceram apenas 300 mil no inquérito. Em relação ao dinheiro da Suíça, ele faz um acordo com os órgãos de repressão, e oficiais da marinha são mandados à Suíça, acompanhados de seu cunhado e entregam para sua mulher (que já morava lá) um bilhete em que Jorge autoriza a entrega do dinheiro. Também do montante entregue apenas uma parte apareceu. Inclusive o Banco do Brasil não

acompanhou a entrega do dinheiro (que pertenceria ao Banco). Jorge também denuncia um esquema de lavagem de dinheiro de que ele teria sido convidado a participar e que envolveria Iolanda Costa e Silva, na época mulher do Presidente da República. Com a prisão de Jorge Medeiros, nos interrogatórios feitos na marinha (praticamente todos os interrogatórios realizados em organismos das forças armadas nunca vieram a público), a preocupação maior da parte dos interrogadores era quanto ao envolvimento de Iolanda Costa e Silva. Poucos dias depois, Arthur da Costa e Silva terá um derrame e ficará incapacitado. Os detalhes desses episódios são relatados em uma entrevista de Jorge Medeiros a revista Isto É, número 115 (A Repressão Acusada), de 07 de março de 1979.

Embora um pouco extenso, é importante revermos o depoimento de Jorge Medeiros do Valle quando de sua prisão, (inquérito policial), pois a partir de alguns fatos relatados por ele podemos compreender melhor duas situações que foram importantes em desdobramentos posteriores: o papel de Salatiel Teixeira Rolim na arrecadação do dinheiro (que mais tarde levará a seu justicamento por membros do próprio PCBR) e a estruturação de uma aliança militar no sul do país com o Coronel Cerveira.

Em seu depoimento policial, Jorge Medeiros declarou que:

Há algum tempo tivera a idéia de fazer o levantamento de uma grande soma de dinheiro para aplicação no processo revolucionário de esquerda no Brasil; que pôs em prática, em meados de 1968, essa idéia, fazendo desvio de dinheiro através da Agência do Banco do Brasil, em Leblon, local em que trabalhava; que desviara cerca de cinco bilhões de cruzeiros velhos, trocados por dólar e os depositara em Bancos da Suíça; que pretendia com tal importância financiar os movimentos Revolucionários do Brasil; que transferira sua família para a França a fim de poder participar mais ativamente no

movimento Revolucionário; que entregara a importância de cem mil dólares aproximadamente a Roberto Las Casas – ex-professor da Universidade de Brasília exilado na França por problema político – que era seu amigo, para que providenciasse manutenção de sua família; que fôra apresentado a um certo Roberto (Salatiel Teixeira Rolim) do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, por intermédio de seu amigo, digo, amigo do depoente, Rodrigo José Faria Lima; que a apresentação fôra feita na Churrascaria “Las Brasas”, durante um jantar; que Roberto fôra apresentado ao depoente como sendo um dos responsáveis pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que mais tarde em encontros com Roberto, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, sentiu, o depoente, que Roberto realmente deveria ser elemento da cúpula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que no encontro da Churrascaria, supracitado, ficara assentado que o depoente ajudaria ao PCBR na formação de uma estrutura para a revolução, ajuda essa sob o aspecto financeiro; que houvera uma série de “contatos”/ que Roberto recebia dinheiro do depoente para o PCBR; que nesse interím houvera uma reunião da qual participaram um tal de Botelho, representante do Movimento 26 de Março, no Sul, Cerveira, major do Exército Brasileiro, cassado -, Roberto e Apolônio de Carvalho do PCBR, e o depoente; que Botelho e Cerveira seriam da mesma “organização”, um atuando no Sul e o outro em Curitiba – respectivamente; que nessa reunião tratou-se da formação de uma “FRENTE”, que Botelho carecia de dinheiro para manutenção de seu pessoal e compra de armas nos países vizinhos do Sul; que o depoente fornecera a Botelho uma lista de agências do Banco do Brasil, com os respectivos numerários em caixa; que no dia seguinte ao da reunião supracitada, se encontrara com Cerveira o qual lhe expusera pretensões de montagem de uma emissora de rádio e aquisição de armas no Paraguai; que a rádio emissora seria montada em Curitiba e transportada para o Rio de Janeiro; que fornecera, então, a Cerveira, cêrca de vinte mil cruzeiros novos; que Cerveira e Botelho não deram mais notícias; que permanecera em “contato” com Roberto apenas; que num segundo “contato” com Botelho, um mês depois, o mesmo trouxera uma declaração da “FRENTE” ao povo brasileiro; que nesse reunião Botelho apresentara o fato de que Jeferson Cardin de Alencar já havia chegado e estava com problemas para escondê-lo; que, então, propusera a Roberto a vinda de Jeferson para o Rio, tendo combinado que Roberto arranjará um “aparelho” e avisaria para onde deveria trazer Jeferson; que nessa ocasião o

depoente dera a importância de vinte mil cruzeiros novos a Botelho e – este fato se passara já em princípios de mil novecentos e sessenta e nove: que o depoente continuara a fazer “contatos” com Roberto bem como fornecia dinheiro para o PCBR e para a estruturação da já aludida “FRENTE”; que nessa ocasião Roberto lhe falara de uma ação a ser realizada em Curitiba, e demonstrara que seria contra uma das agências da lista fornecida pelo depoente; que essa ação não fôra concretizada; que Roberto lhe dissera ter caído um elemento numa agência do interior ou em Curitiba que pusera o plano a perder: **(possivelmente tenha sido a queda de José dos Reis Garcia)** que Roberto lhe pedira para levar dois elementos a Curitiba para a ação à agência, a qual não se realizou; que diante disso o depoente começara a sentir a fragilidade da Estrutura armada de Curitiba por Cerveira e Roberto; que posteriormente Cerveira viera para o Rio e o depoente não sabe se o mesmo voltara a ter “contatos” em Curitiba; que Roberto demonstrara muita satisfação pelo fato de Cerveira ter saído de Curitiba; que em “contatos” posteriores com Cerveira realizados em Ipanema fôra tratado do problema da obtenção de dinamite, que Roberto precisava para o PCBR; que por ocasião da vinda ao Brasil de Nelson Rockefeller, o depoente pensou em obter carga explosiva; que o depoente achava que era necessário, por ocasião dessa visita, da realização de um grande feito como por exemplo a destruição do prédio da Stander por meio de explosivo, que Cerveira prometera arranjar para o depoente, cargas de dinamite, mas não conseguira; que depois de algum tempo Cerveira acabara conseguindo cinco quilos de dinamite que foram entregue a Roberto, o qual já possuía o lugar para guardar e o técnico para manipular o referido explosivo; **(possivelmente referia-se à Sérgio, seu filho)** que houvera uma tentativa de conseguir dinamite através da “organização” de Reinaldo (Gabriel)”. (depoimento de Jorge Medeiros do Valle à polícia).

A parte que se segue do depoimento refere-se basicamente às articulações com o MR-8 que seria a “organização de Gabriel”. Volta a se referir ao PCBR em 4 momentos. Quando fala de seu motorista particular, que tinha sido apresentado pelo Roberto e que era uma pessoa foragida de Minas Gerais que estava sob os cuidados do PCBR; no plano do MR-8 de executar uma operação de fuga de

presos políticos da Ilha das Flores e que Roberto ficou de procurar entre os militantes do PCBR bons nadadores para tal ação; quando se refere a diversos tipos de armas que o MR-8 adquiriu através de Roberto e quando fala do dinheiro enviado ao PCBR. Segundo ele, “começara a fornecer dinheiro ao PCBR desde aproximadamente agosto de 1968; que o total que o depoente fornecera ao PCBR, através de Roberto, fôra de quinhentos ou seiscentos mil cruzeiros novos”.

Outro depoimento importante para entendermos o contexto, é o de Sérgio Teixeira Rolim, filho de Salatiel que tinha retornado recentemente de um treinamento em Cuba² e que posteriormente será preso e torturado de uma forma violenta, o que irá explicar o comportamento de Salatiel frente ao PCBR. Embora a extensão, entendemos que, devido a sua importância, a citação deve estar no corpo do trabalho e não em anexo:

Foi treinar em Cuba através do Movimento Popular de Libertação (MLP – articulação de Arraes). Foi com Getúlio Cabral (Camilo) e “Pedro” (estudante de História em Minas Gerais) Ex Polop. Em maio de 69 termina curso de guerrilha. Chegou ao Brasil com Getúlio dia 11 de maio de 1969. Ao chegarem foram para a residência de Milton Caldeira. Salatiel os visita e fala dos desdobramentos da Dissidência. Mais tarde reúne-se com: Salatiel, Silvestre, André, Antônio e Aloísio – balanço sobre o não acontecimento das ações previstas para a vinda do Rockfeller (explosões na sede da OEA). Assistência política de Silvestre. Salatiel, contestando Silvestre disse que a não explosão foi fruto do fato de Sérgio não ter conseguido os explosivos; da falta de pessoal preparado e falta de viaturas. Sérgio argumenta que a falta de explosivos é fruto do não cumprimento da promessa de Jorge (Wagner). Após, depois de ler documento do PCBR, Salathiel marcou um ponto entre Sérgio e “Lima”. Foi levado a um apartamento (com os olhos baixos) onde estavam: “Lima”; **(Apolônio)**; “Aloísio”; “Paulo”, “Artur” **(Getúlio**

² Sérgio Teixeira Rolim e Getúlio de Oliveira Cabral foram à Cuba fazer treinamento militar em 28/06/68 e retornaram dia 11/05/69. Tanto a ida como a volta foi realizada com diversas escalas em outros países para despistar a repressão.

Cabral) e “Antônio”. Definiu-se que Sérgio ficaria em contato com Antônio. “André” marca uma reunião com Sérgio após a reunião, onde “Cristina” (**possivelmente Nancy Mangabeira**) é apresentada como a pessoa que iria morar com ele em um aparelho. Neste interím é apresentado a “Wagner” (**Jorge Medeiros do Valle**), por “Aloísio”, já que este seria um bom contato e esta seria uma das missões de Sérgio (acompanhar Wagner). Wagner falou que esperava um carregamento de explosivos e tinha a idéia de explodir o prédio da Standard (com a vinda do Rockfeller). Em outro contato, conhece “Paulo”, motorista de Wagner. Como Wagner viajaria, apresentou “Rodrigo” como o contato e a pessoa que informaria a chegada dos explosivos. Rodrigo informa que chegou e apresenta “Joaquim” Cerveira. Joaquim entrega parte do material para Salatiel prometendo mais 100 quilos de dinamite. Rodrigo convidou Sérgio para montar um dispositivo de segurança para a chegada de “Wagner”. Encontrou-se com Rodrigo e Claudio indo para a casa de “Wagner”, antes encontrando-se com Nely, cunhada de Jorge, conhecendo também “Raimundo” (Herberto). Paulo lhe mostrou o levantamento do aeroporto (trazido por André). É apresentado à Regina e mais tarde à “Sergio” e “Ivan”, para ensiná-los a manejar com explosivos. Foi à casa de “Sérgio” onde encontrou apenas “Rodrigo”. À noite, com Claudio foi encontrar-se com “Sérgio”. Posteriormente reuniram-se com “Ivan”, Paulo e “Regina” no aptº de Rodrigo José Faria Lima, combinando a segurança da chegada do Jorge. Após a chegada deste, reuniu-se com Rodrigo, Jorge e Paulo. Jorge pediu um ponto com Salatiel. O encontro ficou marcado através de “Antônio”. Lá estavam Paulo, Rodrigo, Salathiel e “Wagner”. Marcara uma reunião de estudo. Rodrigo veio com a esposa e um casal (o motorista era Renato Mascarenhas). Deveriam comparecer também “Wagner”, “Sérgio” e Paulo; não comparecendo, Rodrigo desculpa-se com Renato Mascarenhas e pede carona (para Rodrigo, Denise e Sérgio) até Copacabana, onde Denise separa-se deles e os segue até um aptº. Lá fica sabendo que a reunião acontecerá durante todo o fim de semana e que moças viriam para dar cobertura. Alguns dias antes da chegada de Rockfeller, encontrou-se com Antonio que passou a ser seu contato, passando dinheiro e documentos. Alguns dias após entregou os documentos intactos a Salathiel e reclamou da falta de cuidados de segurança do Antônio. Os encontros para procurar uma casa foram com “Cristina” que seria sua companheira no aparelho. Última vez que viu Cristina foi uma Sexta feira, antes de ser preso

(ao cobrir um ponto que Antônio não foi e compareceu André e Cristina). Antes de ir a Cuba teve contato com “Lima” e “Arthur”. (depoimento de Sérgio Teixeira Rolim à polícia em 28/08/69).

Destes dois depoimentos, pode-se chegar a algumas conclusões simples que posteriormente serão confrontadas com outras informações. É inegável que Salatiel era a ponte entre o PCBR e Jorge Medeiros do Valle. Também fica claro que no segundo semestre do ano de 1968 e início de 1969, Salatiel é quem fazia a “ponte” com o Major Cerveira e com o grupo 26 de Março, com o objetivo de construir uma base militar para a guerrilha no Paraná. Não está claro qual o grau de autonomia da ação de Salatiel nestas questões. Fica evidente pelos dois depoimentos (principalmente ao final de ambos), o envolvimento com pessoas ligadas ao MR-8, notadamente a busca de ações conjuntas (explosão da OEA; fuga na Ilha das Flores, etc).

Para Apolônio, as ações nas quais Salatiel estava envolvido eram individuais e isto explica em parte os recursos que nunca chegaram ao PCBR e que, na avaliação de Apolônio, foram para outros grupos políticos mais afinados, no momento, com a luta armada. Referindo-se a ele, afirma que:

Quando eu vou ao Paraná três meses depois, eu vou ao Paraná por ligação com o partido, discutir, tudo mais e tal. Ele já não está lá'. Eu encontro Elinor, encontro outros elementos, agora, ele já está procurando ligações com outros grupos que querem a guerrilha de imediato e que tem armas também, ou procuram armas. Eu tenho a impressão que uma parte desse dinheiro que ele recebeu não foi pela questão pessoal não, foi para compra de fazendas, e parte foi para compra de armas com esses grupos ou ajuda a esses grupos para se manterem e se prepararem para uma ação, uma ação conjunta. Eu acho que ele estava no quadro da preparação. Não faço a mínima idéia negativa ou pejorativa da ausência dele, somente constato essa ausência,

como ela pesava sobre nós. Então, quando eu vou lá, vou visitar uma das fazendas, vou a uma conferência em uma destas fazendas, está o Elinor com outros companheiros, mas ele não está lá, já estaria em outros lugares e depois antes de ser preso, ele estaria na Baixada, onde seria preso, mas em contato com grupos armados, que se preparavam também para preparar novas ações e etc. É que ele era um partidário da ação guerrilheira imediata. Não sem razão ele insistiu para que o filho fosse à Cuba para se preparar militarmente. É claro para você essa explicação da maneira como eu via a ausência do Salatiel e o problema também do deslocamento do dinheiro, que sem vir para a Direção Nacional nos seus devidos limites, estava seguramente sendo levada para medidas e iniciativas voltadas para uma guerrilha rural, ou uma ação imediata mais positiva (Entrevista Apolônio – fita nº 24 – janeiro de 2003).

O desmonte da estrutura, com a queda de Jorge do Valle, trará grandes prejuízos às ações que estavam sendo planejadas. Dia 07/07/69 é a volta da última viagem que Jorge Medeiros fez à Europa, foi preso dia 12/07 do mesmo ano e seu depoimento à polícia é de 18/07/69. Não sabemos se em função da queda de Jorge do Valle ou não, o fato é que Sérgio Teixeira Rolim será preso (possivelmente em agosto, pois seu depoimento é do dia 28/08/69). Como na época seu envolvimento maior estava sendo com o MR-8, é barbaramente torturado em busca de informações que ele não tinha (ou tinha muito pouco), pois não fazia parte da estrutura orgânica do MR-8. Segundo Juliano Siqueira, Sérgio tinha sido “emprestado” a esta organização para agir como instrutor militar em função de seu preparo em Cuba. Seja em função do “empréstimo” ou de uma possível aproximação política com o MR-8, o fato é que as informações que ele tinha sobre esta organização eram poucas, o que fez com que fosse intensificada a tortura sobre sua pessoa.

Ainda segundo Juliano, seu pai (Salatiel) procura Mário Alves e pede que o PCBR faça algum tipo de sequestro para libertar Sérgio. Mário Alves diz que nas

condições da época o PCBR não teria estrutura para organizar um tipo de atividade dessa natureza. Salatiel então irá procurar Marighella, segundo descrição de Juliano

Aí o Salatiel disse: eu vou procurar o Marighella, e o Mário disse: você tem toda razão, procura resolver o problema do Sérgio. Tanto que quando houve o sequestro do embaixador americano (**setembro de 69**) eu estava com Mário Alves, e a única preocupação do Mário, quando a lista estava sendo anunciada...(...) vamos prestar atenção aqui se sai o nome de um camarada nosso, o Sérgio Rolim. (...), o Mário se sentia assim muito responsável, pois o Mário tinha ido há pouco tempo a Cuba, e tinha conseguido abrir uma linha de ida de camaradas nossos para fazer cursos. Então, os dois primeiros que foram foi o Getúlio Oliveira Cabral e o Sérgio Rolim. O MR-8 nos pediu o Sérgio emprestado para ministrar uns cursos pra eles, (...). Caiu o MR-8 e ele caiu no meio do MR-8... E porque não sabia nada do MR-8, e os caras perguntavam as coisas, ele apanhou mais do que quase todo mundo (Entrevista de Juliano Siqueira, fita nº 6).

Com a saída de Salatiel, (para a qual existem duas versões), o PCBR deveria seguir as normas de segurança e desativar alguns pontos conhecidos por ele. Seja na versão de que Salatiel se desligou do PCBR, seja na de Apolônio, de que Salatiel simplesmente deixou de ir às reuniões da direção, o fato concreto é que ele não estava mais ligado ao PCBR.

Segundo Apolônio de Carvalho, ele não solicitou o desligamento de Salatiel da direção em função de problemas políticos.

Nós tínhamos na Comissão Executiva do PCBR, uma situação de paridade, de empate. Éramos 10 a 10. Pela ida imediata à guerrilha rural no nordeste e 10 pelo recuo relativo na luta armada no Rio, (...). Essa era a situação. Por isso mesmo, como nós estávamos na base de um empate, eu não quis fazer qualquer proposta de desligamento, de

exclusão de Salatiel nesse momento, porque eu quebraria a situação de equilíbrio no interior de nossa comissão executiva, no interior da Direção, a favor da faixa que eu representava, então eu silencieei, o que era profundamente errado, mas achei que num outro sentido era ético, (...). Mas agora, ao momento dado, quando ficou clara a ausência de quaisquer notícias de Salatiel, Mário Alves, ele mesmo propôs a exclusão de Salatiel do Comitê Central e do PCBR. Veio, portanto, de Mário Alves a proposta da sua saída (Entrevista Apolônio – fita nº 24 – janeiro de 2003).

Neste momento, existia um forte debate dentro do Comitê Central sobre a conjuntura política e a validade das ações armadas. Jacob Gorender, a partir de um estudo sobre a economia brasileira, já identificava um crescimento econômico e avaliava que a classe média brasileira não iria se envolver na luta contra o regime em função deste fator. Junto a Gorender, Apolônio de Carvalho, Marcelo Mello e outros defendiam a mesma posição. Em São Paulo, estado onde Gorender era o principal dirigente, não houve nenhuma ação militar do PCBR. De outro lado, Mário Alves, Salatiel Rolim, Bruno Maranhão e outros, principalmente a juventude localizada no nordeste, defendiam uma maior ofensiva na questão militar. A posição de Mário Alves, embora bem distinta das de Gorender e Apolônio, ainda buscava costurar uma relação entre os chamados “jovens nordestinos” e o outro setor do partido. Achava que não poderia abandonar os jovens sozinhos em uma aventura, embora também demonstrasse receio de uma ação mais ofensiva sem estruturas adequadas.

Neste contexto, a fala anterior de Apolônio mostra um profundo sentimento ético e de respeito político na conduta tanto dele como de Mário Alves. De um lado, Apolônio não pede o desligamento de Salatiel com medo que isso fosse confundido com a busca de uma maioria na direção através de métodos

burocráticos e não pelo convencimento político. De outro, Mário Alves, que se encontrava em uma posição de confronto com Apolônio e Gorender, defende o desligamento de Salatiel, mesmo sabendo que isto o levaria a ficar com a minoria da direção do partido. Esse tipo de comportamento está muito vinculado à luta anterior que eles travaram dentro da direção do PCB contra um tipo de método de trabalho em que as questões éticas muitas vezes eram deixadas de lado em função das disputas políticas e ideológicas e na qual muitas vezes a busca da manutenção da maioria implicava qualquer tipo de ação.

Seja por liberalismo ou falta de condições materiais, o elemento central que irá desarticular pesadamente o PCBR é a manutenção de seus aparelhos após a saída de Salatiel. Com sua prisão, no início de janeiro de 1970, Salatiel irá abrir os pontos que conhece supondo que eles já estivessem desarticulados (segundo a versão dita para Álvaro Caldas e Juliano Siqueira). Ao abrir o ponto, onde se realizavam as reuniões do Comitê Central, a polícia prende José Corrêa Filho (Jurandir), motorista do Comitê Central e de Mário Alves. O motorista, torturado, foi pressionado a entregar todos os pontos que conhecia em diversas partes do país. Por essa razão houve uma grande quantidade de prisões, principalmente no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Recife. Segundo Apolônio, Augusto Olivier (ex-militar e membro do primeiro Comitê Central) disse textualmente para ele, referindo-se ao motorista “fui preso em casa e foi ele que trouxe a polícia”. Mas Apolônio não descarta completamente a responsabilidade de Salatiel. Segundo aquele, o coletivo de São Paulo, composto na época por Gorender, Aytan, Sérgio Sister e outros, teriam falado do envolvimento de Salatiel nas quedas de São Paulo

Eles nos disseram que o Salatiel tinha ido a São Paulo, para entregá-los à polícia, mas quem me disse também, diretamente, foi um Major do Exército, a polícia do exército da Barão de Mesquita, no momento em que o nome do Salatiel apareceu. “Salatiel foi a São Paulo e nos deu o que podia dar”. Esse é um elemento que eu procuro explicar pela fraqueza de Salatiel, diante do peso e do volume de torturas porque ele passou, à custa desse assunto. Eu não estou justificando, estou tentando explicar apenas (Entrevista Apolônio de Carvalho, fita nº 24, janeiro de 2003).

Embora Salatiel tenha sido preso no Rio dia 11 de janeiro, quando Maria Joaquina Marques Dias foi presa no Paraná, dia 15 de janeiro de 70, encontrou-se com ele. Possivelmente o tenham levado ao Paraná para checar informações. Pouco tempo depois ela e Salatiel são levados para o Rio, onde são presos na delegacia localizada na rua Barão de Mesquita. Segundo ela,

De repente me colocaram em frente ao companheiro Salatiel Rodrigues, membro do Comitê Central do PCBR, que haviam trazido do Rio de Janeiro, e isso foi mais assustador ainda do que eu ter visto o Olien. O Salatiel estava completamente arrebatado, com dificuldades para respirar, o rosto deformado, com machucaduras pelo corpo (HELLER, 1988, pg. 331).

Outros ex-militantes do PCBR que reconheceram Salatiel torturado foram Romeu Bertol e sua companheira Suely Penha Rodrigues. Segundo Bertol,

Salatiel estava jogado no meio dos tijolos e eu tive uma visão aterrorizante dele, com equimoses por todo o corpo. Um capuz preto sobre a cabeça e ele completamente nu (HELLER, 1988, pg. 342).

A queda de Salatiel e a prisão do motorista do Comitê Central, (Jurandir), no início de 1970, ocorrem muito próximas de um outro acontecimento no final de dezembro de 1969, que é o roubo ao Banco Sotomaior no Rio e a queda de um dos dirigentes da operação. Esses dois elementos em conjunto irão desencadear um conjunto muito grande de prisões e inclusive o assassinato de Mário Alves, principal dirigente do PCBR.

Com a descoberta do desvio de dinheiro no banco e a prisão de Jorge em 18/07/69, o PCBR se vê obrigado a iniciar uma nova fase. Em outubro de 1969 (dia 10), houve um assalto a um carro transportador de dinheiro da Souza Cruz em Olinda. Nessa operação, houve um tiroteio e morreu Nilson Lins, gerente da firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora da Souza Cruz em Olinda. Participaram dessa ação: Rholine Sonde Cavalcante Silva; Carlos Alberto Soares, Alberto Vinicius Mello do Nascimento e João Maurício de Andrade Baltar. De acordo com Luciano de Almeida, foram comprados 60 revólveres com o dinheiro expropriado. Já é o início da fase mais ofensiva do PCBR no que diz respeito a ações militares.

Entre os anos 70 e 71 ainda houve duas grandes ações em Fortaleza. Nessa época, Carlos Alberto Soares já estava clandestino e deslocado para esse estado em função de que era muito conhecido em Pernambuco por sua ação no movimento estudantil (era estudante de geologia quando tentaram enquadrá-lo no decreto lei 477, o que gerou uma reação dos professores e inclusive da direção de sua faculdade). O Decreto Lei número 477 proibia quem tivesse alguma participação política de matricular-se em qualquer tipo de escola ou faculdade no país pelo período de 10 anos.

Nesse período, houve o assalto a uma agência do Banco do Brasil em Maranguape (interior do estado) no qual tanto Carlos Alberto como Odijas Carvalho de Souza participaram. Odijas tinha ido fazer a “paquera” do banco alguns dias antes e, conversando com o guarda da agência, lhe pergunta se ele reagiria caso o banco fosse assaltado, o qual respondeu: “eu não, Deus me livre. Imagina, meu filho”. Quando vão realizar o assalto, utilizam dois carros. Um para a fuga com o dinheiro e outro de apoio. Chegando ao banco, percebem que o guarda era outro, bem mais jovem. Tinham montado um esquema em que uma pessoa iria conversar com o guarda na porta enquanto o carro principal estacionaria na frente do banco, o que impediria o guarda de ir pedir que o carro se retirasse do local.

No entanto, a abordagem não dá certo e o guarda dirige-se ao carro. Quando enxerga uma arma de repetição parecida com uma metralhadora no colo de Carlos Alberto, o guarda entra em pânico e começa a gritar. O rapaz que estava fora do carro, com a incumbência de distrair o guarda, dá uns gritos com o segurança e ele então fica calado e imóvel até o fim da operação, que será bem sucedida. Ainda na mesma ação, quando entram no banco e dão uma ordem aos clientes, que já estavam saindo, que retornem ao banco, as pessoas rapidamente o obedecem. Uma senhora, porém, já bastante idosa, continua a sair do banco, quando um dos militantes, bem novo, aponta uma arma para ela, a mesma diz: “sai daí, menino”, e continua a sair do banco sem que nada possam fazer. Segundo Carlos Alberto, não teriam como bater ou atirar nela. Como a operação foi rápida, esse incidente não inviabilizou a ação.

Também em Fortaleza irá ocorrer o roubo a um carro forte (na época uma rural Willis) do Banco London. Esse carro fazia todas as coletas desse banco e,

na última delas, o carro foi trancado e, em poucos minutos, levaram todo o dinheiro sem que os funcionários nem mesmo tivessem conseguido identificar as pessoas que participaram da operação. A partir dessas duas ações, o dinheiro será distribuído nacionalmente. Segundo Carlos Alberto, em função do atraso do roubo ao banco (teve de ser adiado em 15 dias), os militantes passaram grandes necessidades, pois não havia recursos para manter o conjunto de militantes na clandestinidade e passar fome era algo bastante comum.

Se no início as ações pegaram de surpresa os órgãos de repressão, principalmente em alguns estados do Nordeste onde o movimento estudantil e os movimentos sociais em geral eram muito débeis, logo surgirá uma reestruturação dos mesmos para poder enfrentar a nova realidade. Um dos inúmeros jornais mimeografados que o PCBR lançou no período fala sobre a ação da repressão no nordeste do país

A Paraíba atualmente, é o estado nordestino onde a repressão está mais concentrada. Na cidade de Souza, o Exército faz manobras antiguerrilheiras, utilizando univesitários de direita para o “aliciamento ideológico” da população. São lidas pelo rádio, esporadicamente, regras de dedo-durismo, tais como: “proprietário, visite periodicamente o seu inquilino, verifique se há algo anormal e informe à polícia” ou “na casa vizinha à sua pode estar funcionando um aparelho clandestino; observe os hábitos do seu vizinho; comunique à polícia algo estranho”. (jornal do PCBR – Vanguarda – Comitê Central – Outubro/69 – São Paulo – mimeografado).

Ainda há um conjunto de tentativas de ações que não dão certo. Seja pela inexperiência, seja pelo acaso, como a tentativa de assaltar uma loja que vendia armas em Recife. Durante quase um mês, Bruno Maranhão e Susana, então namorados, faziam o levantamento do movimento da rua simulando que estavam

apenas namorando. Em um determinado dia, quando algumas pessoas já estavam de prontidão para realizar a ação, Bruno e Carlos Alberto Soares ficam responsáveis em roubar um automóvel que possuísse um porta-malas grande para que as armas pudessem ser carregadas.

É escolhido um táxi modelo Galaxie. Usando ternos, os dois pegam o táxi e dizem que vão a uma festa. Em determinado momento, em uma região já deserta, pedem que o táxi dobre uma rua (mais deserta ainda) para que eles possam pegar duas mulheres que irão acompanhá-los à festa. Carlos Alberto estava na frente, ao lado do motorista e Bruno atrás desse. Em determinado momento, Bruno dá uma “gravata” no pescoço do motorista, no mesmo instante em que coloca uma arma em sua cabeça.

O motorista, assustado, empurra o banco para trás. A partir do momento em que empurra as pernas para frente e o banco desloca-se para trás, inicia-se uma luta entre ele e Bruno. Carlos Alberto abre a porta e empurra o motorista, no entanto ele consegue disparar a arma que acerta a mão de Bruno. Conseguem fugir, mas têm de cancelar a ação para tratar da mão de Bruno, que se justificou em sua família afirmando que participara de uma briga no clube na noite anterior.

Ainda há um assalto a Coca Cola no Ceará, mas a respeito dessa ação as informações são muito vagas e dispersas.

A adesão do Movimento Armado Revolucionário, (MAR), ao PCBR, será um elemento importante para a efetivação desse tipo de ação na medida em que a experiência desses ex-militares irá influenciar também o moral dos militantes do PCBR. A adesão de um grupo de militantes do MAR irá quebrar o tipo de recrutamento que faziam até então, que era individual. O PCBR tinha criado uma estrutura pré-partidária, denominada de OPP (Organização Para Partidária) que

deveria ser a “porta de entrada” dos militantes na organização. Serviria para selecionar o ingresso de militantes com um maior cuidado quanto a sua firmeza ideológica e preparo político.

No entanto, o acirramento da luta política e a disputa com as outras organizações de esquerda, irá levar quase que ao abandono a participação prévia nas OPPs para posterior ingresso no partido. Aldemir Lemos, que foi considerado durante muito tempo como alguém ligado a uma OPP, e que, portanto, não tinha acesso a nenhuma deliberação ou reunião do partido em Natal, entendia que os membros das OPPs eram auxiliares da organização que não estavam na clandestinidade. Não conheciam os membros do partido, apenas um assistente que lhe passava informações e/ou tarefas, as quais consistia em comprar passagens, arrumar dinheiro, transportar alguém, etc. Tinha algumas tarefas que Aldemir achava muito complicadas em função do grau de exposição a que eram expostos, como, por exemplo, largar panfletos em jogos de futebol.

O MAR (Movimento de Ação Revolucionária) irá surgir no final do ano de 1968 na prisão Lemos de Britto, no Rio de Janeiro, a partir da articulação de um conjunto de ex-militares (principalmente marinheiros) que já tinham uma atuação política durante o governo de Jango e que, posteriormente, irão tentar organizar a Guerrilha de Caparaó, sob influência do PCB e de Brizola. Quando Avelino Biden Capitani (líder dos marinheiros em 62, juntamente com Cabo Anselmo), é preso, irá encontrar na Lemos de Britto um conjunto de ex-companheiros de luta sindical durante o conturbado período do governo Jango

Na chegada, havia um comitê de recepção de velhos companheiros: Marco Antônio, os dois irmãos Duarte, o Viegas e o ex-sargento da Aeronáutica Prestes de Paula estavam entre um grupo de 30

marinheiros também presos políticos. Logo colocamos todas as informações em ordem, e consegui ter uma idéia mais aproximada da realidade (CAPITANI, 1997, pg. 122).

Logo que Capitani chega à prisão, fica sabendo de um plano de fuga que está sendo articulado. Ao longo de dois anos, vão criando as condições para a fuga. Um dos elementos importantes era o apoio externo. Como José Duarte, Celestino e Viegas, marinheiros, já estavam por sair da prisão, ficaram responsáveis de criar as condições externas. Após sua saída, irão criar o MAR e buscar uma aliança com a ALN e a VPR. Acreditavam que seria possível juntar os diversos grupamentos em um único na medida em que muitos marinheiros da base do sindicato tinham se vinculado a diferentes organizações. Procurado, Marighela não acreditou na possibilidade da fuga e não mobilizou a ALN para apoiar a ação. Mesmo assim, alguns marinheiros que estavam na ALN (Souza, Helinho e Neguinho), resolveram apoiar a fuga.

Este grupo, já com o nome de MAR, irá realizar algumas ações militares com a finalidade de buscar com isto adquirir condições materiais para a fuga dos demais.

A partir de um longo trabalho de preparação, principalmente conquistando a confiança a partir do trabalho interno na condição de presidiários, dia 26 de maio de 1969 conseguem fugir da Lemos de Britto algumas das lideranças dos militares juntamente com mais 3 presos comuns que já tinham alguma politização. Escapam Avelino Capitani; Prestes de Paula; José Adeildo Ramos; Benedito Campos; José Duarte; Marco Antônio da Silva Lima; Roberto Cietto; José Michel Godoi e André Borges (os três últimos são presos comuns).

Logo após a fuga bem sucedida, (embora tenha sido morto um guarda e, duas pessoas, tivessem ficado feridas), dirigem-se a Angra dos Reis. A partir deste momento, tentam organizar algumas ações militares que nem sempre dão resultados positivos e, com o tempo, o grupo dispersa-se, seja por opções diferentes, seja por necessidade. Continuam buscando contato tanto com a ALN como com a VPR, mas não têm sucesso em função do início das quedas, principalmente de Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, principais dirigentes da ALN.

José Adeílido; Capitani, Marco Antônio e Duarte reencontram-se com Prestes de Paula, sendo que este já está organizado no PCBR. A convite de Prestes, aceitam participar de ações conjuntas com esta organização. Como estão sem nenhum tipo de estrutura, cabe ao PCBR a tarefa de arrumar aparelhos para eles. Segundo Álvaro Caldas,

Em um sábado eu fui chamado pela organização e era isto: nós estávamos recebendo esses caras que tinham vindo com o Prestes para o PCBR e alguns não tinham onde ficar. Então me foi dada a tarefa para guardar por alguns dias o Duarte (entrevista Álvaro Caldas, fita nº 25, janeiro de 2003).

Álvaro irá circular durante uma tarde com Duarte sem conseguir condições seguras, até que se lembra de um colega jornalista (Edilson) e o leva para lá. Poucos dias depois surge o assalto à agência Sotomaior do Banco do Brasil, em que o motorista da ação (Paranhos) é preso e, em consequência, surge uma sucessão de quedas. Quando Duarte percebe pela imprensa o que estava acontecendo, sai da casa de Edilson sem deixar vestígios para onde teria ido.

Posteriormente, Edilson (que é apenas um simpatizante), vai à casa de Álvaro Caldas sem saber que este já está preso e é pego e torturado pela repressão, pois achavam que ele deveria saber algo sobre a organização.

Retomando a idéia de fazer expropriações com a finalidade de buscar recursos para manter a organização, é escolhido o Banco Sotomaior, em Brás de Pina, no Rio de Janeiro, como seu alvo. O assalto realiza-se dia 17 de dezembro de 1969, mas por uma série de fatores, algumas pessoas envolvidas são identificadas, principalmente a partir da queda do motorista da operação. Como consequência, um conjunto muito grande de militantes são presos, entre eles Apolônio de Carvalho, um de seus principais dirigentes. Esta é, na realidade a primeira ação de expropriação realizada no Rio de Janeiro. Seu planejamento é organizado de forma meticulosa, todas as possibilidades são pensadas. Foi realizado um levantamento dos números de telefones próximos ao banco, e, algumas pessoas, (entre elas Álvaro Caldas, jornalista carioca que trabalhava no Jornal do Brasil junto com Fernando Gabeira), são incumbidas de ligar para estes números e mantê-los ocupados para evitar que alguma pessoa próxima desconfiasse e denunciasse o assalto.

Dois carros (volkswagen) são utilizados. No carro da cobertura (que fica a uns 10 metros atrás do carro que estaciona na frente do Banco e que irá realizar a ação), está Paulo Sérgio Gramado Paranhos (Vicente/Topo Gigio – bancário e estudante, responsável pela juventude do partido e considerado um bom motorista) e três dos militantes do MAR: Marco Antônio; José Adeildo (Garcia) e Capitani (Rubens). No carro principal, Prestes de Paula (Arquimedes); Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália) e mais três reconhecidos apenas pelo codinome (Pedro, Thompson e Lúcio, este último como motorista). Destes

(nomes frios), sabe-se (segundo depoimento de Álvaro Caldas ao autor), que um deles era o Sílvio Renan.

A operação, em um primeiro momento, é bem sucedida. Saem do banco com duas sacolas contendo Cr\$ 79 mil (segundo noticiários da época). Os dois carros fogem cada um tomando um rumo. Os militantes do primeiro carro (com o dinheiro) trocaram de veículo, passaram para um carro legalizado (pois os dois utilizados na ação eram roubados) e voltaram para seus “aparelhos” na clandestinidade. Já os ocupantes do segundo carro, (da segurança) também fazem um primeiro transbordo bem sucedido (pegam um fusca vermelho registrado em nome de Álvaro Caldas). Ao fazer a segunda troca de veículos, é que a situação começa a sair do controle, pois no momento da troca passa um camburão da PM. Marco Antônio e Adeildo pegam o terceiro carro e fogem. Capitani e Paulo Sérgio Paranhos voltam ao fusca do Álvaro com um saco contendo as armas. Fogem com o camburão atrás deles e, não respeitando sinaléticas, até que em determinado momento vão colidir com outro fusca e capotar. Na confusão, Paulo Sérgio é preso (na operação usando o codinome de Vicente) e Capitani (Rubens), se refaz rapidamente do choque e reage à tentativa de prisão, atira no sargento Joel Nunes (que irá falecer poucos dias depois) e foge para uma favela próxima de onde consegue fugir do cerco.

Os militantes que estavam no carro principal (com o dinheiro) dividem-se. Prestes e Lúcio (nome de guerra) fica com as armas e parte do dinheiro (14 mil) e deixam os outros R\$ 65 mil com Abigail Paranhos. Esse dinheiro será recuperado posteriormente pelos agentes da repressão. Prestes vai para o apartamento onde estava morando com Paulo Sérgio Paranhos.

Lúcio morava em um apartamento no Grajaú e tinha ido jantar fora voltando mais tarde. Na madrugada chegaram Mauro, Mariana e Sandália (nomes frios), este último o comandante do Comando Político Militar (CPM). Com a notícia da queda de Paranhos, fugiram rapidamente e ainda tentaram avisar Prestes, mas viram que seu apartamento já estava cercado. Conseguem evitar cair no cerco policial, mas foram perseguidos e seguidos por um carro ligado à repressão. Fogem durante um certo período, mas o carro estraga (um gordini de propriedade de Mauro – também nome fictício). Lúcio e Sandália transportam o dinheiro e armas para um táxi e pedem para o motorista correr (precisavam chegar a tempo de pegar um contato com um membro da organização a tempo de conseguir local para dormir aquela noite). Perto do Jardim Botânico, o carro, ao ultrapassar um sinal fechado, colide com outro táxi. No meio da confusão, Sandália e Lúcio novamente pegam as armas e dinheiro e tomam outro táxi chegando finalmente a seu destino.

Enquanto isso, no apartamento em que Prestes estava, (esperava a volta de Paulo Sérgio que morava com ele), a polícia faz um cerco, mas Prestes resiste, matando um soldado (Elias dos Santos). Fugiu descalço e sem camisa, saltou o muro dos fundos do prédio e pegou um táxi.

Álvaro Caldas, quando soube na redação do Jornal do Brasil que tinha havido quedas, imediatamente guarda seus pertences e entra para a clandestinidade sem mesmo passar por sua casa que era conhecida de Paranhos. Ao pegar um ônibus para Copacabana, encontra-se com Luis Alberto de Sá e Benevides, (Bebeto/Careca ou Otávio), membro da direção regional da Organização e que até o momento não estava sabendo das quedas. Logo após encontra-se com outros companheiros de organização e entra para a

clandestinidade, dividindo um “aparelho” com Lúcio. Entre os contatos que Álvaro manteve naquela noite, esteve com Sílvio Renan e Paulo Guilhain. Possivelmente um destes fosse o “Lúcio”. Segundo Álvaro, “O partido teve de se reestruturar, tirar gente do Rio, mudar de aparelhos uma quantidade muito grande de pessoas”. Ainda houve um outro assalto a banco em Niterói antes do começo das quedas na região.

Sérgio Sister, jornalista e militante do PCBR de São Paulo, durante seu período de férias, estava indo com sua namorada para a Bahia. Passou os dias de Natal na casa de um conhecido no Rio de Janeiro (Montenegro, dirigente estudantil do PCB) e lembra que no dia 25 de dezembro, saiu de manhã do apartamento e viu na capa do jornal Última Hora a foto de Prestes, Capitani e Marco Antônio. Chegando em Salvador, dirigiu-se ao apartamento de um militante do PCBR que tinha sido indicado por Montenegro (de apelido Pretinho). Ao chegar, a empregada mandou-os embora, pois a polícia já havia estado lá.

A postura de Paulo Sérgio Paranhos foi considerada como muito ruim e, portanto, foi isolado do conjunto da organização entre os presos políticos. Na época, o comportamento na prisão era um elemento central para classificar os militantes entre os que tinham firmeza ideológica e capacidade de resistir e os que eram fracos de caráter. Anos mais tarde, Paranhos dará um testemunho a Álvaro Caldas sobre sua situação. Irá afirmar que

A pior lembrança que eu tenho, de um cheiro que me dá pavor, é a de ter enfiado o nariz no furo da bala. Esfregaram a minha cara no cadáver estendido na laje e o nariz entrou no furo da bala. É um cheiro que eu tenho pavor (CALDAS, 1981, pg. 124).

Em relação ao tratamento dado às pessoas que não resistiram à dor e humilhação na tortura, a grande maioria dos ex-militantes possui uma outra visão hoje. Na sua maioria entendem que na época não tinham noção do significado da tortura. Não estavam adequadamente preparados para enfrentá-la e que as pessoas não podem ser condenadas por este tipo de fraqueza.

Segundo Álvaro Caldas,

Mal preparados para isso, acreditávamos que nós teríamos força ideológica para resistir. Mas nós não tínhamos idéia do que era a tortura. Uma coisa é você imaginar que vai chegar lá, vai levar uns cascudos, uns empurrões, uns chutes, e outra coisa é você se deparar com um esquema de tortura organizado, cientificamente montado, com aparelhos próprios, com quadros oficiais treinados para isso, tendo feitos cursos no Panamá, não sei mais aonde, treinados pela CIA. Então nós subestimávamos a tortura e superestimávamos a nossa capacidade de enfrentá-la, achávamos que resistiríamos. E isso foi uma fraqueza de todas as organizações. Ou porque até não houve tempo, conhecimento, para que isso fosse discutido (...) Então havia essa representação de que nós éramos um pouco heróis. De que a tortura dava para tirar (Entrevista Álvaro Caldas, fita nº 25, janeiro de 2003).

Paulo Sérgio Paranhos era conhecido na direção da organização pelo codinome de Topo Gigio, embora nessa ação possivelmente estivesse usando o codinome de Vicente. Ao menos é como é tratado no livro *Tirando o Capuz*, do jornalista Álvaro Caldas, que retrata de forma pormenorizada este episódio.

Embora Paranhos tivesse sido considerado um exemplo de mau comportamento na tortura, ao reconstituirmos os fatos, podemos perceber que essa afirmação não é de todo verdadeira, ou não é exatamente como as pessoas pensavam na época. Pelo que pudemos reconstituir, a consequência mais direta de sua prisão foi a ida de policiais ao local onde ele estava morando juntamente

com Prestes de Paula. Mesmo assim, segundo depoimento de Prestes a Bruno Maranhão, o erro teria sido do próprio Prestes que não saiu do “aparelho” no tempo estabelecido. A orientação era para que Prestes esperasse até a meia-noite, horário acordado para que, caso houvesse prisões, ninguém falasse nada antes da hora acordada, o que daria condições de fuga caso algo não ocorresse de acordo com o previsto. No entanto, Prestes resolveu esperar um pouco mais e a polícia chega ao local à meia-noite e trinta minutos. Portanto, Paulo Sérgio Paranhos devia ter repassado a informação à polícia apenas após o horário combinado.

Segundo Prestes, além dele e Paranhos, uma outra pessoa, de nome Carmem também estava no apartamento. Ele e Carmem se passariam como pais de Paranhos que era bem mais novo. Prestes também afirma que o dinheiro ele repassou para Abigail Paranhos (Adalgisa), foi jantar e só depois dirigiu-se ao apartamento para esperar Paranhos.

Ao pular o muro, (que tinha caco de vidros), Prestes machuca-se, mas consegue fugir. Inicialmente procura um contato que tem em Copacabana e de lá é levado para a casa de um antigo militante operário, no município de Ilinópolis, no Rio, o qual tinha 18 filhos e Prestes teve de passar uma noite inteira decorando os nomes dos moradores da casa e parentes mais próximos para que passasse para os vizinhos a idéia de que era um parente em visita. Nesse momento, manteve contatos com Luis Alberto de Sá e Benevides, (Bebeto), bancário e membro da direção regional que, posteriormente, irá ser deslocado para o nordeste. Bebeto fala da necessidade de levantar fundos para transferir militantes para outras regiões. Organizam um assalto ao Banco Real e de Crédito de Minas Gerais, em Niterói (banco de propriedade de Magalhães Pinto,

posteriormente denominado de Banco Nacional e que faliu de forma fraudulenta no governo de Fernando Henrique Cardoso). A ação é bem sucedida e participam dela quatro pessoas. Prestes; Getúlio Cabral, Sandália e possivelmente (não está claro nas entrevistas), Bruno Maranhão. Após a ação, deixam o dinheiro no Rio e pegam uma Kombi com a qual vão até Salvador.

A consequência maior da prisão de Paulo Sérgio Paranhos será a ida para a clandestinidade de diversos militantes (alguns ainda não clandestinos). No entanto, o grosso das prisões irá ocorrer em janeiro de 70, fruto da queda de Salatiel e José Correa Filho (Jurandir).

Basicamente os militantes do Paraná, São Paulo e Rio são presos nesta época. Não conseguimos precisar todas as datas das prisões, mas possivelmente no dia 12 é preso no Rio Romeu Bertol e sua companheira Suely Penha Rodrigues. Dia 14, é preso também no Paraná, Olien Lustoza de Moraes. Dia 15, é presa Maria Joaquina Marques Dias (Paraná). Na prisão, encontra Olien e Salatiel. É levada para o Rio de Janeiro juntamente com Salatiel e lá encontra Suely e Apolônio presos. (Apolônio foi preso possivelmente entre os dias 13 e 14). Apolônio de Carvalho estava responsável pela montagem da reunião ampliada do Comitê Central que deveria decidir os rumos do PCBR. Duas pessoas estavam escaladas para dar informes iniciais: Mário Alves, que defenderia a imediata transferência da direção para áreas rurais aonde iria se desencadear a guerrilha rural e Apolônio que representava o grupo contrário à ida imediata para a luta armada. Apolônio tinha um "ponto" dia 12 de janeiro com Romeu Bertol que iria reproduzir (datilografar) várias cópias de seu informe. Romeu não comparece e Apolônio vai a um segundo ponto marcado para o dia seguinte, quando novamente não aparece ninguém. Preocupado porque faltavam apenas três dias

para a reunião e, em função da sua importância, que poderia representar a unidade ou a divisão definitiva do PCBR, Apolônio rompe normas de segurança e vai à casa de Romeu Bertol na vila da Penha. Sabia que se houvesse algum problema, haveria um sinal combinado em um canto do jardim.

Não havendo nenhum sinal estranho, dirige-se a casa, bate e abre a porta, quando vê dois canos de revólver apontado para ele. Apolônio possuía uma longa experiência militar. Tinha participado do levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935, foi preso na ditadura Vargas, lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa contra as forças nazi-fascistas. Essa experiência fará com que Apolônio tente reagir quando for possível. Os policiais encaminham Apolônio para o carro que os está esperando quando ele golpeia um dos policiais no baixo-ventre e sai correndo. Tiros passam raspando em seu ombro, mas é cercado por outros policiais que estão no quarteirão e o colocam em uma viatura.

Estranhamente não o algemam e o colocam exatamente atrás do motorista. Apolônio vê uma série de muros ao longo da avenida e, quando avalia que estão andando com uma velocidade razoavelmente alta, agarra-se ao pescoço do motorista e torce a direção com toda a força em direção ao muro. O carro choca-se com o mesmo sem que, no entanto, faça muitos estragos. Apolônio é golpeado na cabeça e só vai acordar quando estão chegando no quartel da polícia do exército na rua Barão de Mesquita. Quando chegam, percebe que está havendo alguma festividade com a presença de bandas e de discursos. Posteriormente irá saber que estava sendo inaugurado o surgimento do DOI-Codi. Na polícia do exército é encapuzado e interrogado. Defende a justiça da luta que travavam contra a ditadura e é esbofeteado por um oficial. Apolônio arranca o capuz e agarra-se ao oficial, quando os demais soldados avançam

contra ele e o fazem desmaiar em pouco tempo. Na cadeia terá um comportamento exemplar como os demais presos irão atestar. Segundo Maria Joaquina,

Numa destas saídas para o banheiro vi o Apolônio de Carvalho, também dirigente nacional do PCBR, que havia sido preso no mesmo domingo que eu. Eu em Curitiba, ele no Rio de Janeiro. Ele estava com a parte interna das coxas necrosadas e aí, realmente eu fiquei assustada, porque sabia que eles podiam matar (...) E o Apolônio não abriu a boca nem sequer para dizer o seu próprio nome, demonstrando uma resistência que parecia impossível à tortura, talvez por sua longa experiência de já ter sido preso na Espanha e na França, onde foi capturado pelos nazistas, devido ao seu envolvimento com a Resistência (HELLER, 1988, pg. 333).

Outro ex-militante que tem boas recordações de Apolônio na prisão é Álvaro Caldas. Segundo ele, enquanto estiveram presos juntos, Apolônio

Ajudou a organizar a vida carcerária, deu aulas de francês, mas nada me causava mais espanto do que abrir o olho de manhã cedo, antes do toque de alvorada, e vê-lo esticando o corpo e fazendo flexões, enquanto permanecíamos preguiçosamente na cama. Quando chegava o café o Apolônio estava fresco e limpo, de banho tomado, com aquela cara jovial de quem tinha virado redondo (emendado direto a noite com o dia). (CALDAS, 1981, pg. 127).

Diversos militantes são presos em Curitiba, Maringá e na região de Londrina. Só em Londrina, mais de 15 militantes são presos. Entre os nomes de pessoas presas ou processadas no Paraná, constam os nomes de: Manoel Jacynto, Arno André Giesen, Letímio Vieira, Galdino Moisés de Oliveira, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Rosa Maria Viana de Castro, Déa Silvia Pereira,

Elinor Mendes Brito, José dos Reis Garcia, Mauro Daisson Otero Goulart, Seledino Nunes de Oliveira, Alberto Gentili Filho, Suely Penha Rodrigues, Romeu Bertol, Olien Lustoza de Moraes, Miriam de Carvalho, Pedro Amâncio da Silva, Deisi Deffune, Licínio Lima, Tadeu Moacir Lima, Nésio Jaques Pereira, Beluce Belucci, Geraldo Majella Soares Vermelho, José Aparecido Sforzi, Laércio de Figueiredo Souto Maior, Juvêncio Batista dos Santos, Ramires Moacir Pozza, Cetímio Vieira Zagabria, Pedro da Silva Polon, Sirley Batista, Diva Ribeiro Lima, Vítório Sorotiuk, Nelson Sorotiuk, Deonisia Zimowski, Norival Trautwein, Hilária Zimowski, Tadeu Moacir Lima, Elizabete Suga, José Tarcísio Pires Trindade e Edmilson Correa. Entre os presos no Paraná também consta o nome de José Correia Filho, embora este seja o nome do motorista do Comitê Central e que levará às demais quedas.

Possivelmente nem todos estes nomes tivessem vinculação orgânica com o PCBR. Muitas vezes pequenas ligações pessoais já eram o suficiente para comprometer politicamente perante a repressão.

Com as quedas no Rio de Janeiro, era necessário criar uma estrutura clandestina para colocar militantes que até aquele momento tiveram uma vida legal, mas que, a partir de então, passaram a ser perseguidos pelos órgãos de repressão. Ângela Camargo Seixas ficou encarregada de alugar apartamentos para essas pessoas. Ângela acerta com uma imobiliária conhecer um determinado apartamento à noite do dia 14 de janeiro no bairro de Copacabana.

Às 23 horas desse dia, quando chega ao apartamento para conhecê-lo, acompanhada de Marco Antônio da Silva Lima, a polícia já os está esperando no lado de dentro do apartamento. Como falta luz no momento em que estão chegando, e os policiais acham que poderia ser uma armadilha, começam a atirar

quando os dois estão tentando entrar no apartamento. Marco Antônio é atingido no braço e ele e Ângela tentam fugir descendo as escadas, mas os dois são atingidos e caem. Os policiais saem do apartamento e descem pelo elevador. Ângela, ferida, bate nos apartamentos daquele andar, mas nenhum abre a porta. Percebe que Antônio está muito mal, mas, no entanto, não consegue arrastá-lo. Sobe para o andar de cima, tenta esconder o ferimento e chama o elevador. Quando ele chega, junto vêm dois policiais. Ângela se faz de desentendida e pergunta que tiros foram aqueles. Os policiais mandam Ângela voltar para seu apartamento, ao que ela responde que não poderia, pois tem de sair para telefonar e pega o elevador. No térreo, passa por outro policial que estava cuidando a saída e já está na rua quando alguém manda que a detenham. Presa, já começa a ser agredida no próprio local e é levada para a delegacia. Lá é colocada nua e é quando os policiais a identificam pelo seu ferimento.

Durante diversos dias Ângela será torturada sem falar nada. Depois disso será levada para uma enfermaria onde um médico irá denunciar as torturas e sevícias sexuais por que ela passou. O acusado sofrerá apenas uma repreensão formal e novamente será torturada a partir do depoimento de outros presos políticos que irão confirmar sua ligação com o PCBR e suas funções na organização. No entanto, Ângela nada irá falar. Durante o período em que esteve presa, esteve em contato com Paulo Sérgio Paranhos (Topo Gigio), o primeiro a ser preso na tentativa de assalto ao banco Sotomaior, no Rio, que lhe dirá “Espero que você agüente. Eu não agüentei”. Embora Ângela não tenha falado, compreenderá o porquê de Paulo Sérgio não ter agüentado a tortura. Mais tarde, quando sai da prisão, continua sendo seguida por onde anda no Rio de Janeiro. Resolve ir para a França, onde irá estudar economia na Sorbonne e conhecerá

Philip Agee, agente da CIA que, posteriormente, irá romper com a Agência e lançará um livro denunciando-a.

Em começos de setembro de 1972, compareceu a uma festa onde quase todos os presentes eram franceses e brasileiros. Um dos convidados foi Philip Agee, que, na época, atravessava a pior crise emocional e financeira de sua vida. Quando o livro de Agee finalmente veio à luz, trazia uma dedicatória "*Para Ângela Camargo Seixas e seus companheiros na América Latina que lutam pela justiça social, pela paz e pela dignidade de seus países*" (LANGGTUH, 1978, pgs. 196 a 198).

Em São Paulo as quedas ocorrem basicamente entre 16 e 17 de janeiro. Aytan Miranda Sipahi; Helenita Matos Sipahi; Valdizar Pinto do Carmo; Sonia Irene Silvia do Carmo; Arthur Beltrame Ribeiro; Sérgio Sister; Pura Lopez Cortez; Adilson Odair Citelli; Erkki Juhani Larsson e Renato Viana Soares são alguns do envolvidos com o coletivo de São Paulo. O PCBR nesse estado era pequeno e quase exclusivamente composto por pessoas ligadas à classe média. Diversos médicos (devido à influência que Aytan exercia nessa área), alguns jornalistas e estudantes. Jacob Gorender será preso dia 20 de janeiro e até mesmo os fiadores de seu apartamento, que não tinham ligação com o PCBR serão envolvidos (Chulamit Terepins e José Terepins – industrial). Os dirigentes da organização no estado eram Valdizar e Aytan. No livro "Tiradentes, um presídio da Ditadura" (1997), há o depoimento do período de prisão de Gorender; Aytan; Adilson e Sérgio Sister.

Segundo Gorender,

Eu tinha a perfeita noção de que um dia cairia também, porque as quedas estavam se sucedendo. Mas eu não sabia das quedas do PCBR do Rio de Janeiro, que ocorreram a partir de 12 de janeiro de 1970, quando foram presos Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros dirigentes. Sem saber o que estava acontecendo, eu fui preso quando fui a um encontro na casa de um companheiro, numa noite chuvosa. A janela da casa estava fechada, e isso já devia me deixar desconfiado, pois habitualmente ela ficava aberta. Mas insisti em bater na janela, e, quando ela se abriu, me vi diante de três armas apontadas contra mim. Num piscar de olhos, eu já estava algemado. Depois levaram-me ao DOPS. Ali eu fui submetido a torturas e tentei o suicídio (Entrevista com Gorender, revista Teoria e Debate número 11, agosto de 1990, pgs. 33 e 34).

Dia 16 será a prisão e assassinato do jornalista Mário Alves de Souza Vieira, principal dirigente do PCBR.

A queda de Mário Alves acontece em um momento em que as disputas internas estavam aumentando. Foi preso ao dirigir-se a um ponto que o levaria à reunião do Comitê Central. Algumas pessoas entrevistadas avaliam que a reunião que estava sendo organizada levaria ao “racha” interno, não fosse a queda de Mário e outros. A importância da reunião é que fez com que Mário se arriscasse em cobrir o 4º e último “ponto” (contato). Nas três vezes anteriores não havia ninguém esperando-o. Isso já era um elemento preocupante. Na última vez, Mário saiu de casa à tardinha, sem sua pasta e inclusive sem sua identidade falsa. Possivelmente prevendo problemas de segurança. Preso, foi imediatamente levado ao centro de torturas na rua Barão de Mesquita, no Rio.

Bruno Maranhão foi o último dirigente do PCBR a se encontrar com Mário Alves ainda vivo. Segundo a descrição de Otto Filgueiras,

Às 20 horas do dia 14 de janeiro, Bruno Maranhão esperava na rua Brás Pina, conforme o

combinado. Lá adiante, avistou Mário Alves. O jornalista explicou que não comparecera ninguém no ponto dele às 18 horas. Mario faria parte da primeira turma a entrar no local da reunião e sabia do ponto de Bruno porque fora ele que passara a um outro companheiro e estava ali para trocar opiniões sobre o desencontro. Bruno cismou, mas Vila (**codinome de Mário**) ponderou que o pessoal deveria estar com dificuldade para arranjar o aparelho onde seria realizada a reunião do Comitê Central. Por medida de segurança saíram do local (...) Mário Alves lembrou que havia a terceira alternativa de ponto para os dois. No outro dia, Bruno estava lá e nada dos companheiros chegarem. Mário Alves surgiu do meio do povo e disse mais uma vez que não aparecera ninguém no ponto marcado com ele. A cisma do pernambucano aumentou. Ainda assim, o jornalista lembrou que ele tinha uma última alternativa, um ponto de recuperação que era acionado quando todos os outros furavam. Seria no outro dia, 16 de janeiro, (...) Conversaram mais algum tempo e Bruno combinou de reencontrar Mário Alves, dois dias depois, em 17 de janeiro. Despediram-se na estação de Cascadura (FILGUEIRAS, 1996, pg. 34 – Revista Brasil Revolucionário, nº20).

Nesse último contato com Mário Alves, Bruno também recebeu dele a denúncia de que um oficial das forças armadas norte-americanas estava dando treinamento de tortura a oficiais brasileiros na prisão de Linhares, em Minas Gerais. A denúncia vinha dos irmãos Pezzuti, e este policial a que se referiam foi mais tarde identificado como Dan Mitrione, que posteriormente seria assassinado pelos Tupamaros no Uruguai. Bruno responsabilizou-se em mandar o documento para um companheiro de partido que se encontrava em Paris para que fosse amplamente divulgado no exterior.

Segundo Bruno, Jurandir (motorista do Comitê Central) tinha sido preso no Rio em função da queda de Salatiel e era uma das poucas pessoas que sabia o local e hora do chamado “ponto de recuperação” ao qual Mário dirigiu-se quando foi preso. No outro dia (17 de janeiro), Bruno foi encontrar-se com Mário no ponto

combinado e ele não apareceu. Morreu na tortura sem relatar nada que pudesse dar novas informações à repressão.

Mário foi torturado por 8 horas seguidas, culminando com seu empalamento, ou seja, a introdução de um cassetete de madeira com estrias de aço em seu ânus, o que provocou a perfuração de seus intestinos e uma hemorragia interna que o levou à morte. Os presos na cela vizinha (quando ainda não tinha o isolamento de som nas celas), ouviram seus gritos de dor na tortura e o diálogo com seus carrascos. Os presos que foram as testemunhas de sua morte, (seu corpo é desaparecido), foram: advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes; o tenente da Revolução de 30 Augusto Henrique Maria D`Aurreli; o líder operário Manoel João da Silva e Antônio Carlos Carvalho, que mais tarde será eleito vereador pelo MDB do Rio. Na manhã do dia 17, Manoel João, Augusto Henrique e Antônio Carlos foram designados para limpar a sala de torturas, onde viram Mário arquejando, sem se mexer em meio a uma poça de sangue. Pouco depois, alguns soldados levaram seu corpo, que até hoje não apareceu e não existem informações do que foi feito com seus restos mortais.

O diálogo travado entre Mário Alves e seus torturadores foi posteriormente tornado público pelo advogado Raimundo Teixeira Mendes.

- **Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?**
- *Vocês sabem*
- **Você é o secretário-geral do Comitê Central do PCBR?**
- *Vocês já sabem*
- **Será que vai querer dar uma de herói?**

- **Herói foi Guevara, que morreu na Bolívia com uma metralhadora na mão, você caiu e não tem nem um canivete no bolso,** disse o torturador.
- **Onde está tua filha?**
- *Na Bahia, disse Mário Alves.*
- **Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais, prossegua o interrogador.**
- *Então vão buscá-la.*

A obstinação de Mário em não falar absolutamente nada, segundo Raimundo, aumentou a ira dos torturadores. O caso da morte de Mário Alves também está relacionado ao assassinato da secretária da OAB, Lyda Monteiro da Silva, através de uma carta bomba em agosto de 1980. A bomba era endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, que estava apoiando as investigações sobre o assassinato de Mário Alves. Na época, o ex-agente da CIA e também ex-funcionário público Ronald Walters tinha sido identificado como o principal responsável pelo atentado, além de outras 12 pessoas envolvidas. Ao final nada foi elucidado e ninguém foi punido.

As prisões continuaram. Juliano Siqueira e Nicolau Tolentino (Jason), membros do Comitê Central, são presos dia 20 de janeiro de 1970 ao se dirigir à residência de Apolônio ainda sem saber que ele já estava preso.

A terceira rodada de prisões acontece no final de fevereiro, principalmente no Rio de Janeiro. Álvaro Caldas é preso dia 28 de fevereiro de 1970. Ao entrar no camburão, depara-se com René, filho de Apolônio e membro do C.C. Em um período de poucos dias, aproximadamente uns 30 militantes do PCBR e

simpatizantes são presos, entre eles Suely Caldas, a companheira de Álvaro Caldas; Bruno Dauster Magalhães e Silva, Jader; Alberto Gentili Filho, Sívio (codinome); Carmen Sirina, Raimundo José Barros Teixeira Mendes e outros. No Paraná, é preso Nésio Jaques Pereira dia 20 de janeiro.

Com esta grande quantidade de quedas, é reconstruído o Comitê Central, (3º CC), já em um momento de bastante debilidade. Sua executiva era composta de: Marcelo Mário de Mello, Bruno Maranhão (ambos do Nordeste) e Paulo Guilhain (codinome Vicente, Rio de Janeiro). A nova direção, em função da impossibilidade de realização de um congresso partidário, é composta através do método de cooptação, ou seja, os membros do Comitê Central que conseguiram sobreviver às prisões, convidam outros militantes para a recomposição da direção. A nova direção define por redirecionar o trabalho político para o nordeste, enviando militantes para Bahia e Ceará.

As ações realizadas em Fortaleza são bem sucedidas. Houve um assalto ao Banco do Brasil, agência de Maranguape e a um carro pagador do Bank of London. As quedas começaram a partir da prisão de uma turma de pixadores, o que deu início à desarticulação do trabalho no estado.

A partir de uma definição do Comitê Central de realização do seqüestro do cônsul norte-americano em Salvador e Recife, o PCBR organiza o assalto em um banco em Salvador com o objetivo de obter fundos para organizar o seqüestro, que visava à libertação dos presos políticos de janeiro de 70, bem como de outras organizações também. O banco escolhido foi o Banco do Brasil, agência da Liberdade, a maior da cidade na época. O assalto aconteceu dia 25 de maio de 70. Dois automóveis foram utilizados. O carro da contenção, como era denominado, tinha a função de dar cobertura e seus ocupantes utilizavam armas

de grosso calibre. Na contenção (em um Volkswagen) estavam Getúlio Cabral, Bruno Maranhão e Aldeíldo (ex-militar vindo do MAR). Como existia uma delegacia de polícia que ficava a uns 200 metros do banco, o carro da contenção passou por ela e verificou que não havia nenhuma viatura policial no momento. No carro principal (um Galaxie), estavam Theodomiro Romero dos Santos; Paulo Pontes; Valdir Sabóia; Sandália; Alberto Vinicius Melo do Nascimento (Xanha - motorista) e Prestes de Paula (comandante da ação). Enquanto dois levavam os clientes e funcionários para os banheiros; outro levou o tesoureiro do banco a abrir o cofre. Prestes ficou de guarda na porta do banco. Tudo transcorria sem problemas até que uma senhora que estava no segundo andar da agência enxergou o que estava acontecendo e telefonou à polícia. Por coincidência, estava chegando uma viatura naquele momento. Dirigiram-se ao banco com a sirene desligada. O carro da contenção, achando que era uma coincidência (em função da sirene desligada) não fez nenhuma ação. Somente quando um policial tenta entrar no banco é que Prestes começa a atirar. Surgem dois policiais à paisana e se estabelece uma grande confusão. Nesse momento, os demais saem da agência com uma sacola de dinheiro e, a uma ordem de Prestes, entram no carro já atirando. Na confusão, o saco de dinheiro fica embaixo da porta do automóvel. No meio do tiroteio mandam o motorista andar com o carro. Este, por sua vez, diz que só sairá com a ordem de Prestes (como era costume as ordens de comando sempre partiam de uma única pessoa que estivesse comandando a ação).

Prestes dá a ordem de partida e fogem sem levar o dinheiro. Segundo Bruno Maranhão, Theodomiro (então com 18 anos de idade) chorava como criança pela perda do dinheiro. Nos depoimentos policiais, os funcionários do

banco afirmaram que todo o dinheiro que pertencia aos clientes ficou intacto. Alguns inclusive ficaram em cima dos caixas. Com o fracasso da operação, tiveram de buscar dinheiro emprestado para organizar a tentativa de seqüestro planejada.

Em julho de 1970, a Comissão Executiva do PCBR fica reunida um mês em Salvador e elabora um conjunto de nove documentos, divididos da seguinte forma:

1) O Desenvolvimento Capitalista no Brasil; 2) O Aparelho de Estado; do Liberalismo à militarização; 3) O Movimento Revolucionário: massismo e militarismo; 4) Balanço Político e Ideológico do Partido; 5) Linha Militar; 6) Linha de Massas; 7) A Frente Revolucionária Popular (FREPEL); 8) A Luta contra os desvios de direita e esquerda, 9) Política de Organização.

De acordo com Marcelo Mello, que era considerado a “direita” do partido, a tensão entre as posições manifestou-se na elaboração dos documentos. Como somente um Congresso poderia mudar a linha, (e não havia condições de segurança para sua realização), houve um grande malabarismo na elaboração dos documentos para adaptar sem mudar a linha.

A dificuldade do documento foi a seguinte: eu já tinha uma visão mais elaborada de crítica ao militarismo dominante, Bruno polarizava comigo e Vicente (Paulo Guilhain) confessou que estava absolutamente sem condições de travar uma discussão. Aí, ficava polarizando eu e Bruno, e uma das posições que a gente teria que adotar naquele momento ia de encontro a linha política. Eu achava que era importante para sobrevivência do partido, dar uma parada nas ações, fazer algumas ações e depois parar. Aí Vicente ou se abstinha (aí empatava) ou votava com Bruno. Então o que aconteceu é que você tem um documento que quando vai analisar a conjuntura, a questão da luta

armada é colocada de uma maneira bem emocional. A defesa como se fosse no plano imediato e isso eu fiz uma maldade, uma sacanagem intelectual que eu fiz. Como eu fui o redator eu exagerei na coisa, eu fiz a coisa bem caricata para melhor ser combatido depois e Bruno achou ótimo, não entendeu (Depoimento de Marcelo Mário de Mello, fita nº 9).

Nas resoluções de 70, fica claro uma nova orientação em relação à política de atuação nos movimentos de massa (anexo II). Em uma determinada parte do documento, este afirma que

Numa época de descenso como a que vivemos, falar em organizações semi-legais é admitir que elas poderiam existir a partir de já, sob os olhares complacentes da ditadura – o que é um grosseiro desvio de direita. Atualmente, só existem as entidades legais – os sindicatos pelegos, os grêmios e diretórios amordaçados – e as ilegais, as OIMs. O avanço da luta revolucionária poderá levar ao funcionamento semi-legal das organizações ilegais atualmente existentes, mas isso é uma questão de futuro (linha de massas, 1970, PCBR).

A partir desse novo tipo de formulação, torna-se evidente que o PCBR consolida a política militarista como o centro de sua atuação política. Seja em função dos desdobramentos do AI-5 e de uma maior repressão, seja pela vitória da linha interna, que tinha um conteúdo mais militarista, seja até mesmo pelas pressões externas que exigiam da militância, como um ato de coragem, a participação na luta armada. A questão é que a partir deste momento o PCBR, embora ainda vá praticar inúmeras ações políticas e militares, tende a diluir-se entre as organizações que estabelecem como eixo de sua ação política a ação militar.

Vale lembrar que desde julho de 1968, o Comitê Central esperava por parte do governo alguma atitude frente à crise que se instalava. Na avaliação da

direção do PCBR, qualquer das saídas que o governo encaminhasse, no entanto, deveria fortalecer a luta de massas e a radicalização política por parte da esquerda. Segundo uma resolução política de julho de 1968, cinco meses antes do Ai-5,

A expectativa de alguns setores da população em face das promessas de abertura democrática, formuladas pelo atual governo, cede (...) a uma oposição popular cada vez mais vigorosa. A ditadura se encontra diante de um dilema: recorrer a novas medidas de exceção e desencadear uma repressão ainda mais violenta ou manter a aparência de “democracia representativa” com que procura enganar o povo para assegurar a estabilidade do regime. Nenhuma das alternativas representa, porém, uma solução favorável às classes dominantes: no primeiro caso, as forças revolucionárias, à frente das massas, tenderão a radicalizar a luta e responder à violência com a violência; no segundo, utilizarão as liberdades consentidas para ganhar as ruas, ampliar e intensificar a ação revolucionária (O Isqueiro, Guanabara, agosto de 1968, ano 3, número 42 - mimeografado).

A partir da expectativa de que o agravamento da crise iria forçar o governo a tomar uma atitude, o Comitê Central do PCBR avaliava a necessidade de seus militantes se prepararem tanto para intervir nas mobilizações de massas, quanto na preparação do terreno da luta armada

O agravamento da situação política e o avanço do movimento popular colocam diante das forças revolucionárias importantes tarefas. Devemos estar preparados para lutas de nível cada vez mais elevados, a (...) exige maiores esforços no terreno da agitação e da mobilização das massas, bem como na organização da luta armada pela derrubada da ditadura e por um governo popular revolucionário (O Isqueiro, Guanabara, agosto de 1968, ano 3, número 42 - mimeografado).

Em função dessa perspectiva, o Comitê Central do PCBR aprovou um conjunto de diretrizes, basicamente voltadas ao movimento operário, movimento camponês, movimento estudantil, construção do partido, à busca de ampliação de contatos com outras forças políticas visando à construção de uma frente única e, finalmente, resoluções quanto à questão armada. As resoluções vinculadas ao movimento estudantil, camponês e operário eram orientações basicamente voltadas à intensificação do movimento de massas e denúncia da ditadura. Especificamente no que diz respeito à luta armada, a resolução fala em

Desenvolver, com sentido de urgência, o treinamento de quadros para os diversos tipos de luta armada na cidade e no campo;

Organizar grupos de auto-defesa de massas nas empresas, escolas, fazendas e outros locais de trabalho e moradia, preparando-os materialmente para combater a reação

Estudar, sistematizar e difundir a experiência das revoltas de ruas, elaborando planos e preparando meios materiais para combater a reação

Intensificar os preparativos para a guerrilha rural, no terreno da seleção e treinamento de quadros, organização de apoio logístico e obtenção de recursos materiais, dentro do plano estratégico geral da determinação das áreas preferenciais (O Isqueiro, Guanabara, agosto de 1968, ano 3, número 42 - mimeografado).

Já em 1969, em plena vigência do AI-5, o PCBR mantém sua concepção de articulação entre a luta legal e ilegal, inclusive criticando aqueles que não viam como importante a atuação no movimento de massas

Dentro desse quadro, duas tendências errôneas se manifestam e devem ser enfrentadas: de um lado a subestimação da luta armada, que se traduz, entre outras posturas na negação do papel das pequenas ações armadas urbanas; de outro lado, o menosprezo pelas lutas de massas, que se

expressa no abandono do trabalho paciente e tenaz para organizar e mobilizar os trabalhadores e o povo (...) Aqueles que consideram as pequenas ações de guerrilha urbana como atividade aventureira e isolada do conjunto da guerra revolucionária revelam uma compreensão falsa da revolução (...) Por outro lado, é um erro supor que as ações de guerrilha urbana excluem a necessidade das lutas de massas. A luta armada pode ser iniciada por pequenos grupos combatentes, mas só será vitoriosa na medida em que contar com o apoio e participação do povo (Vanguarda, outubro de 1969, C.C. do PCBR - mimeografado).

Embora os documentos de 1968 e 1969 tivessem uma preocupação em organizar a luta armada, também há neles uma preocupação constante em articular e fortalecer a luta nos movimentos de massas como sustentação às lutas no campo militar. Já o documento de 1970, elaborado em um período de crise dos movimentos de massas, aborda a luta militar como o centro de toda a atuação do partido e, inclusive, nega taxativamente a atuação legal na medida em que avaliavam que não havia condições políticas de atuar por dentro dos sindicatos e/ou entidades estudantis em função da intensa repressão política. Talvez um conjunto de elementos possa ajudar a entender essa modificação da linha política: o surgimento de uma “nova geração” de dirigentes políticos pois a maioria dos antigos dirigentes estava na prisão ou no exílio; o recrudescimento da repressão e dos assassinatos por parte da ditadura e a influência de outras concepções mais militaristas, que ocupavam cada vez mais o espaço político através de ações públicas de impacto como os seqüestros.

Após a elaboração do documento de 1970, a Comissão Executiva do Comitê Central se dispersa por questões de segurança. Marcelo Mello vai para o Paraná e Rio de Janeiro para ver como estava o trabalho da organização naquela região, Paulo Guilhain (Vicente) ficará nos estados do nordeste, acompanhando o

trabalho e Bruno irá para Salvador na perspectiva de organizar um seqüestro do cônsul norte-americano. Com a prisão de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Nancy Mangabeira e Vera Maria Rocha Pereira em Recife, não haverá mais reuniões do CC. Apenas contatos de Marcelo com Bruno e de Marcelo com Paulo Guilhain.

Nesse contexto mais militarista, é que se insere a tentativa de organizar o seqüestro do cônsul norte americano em Salvador e Recife. O seqüestro tinha como objetivo a libertação dos presos políticos do PCBR. Para isso, militantes são deslocados para esses dois estados. Para a Bahia deslocam-se quadros de direção e quadros militares, além de outros militantes que identificaremos mais adiante. Para Recife, além da militância local, são deslocados Nancy Mangabeira do Rio de Janeiro; Francisco de Assis e Vera Maria (codinome Tânia, companheira de Mário Miranda). Nancy Mangabeira (Paula; Andréa, Joana ou Cristina) e Francisco de Assis vão assumir o comando regional da organização. Possivelmente, o terceiro elemento da direção regional tivesse sido Carlos Alberto Soares. Já Vera Maria, era uma militante bem jovem que tinha vindo do Ceará, recrutada por Francisco de Assis que estava estudando naquele estado.

Nancy vai para Recife após as quedas do Rio (entre janeiro e fevereiro de 70). Ela relata a falta de perspectivas de atuação em seu estado natal

No Rio, havíamos sobrado eu, o Elinor Brito e o José Adeildo, que havia fugido da Penitenciária Lemos de Brito. Ficamos eu e o Adeildo perambulando, ele com um fuzil M1 dentro de uma maletinha, e a gente sem contato, sem ter onde dormir, sem coisa nenhuma, andando pelas ruas. Fomos parar em pensões (Niterói, Macaé) com a roupa do corpo. Ele contava que éramos noivos, que meu pai era coronel e não queria que a gente casasse. Pediu que avisassem se aparecesse

alguém do Exército. Ficamos hospedados numa pousada, até refazer o contato com a Organização. Depois seguimos para Salvador – e de lá, depois de um contato com o Bruno Maranhão, da direção, eu fui para o Recife (CARVALHO, 1998, pg. 351 e 352).

Nancy chega em Recife em março, onde aproximadamente uns 20 militantes do PCBR ainda estavam atuando. Junto com Francisco de Assis, ficou encarregada de montar uma base operacional para o seqüestro do embaixador norte-americano Donnor Lion. Quem escolheu a casa a ser alugada onde seria o “aparelho” em que iriam morar e que posteriormente serviria para prender o cônsul seqüestrado foi Francisco de Assis. A casa escolhida apresentava as condições de segurança necessárias (um quintal grande com saída para os fundos e saída por todos os lados caso houvesse cerco policial), no entanto, não tinham a mínima noção de quem eram seus vizinhos. No lado esquerdo morava um militar da marinha e no lado direito um militar do exército.

Nancy e Francisco de Assis simulavam ser um casal. Já Vera, por questões de segurança (seria a caseira no momento do seqüestro), entrava e saía do apartamento com os olhos vendados. Francisco de Assis ficou os cinco primeiros dias com Nancy e teve de viajar para o Ceará, deixando-a sozinha. A dinâmica da casa fez com que os vizinhos estranhassem e, em um primeiro momento, acharam que fosse alguma casa de encontros, de prostituição (esta informação veio a partir dos depoimentos que eles darão no inquérito policial que irá se seguir).

A partir da denúncia dos vizinhos, a polícia monta um esquema de vigilância. O delegado Carlos de Brito, responsável pelo acompanhamento, por coincidência, é um contemporâneo de Francisco de Assis na Faculdade de

Direito. Quando este chega de sua viagem ao Ceará, é reconhecido e no momento em que a polícia cerca o local já o faz com um grande aparato.

Neste momento já haviam desistido de seqüestrar o cônsul norte-americano. Devido ao grande aparato de segurança montado em função dos seqüestros anteriores, estava inviabilizado o seqüestro. As atenções tinham se voltado para o cônsul japonês, embora a maior parte dos integrantes da organização, que sabiam da operação e que se encontravam em outros locais, ainda não soubessem da mudança de planos. Caso desse certo o seqüestro, na avaliação de Francisco de Assis, possivelmente seria uma catástrofe. Em função do endurecimento do regime em não mais negociar, possivelmente tivessem que optar entre matar o cônsul preso ou entregá-lo e se desmoralizarem publicamente.

Poucos dias antes de serem presos, no dia 26 de junho, os membros de um grupo de fogo da organização, na tentativa de roubar um automóvel (Volkswagen), deparam-se com a reação do ocupante e obriga-se a atirar, ferindo e posteriormente matando o sargento da aeronautica Matheus Levino dos Santos. Nancy Mangabeira foi quem dirigiu o carro da fuga. Outros envolvidos são Carlos Alberto Soares, que será acusado como a pessoa que atirou e Rivelino (codinome de José Gersino Saraiva Mais). Além dos três identificados, existia um quarto que talvez fosse Rholine Sonde ou José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Ao que consta em depoimentos de ex-militantes, foi Gersino quem atirou e posteriormente pôs a culpa em Carlos Alberto, embora outros depoimentos refiram-se exclusivamente a Carlos Alberto.

José Gersino Saraiva Maia, acadêmico de medicina no Rio Grande do Norte, era membro do comando político militar e também já tinha feito uma ação

com Claudio Gurgel no Ceará, quando da posse do General Portela. O armamento do Rio Grande do Norte para Pernambuco foi levado por Gurgel e Gersino para uma ação de expropriação de um carro pagador, ação que foi feita exatamente no dia da posse, em meio a grandes festividades públicas na cidade. A expropriação concretizou-se sem incidentes, embora tenha rendido muito pouco em função de que havia pouco dinheiro e muito cheque, os quais ninguém quis se arriscar a tentar trocar em algum banco.

Posteriormente, depois de preso, Gersino irá fazer um pronunciamento público dirigido ao comandante da Marinha e datado em cinco de julho de 1971, que será publicado nos jornais e aparecerá na televisão arrependendo-se de sua militância, elogiando o regime militar e fazendo acusações à esquerda (em anexo).

Na lembrança de Cláudio Gurgel, que conviveu com Gersino, embora saiba que foi denunciado por este, ainda assim procura compreender o porquê de suas atitudes

A mim, por exemplo, ele denunciou e eu recebi essa informação. E para ele me denunciar, eu que era uma pessoa que se incluía no rol de seus prediletos companheiros, eu tenho certeza disso, ele deve ter sofrido enormemente (...) ele era um jovem idealista com muita lealdade aos companheiros, muita fraternidade, era uma pessoa muito fraterna, e certamente ele foi submetido às torturas, a que já nós havíamos sido submetidos e por alguma circunstância fez o que fez (entrevista Cláudio Gurgel, fita nº 28).

Já Rubens Lemos, jornalista de Natal que estava refugiado no Rio de Janeiro, lembra, em um artigo intitulado “Memórias do Exílio”, a reação que teve ao deparar-se com as declarações de Gersino para um jornal.

Andando pela rua México, via estampada na primeira página do Jornal do Brasil, a fotografia de G, ex-líder estudantil natalense e transformado em guerrilheiro. G, para minha surpresa, aparecia risonho tomando cafezinho ao lado de alguns policiais. Dele, o jornal publicava também uma terrível carta. G, (cuja covardia não lhe honra a menção do verdadeiro nome), pedia perdão do Ditador de plantão e se declarava pateticamente arrependido (LEMOS, Rubens. Diário de Natal, 02/04/2004, pg. 4).

Na véspera da prisão dos militantes, que estavam em Recife preparando o sequestro do embaixador, os três moradores do “aparelho” destinado à ação vão à praia à noite onde, segundo suas próprias cartas, buscavam descarregar suas angústias. Retornam de madrugada e cada um irá escrever uma carta para seus respectivos companheiros, porém nenhuma chegará a seu destino.

Na manhã do dia 16 de julho, mais precisamente às 6:20 horas, a polícia fará o cerco ao local onde se encontrava Francisco de Assis, Nancy e Vera Maria. No dia anterior, tinham retirado todas as armas do apartamento, inclusive granadas. No momento da batida policial, portavam apenas três revólveres calibre 38. A polícia tenta arrombar a porta da frente, correm para fugir pela cozinha (fundos) e percebem que a porta também está sendo arrombada. Francisco esvazia o revólver na pessoa que tentava arrombar a porta e o revólver, ao esquentar, parou de funcionar, não armava mais. Resolvem furar o cerco e as duas mulheres saem atirando, Nancy é baleada e Chico tem que recuar com ela, entregando-se. Nancy foi levada a um hospital e isto salvou sua vida, pois os

estilhaços tinham se espalhados pelo corpo e atingiram o fígado. Teve de passar por diversas operações. Posteriormente Nancy estará na relação dos presos que serão trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, dia 16 de janeiro de 71. Juntamente com Nancy sairão do país mais 69 presos, entre eles René-Louis (filho de Apolônio e membro da direção nacional); Vera Maria Rocha Pereira, Bruno Dauster Magalhães e Silva e Elinor Mendes Brito, todos militantes do PCBR.

Embora Vera Maria tivesse tentado destruir os documentos na patente no momento da prisão, alguns caem na mão da polícia. Entre eles a relação das pessoas que a organização pretendia trocar quando do seqüestro do embaixador. Como estava sendo articulado outro seqüestro em Salvador, a lista era a mesma. O primeiro dos seqüestros que desse certo tornaria público a lista dos presos a serem trocados. Esta lista apreendida pela polícia tinha sido redigida em Salvador, onde estava localizado o Comitê Central e estava em manuscrito à mão, com a letra de Bruno Maranhão. Ainda não estava totalmente fechada, dependendo de algumas confirmações de prisões e/ou de pessoas que possivelmente já estivessem mortas ou de confirmações de prioridades de outras organizações. A lista era composta por 23 membros (ou simpatizantes) do PCBR e os demais eram militantes de outras organizações, como está explícito na relação abaixo.

LISTA DE NOMES A SEREM TROCADOS NO SEQUESTRO DE RECIFE
(OU SALVADOR)

01 – MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (VILA)	- PRESO NA GB
02 – RENÉ LOUIS DE CARVALHO (WALTER)	- PRESO NA GB
03 – BRUNO DAUSTER MAGALHÃES (LEOPOLDO)	- PRESO NA GB
04 – EDINALDO DE MIRANDA (JOSÉ)	- PRESO EM RECIFE
05 – TORRES (VER O NOME)	- PRESO EM RECIFE
06 – MARIA DALVA LEITE DE CASTRO (ADRIANA)	- PRESA NA GB
07 – MARCO ANTONIO MARANHÃO COSTA (ERNANI)	- PRESO NA GB
08 – SONIA HINDS DE OLIVEIRA (MÁRCIA)	- PRESA NA GB
09 – MIGUEL BATISTA DOS SANTOS (RODRIGO)	- PRESO NA GB
10 – VERA LÚCIA VITAL BRASIL	- PRESA NA GB
11 – RAUL DE CARVALHO (ORLANDO)	- PRESO NA GB
12 – MARCELO NOGUEIRA DA CRUZ (HORÁCIO)	- PRESO NA GB
13 – AUGUSTO H. M. D`AURELIE OLIVIER (ÁLVARO)	- PRESO NA GB
14 – ANGELA CAMARGO SEIXAS (WALKIRIA)	- PRESA NA GB
15 – ALVARO MACHADO CALDAS (ARMANDO)	- PRESO NA GB
16 – ISABEL GUIMARÃES DE ABREU (MÔNICA)	- PRESA NA GB
17 – JACOB GORENDER (SABINO)	- PRESO EM SP
18 – FRANCISCA ABIGAIL B. PARANHOS (CAROLINA)	- PRESA NA GB
19 – SUELI CALDAS (CATARINA)	- PRESA NA GB
20 – SÉRGIO SISTER (BATISTA)	- PRESO EM SP
21 – ANITA DE MORAIS SLIDE	- PRESA NA GB
22 – AITAN (MÉDICO)	- PRESO EM SP
23 – ISOLDA (ALIADA DO RN – PRESA C/ TORRES) (confirmar se ela está realmente presa)	

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

24 – PEDRO DE FRANÇA VIEGAS (MAR) – preso na GB
25 – JOSÉ DUARTE DOS SANTOS (MAR) – preso na GB
26 – CELESTINO (MARINHEIRO – MAR) - preso na GB
27 – JOSÉ SABINO (MAR) – NOME DE GUERRA: TIO ADÃO

- 28 – JEAN MARC VAN DER WALD (AP)
- 29 – ELENALDO OU LUÍS (AP) o que não estiver parálítico – presos em Recife
- 30 – CARLOS ALBERTO CRISTO – FREI BETTO (ALN) – preso em SP
- 31 – PADRE ALÍPIO DE FREITAS (PRT) – preso na GB
- 32 – MAURÍCIO ANÍSIO CARDEIRA (ALN-NORDESTE) – preso em Recife
- 33 – LUCIANO ALMEIDA (LUCAS (ALN-NORDESTE) – preso em Recife
- 34 – CLAUDIO TORRES (DI) - preso na GB
- 35 – VPR – pedir 1 ou 2 nomes confirmadamente presos – é importante
- 36 a 40 – VAR – escolher à vontade

Junto à relação de nomes, constava um pequeno bilhete que explicava melhor algumas alternativas de substituições de nomes

Caso a VAR tenha outros nomes para outras organizações pode-se aumentar um pouco a lista (até achamos razoável – fundamental é ter nome do VPR). (esclarecer que caso Vila esteja morto sobra mais uma vaga para eles). É possível que Tio Adão também tenha sido morto. Nesse caso, também fará parte do comunicado da morte de Vila, e deverá ser substituído por outro nome proposto pela VAR. Tio Adão é José Sabino (MAR), líder camponês preso mais de 6 vezes. A última foi no trem de Angra para GB, quando ia avisar o pessoal do Rio que a área estava cercada. Sua prisão foi noticiada um dia e depois não se soube mais nada. Suspeita-se de que tenha sido morto, mas não é certo. Caso Isolda não esteja presa, mais uma vaga. Cláudio Torres é a pedido da própria DI que tivemos contato. (Para Paula: Carlos Wainer e Zílio estão presos). Achamos que não dá para colocar nessa lista Capivara e Nuremberg (documentos apreendidos pela polícia).

Nesta lista também não constava o nome de Apolônio de Carvalho porque ele já tinha saído do Brasil, juntamente com mais 39 presos políticos, por ocasião do seqüestro do embaixador alemão, em junho de 70, e tinha se dirigido à Argélia.

Com as quedas de Recife e com a certeza de que a repressão já estava acompanhando as movimentações em Salvador, é desarticulada a estrutura para o seqüestro do cônsul norte-americano nessa cidade e alguns militantes são retirados da região. Lá estavam, entre outros, Bruno Maranhão; Prestes de Paula; Suzana Maranhão; Dirceu Régis; Getúlio Cabral; Paulo Pontes, Adeíldo, Theodomiro Romero dos Santos e Fernando Augusto da Fonseca (Sandália). Possivelmente Mário Miranda de Albuquerque, que tinham participado da tentativa de assalto ao banco também ainda estivesse em Salvador.

A maioria dos quadros militares e de direção do PCBR estava em Salvador. Divididos em 3 casas e com apenas um automóvel (um Volkswagen), o qual permanecia por alguns dias da semana em uma das residências e, nos demais dias, nas outras duas (de acordo com as necessidades). Mudavam a placa cada vez que saía de um aparelho e se dirigia a outro. Nesse momento é que inicia a clandestinidade de Susana Maranhão, companheira de Bruno Maranhão.

Susana já militava no PCB e no início do PCBR. Juntamente com Teresa Vilaça e Rildete, trabalhavam na Cooperart, que era uma instituição que aparentemente fazia uma obra de caridade em relação aos camponeses, mas que na realidade fazia o mapeamento de camponeses mais politizados, além do recrutamento e formação política. A Cooperart era financiada basicamente por esposas de proprietários de engenhos que queriam fazer um trabalho filantrópico. Uma das ações que a Cooperart ajudou muito foi no mapeamento de engenhos para o trabalho de queimadas. Este se constituía em localizar algum camponês mais politizado e articular com ele a queima dos canaviais. Com os canaviais queimados, a cana precisa ser processada em poucas horas para que não haja

perda total. Nesse caso, os usineiros são obrigados a contratar imediatamente mão de obra camponesa para processar a cana nos canaviais para não ter muitas perdas. Isso criava uma simpatia dos camponeses para com as organizações políticas que articulavam as queimadas.

Quando a Cooperart é fechada pela repressão e Teresa Vilaça é presa, Susana já não estava mais em Recife.

Como Bruno já estava clandestino e o cerco estava chegando em Susana, ela se desloca para São Paulo, que é onde teria melhores condições para fazer a operação e tratamento de sua filha Manuela. Em São Paulo ainda tem uma vida legal e sua função era manter Cândido Pinto informado das posições do Comitê Central. Cândido (que tinha sido eleito presidente da União Pernambucana de Estudantes) estava no hospital e encontrava-se paraplégico em função de um atentado que sofreu em Recife dia 28 de abril de 1969 em uma parada de ônibus, depois de ter sido ameaçado de morte por policiais. Durante certo tempo, Susana fica com Bruno. Quando Mário Alves caiu, Bruno ainda continuou indo aos “pontos” combinados, sem saber de sua prisão e assassinato. Susana, por sua vez, é quem dava cobertura a Bruno.

A filha de Bruno e Susana estava em São Paulo com uma amiga do casal. Cada vez que Susana dirigia-se ao Rio para encontrar Bruno e dar cobertura aos pontos, ao voltar a São Paulo, antes de chegar em casa sempre telefonava para saber se estava tudo bem. Em um desses telefonemas soube, por sua mãe, que havia chegado de Recife, que estavam atrás dela. Nesse momento, entra para a clandestinidade e desloca-se para Salvador.

Em Salvador incorpora-se à ação de seqüestro. Como não era tão visada como os demais, é quem irá fazer todo o levantamento (horário de saída da casa,

saída do consulado, carros que usava, etc). O contato (legal) de Susana era com Renato Afonso de Carvalho, então estudante de economia e que tinha uma vida legal. Além do contato com Renato, também prestava assistência (acompanhamento político) a duas pessoas que estavam discutindo com a organização, sendo que um era um padre (do qual Susana não lembra o nome) que tinha uma forte vinculação com Theodomiro (que na época era seminarista). Posteriormente irá conhecer e manter contatos também com Marcos, irmão de Renato.

Tanto Susana quanto Prestes, acham que o carro foi o elemento que chamou a atenção da repressão. Paulo Pontes, por sua vez, não tem dúvidas de que foi a partir dele (Paulo) que a repressão chegou nas demais pessoas envolvidas. Sua casa já estava sendo vigiada e, quando é preso, fica sabendo que os policiais já possuíam sua fotografia. Não sabe se houve algum tipo de infiltração na organização ou se estava sendo seguido por outros motivos. De qualquer forma, como não sabia que estava sendo seguido, ao contatar outros militantes, estes passam a ser também vigiados.

Na última reunião realizada (na praia) em que já estavam organizando as transferências em função de que o seqüestro não iria mais se realizar, alguns saem de ônibus (Theodomiro, Susana e Lourdes Maria Wanderley Pontes pegam o mesmo ônibus). Prestes e Bruno saem com o volkswagen vermelho. Percebem que estão sendo seguidos e fazem um balão de forma repentina, mas o carro que os seguia faz o mesmo. Com a certeza de que estavam sendo seguidos, conseguem despistar o carro e naquela noite mesmo desocupam as casas alugadas. Prestes, Bruno e Aldeído vão para Sergipe. Mariana (codinome da companheira de Prestes) também sai de Salvador.

Em Sergipe, Prestes Bruno e Aldeído vão para uma pensão. Surge um imprevisto perigoso. O marido do dono da pensão, irritado com o barulho que alguns estudantes da pensão faziam, quer chamar a polícia. A dona da pensão, envergonhada em função dos engenheiros da Petrobrás que estavam na pensão (os militantes do PCBR), não quer que a polícia seja chamada. Na dúvida, os três foram procurar outro lugar para ficar.

Susana sai da casa onde estava e vai morar durante alguns dias com Góia, a namorada de Renato Afonso (que não era militante da organização). Outros militantes procuram outros locais alternativos.

Susana recorda que, ao sair da última reunião, na praia, pegou o ônibus juntamente com Lurdes e Theodomiro e que a primeira a descer foi Lurdes (Lurdinha), mulher de Paulo Pontes. Foi a última vez que a viu, pois alguns anos depois ela será assassinada pela repressão no Rio. Logo depois, Susana desce e Theodomiro continua no ônibus. Também foi a última vez que viu Theodomiro. Poucas horas depois irá ocorrer o incidente no Dique do Tororó, como será visto adiante.

Quando Susana já estava preparando-se junto com Renato Afonso, para sair da Bahia, indo até a fronteira, vê um jornal e identifica nos anúncios um aviso da família do Bruno. Pelo combinado, quando houvesse necessidade de contatos, a família colocaria um anúncio (de venda de automóveis) e, a partir dos dados do anúncio (datas), eles procurariam uma determinada caixa postal. Susana disse a Renato que não iria naquele momento, que antes procuraria o contato com a família de Bruno, da qual há muito tempo não tinha notícias e depois iria a Sergipe de ônibus. Renato tentou argumentar com Susana para que não se arriscasse, mas ela não muda de posição. Fernando Augusto da Fonseca

(Sandália) propõe-se a ir com ela para fazer sua segurança até Sergipe. A partir da caixa postal, Susana fica sabendo que os pais de Bruno já estavam na Bahia há um mês tentando contato. Vai a uma Igreja, conforme o combinado, e encontra os pais de Bruno muito nervosos. Após explicar que estava tudo bem e que Bruno não se encontrava mais em Salvador, eles não aceitam que ela vá a Sergipe de ônibus e a levam juntamente com Sandália até o outro estado. Posteriormente Fernando (Sandália) voltará até Salvador de ônibus.

De Sergipe, para onde vai boa parte dos militantes que estavam em Salvador, os militantes serão deslocados posteriormente para o Rio Grande do Norte, Rio e Pernambuco. Bruno e Susana saem de Sergipe e vão para Maceió, dirigindo-se mais tarde ao sertão de Pernambuco, de onde posteriormente deslocar-se-ão para a Europa e mais tarde Chile.

Dia 27 de outubro de 1970, estavam reunidos no Dique do Tororó, Theodomiro; Paulo Pontes e Getúlio Cabral, onde tinham feito uma pequena reunião. Fazia pouco tempo que Dirceu Régis tinha se retirado, com isso, escapa do confronto com a repressão. Tanto Theodomiro quanto Paulo Pontes iriam permanecer em Salvador, trabalhando basicamente junto ao movimento estudantil. Getúlio Cabral, já membro da direção nacional, havia repassado um dinheiro para Dirceu Régis para que este se deslocasse para o interior e estava dando as últimas instruções antes de também sair da Bahia. Ainda contavam com o apoio dos militantes da organização que eram da Bahia e que deveriam continuar com o trabalho no estado. Entre eles, Renato Ribeiro (que era da direção estadual, juntamente com Dirceu Régis e Paulo Pontes), bem como Wellington Freitas, Natur de Assis Filho, Roberto Albergaria, Wagner Coqueiro,

Renato Afonso de Carvalho, Marcos Afonso de Carvalho, Ricardo Nóbrega e Wesley Macedo Bonfim, entre outros.

Ainda no dique, Getúlio Cabral viu quando um jipe do exército aproximava-se e iniciou a atirar e ao mesmo tempo saiu correndo. Theodomiro e Paulo Pontes, que estavam de costas, não tiveram tempo de fugir e foram agarrados por quatro homens. Algemaram o pulso direito de Theodomiro (na época com 18 anos) com o pulso esquerdo de Paulo Pontes. Atiraram uma pasta preta que Theodomiro tinha para dentro do jipe e saíram atrás de Getúlio. Um cabo ficou em terra tentando alvejar Cabral. O jipe parou em frente a uma ponte onde Getúlio tentava alcançar o outro lado do dique. Como a ponte não era segura, os policiais tentaram acertar em Getúlio dali mesmo. O sargento da Aeronáutica, Walder Xavier de Lima, tinha saltado do jipe e estava ao lado da porta. Theodomiro, com a mão esquerda mesmo, pega um revólver calibre 38 de dentro da maleta e atinge o sargento Walber que cai ferido. Continua atirando e fere o agente federal Hamilton Nonato, mas é dominado e espancado ali mesmo. Com a fúria em que os policiais estavam, esqueceram o sargento caído (que veio a morrer em função de não ter sido socorrido) e os levam para a Polícia Federal. Theodomiro será o primeiro preso político brasileiro a ser condenado à morte, em 18 de março de 1971. Mais tarde, sua pena passará à prisão perpétua e, posteriormente, condenação à pena de trinta anos. Enquanto Theodomiro e Paulo Pontes eram torturados, os policiais colocavam a música de Toni Tornado que fazia sucesso na época, e que dizia, em determinada parte: “a gente corre, a gente morre, na BR-3”, referindo-se ao diminutivo como era chamado PCBR. Praticamente todos os militantes e simpatizantes do PCBR que atuavam na Bahia naquele momento também foram presos.

Mesmo Theodomiro tendo sido o primeiro a ser punido com a pena de morte, não foi exceção quanto ao rigor que os tribunais impuseram aos presos políticos. Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, também militantes do PCBR, foram condenados a uma pena que foi considerada por muitos como a mais cruel de todas. Inicialmente foram condenados à prisão perpétua em regime de isolamento. Mais tarde essa pena irá diminuir, mas mesmo assim, somada a pena dos dois, chegará a 131 anos de cadeia. Durante mais de trinta meses ficaram isolados de todo contato com os demais presos, com direito a banhos de sol isolados e apenas ocasionalmente. Os presos da Ilha de Itamaracá, em Recife, irão organizar cinco greves de fome. Duas delas contra espancamento de presos comuns, uma contra o envio de dois dos presos políticos para o Quartel da Cavalaria (Marcelo Mário de Mello e Alberto Vinicius do Nascimento) e as outras duas contra o isolamento a que Carlos Alberto e Rholine foram submetidos. A última delas, que durou 25 dias, propagou-se e gerou um movimento nacional nas prisões pela anistia. Segundo Francisco de Assis, a difusão do movimento ocorreu através de cartas mandadas para fora pelos parentes. “Foi assim que combinamos a última greve. Quem não ficou sabendo pelas cartas descobriu mais tarde, pela imprensa, e também decidiu aderir”. Até mesmo Dom Hélder Câmara chegou a organizar uma vigília contra o isolamento em função do desrespeito aos direitos humanos a que Carlos Alberto e Rholine foram submetidos.

De qualquer forma, o fato de Theodomiro ter atirado em um policial não será esquecido pelos policiais. Além de Theodomiro e Paulo Pontes terem sido violentamente torturados, os agentes da repressão irão vingar-se de forma brutal, como veremos mais adiante. Em 1979 Theodomiro foge da Lemos de Brito

porque não tinha segurança de vida. Todos os indícios apontavam que seria morto na cadeia por policiais. Inclusive o governador da Bahia na época, Antônio Carlos Magalhães, afirmou que “você sabem, pode ocorrer alguma briga com um preso e acontecer alguma coisa com ele”. Uma reportagem de Emiliano José (A Fuga Histórica), publicada na revista Caros Amigos, número 1, de abril de 1997, relata sua fuga de forma detalhada, inclusive a participação de deputados federais no apoio e todo o conflito com a Igreja Católica, que tinha medo de dar asilo a Theodomiro e criar conflitos com o governo. Após sua fuga, Theodomiro vai para a Europa e retorna em 1986, quando é montada uma grande estrutura, inclusive de apoio logístico militar nos aeroportos para seu retorno. Até mesmo um conhecido ator da rede Globo ajudou indo do Rio a Salvador no mesmo voo para evitar tentativas de assassinato, eis que Theodomiro era uma pessoa ameaçada de morte por parte dos policiais baianos.

No mesmo ano da prisão de Theodomiro e Paulo Pontes, há a prisão de Alberto Vinicius Mello do Nascimento (Xanha), em Pato Branco no Paraná, dia 29 de novembro de 1970. Não conseguimos identificar se esta prisão ocorreu de forma isolada ou se outros militantes foram presos juntos.

É importante percebermos que algumas das prisões foram ocasionadas não apenas a partir de ações militares como assaltos, mas também a partir de ações de agitação e propaganda de massas, que, pelas condições políticas da época, também precisavam ser feitas sob proteção militar da organização. Uma simples pixação, panfleteação ou até mesmo mini-comícios com alto-falantes em porta de fábricas, normalmente eram acompanhadas por militantes armados. Segundo Álvaro Caldas

Agora, essas ações cada vez mais precisavam de uma segurança armada, disposta ao confronto militar, se houvesse. (...) Você tinha de ter um grupo de fogo para dar segurança aos manifestantes que estavam ali com a incumbência de se manifestar, de dar discursos, etc. Então, nós fizemos vários tipos de ações deste tipo, que foi uma espécie de preparação. Até para chegar a este estágio mais avançado. Ações de trem, dentro do ramal da Central do Brasil, estações rodoferroviárias, paradas. Também todas elas com apoio militar. Com apoio logístico militar que era para garantir a realização da ação. Panfletagens também. Panfletagens e pizações passaram a ser também todas elas feitas com segurança. Porque? Porque o confronto, a ditadura tinha também, montado um esquema de repressão que ela foi aperfeiçoando, aumentando, e reprimindo de uma forma mais violenta (Entrevista Álvaro Caldas, fita nº 25, janeiro de 2003).

Um boletim, editado pelo PCBR sob a responsabilidade de seu Comitê Central, nos dá um pequeno relato de ações de propaganda de massas que a organização realizava com o intuito de mobilizar a população. Também refere-se às medidas de apoio armado na sua realização

Na Zona Canavieira de Pernambuco, há pouco tempo, houve tentativas espontâneas de greve em dois engenhos – depois de uma panfletagem ocorrida na área. Na Semana Che Guevara, houve queima de vários canaviais. Recentemente, realizou-se ampla panfletagem esclarecendo a população a respeito do ditador, Garrastazu, e denunciando as mais recentes medidas anti-populares da ditadura. Em Recife, o PCBR realizou um comício – relâmpago na porta da fábrica Macaxeira (Têxtil), do grupo Othon Bezerra de Mello, como início da Semana Che Guevara. Na ocasião foi pixado o muro da fábrica: Che Guevara/Guerrilha. Colocou-se num fio de alta tensão o retrato do Che. Distribuiu-se panfletos. A operação foi realizada por um Grupo Armado de Propaganda, às 5 horas da manhã, na saída de um turno (...). Dando continuidade à Semana Che Guevara, houve mais um comício na Profertil (indústria química), do grupo Lundgreen, com

pixação e colocação de bandeirola. Realizaram-se panfletagens e mais bandeirolas foram colocadas nos fios – no Recife e na Zona da Mata (Vanguarda, outubro de 69 – C.C. do PCBR - mimeografado).

No dia 7 de dezembro de 1970, a VPR seqüestra o embaixador suíço no Rio de Janeiro. Esse seqüestro era um dos quatro que tinham sido planejados para serem executados no período entre a VPR e PCBR e o único que deu certo (no qual saem do Brasil, entre outros, os militantes do PCBR: René de Carvalho; Vera e Nancy Mangabeira).

Buscando rediscutir a situação que estava demonstrando grande fragilidade da organização, foi organizada uma reunião da Direção Regional com o Comitê Central no final de janeiro e início de fevereiro de 1971 em Pirangi. Discutiram os documentos de julho e definiram fazer mais duas ou três ações e parar. Além disso, propuseram uma política de desprofissionalização de militantes, tirar carteiras falsas e tentar fazer as pessoas voltar a ter uma vida normal. Segundo Marcelo Mello, normalmente existia uma média de cinco simpatizantes ou militantes legais para sustentar um militante clandestino. No momento, existia uma média de 4,5 militantes clandestinos para cada simpatizante ou militante legal.

Também era intenção do Comitê Central que Prestes de Paula ficasse no nordeste coordenando as ações militares. Para isso, ele é enviado ao Rio Grande do Norte alguns dias antes da reunião que estava sendo montada entre o Comitê Central e o comando regional do PCBR no Nordeste. É Cláudio Gurgel quem leva Prestes até a cabana onde estava morando Carlos Alberto Soares.

No entanto, deixa Prestes um pouco antes do local e vai embora sem apresentá-los. Carlos Alberto sabia que ele era um militante da organização, mas

não que era o responsável pelo seu Comando Político Militar. Nem Prestes sabia que o responsável pela questão militar no nordeste era Carlos Alberto. Seguindo rigidamente as normas de segurança, durante três dias os dois conversaram apenas banalidades, até que Prestes não se agüentou e reclamou que já fazia três dias que estava esperando o comandante militar do partido no nordeste e até aquele momento ninguém havia aparecido. Com isso, Carlos Alberto também se identificou como sendo a pessoa que Prestes estava esperando, embora também não soubesse a identidade e as funções do visitante. Segundo ele, era visível o ar de decepção de Prestes, que esperava muito mais do que um jovem franzino como responsável por essa área.

Na reunião, que irá ocorrer na Praia de Pirangi, das pessoas identificadas, estavam Prestes de Paula, Marcelo Mello, Mário Miranda, Fernando (Sandália), Emília Guedes, Cláudio Gurgel, Maria Yvone Loureiro (companheira de Odijas), Carlos Alberto Soares e Rosa Soares (esposa de Carlos Alberto). Uma das pessoas presentes à reunião, fora das normas de segurança, retirou-se antes da reunião acabar e dirigiu-se até o “aparelho” na praia de Maria Farinha onde foi preso e torturado. Segundo lembranças de Cláudio Gurgel, a pessoa que teria saído antes da reunião terminar tinha sido Mário Miranda. Embora Gurgel não lembre o motivo por que teria saído antes e com autorização dos demais presentes, existe uma versão de que quem saiu antes estava encaminhando a documentação para sair do país e tinha data para pegar os papéis. Saiu três dias antes de acabar a reunião e em Recife foi duas vezes no “ponto” combinado com outros contatos da organização. Como ninguém apareceu, resolveu ir até o “aparelho” onde seu contato encontrava-se. Quando chegou lá tinha havido quedas e a polícia havia cercado o local, prendendo-o e torturando-o. Dia 6 o

coletivo, que se encontrava na praia, ficou sabendo, a partir de uma mensagem cifrada, que tinha havido quedas (embora não soubessem de quem) e resolve desmontar a reunião.

Os órgãos de repressão não chegaram a identificar o local exato da reunião, mas, a partir de notas de gasolina apreendidas junto aos presos, perceberam que devia haver alguma movimentação na região. Como não havia automóvel para todos, dão prioridade a Prestes e Marcelo Mello, que tinham suas fisionomias em cartazes de procurados pela polícia nas rodoviárias. Prestes e Marcelo saem naquela noite e os demais resolvem esperar o dia amanhecer, já fora da cabana, para evitar serem surpreendidos pela repressão. Prestes e Marcelo ficarão acampados em uma praia. Para Prestes, ficaram na praia de Redinha. Marcelo Mello fala na Praia de Bom Fim. Irapuã Fernandes Rocha (Taka) será o responsável pela cobertura e assistência levando alimentação e informação aos acampados. Poucos dias depois, Marcelo será preso. Quanto a Prestes, não sabemos exatamente para onde e quando se deslocou da região.

Na manhã do dia 7 de fevereiro de 71, Cláudio Gurgel, Maria Ivone Loureiro (em alguns relatos consta o nome de Maria Ivone Ribeiro Pires, sendo que possivelmente algum deles seja seu nome atual), Carlos Alberto Soares e Rosa Soares pegam um ônibus e tentam chegar em Natal, onde são presos através de um cerco policial. Os policiais entram no ônibus e um deles identifica Cláudio Gurgel, que tinha militado no movimento estudantil. Pela idade e características, também vão deter Maria Ivone, Carlos Alberto e sua esposa. Afinal, no ônibus só havia pescadores e não foi difícil identificar, pelas características físicas de estudantes classe média, os militantes que tentavam chegar a Natal.

Mário Miranda de Albuquerque foi preso possivelmente entre os dias 5 e 6 de fevereiro. Também sabemos que, no mínimo, Fernando (Sandália) e Emilia Guedes conseguiram fugir ao cerco, embora sem maiores detalhes; bem como não sabemos se outras pessoas estavam na reunião. Normalmente os depoimentos são muito genéricos e não trazem informações novas.

Uma semana antes, ou seja, no dia 30 de janeiro de 1971, é preso, na Praia de Maria Farinha (Pernambuco), Odijas Carvalho de Souza e Lylia da Silva Guedes (alguns relatos citam Lélia Guedes). Odijas será torturado de forma muito violenta e irá morrer dia oito de março de 71. Ao que tudo indica, a prisão de Mário Miranda ocorreu quanto este, sem saber da prisão de Odijas, teria ido à sua procura.

Os jornais da época falam da prisão de Tarzan de Castro e Maria Cristina Rizzi como sendo também militantes do PCBR presos na praia de Marinha Farinha no mesmo momento em que há a queda de Odijas. Tarzan e Maria Cristina não eram militantes do PCBR, e sim da Ala Vermelha. Nos depoimentos dos militantes envolvidos na época ninguém sabe dessa queda. Não se sabe, portanto, se efetivamente houve alguma relação entre os dois “aparelhos” que caíram ou se foi alguma notícia “plantada” nos jornais pelos órgãos de segurança.

É muito remota a possibilidade de que as quedas em Pirangi tenham sido consequência direta da prisão de Odijas. Primeiro, porque que a mesma ocorreu uma semana antes da queda da reunião. Possivelmente os militantes que estavam na reunião nem soubessem do que acontecera ou seria uma temeridade nestas circunstâncias realizá-la; em segundo lugar, nos autos do inquérito não consta nada, ou seja, Odijas morreu sem falar nada para seus torturadores; e, em terceiro lugar, porque nenhum dos entrevistados citou o nome de Odijas como

uma pessoa presente à reunião e que dela ausentou-se. Possivelmente a pessoa que saiu antes da reunião tenha se dirigido ao “aparelho” onde supunha que encontraria Odijas e, como este já estava preso, também teve o mesmo destino.

Alberto Vinicius Melo do Nascimento, que tinha sido preso no Paraná e que neste momento estava no DOPS de Recife, relata as torturas sofridas por Odijas

Na entrada para o corredor das celas ficava a sala na qual por 17 horas os torturadores se revezavam na tentativa inútil de obter informações que os levassem à localização de outros companheiros. Apesar de existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante este período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam mais ainda, redobrando os golpes e exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, nossa angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan resolveu contar os golpes e os gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2 h, os torturadores extenuados e vencidos colocaram Odijas na cela. Passado alguns minutos aparece o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4 h. do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 de fevereiro não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois (MIRANDA, 1999, pg 364, 365).

Os demais presos do PCBR, na época, (Cláudio Gurgel, Rosa, Alberto Vinicius, Carlos Alberto, Lylia, Yvone e Mário Miranda), conseguem fazer sair do

DOPS um documento intitulado Carta-denúncia, no qual denunciavam o assassinato de Odijas. A denúncia também foi feita por Yvone, sua mulher, que aproveitando uma ida ao banheiro, no 1º andar do DEOPS, pôs-se a gritar para os transeuntes que seu marido, Odijas, tinha sido assassinado.

O então deputado federal por Pernambuco, Marcos Freire, na mesma época, fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados denunciando o assassinato de Odijas. Em sua fala, há uma informação no mínimo curiosa. Ele denuncia todas as pessoas envolvidas, desde médicos, legistas, policiais e até mesmo membros do judiciário que criaram uma fraude para sustentar a morte de Odijas. Em meio a suas denúncias, afirma que a funerária que enterrou o corpo de Odijas pertencia ao sogro do escrivão Edmundo Brito de Lima, um dos torturadores que o assassinou. As denúncias de Marcos Freire estão detalhadas em seu livro “Oposição no Brasil, Hoje”, (1974).

Marcelo Mário de Mello, que tinha saído com Prestes do cerco em Pirangi, disfarça-se e consegue escapar por alguns dias, no entanto é preso dia 9 de março de 1971. Dia 16 de abril do mesmo ano, é presa Maria Luiza Nóbrega (ou Nobre), por participar de uma manifestação em Natal durante a chegada de Médici na cidade.

Na metade do ano de 1971, Bruno Maranhão e Susana, que estavam clandestinos no interior de Pernambuco, vão para o Exílio. Lá, começam a participar da comunidade dos exilados brasileiros, mas ainda mantendo identidades falsas.

Durante o ano de 1971 não consta, seja nas entrevistas como nos documentos consultados, nenhuma prisão, assassinato ou ação por parte de militantes do PCBR. Possivelmente as prisões de um grande número de

dirigentes, bem como o aumento da repressão política, tivesse feito com que a organização optasse em diminuir suas ações e não expor seus militantes. O reinício das prisões e assassinatos irá ocorrer apenas em março de 1972.

Segundo Prestes de Paula, no primeiro semestre de 71, a direção no Brasil estava resumida a Bruno Maranhão, Prestes de Paula, Getúlio Cabral, Sandália e mais três pessoas, sendo uma de Pernambuco. A direção, no Brasil, resolve realizar uma reunião no exterior (Chile) com representantes dos coletivos do Chile, da Europa, dos que estavam no Brasil e com representação dos presos (através de militantes que estavam por sair da cadeia). No Chile havia um coletivo de uns 40 membros do PCB (período do governo democrático e socialista de Allende); na Europa havia mais uns 30 militantes espalhados, principalmente entre França, Alemanha, Itália, Holanda e Suécia, e no Brasil, havia, aproximadamente, uns 20 militantes.

A idéia da direção é que se tirasse uma representação dos coletivos em uma proporção de um para cada cinco militantes e que desse encontro no Chile não só saísse uma nova direção, mas avaliasse os rumos a seguir. Já se iniciava uma autocrítica do militarismo por parte dos que estavam fora do país, os quais achavam que quanto mais militantes fossem tirados do país, mais vidas seriam salvas. Para isso, seria necessária a captação de recursos financeiros para os deslocamentos e para conseguir documentação falsa. Já os que estavam dentro, chamavam os de fora de “desbundados” e defendiam que era melhor morrer com dignidade dentro do país a sair.

Prestes vai para o Chile para discutir essa proposta com o coletivo que se encontrava nesse país e posteriormente vai à França.

Como Prestes ainda estava imbuído desse sentimento de retorno à luta, defende que Apolônio e outros retornem ao Brasil. Argumentava que havia possibilidade de organizar esquemas de segurança e que os militantes que retornassem não ficassem nos grandes centros, mas em municípios menos visados. Apolônio de Carvalho, mesmo criticando a posição de voltar, submeteu-se a retornar ao Brasil naquele momento. Para ele

Deve-se dizer, por outro lado, que fui esquecido e marginalizado, assim como os demais dirigentes nacionais libertados, pelas sucessivas direções que se iam constituindo após cada seqüência de prisões. Nunca nos consultaram, sequer buscaram nossa opinião. Só nos contataram – num SOS final – após setembro de 1972, quando a organização estava praticamente esfacelada. E ainda assim para propor um retorno suicida ao país, a fim de reforçar o pequeno grupo de militantes remanescentes. Manda a honestidade que se diga: tal retorno foi organizado; e só não deu porque o golpe militar no Chile o inviabilizou (CARVALHO, 1997, pg. 214).

Quando Prestes de Paula chega à França, há uma clara diferença de percepções quanto ao processo de luta armada no Brasil. Quem estava no exterior, na sua maioria, achava que não havia condições de continuar com a luta. No entanto, conviviam com um sentimento contraditório: de um lado a percepção racional da derrota; de outro, o sentimento de solidariedade aos companheiros que continuavam na luta e sendo dizimados dentro do Brasil. Prestes representava um pensamento militarista que era necessária a volta ao Brasil para continuar a luta. Ele mesmo reconheceu, mais tarde, que era um sentimento moralista. Que era melhor morrer lutando do que sair do país. A ida de Prestes a França era para encaminhar uma resolução do Comitê Central (Prestes, Getúlio

Cabral e Sandália); que era necessário reforçar o comando político da organização, a qual, naquele momento, confundia comando militar com comando político em função do reduzidíssimo número de quadros da organização. É definido (pela direção interna) que Prestes voltaria ao Brasil para organizar a entrada de Bruno e Apolônio (nesse momento, tanto a esposa de Apolônio, (Renée) como um de seus filhos (Raul) e sua nora encontravam-se presos no Brasil). Prestes já tinha saído da França e estava no Chile preparando-se para entrar no Brasil quando há um conjunto de quedas de membros da direção (dezembro de 72).

Embora Apolônio refira-se ao golpe militar no Chile como o fator que inviabilizou seu retorno, o elemento fundamental são as quedas dentro do Brasil, inclusive das duas pessoas que compunham, juntamente com Prestes, o Comitê Central. Segundo depoimento de Prestes, com os últimos assassinatos no Brasil, ele entra em crise. Passa a ter consciência da derrota do projeto militar em que estava envolvido e renuncia ao Comitê Central. A nova direção passou a se constituir com Bruno Maranhão, Apolônio de Carvalho e René, filho de Apolônio, todos morando na França.

Como Prestes de Paula era muito visado, entra no Brasil Rubens Lemos que, nesta época, também estava no Chile. A função de Rubens era de retirar um militante (possivelmente Ramires Maranhão do Vale) que se encontrava em São Paulo.

A história de vida de Rubens Lemos também merece ser conhecida, mesmo que o relato seja sintético. No final dos anos 60, Rubens Lemos, que era militante do PCBR, mas que tinha uma vida legal como jornalista em Natal, é avisado que sua casa tinha sido vasculhada pela polícia e que não poderia voltar

lá. Entra em Natal de madrugada e durante quatro dias fica acampado em uma praia enquanto arruma as condições para seu deslocamento e se despede de sua segunda mulher, Isolda, e de seu filho, Rubinho. Vai para a Paraíba e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Quem tira Rubens de Natal é seu sobrinho, Aldemir Lemos, que também era área de influência do PCBR (membro de uma OPP – organização para-partidária). Aldemir transporta Rubens dentro do portamalas de um automóvel. Com o seqüestro do embaixador suíço e em função da enorme repressão, o Rio não era um local adequado para um refugiado político. De lá dirige-se para São Paulo onde fica alguns dias na casa de uma tia e, posteriormente, em uma pensão. Consegue um esquema de apoio e vai para Montevideú, em um ônibus de excursão, fantasiado de torcedor do Palmeiras, time que iria jogar contra o Nacional pelo torneio Taça Libertadores da América.

No Uruguai encontra-se com Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal que lhe apresenta João Goulart e lhe arruma uma passagem para Santiago do Chile, passando por Buenos Aires através de viagem marítima. Chega no Chile dia 20 de março de 1971, período do governo Allende, consegue um emprego como jornalista e manda chamar sua esposa Isolda e seu filho Rubinho. No entanto, poucos dias antes de chegarem, Rubens perde o emprego. Passam por diversas necessidades e Isolda engravida. Todavia, em função dos graves conflitos de rua, em que a direita chilena praticamente caçava os militantes de esquerda nas ruas, nesse período próximo ao golpe que irá derrubar Allende, Rubens, que já tinha vivido esta situação no Brasil, acha melhor que sua mulher volte para Natal com seu filho. Chegando ao aeroporto no Rio de Janeiro, sua esposa e seu filho são presos durante alguns dias até serem liberados para poder voltar a Natal.

Rubens, incumbido de voltar ao Brasil, sai do Chile para a Argentina pelas Cordilheiras. Durante o dia protegiam-se dos carabineiros e dos guardas florestais escondendo-se na vegetação e à noite caminhavam quinze minutos e descansavam três em meio a um clima muito frio. Leva três dias para conseguir sair do Chile, enfrenta inúmeras situações de risco. Quando Rubens chega a São Paulo e contata o militante que tinha ido buscar, essa pessoa tinha assumido um compromisso de realizar uma ação conjunta com outras organizações e não poderia romper o acordo. Rubens teria de esperar uns quinze dias. Enquanto isso, ele vai a Recife e a Bahia repassar alguns documentos produzidos pela organização no exterior. Recontata Renato Carvalho e Marcos Carvalho na Bahia e desloca-se para Pernambuco onde faz novos contatos. No nordeste, com saudades da família e querendo conhecer a filha de seu segundo casamento, (Yasmine), que havia nascido enquanto ele estava no Chile, liga para Aldemir para que ele montasse um esquema para sua chegada. Aldemir espera Rubens na entrada da cidade e monta um esquema de visita à sua esposa (com outra identidade e disfarçado). A partir da visita, Rubens, rompendo normas de segurança, comunica a Aldemir que ficaria alguns dias em uma casa de praia que Isolda arrumou para ele. Poucos dias depois, dia cinco de setembro de 1973, é preso quando foi à casa de um amigo de infância para almoçar. Com a prisão de Rubens, o Comitê Central no exterior fica com muita dificuldade de contatos no Brasil.

No início dos anos 90, quando Collor anunciou seu Ministério, Rubens Lemos acusou o anunciado ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, de tê-lo interrogado no DOI-Codi de Recife durante o período em que esteve preso e torturado. Em 1982, Rubens disputou a eleição para o

governo do estado do Rio Grande do Norte, pela legenda do PT, o que o tornou bastante conhecido naquele estado e até mesmo nacionalmente, o que, de certa forma, ajudou na repercussão da denúncia que fez. Rubens, que tinha sido preso dia 5 de setembro de 1973, afirmou que foi interrogado por Sócrates uns 40 dias após sua prisão, no final de outubro. Durante esse período, estava sendo torturado e vendo pessoas sendo mortas. Um dia é levado para uma sala encapuzado e apenas de cuecas, sendo visível marcas de tortura em seu corpo. Quando retiram seu capuz, viu um homem que irá lhe interrogar e que, mais tarde, reconhecerá como sendo o brigadeiro Sócrates Monteiro. Lembra que ele

Estava vestido em trajes civis. Lembro que usava uma camisa bege clara e mantinha uma postura de falsa elegância. Era muito simpático e me ofereceu café e cigarro, mas recusei de pronto. Ele disse que eu estava sendo deselegante e respondi que estava sendo precavido, pois não sabia o que havia no café e no cigarro (Jornal do Brasil, 24/01/90).

Rubens lembra que seu interrogador demonstrava ser uma pessoa inteligente e que falava com conhecimento do marxismo e sobre as diferenças ideológicas da esquerda. Disse a Rubens que “estamos aqui numa espécie de jogo de gato e rato, pois há um quebra-cabeça, prestes a ser desmontado e você é uma das peças dele”. Como não colaborou com o interrogatório, ao ser retirado da sala foi novamente levado à tortura quando levou uma surra inesquecível naquela noite. Rubens Lemos, que na época denunciou de forma veemente a condição de torturador de Sócrates, não tinha nenhuma dúvida quanto à identidade do seu torturador

Não há cara que na dor e na violência desapareça. Ele não aparecia com a chibata nas mãos nem com equipamento de choques elétricos. Mas tinha conhecimento das mortes que aconteciam nos porões da repressão (jornal do Brasil, 24/01/90).

Seguindo a “cronologia” das prisões e assassinatos, dia 08 de março de 1972, morrem, em um acidente não bem explicado até hoje, o bancário do Banco da Guanabara, Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides, que tinha sido deslocado da Guanabara para Pernambuco pelo partido, e sua mulher, Miriam Lopes Verbena. Luis Alberto, que estava utilizando o codinome de José Carlos Rodrigues, estava tentando obter o Certificado de Alistamento Militar a partir da identidade falsa que conseguiu em Recife. Para isto, já tinha ido ao município de Cachoeirinha, em Pernambuco, no dia 24 de fevereiro de 1972, quando entrou com o pedido do Certificado junto à Junta de Serviço Militar daquele município. No dia 8, o carro em que viajavam saiu da pista e capotou do lado direito da estrada e no sentido de Cachoeirinha para São Caetano. Tudo indica que tinha ido a Cachoeirinha atrás de seu certificado de reservista.

Muitos indícios mostram que este acidente pode ter sido premeditado ou no mínimo algo de estranho deve ter acontecido para que houvesse uma grande movimentação para ocultar certos fatos. Em primeiro lugar, a modificação dos depoimentos de Jaidenize, funcionária da Junta Militar que anteriormente tinha dito que Luiz Benevides estivera lá dia oito de março e posteriormente negara o fato, bem como outras informações já prestadas; a única testemunha do acidente disse que não parou o carro para ajudar (o que era algo muito estranho para a época) e seu endereço declarado não foi mais localizado; o delegado e a testemunha dizem que os corpos foram retirados pelos patrulheiros, mas o

patrulheiro de plantão na época disse que quando chegou o local sã havia o automóvel, pois os corpos já tinham sido retirados e ninguém sabe quem os retirou e os levou ao hospital. Estranhamente, também, o nome dos dois não consta no livro de registros de internações do hospital. Consta no processo que o carro era dirigido por Benevides, mas os conhecidos do casal sabiam que ele não dirigia e que Miriam é quem tinha tirado a carteira de motorista há pouco tempo.

Portanto, é muita coincidência, e ao mesmo tempo, muita contradição para que não permaneça a dúvida quanto ao que realmente aconteceu naquele acidente. As prisões que se seguiram, de simpatizantes e militantes do PCBR que conheciam o casal na região, demonstram a preocupação do exército em tentar desarticular a organização.

No dia seguinte, dia nove de março, é seqüestrada e presa Maria Adozinda Monteiro da Costa, irmã de Miriam. Logo após, é preso Ezequias Bezerra da Rocha e sua esposa Guilhermina Bezerra da Rocha, proprietários do automóvel com o qual Luiz Benevides e Miriam se acidentaram. Ezequias e Guilhermina foram presos à 1 hora da manhã do dia 11 de março, (o que explica o porquê de algumas fontes falarem que a prisão ocorreu no dia 10). Guilhermina ouviu os gritos de tortura de Ezequias durante toda a noite. Ela foi solta dia 12 e o corpo de Ezequias foi descoberto após três dias, boiando no rio Ipojuca e com as mãos algemadas. Somente em 1991 é que a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos políticos pôde comparar as impressões do cadáver encontrado com as de Ezequias e confirmar sua morte. Logo que o fato aconteceu, a família foi impedida de identificar o cadáver, pois a alegação é que outra família já o havia feito. O relatório da Aeronáutica, por sua vez, criou uma farsa para ocultar o crime. Segundo o referido relatório,

Foi preso pelo DOI/IVº. Ex., no dia 11 de março de 1972, tendo sido encontrado farto material subversivo. No mesmo dia, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR 232) a fim de cobrir um “ponto”, tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW 1300 cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto, não há dados que comprovem que o mesmo encontra-se morto ou desaparecido. (MIRANDA, 1999, pg. 587).

Ezequiel e Guilhermina não eram militantes do PCBR. O “crime” cometido, segundo a repressão política, foi ter emprestado a um casal de amigos um automóvel.

Mas as prisões não acabaram neles. Dia 13 de março, um dia antes de aparecer o cadáver de Ezequiel (na época, não identificado), é preso Aloysio Gonçalves da Costa, cunhado de Miriam e dia 29 de março de 72 foram presos os militantes do PCBR Romildo Maranhão e Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (mais tarde eleito deputado federal pelo PCB e posteriormente PPS de Pernambuco). Tanto Romildo como Pedro Eugênio foram presos porque foram até o apartamento que era de Luis Alberto e Miriam.

No livro “Dos Filhos deste Solo”, que é praticamente um relatório de todos os casos discutidos na Comissão Especial designada para apurar a responsabilidade da União sobre os crimes políticos durante a ditadura, consta que a partir do dia três de abril de 1972 houve muitas prisões de militantes do PCBR. No entanto, não conseguimos identificar nenhuma prisão ocorrida neste período, seja pelas entrevistas, seja pelos documentos ou livros. Também refere-se a uma prisão ocorrida no Rio de Janeiro dia 6 de março de 72, três dias antes

da morte de Benevides. Também não conseguimos identificar de quem seria esta prisão e em que circunstâncias ela teria sido realizada.

Dia 14 de abril de 1972, José dos Reis Garcia, um dos primeiros presos do PCBR, senão o primeiro, será libertado. Quinze dias depois, Garcia sai do país e vai para o Chile. Chegando lá, fica na casa de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, também militante do PCBR que tinha ido para o Uruguai no dia posterior à prisão de Garcia e que agora estava no Chile (Carlos Marés chegou a assumir a Presidência do INCRA por algum tempo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso).

No final de dezembro de 1972, houve um conjunto grande de prisões e assassinatos de militantes do PCBR. Dia 17 de dezembro é preso Luis Alves Neto e Anatália de Souza Alves de Mello em Gravatá, Rio Grande do Norte. Os dois residiam em Mossoró, mas em função das atividades políticas de Luis Alves e da clandestinidade, tinham se mudado para Gravatá.

No dia 19 de dezembro de 1972, é preso, em Recife, José Adeildo Ramos. No dia 26 do mesmo mês, Adeildo viu Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) sendo torturado algemado em sua cela no DOI-CODI de Recife. Segundo Adeildo, Fernando, que tinha sido preso nesse mesmo dia, foi morto ainda em Recife. Casado com Sandra Maria de Araújo Fonseca e pai de dois filhos, estavam organizando-se para após o Natal ir ao Rio de Janeiro onde residiam seus parentes. Fernando deixou Sandra com o filho maior, em um hotel em Recife, enquanto esperavam o vôo para o Rio e foi a Vitória de Santo Antão, porém nunca mais voltou. O Dops chegou ao hotel, prendeu Sandra Maria, que estava com seu filho de três anos de idade, levou-os a um quartel e deste para um apartamento onde ficaram até dia 16 de janeiro de 1973.

Também são presos, na segunda quinzena de dezembro, sem precisão de data, José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Getúlio de Oliveira Cabral, Valdir Sales Sabóia e Lourdes Maria Wanderley Pontes. O “teatro macabro” armado pelos órgãos de repressão política tentará dar a impressão de que todos foram presos e mortos juntos em um tiroteio,

Como vimos, Fernando Augusto da Fonseca (Sandália), já tinha sido preso e assassinado em Recife. Valdir e Lourdes Maria Wanderley Pontes serão presos e assassinados em uma residência onde supostamente encontravam-se, no Rio de Janeiro (segundo a versão oficial). O laudo de perícia local (ocorrência 986/72), bem como as fotos (ICE nº 7643/72), mostra Valdir deitado em uma cama com vários tiros de bala. Nas fotos da perícia do assassinato de Lourdes, em uma delas ela está de relógio e na outra foto já está sem (ICE, 7643/72). O local alegado do tiroteio entre Valdir e Lourdes com as forças policiais e onde supostamente havia um “aparelho” do PCBR, era a Rua Sargento Valder Lima, número 12, em Bento Ribeiro. Ainda segundo a versão oficial, teria sido Fernando (Sandália) que, levado ao Rio, teria dado o endereço do aparelho onde os mesmos encontravam-se. Como os dois teriam tentado romper o cerco, inclusive com o uso de granadas, foram mortos durante o tiroteio.

Ainda segundo a versão oficial, após esse confronto, as forças de segurança (novamente conduzidas por Fernando – Sandália), teriam sido levadas para o Grajaú. Lá chegando, teriam identificado um Volkswagen azul. As forças de segurança teriam feito um cerco (sem serem reconhecidas) enquanto Fernando teria se dirigido ao automóvel. Quando chegou próximo ao veículo, foi recebido com tiros, caindo no local. Nesse momento, as forças de segurança teriam agido iniciando um intenso tiroteio a partir do qual o automóvel incendiou-

se. Ao final, estavam no automóvel, parcialmente carbonizados, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e José Silton Pinheiro.

Um conjunto de contradições e “coincidências” irá demonstrar que essa operação aconteceu de forma completamente diferente, embora muitos elementos não pudessem ter sido reconstituídos para se chegar a detalhes da forma como realmente eles foram presos e assassinados.

O primeiro elemento da “farsa” é trazer o corpo de Fernando, assassinado no DOPS de Pernambuco, para fazer parte da montagem como sendo delator. No que se refere às coincidências, veremos que o endereço do suposto “aparelho” do PCBR onde Lourdes e Valdir teriam reagido, se localizava na rua Sargento Valder Xavier de Lima, nº 12, em Bento Ribeiro. O Sargento Valder era o sargento que tinha sido morto por Theodomiro quando da prisão deste e de Paulo Pontes. A segunda coincidência é que a data de 29 de dezembro, data oficial da prisão e morte dos seis militantes do PCBR, era a data de aniversário de Theodomiro. Por fim, entre os mortos, encontrava-se Lourdes Maria Wanderley Pontes (esposa de Paulo Pontes) e Getúlio Cabral (a terceira pessoa que estava com Theodomiro e Paulo Pontes e que conseguiu fugir). Quanto às demais contradições, a comissão oficial nomeada pelo governo brasileiro para identificar os mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar, identificou 12 irregularidades e/ou contradições no processo. Desde a informação de que Lourdes Maria já estava presa antes dessa data, até a impossibilidade deles terem sido mortos nos locais onde foram fotografados, em função da não existência de sangue, incompatível com a quantidade e local do corpo onde levaram os tiros. Tudo indica que os militantes foram mortos em um mesmo local e levados para diferentes pontos para justificar os assassinatos, além do corpo de Sandália que trouxeram de

Recife. Portanto, tudo aponta para um grande “teatro”, não só em função da montagem para despistar a forma como foram mortos, mas também da escolha do endereço e data.

O Jornal do Brasil, por sua vez, só dará a notícia dessas mortes no dia 17 de janeiro de 1973 e o jornal Última Hora, dará a notícia somente dia 17 de abril de 1973.

No mesmo período, haverá outro assassinato com uma militante do PCBR. Luis Alves e Anatália de Souza Alves de Mello, presos dia 17 de dezembro de 1972, são levados para o DOPS dia 13 de janeiro de 1973 e dia 22 de janeiro Anatália será assassinada.

Luis Alves Neto, e sua esposa Anatália moravam em Mossoró, Rio Grande do Norte. Anatália trabalhava como costureira junto à Cooperativa de Consumo Popular. Luis já era militante do PCB e irá aderir ao PCBR. Com o Ato Institucional número 5 e com a intensificação da repressão política, resolvem, a partir de deliberação do PCBR, ir para a Zona da Mata canavieira. Andaram por Recife, Campina Grande, Palmeira dos Índios até se estabelecerem em Gravatá. Neste período, Luis Alves militava ajudando na organização dos camponeses. Cláudio Nascimento, militante do PCBR, que tinha como seu contato imediato Luis Alves e que também morava no interior, dando aulas de matemática em Gravatá, lembra que Luis era muito discreto e responsável em sua militância. Cláudio também se recordou da atuação de Edmilson Vitorino (de codinome Francisco Cariri) e Jovenildo Pinheiro, pessoas que foram importantes na organização do partido naquela região.

Refere-se às características próprias dos militantes envolvidos com o trabalho camponês, principalmente no caso de Luis Alves, como sendo diferente

da atuação da juventude nas cidades maiores. Lembra os avisos de Luis para não se envolver com os jovens de Recife, muito “barulhentos”, segundo ele. Talvez essa diferença não fosse apenas de estilo, mas representasse as próprias contradições dos militantes entre os chamados “militaristas” e “massistas”. Segundo a avaliação de Luciano de Almeida, em um livro que escreve já na cadeia, intitulado “A Esquerda em questão” (1991), haveria, de parte da organização, um certo desvio “burocrático” por parte de alguns setores que tinham rompido com o PCB, mas que ainda mantinham traços da antiga organização. No caso de Luis Alves, ele tinha uma militância antiga no chamado Partidão

No Nordeste, a prática no movimento operário se desenvolve em duas áreas: salinas (RN) e Grande Recife. A primeira, mostra certa semelhança com a primeira fase do trabalho no Sudeste, ou seja: a estruturação orgânica, político/ideológica do setor operacional do partido a rigor não é diferente, exceto no formal, da cristalizada no velho PCB. Em contrapartida, as condições objetivas de encaminhamento do trabalho operário são largamente favoráveis no período (...) No Grande Recife, contrariamente às duas experiências mencionadas, inexistente herança orgânica. O trabalho operário começa praticamente do zero. Fato que traz consigo um aspecto positivo: nele não se imprimem as marcas mais evidentes do reformismo, do burocratismo e do sindicalismo; inicia-se já sob o impulso de uma nova orientação política geral (ALMEIDA, 1991, pg. 120 e 121).

Juntamente com Anatólia e Luis Alves, também foram presos Edmilson Vitorino de Lima, Severino Quirino de Miranda e José Adeildo Ramos, este último ex-militante do MAR que tinha fugido juntamente com Prestes de Paula da Penitenciária Lemos de Brito e que posteriormente aderira ao PCBR. Também foi José Adeildo quem presenciou e denunciou o assassinato de Fernando (Sandália)

no DOI-Codi de Recife. Cláudio Nascimento não será preso porque já tinha se deslocado para o Rio de Janeiro. Cláudio chega no Rio dia 13 de novembro de 1970.

Oficialmente, a morte de Anatália teria sido suicídio durante uma ida ao banheiro na Delegacia de Segurança Social. Ainda de acordo com a versão oficial, teria se suicidado com a alça de sua bolsa. No entanto, não foi explicado o motivo pelo qual teria sido permitido que uma presa política pudesse ter ficado com uma bolsa. Também consta que ela estava portando sua carteira de identidade, algo estranho aos procedimentos policiais que sempre guardam todos os pertences e documentos dos presos. Anatália ainda aparece nas fotos com queimaduras na região pubiana. Teria de ter ateado fogo no próprio corpo, sem que os policiais que estivessem de guarda na porta do banheiro percebessem sinais de fumaça ou sem que ela emitisse um único som mesmo tendo provocado queimaduras graves. Os presos da época acreditam que Anatália tivesse sido estuprada e que as queimaduras na região pubiana tinham como objetivo a ocultação deste fato.

Talvez de forma indireta, outra pessoa que morreu assassinada em função de sua militância política anterior, foi Túlio Roberto Cardoso Quintiliano. Túlio foi militante do PCBR e era estudante de engenharia civil na PUC/RJ, quando foi preso e torturado, em abril de 1969, por participação no movimento estudantil. Liberado em agosto, formou-se no final do mesmo ano quando foi trabalhar na construção da estrada Belém-Brasília. Em julho de 1970 é condenado a um ano de prisão, quando pede asilo na Embaixada do Chile.

No Chile, durante o governo socialista de Allende, passa a trabalhar como engenheiro e casa-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker. Mesmo rompendo com

o PCBR, ainda continua militando politicamente procurando alternativas para as lutas de libertação da América Latina. Dia 13 de setembro de 1973, um dia após o golpe militar do Chile, ele e sua esposa são presos e levados para a Escola Militar, quando Narcisa é liberada e Túlio continuou preso sob a alegação de não ter documentação em dia. Desse dia em diante, Túlio nunca mais foi visto, sendo reconhecida a responsabilidade de seu assassinato pelo governo chileno no ano de 1993.

Pouco tempo depois do assassinato de Anatólia, no Rio de Janeiro, no dia 25 de fevereiro de 1973, um comando político-militar, denominado Comando Getúlio Cabral, composto de militantes da ALN, PCBR, VAR-P e VPR, (Frente de Esquerda Revolucionária), eliminou o delegado de polícia Octávio Gonçalves Moreira Júnior (Otavinho). Octávio era delegado em São Paulo e tinha se vinculado a OBAN de forma voluntária. No momento em que foi morto, encontrava-se no Rio de Janeiro, onde ia seguidamente em função de sua noiva. Voltava da praia e é morto na Avenida Atlântida, às 15 horas. Nessa ação, o PCBR esteve representado por Ramires Maranhão do Vale e Ranússia Maranhão do Vale (irmãos). Esse tipo de ação conjunta entre as organizações já é fruto da desarticulação do conjunto de grupos políticos que já não possuíam capacidade de ação isoladamente. Essas ações já eram muito mais vinculadas à necessidade de sobrevivência e de vingança para com os agentes da repressão do que propriamente atos que buscassem mobilizar a sociedade contra a ditadura.

Na avaliação de Jacob Gorender, referindo-se ao papel cumprido por Otavinho no esquema da repressão e seu assassinato por parte de militantes de esquerda, entende que não há motivos para lamentar o fato,

Membro fanático do CCC nos tempos de estudantes de Direito, ligou-se à OBAN por escolha própria e se salientou pela perseguição implacável às organizações clandestinas. Caçador maldito, devia esperar que um dia fosse o da caça. A direita está no seu papel ao lhe tributar homenagens. A esquerda não tem por que lamentá-lo (GORENDER, 1998, pg. 272).

Referindo-se a Otavinho, também afirmou que o ele (que se aplicava a outros casos de agentes da repressão assassinados),

Não reconhecia a norma do respeito à integridade do prisioneiro desarmado e indefeso. Não tinha por que esperar clemência de adversários aos quais julgava indignos do respeito humano (GORENDER, 1998, pg. 271).

Ação semelhante já tinha sido realizada em 05 de fevereiro do ano anterior, quando é assassinado o marinheiro inglês David A. Cuthberg por um comando composto por VAR, ALN e Getúlio Cabral do PCBR. Não está claro na pesquisa feita, o motivo do alvo ter sido esse marinheiro inglês, e qual sua vinculação com a repressão.

Dentro da mesma lógica de ações desligadas do movimento de massas e nas quais os objetivos políticos já se misturavam à idéia de vingança, acontece o justicamento de Salatiel Teixeira Rolim, ex-dirigente e fundador do PCBR. Com certeza este justicamento foi muito traumático e polêmico dentro da militância do PCBR, pois em quase todos os depoimentos feitos para esta pesquisa esta ação é lembrada por ex-militantes de forma recorrente, sendo sistematicamente vista como um grande erro político. Seja por falta de informações, seja por voluntarismo ou indisciplina.

Salatiel é assassinado na manhã do dia 22 de julho de 1973 dentro de um bar no Leblon chamado de Escorrega, local onde trabalhava como empregado, segundo seu filho Sílvio Rolim. As pessoas envolvidas na ação são conhecidas apenas pelos seus respectivos codinomes: “Vila”, “Tomás” e “Vaqueiro”. Na edição número 557 da revista Isto É, de 05 de agosto de 1986, há uma entrevista com uma pessoa denominada apenas de A. C., que reivindica a participação na ação (o militante de codinome Vila) e busca justificá-la

Salatiel provocou prejuízos incalculáveis para nós. Ele apanhou 2 milhões de cruzeiros do “Bom Burguês”, mas só entregou 300 mil para o BR. Com esse dinheiro ele comprou o bar Escorrega, no Leblon, local onde hoje funciona um açougue. Além disso, foi responsável pela queda do Mário Alves. Por tudo isso eu, o Tomás e o Vaqueiro fizemos justiça (Isto É, 05/08/1987, pg. 26).

Segundo a mesma versão, houve uma averiguação de informações antes da decisão ser tomada e as posições contrárias, segundo ele, partiam de pessoas que estavam exiladas e que não conheciam a realidade do país.

Houve uma rigorosa apuração de todas as suspeitas. Não sei quantas pessoas fizeram esse trabalho, mas houve inclusive colaboração de outros partidos e organizações. Só foram contra os que estavam no exterior. O Apolônio (Apolônio de Carvalho, ex-dirigente do PCB) até hoje diz que foi um erro, mas ele estava exilado. Não conhecia nossa realidade (Isto É, 05/08/1987, pg. 26).

Nessa entrevista, Vila não demonstra nenhuma dúvida quanto à necessidade de realizar a operação, nem algum tipo de remorso. Ao mesmo tempo busca justificar a ação como motivada por um amor à humanidade, por mais que pudesse parecer como algo desumano.

Para executar a sentença, foram escolhidos os quadros que atuavam militarmente dentro da organização. Eu estava com 25 anos na época e lembro que discutimos exaustivamente os aspectos psicológicos, a maturidade dos militantes. É mórbido falar disso, mas a verdade é que o remorso não faz parte de uma concepção de luta de classes. Ao contrário, o ódio de classes é uma coisa que nos mantém com o coração quente e a cabeça fria para se executar qualquer coisa. Isso não quer dizer que fôssemos desumanos. Foi justamente por amor à humanidade que o fizemos. (Isto É, 05/08/1987, pg. 26).

Finalmente, Vila busca explicar de forma detalhada como a operação foi realizada naquela manhã

Não foi nada difícil executar a sentença. Tudo já estava certo há alguns dias. Chegamos ao Escorrega por volta de oito e meia da manhã. O Salatiel estava sozinho, arrumando o bar. Ele nos reconheceu, mas não desconfiou de nada. Até ficou feliz. Depois nos serviu três batidas. Em seguida sacamos os revólveres e aí informamos que ele seria justificado, por trair o PCBR. Ele não teve tempo de falar nada. Todos disparamos e o corpo caiu atrás do balcão. Ainda tivemos tempo de espalhar os panfletos do partido assumindo a autoria da ação, pichar as paredes com tinta spray e só depois sair (Isto É, 05/08/1987, pg. 26).

No entanto, entre os ex-militantes do PCBR esta questão não é vista de forma tão simples. No entendimento de Juliano Siqueira, “Dizem que foi justificação, mas foi um assassinato, produto da perda total de perspectiva política naquele momento” (Entrevista, fita número 6). Para Paulo Amaral (Kid), também ex-militante da organização, “Aquilo não foi uma decisão do partido, mas uma atitude isolada e criminosa de três pessoas” (Isto É, 05/08/1987, pg.26). Segundo Bruno Maranhão, que nesse momento era membro do Comitê Central

no exterior, a ação foi realizada por elementos da organização presentes no país, mas sem nenhuma autorização da direção que se encontrava no exterior.

Apolônio de Carvalho ouviu, de companheiros do PCBR de São Paulo, que Salatiel teria ido a esse estado para entregar os contatos de do PCBR em São Paulo. Um major do exército também disse a Apolônio, na prisão da rua Barão de Mesquita, que “Salatiel foi a São Paulo e nos deu o que podia dar”. No entanto, procura explicar o fato.

Esse é um elemento que eu procuro explicar pela fraqueza de Salatiel, diante do peso e do volume de torturas porque ele passou, a custa desse assunto. Eu não estou justificando, estou tentando explicar apenas, mas acho que também pensar que Salatiel estava afastado da organização, estava abandonando a luta, etc, seria falso, sentidamente falso. Dizer que ele teria sido o responsável pela queda de Mário Alves, acho também que seria inteiramente falso (entrevista Apolônio, fita nº 24, janeiro de 2003).

Apolônio também fala de um encontro que teve com uma das pessoas que teria atirado em Salatiel, em uma atividade pública organizada no Rio de Janeiro, possivelmente o mesmo Vila que deu entrevista à revista “Isto É”

Esse moço veio falar comigo (...) e a mim ele me disse que “era necessário fazer isso”. Para mim ele era responsável pela morte de Mário Alves. Não falou em nome da direção, não foi mandado por direção nenhuma, pelo que ele me contou (entrevista Apolônio de Carvalho, fita nº 24, janeiro de 2003).

Segundo Renée de Carvalho, esposa de Apolônio, faltava informação às pessoas que fizeram a ação

Eu acho que eles não tinham a informação certa, eles meteram na cabeça que ele era o responsável pela morte de Mário Alves, porque se tivessem falado com os familiares dos grupos dos presos daquela época ele saberia que um dos suspeitos era o motorista (entrevista Apolônio de Carvalho e Renée, fita nº 24. janeiro de 2003).

Também Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas* (1988), é bastante duro quanto a esta questão: “não houve, portanto, justificação, mas um ato de vingança, um assassinato. Uma ação sem conteúdo político, como escreveu Álvaro Caldas”.(Gorender, 1998, pg. 281). Embora Gorender não fizesse mais parte da organização, interpreta esta ação como algo isolado, sem a autorização da direção do PCBR

Os autores do crime lançaram no local exemplares de um volante com a assinatura do PCBR e no qual se autodenominavam Comando Mário Alves. Àquela altura, a última direção do PCBR – da qual fizeram parte Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) e Getúlio de Oliveira Cabral – já tinha sido exterminada pela repressão. Faltava idoneidade aos três assassinos para agir em nome do PCBR (GORENDER, 1998, pg., 281).

A polêmica que envolve o “justificação” ou assassinato de Salatiel Teixeira Rolim está relacionado a três questões: em primeiro lugar, a inocência ou não de Salatiel; em segundo, supondo que Salatiel fosse culpado das acusações, se a penalidade dada teria sido adequada ou exagerada e, finalmente, se quem o fez agiu legitimamente em nome da organização ou não.

Como vimos anteriormente, embora Salatiel tenha passado informações para os órgãos de repressão, o fez sob violenta tortura e a partir de um entendimento de que o PCBR já deveria ter substituído os endereços conhecidos

por ele. Quanto ao fato de ter ficado com dinheiro da organização, não existe possibilidade de comprovação. Seja porque ele estava investindo recursos no Paraná, e de certa forma já estava sem muito controle da organização; seja porque não existiam indícios pessoais de que tivesse ficado com valores pertencentes à organização.

Segundo depoimento de seu filho, Salatiel era funcionário do bar Escorrega e não seu dono, informação confirmada por testemunhas da época. O próprio Apolônio acha que Salatiel não teria coragem de ficar com dinheiro da organização. De qualquer forma, não existem certezas sobre essa questão. Supondo que Salatiel tivesse ficado com algum dinheiro da organização e que tivesse sido o responsável pela prisão de Mário, mesmo assim a tendência é que os militantes da época assumissem posições diferentes quanto ao que fazer. Quando entramos na questão da legitimidade de falar em nome da direção da organização, percebemos que havia, na época, uma grande confusão.

O último Comitê Central organizado no Brasil era composto por Prestes de Paula, Fernando (Sandália) e Getúlio Cabral. Os antigos dirigentes do PCBR, que agora estavam no exterior, embora opinassem sobre o que fazer, também respeitavam a direção interna do Brasil. Seja porque eram as pessoas que estavam envolvidas no cotidiano da organização, seja até mesmo por uma questão ética, como vemos na fala de Apolônio de Carvalho

Também pesaram razões morais. Estar no exílio, em segurança, enquanto no interior do Brasil companheiros enfrentavam condições de extermínio físico, fez com que escrúpulos morais nos imobilizassem politicamente. Por estar fora do país, eu me abstinha de julgar e debater publicamente a orientação e a prática do PCBR. Foi quase uma renúncia coletiva (CARVALHO, 1997, pg. 214).

O grande problema é que quando houve o justicamento de Salatiel, o PCBR estava sem direção no Brasil. Fernando (Sandália) e Getúlio Cabral tinham sido assassinados e Prestes, que tinha ido ao exterior para organizar a volta de Bruno e Apolônio, encontrava-se no Chile sem condições de retornar ao Brasil. Essa situação será determinante na confusão sobre a legitimidade ou não da ação realizada por alguns militantes da organização.

Os últimos militantes do PCBR a serem assassinados pela repressão política também o foram em um teatro armado pela polícia no Rio de Janeiro, dia 27 de outubro de 1973.

Vitorino Alves Moitinho, Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Ranússia Alves Rodrigues (que depois se soube estava presa desde a manhã do mesmo dia), foram assassinados e colocados dentro de um automóvel. Para viabilizar a farsa, colocaram os quatro corpos dentro de um automóvel (Volkswagen), dispersaram os populares do local e rapidamente cercam o carro com oito automóveis atirando no sentido do volkswagen e, posteriormente, lançando uma bomba dentro dele. Chovia nessa noite e a rua estava deserta, poucas pessoas escondiam-se junto ao muro do Colégio Estadual Pedro Américo, no bairro Jacarepaguá, na praça Sentinela. Em determinado momento, chega um automóvel e sai um homem ordenando às pessoas que se afastassem.

A revista Veja, não sabendo do que se tratava e achando que talvez fosse uma briga de quadrilhas, publicou uma matéria no dia 07/11/73 em que inclusive busca ouvir testemunhas. Uma dessas testemunhas disse que “não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros”. No carro, estavam Ranússia, com quatro tiros no peito e três no rosto e mais três homens

carbonizados. Segundo o Jornal do Brasil, do dia 17 de setembro de 1973 (20 dias após), os “terroristas” foram mortos em tiroteio.

Documentos posteriores comprovam que os quatro membros da organização estavam sendo seguidos desde o dia oito de outubro de 1973, na esperança de que fizessem contatos com a ALN. Os médicos legistas foram Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, os mesmos do “acidente” anterior que envolveu Getúlio Cabral e outros cinco militantes assassinados. O declarante do episódio, José Severino Pereira, por coincidência, também é o mesmo declarante do “acidente” anterior. A partir dos laudos dos cadáveres e do conjunto de documentos sobre o caso, a Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante a ditadura pôde constatar um conjunto de contradições e irregularidades, o que permitiu o reconhecimento dos quatro ex-militantes como sendo assassinados sob responsabilidade do Estado. Mesmo os quatro corpos estando dentro do mesmo carro, apenas três deles estavam carbonizados e Ranúsia com diversos tiros em seu corpo. Talvez os corpos estivessem carbonizados para ocultar marcas de tortura.

O assassinato desses quatro militantes já está inserido no final do período da guerrilha urbana no Brasil. Não havia mais direção do PCBR dentro do Brasil. O último CC localizou-se no exterior, já fruto da derrota iminente dos grupos de esquerda armada em nosso país. O gráfico abaixo mostra a concentração da repressão, principalmente nos anos de 1972 e 1973. Os assassinatos e processos que envolvem organizações de esquerda após essa data ou são muito dispersos ou estão vinculados a algum fato específico como veremos adiante através dos dados disponíveis no Arquivo Brasil Nunca Mais.

QUADRO I**Relação dos Mortos Oficiais e Desaparecidos no Brasil entre 1964 e 1983**

ANO	MORTOS OFICIAIS	DESAPARECIDOS
1964	13	02
1965	01	---
1966	02	---
1967	01	---
1968	11	---
1969	18	01
1970	22	02
1971	33	16
1972	38	17
1973	28	41
1974	---	36
1975	03	08
1976	05	---
1977	01	---
1978	---	---
1979	05	---
1980	03	---
1981	---	---
1982	---	---
1983	01	---
TOTAL	185	123

Podemos perceber, por esse quadro, que o final de 1973 pode ser considerado também a derrota da guerrilha urbana no Brasil. Os dados sobre os desaparecidos políticos de 1974 e 1975, (os últimos do período), referem-se basicamente à Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B na região de Goiás. A própria ida para o Araguaia ocorreu em função da dificuldade dos militantes de esquerda de sobreviverem nas cidades (sem com isto ignorarmos a linha militar do PC do B que privilegiava o campo como principal terreno da luta política através da concepção maoísta). Nos demais assassinatos que foram praticados pela repressão a partir de 1975, classificamos em dois os tipos

principais: aqueles organizados pela extrema direita no país, que desejavam a volta da linha dura ao poder (Herzog em 1976 e Lyda Monteiro em 1980) e assassinatos de lideranças sindicais, como Margarida Alves em 1983 e Wilson Pinheiro em 1980. Também como consequência da Guerrilha do Araguaia haverá o Massacre da Lapa em 1976 em que dirigentes do PC do B serão assassinados.

Nesse contexto, a saída do país dos principais dirigentes de todas as organizações de esquerda, embora muito angustiante para alguns, na medida em que criava sentimento de culpa em relação aos companheiros que não tinham como ir para o exílio colocava-se como uma necessidade de sobrevivência das estruturas partidárias. No caso do PCBR, a Executiva do Comitê Central no exterior era composta por Bruno Maranhão, Apolônio de Carvalho e Renê de Carvalho. Ainda faziam parte da direção Nancy Mangabeira e Bruno Dauster, entre outros. Muitos debates irão ocorrer neste período, não somente relacionados a questões novas para os latino-americanos, que se deparavam com novas elaborações políticas, relacionadas principalmente a questões de gênero e questões comportamentais, como também a um debate mais crítico frente ao fenômeno denominado stalinismo.

Contribuições como “A Crise do Movimento Comunista”, de Fernando Claudín, membro do PC Espanhol, foram importantes no questionamento à idéia de partido único e a algumas concepções autoritárias presentes, muitas vezes, naquelas organizações que se alinhavam de forma automática à linha soviética. Influência grande teve também toda a reflexão autocrítica sobre o vanguardismo e militarismo que tomava conta das organizações de esquerda da América Latina, influenciadas pelo pensamento de Régis Debret e Che Guevara. Muitas vezes o limite entre uma autocrítica sobre o contexto em que se deu a luta armada, e o

próprio abandono das teses marxistas que embasavam a luta política no momento, não ficava muito claro.

Nesse contexto, os dirigentes e militantes do PCBR que se exilaram na Europa ainda iriam ser protagonistas de inúmeros debates e disputas políticas entre si, como o próprio questionamento interno sobre a necessidade de retorno ao país e de reorganização do PCBR, como de fato irá ocorrer no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, quando da fundação do Partido dos Trabalhadores. Com o retorno de algumas pessoas ao Brasil, a partir da anistia e reorganização de outros militantes que nunca chegaram a sair, novas situações, e até mesmo ações políticas, irão ocorrer. Algumas delas de grande impacto sobre a opinião pública e sobre a conjuntura política como a tentativa de assalto a um banco na Bahia, em 1986 por membros dessa organização.

Esse segundo momento irá encerrar-se quando o PT, no seu primeiro Congresso em 1991, irá aprimorar a regulamentação de suas tendências internas, algo que já vinha sendo debatido desde o 5º Encontro Nacional, em 1987.

No entanto, como o contexto político neste momento é profundamente distinto do anterior, não só do ponto de vista da conjuntura, mas como do próprio período da luta de classes, a análise sobre a ação do PCBR, bem como de sua linha política, teria de ser estudada sob novas perspectivas (início da redemocratização, existência de um partido legal de massas do qual os militantes do PCBR participavam, ressurgimento de movimentos de massas já nos marcos da legalidade).

Optamos, portanto, em não desenvolver no presente trabalho este outro período da atuação do PCBR por entendermos, em primeiro lugar, que deveríamos considerar outras referências históricas para desenvolvê-lo. Em

segundo lugar, por constituir-se em um período histórico mais recente, as fontes de pesquisa ainda estão presentes, diferentemente do período dos anos 70, quando inúmeras das pessoas que participaram daquele momento histórico já não estão vivas e quando o tipo de ação desempenhada naquele contexto, na maioria das vezes, não está documentado. Deixamos, portanto, o estudo deste outro período para uma pesquisa posterior.

CAPÍTULO 6 - O PCBR E A QUESTÃO DE GÊNERO

Embora percebendo que este capítulo “quebra” um pouco a disposição do presente trabalho, acreditamos que a investigação sobre a forma como as relações pessoais e de gênero eram tratadas no interior da organização que estamos estudando, também nos ajuda a entendermos o conjunto de elementos que compõem a história do PCBR.

A tradição do movimento comunista internacional, até pouco tempo atrás, entendia o papel da mulher eminentemente como um agente da luta de classes. Não entendia que as questões específicas da mulher pudessem ser discutidas além da dicotomia entre explorados versus exploradores. Neste sentido, o PCBR não conseguiu fugir a esta regra. Em uma cartilha que reproduzia um discurso de Samora Machel, líder marxista angolano, em sua introdução, produzida pelo PCBR, reproduz uma visão sobre a luta das mulheres em que reflete bem esta concepção. Afirma que *“não existe antagonismo entre homem e mulher; o que existe é antagonismo entre mulheres e homens explorados e mulheres e homens exploradores”*.

Como podemos perceber, a diferenciação entre homens e mulheres é percebida como uma falsa polarização que tende apenas a ocultar o grande conflito que ocorre entre os homens e mulheres explorados e homens e mulheres exploradores(as). Não se percebe nada que se refira à especificidade da luta das mulheres e à opressão das mulheres operárias pelos homens operários.

Curiosamente, o texto difundido já reproduzia uma outra linha de entendimento, talvez nem mesmo percebida pelos que o editaram. Samora

Machel, em um pronunciamento durante a Iª Conferência das Mulheres Moçambicanas, em 1972, pensa esta problemática em uma dimensão que vai além da mera luta de classes. Deixa claro esta posição em diferentes momentos, ao afirmar, por exemplo, que não existe revolução sem a libertação das mulheres

Genericamente falando, as mulheres são os seres mais oprimidos, humilhados e explorados na sociedade. A mulher é explorada até pelo próprio homem explorado, golpeada pelo mesmo homem ferido pela palmatória, humilhada pelo homem pisado pelo chefe e pelo colono. (...) Como pode triunfar a Revolução sem a libertação das mulheres? Será possível libertar-se do sistema de exploração mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode banir apenas parcialmente a exploração e a opressão, não se pode arrancar a metade do joio, sem que este volte a crescer novamente (Samora Machel).

Samora Machel deixa bem clara sua crítica àquela concepção mais ortodoxa do marxismo que coloca como secundária a luta pela libertação das mulheres

Há pessoas entre nós, como o movimento bem sabe, que pensam que deveríamos dedicar todos os nossos esforços contra o colonialismo, e que a tarefa de emancipar a mulher é portanto secundária porque dividiria nossas forças (...) a emancipação da mulher não é um ato de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou compassiva. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a Revolução, garantia de sua continuidade e pré-condição para sua vitória. O objetivo principal da Revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que libere as potencialidades dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. Este é o contexto no qual surge a questão da emancipação das mulheres (Samora Machel).

Esta visão limitada sobre a opressão da mulher por parte do PCBR só irá sofrer modificações a partir da experiência do exílio, quando, principalmente na França, começam a surgir grupos de discussão entre as mulheres e é o momento em que o debate sobre o feminismo começa a tomar corpo. Esta não é uma situação apenas do PCBR, mas do conjunto das organizações da esquerda brasileira. De certa forma, o exílio é o grande aprendizado sobre o feminismo, e a volta dos exilados ao Brasil, com a anistia, é o início de um acúmulo teórico mais sistemático das lutas feministas em nosso país.

Em função das concepções de fundo, também nessa questão haverá profundas divergências sobre as questões de gênero, o que irá implicar, inclusive, diferentes formas de organização das mulheres para lutar por seus direitos.

Mas mesmo assim, ainda haverá muitos conflitos entre as mulheres e suas organizações no período do exílio. Dentro do PCBR (embora não apenas nessa organização), a participação das mulheres em grupos de discussão sobre questões de gênero é mal vista. Não só no debate sobre a problemática das mulheres, mas o próprio estudo teórico em geral é visto como um desvio das funções de um militante revolucionário. Havia uma intensa atividade de militância mesmo no exterior. O PCBR editava, na França, uma revista chamada “Revolucion Brasilien”, além de um jornal que era feito a partir de reconstituições políticas. Ainda havia o trabalho de arrecadação de fundos para a organização e auxílio (principalmente através de cursos e treinamentos), a militantes de outros continentes (principalmente Ásia e África). Susana Maranhão lembra que

O PCBR era a organização mais fechada para o estudo, achava que era um absurdo, que tinha mil tarefas para fazer no exterior e que estudar era uma perda de tempo (Susana Maranhão, fita nº 7).

Além disso, na divisão das tarefas dentro das habitações onde moravam diversos militantes, sempre sobravam as tarefas domésticas para as mulheres, afora a existência de piadas relacionadas não só às mulheres como também aos homossexuais.

Susana Maranhão sentiu pela primeira vez o machismo quando se prontificou a assumir a função de motorista no assalto a um banco na Bahia, por ocasião da preparação do assalto ao embaixador, e não foi atendida, mesmo sendo uma boa motorista e tendo boa pontaria.

No geral, dentro dos grupos de esquerda, a participação de mulheres na direção das organizações foi sempre inferior à sua participação dentro de seus respectivos grupos.

Mas o contexto da clandestinidade colocava outros problemas de ordem pessoal relacionados a questões comportamentais. O direito à gravidez, por parte das mulheres que estavam vivendo clandestinamente, ou até mesmo o direito de conviver com seus filhos no caso daquelas que já os possuíam, era um debate muito forte, na medida em que aumentava os riscos de identificação e tornava os militantes mais indefesos, eis que a repressão, em alguns casos, também utilizou-se da prática de tortura em crianças para com isto atingir os pais.

Com efeito, Rubens Lemos, preso e torturado, viveu momentos de angústia quando os torturadores acenaram com a possibilidade de atingir seu filho, o que criou pânico em sua esposa e colocou-a contra ele.

Preso, e na presença de Isolda, sua segunda esposa, entregaram-lhe um documento para assinar, no qual ele renegaria toda sua luta e seria libertado.

Rubens respondeu a eles: “Eu não assino nada. Os senhores já me prenderam e é a vocês que cabe provar se sou ou não culpado de alguma coisa”.

Um dos policiais, dirigindo-se à Isolda, fala:

Está vendo? A senhora está aqui por causa dele. A senhora está entregando pérola aos porcos. Ele quer nos obrigar ao que não queremos, ou seja, trazer aqui o seu filho Bimbo (Rubinho). A senhora quer isso? (Diário de Natal, 06/04/2004 pg, 7 Rubens Lemos).

Isolda entrou em pânico e, desesperada e chorando, pede a Rubens que assine o documento. Ele não cede, mas relata a angústia vivida

Foi um momento duro. Terrível. Eu que amava a todos, eu que cortara os pés, enfrentando perigos, apesar de todos os meus medos, para chegar a ela e meus filhos, surgia diante dela como um ser despido de qualquer sentimento. Os policiais conseguiram fazer, com perfeição, o jogo sujo. Com o coração pesado, mas com certeza mais firme, virei-me para Isolda: “Eles estão lhe jogando contra mim. Eles querem me degradar, mas eu não me degradarei. Não assino nenhum *arrependimento*. Eu quero, um dia, poder continuar olhando dentro dos seus olhos e nos olhos dos meus filhos”. Levaram Isolda para uma sala no andar superior. Fiquei lá embaixo. Sem ter o direito de chorar. Não podia, não devia revelar fraqueza. Isso é o que eles queriam. (Diário de Natal, 06/04/2004 pg. 7 Rubens Lemos).

Outro tipo de drama era a separação, muitas vezes definitiva das relações familiares, com que muitos se defrontaram. Quando Antônio Prestes de Paula volta do exílio em 1981 (alguns dos exilados, em função do tipo de acusação que tinham, não puderam voltar no início da anistia), já tinha se passado dezessete anos em que estava longe de sua mulher e de seus cinco filhos (somando clandestinidade, prisões e exílio). Embora ainda mantendo uma relação de

companheirismo e amizade, percebe que não pode mais continuar uma relação homem-mulher após tantos anos e resolve separar-se definitivamente. Seus filhos, adolescentes na época, ficaram frustrados e, durante muitos anos, praticamente até o final de sua vida, Prestes teve de enfrentar esse problema. Quanto a este fato, embora Prestes faça uma autocrítica de sua condição de pai, ao mesmo tempo tinha clareza do significado de sua vida

Fiz autocrítica. Não fui um bom pai, eu abandonei tudo pela minha causa, joguei a família para cima, emprego, joguei tudo, mas não me arrependi porque eu acho que as pessoas não devem se arrepender daquilo que fazem, no sentido de que eu não lutei por nada que não fosse digno e sacrifiquei tudo no altar do patriotismo, da revolução, da transformação social, da construção de uma nova sociedade. Então, os valores pelos quais eu lutei vão amenizar um pouco a minha condição de homem que não soube manter a sua família e fiz opções que acabaram dissolvendo a família. Hoje estou num processo de resgate, e hoje eu não faria o que eu fiz (Entrevista de Antônio Prestes de Paula para Aparecido Dias no final de 2004).

No contexto vivido, a separação dos casais de militantes, em função do cumprimento de tarefas pela organização, era visto como algo normal e a reivindicação de ficar junto a(o) companheiro(a) era visto como um desvio pequeno burguês. Somente a partir de um certo momento (final de 71, início de 72) é que o PCBR adota como política buscar conciliar a vida de casados com a militância. Procurou, então, distribuir as funções da atuação política, adequando-as aos relacionamentos amorosos entre os militantes, ou seja, distribuir tarefas em que os casais pudessem atuar de forma conjunta e conviver na mesma residência. Existe, inclusive, entre as cartas trocadas entre casais que militavam na organização referência explícita a essa política

Outra coisa é como você está encarando este momento de separação: acho que você sabe que o P. tem um (...) sobre isso que é a de unir os casais, então, a separação que a gente pode colocar dentro de perspectivas de haver futuro é a separação provisória e estritamente necessária das fases de recuo, como esta (carta entre militantes – não identificada a origem ou destinatário).

O casamento de Carlos Alberto Soares e Rosa Soares, talvez seja emblemático desse distanciamento entre questões pessoais e políticas. Carlos Alberto (estudante de geologia e militante do PCBR), casou-se com Rosa (estudante de medicina e vinculada ao PCB). Antes do casamento, e sem que Rosa saiba, é alugada uma casa que seria a residência dos dois e ao mesmo tempo seria montado um esquema de ambulatório para os casos de ferimentos em ações militares. Haveria apoio de médicos, mas também contavam com a colaboração de Rosa (mesmo sem que esta soubesse).

No dia do casamento, que coincide com a morte de Costa e Silva, 17 de dezembro de 1969, durante a festa na casa de seus sogros, Carlos Alberto termina com os festejos e leva Rosa para a nova casa (que, em função da clandestinidade, nem os pais dele nem os de Rosa sabiam onde ficava). Ao chegar em casa, ao invés de desfrutarem da noite de núpcias, Carlos Alberto comunica que tinha um compromisso naquela noite com o partido (um roubo de carro para uma ação posterior) e como imediatamente precisa viajar pela organização, só volta em casa três ou quatro dias após o casamento. Fato esse que, segundo Carlos Alberto, nunca será esquecido por Rosa.

Mas, se é verdade que existia uma debilidade que cercava o debate sobre o papel da mulher, em função de questões até mesmo estruturais de nossa

sociedade, não é verdadeira a idéia que muitas vezes era feita de que os militantes de esquerda na época não tinham sensibilidade e desejo de viver e amar em função de uma militância muito severa. Aliado a uma disciplina férrea, em que muitas vezes a vida dependia exatamente desse cuidado, também havia tempo para o amor e para a paixão. As cartas de muitos militantes (não identificados) refletem esta situação, como a que reproduzimos abaixo

Companheira, irmã, amiga, amada, fui ao inferno e voltei nestes dois dias, dias de angústia e de solidão, dias em que eu me neguei e não acreditei em mim, dias de reencontro comigo mesmo, dias de tristeza, de dor, de insegurança (...) Eu quero me entregar a você também, totalmente, integralmente, sem esperar nada, sem pedir nada, sem exigir nada. Também não sei se vou conseguir, se vou ter esse momento contigo, mas quero tentar, quero ser livre para isto também (Carta manuscrita assinada como Eu).

Ou então, este outro fragmento de uma carta

Minha querida, meu amor, eu estou tão (...) que passei a tarde chorando, (...) do hotel ficou todo molhado” 16 de janeiro de 71 (carta manuscrita sem identificação).

Entre o conjunto de documentos e cartas pessoais apreendidas pela repressão, talvez a maioria seja de cartas amorosas de parte de militantes para seus(as) companheiros(as). Para Nancy Mangabeira,

Mais importante que os nomes era a intensidade com que a gente vivia aquelas relações. Uma intensidade dada pela própria perspectiva: a de saber que podia ser presa ou podia morrer a qualquer momento. Não só em termos de homem e mulher, de relação amorosa. Mas nas relações de amizade. Você se despedia de um companheiro num

ponto e não sabia se ia voltar a vê-lo. Havia intensidade em cada instante. Não só porque fosse uma situação-limite, mas porque havia a comunhão de um ideal. Isso dava uma conotação diferente, que transcendia a relação em si. É um momento em que se forjam relações das quais a gente sempre se lembra (Carvalho, 1998, pg 358).

Para que possamos compreender este aparente conflito, entre rígida disciplina e amor à vida e à liberdade, é necessária a compreensão do peso das utopias naquele contexto. A Revolução Cubana, Revolução Argelina, Guerra do Vietnã, a chamada Revolução Sexual, o Movimento Hippie, a Contracultura, o Maio de 68 na França e muitos outros movimentos que aconteciam no mundo criavam também um sentimento de força e de inevitabilidade das transformações sociais. Nancy Mangabeira consegue perceber nitidamente estas contradições

Havia valores. Não foi só uma história de dor, sofrimento, dissabores e desencontros. Foi uma história de alegrias, de encontros, de construções e principalmente da idéia de que o importante era essa busca. Construir a nossa humanidade. Era isso que dava sentido a nossas vidas. Também apareceram atitudes e dimensões mesquinhas da nossa parte. Apesar desses ideais e valores, reproduzimos todas as relações de poder que também faziam parte do sistema. Com atitudes de uma dureza extrema. Vivemos algumas das melhores, mas também piores coisas do ser humano. Eram situações-limite. Vivem em companhia da morte a qualquer momento coloca tudo em outra dimensão. Todos os relacionamentos, toda a relação com a vida também (CARVALHO, 1998, pg, 459).

CONCLUSÃO

O Estudo do PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – visa a um resgate inédito de uma parte da história de nosso país. Tal organização da esquerda brasileira surge, oficialmente, em 1968 quando começa a desencadear algumas contribuições, não só ao processo de luta contra o regime militar, como também ao debate teórico. Formado durante o período militar, buscou, de forma diferenciada de concepções da época, colocar em prática seus ideais.

Esta forma diferenciada situava-se na tentativa de conciliar a ação junto ao movimento de massas com ações no terreno militar. O trabalho junto ao movimento de massas caracterizou-se por uma intensa propaganda político-ideológica (normalmente de forma semiclandestina) que buscava a organização do povo. Portanto, seus resultados não são imediatos. O massismo representava a estratégia de conquistar o poder sem o uso da luta armada. Por sua vez, o militarismo estabelecia a supremacia da ação armada sobre a ação política.

O presente trabalho, “Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: História e Concepções”, visa, em parte, resgatar um debate teórico dentro do pensamento marxista a respeito do papel das organizações partidárias. Nesse contexto, Lênin defendia a idéia de um partido fortemente centralizado cuja elaboração política situa-se na direção do mesmo. Rosa Luxemburgo, no entanto, contrapõe-se a essa idéia, visto que critica aquilo que considera como um excesso de centralismo político e defende a idéia de autonomia das massas. Ao mesmo tempo, esse trabalho também busca resgatar histórias de vida e de militância de pessoas que dedicaram suas vidas a uma atuação política revolucionária.

O PCBR nasce meio ano antes do AI-5, que simboliza o ápice da repressão da Ditadura Militar. Tal organização surge a partir de uma crise existente dentro do PCB. Esta crise ocorre pelo fato do PCB submeter-se à posição tomada na Internacional Comunista, ou seja, a idéia de que a revolução aconteceria no Brasil através da busca de alianças com a burguesia nacional no combate ao imperialismo e a perspectiva de adoção de uma linha política de convivência pacífica entre os países imperialistas ocidentais e os países do bloco socialista. Assim, vários militantes do “partidão”, como era chamado o PCB – não concordam com essa estratégia e posteriormente formam outras organizações.

O conjunto de militantes que saem do PCB não consegue unidade para construir uma única alternativa revolucionária no país. É através da influência do “foquismo”, estratégia militar adotada na Revolução Cubana, que muitos militantes inspiram-se e vão conformar organizações como a ALN, MR-8 e outras. A perspectiva foquista nega a necessidade política da existência de um partido revolucionário (tanto é que nenhuma dessas organizações possui a referência a partido em suas siglas) e parte do pressuposto que o fundamental é a organização de núcleos de revolucionários.

Já o PCBR não abre mão da idéia de partido e defende, a partir das posições leninistas e maoístas, a idéia de que é o partido quem deve conduzir as ações militares quando estas se fizerem necessário, e não o contrário, como prega o foquismo.

Assim, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, após aprofundarem as divergências dentro do PCB, criam a “Corrente Revolucionária” e fundam o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Há três características do PCBR que devem ser destacadas. A primeira delas diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha concordância com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes), com a China (PC do B, AP) ou com Cuba (ALN), o PCBR buscava uma independência em relação a esses países, não apenas a partir das estruturas materiais, mas, fundamentalmente, a partir de concepções. Quando a URSS invade a Tchecoslováquia, por exemplo, o PCBR lança um documento condenando a invasão, assunto tabu para grande parte da esquerda.

A segunda característica seria o posterior lançamento de uma nova matriz política que é a proposta de criação das OIMs (Organizações Independentes de Massa) cuja idéia central contrapõe-se diretamente a toda a tradição política vinculada à concepção stalinista da III Internacional, a qual estabelecia a exclusividade do partido como dirigente do processo de transformação social levando em consideração as contribuições dos movimentos de massa. O PCBR, ao resgatar a necessidade do partido em não assumir uma posição intervencionista em relação aos movimentos sociais, começa a romper com a concepção stalinista que governou a URSS de forma autoritária e reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo. Essa atitude não significa que o partido não deveria buscar influenciar e dirigir os movimentos sociais e de massa, mas que não pode, de forma autoritária e intervencionista, decidir seus rumos dos mesmos sem a presença das massas no debate político e nos caminhos a seguir.

Para fazermos jus à história, precisamos reconhecer que a origem do intervencionismo nos movimentos sociais não teve seu começo com Stálin, mas o

usamos como referência na medida que foi o período em que mais se acentuou esse processo.

A terceira característica própria do partido em questão foi a posição tomada por este em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda da época. De um lado, havia os “militaristas”, que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. De outro, os chamados “massistas”, que, em diferentes organizações, contrapunham-se à luta armada como forma de batalha naquele momento e defendiam a necessidade de se acumular forças nos movimentos de massas a partir de bandeiras democráticas, ou seja, fazer um trabalho que desse resultado no futuro.

Dentro desse contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconheceu a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitou a política a essa esfera. Assim, avaliava como necessário a existência de um trabalho paralelo entre ações militares e organização política dos movimentos sociais. A dinâmica da luta política, no entanto, fez com que na prática a opção militarista fosse preponderante.

A importância deste estudo situa-se no marco da organização de documentos e informações que hoje se encontram dispersos. Em função da escassez de bibliografias específicas sobre o partido, as entrevistas com ex-militantes contribuíram, principalmente, para o conhecimento de situações não publicadas. Para a consecução do projeto foram realizadas 30 entrevistas com ex-militantes do PCBR (ou com pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas com os acontecimentos em estudo), as quais foram transcritas e digitadas. Buscamos consultar a bibliografia sobre o período militar (na sua grande maioria memórias de ex-militantes) e fundamentalmente buscou-se

resgatar documentos da época junto ao Arquivo Brasil Nunca Mais (UNICAMP/SP); Arquivo Público do Paraná e Arquivos do DOPS-Recife.

Com o transcorrer da pesquisa, ficou claro que não seria possível aproveitarmos todo o material disponível. Dentro do prazo em que ele teria de ser desenvolvido, optamos em resgatar apenas um período da vida dessa organização. Nos fixamos no momento de seu surgimento até os dias em que a repressão política intensificou-se e aniquilou quase a totalidade das organizações de esquerda em nosso país (1968-1973). Documentos e depoimentos sobre o período posterior foram coletados sem que tivéssemos condições de organizar e analisá-los dentro do trabalho. Existe toda uma documentação sobre o período do exílio, em que os militantes passam a tomar contato com um conjunto bem maior de elaborações e questionamentos aos quais não tinham acesso aqui no Brasil. A assimilação da derrota não foi fácil e nem tranqüila para a maioria dos envolvidos nesse processo. Os inúmeros debates sobre a necessidade de retornar ao país e continuar a luta política se fizeram presente ainda por muito tempo. Com o tempo, os militantes começam a reorganizar suas vidas a partir de outras perspectivas. Muitos ficam no exílio onde se estabilizaram do ponto de vista profissional e familiar. Outros retornam ao Brasil, mas não voltaram a participar da política. Alguns voltam e redirecionam sua militância dentro da atuação de movimentos mais específicos (gênero, meio-ambiente, por exemplo). Há, por fim, aqueles que voltam para reorganizar o PCBR. Essa reorganização acontece já dentro de um novo contexto, ou seja, o surgimento do Partido dos Trabalhadores que, em suas origens, buscava constituir-se como uma alternativa plural e de esquerda. O PCBR, na sua reconstrução, passa a atuar dentro do PT como uma corrente interna, mas sem muita exposição pública, sendo que em cada região os

militantes dessa organização organizavam-se publicamente através de agrupamentos com nomes regionais. No início de 1986, um assalto a banco, em uma agência na Bahia, irá chamar a atenção de todo o país para a permanência dessa organização. Para alguns era apenas a continuidade da luta anterior, para outros houve um equívoco político naquela ação. Alguns dirigentes do PT viram na ação uma infiltração da CIA ou de grupos de extrema direita que tentavam trazer problemas ao partido. Outros ainda viram esta ação como algo quixotesco e fora da conjuntura, alguns ex-militantes simplesmente desconhecaram a continuidade do PCBR nessa ação e nos militantes que estavam organizando-se. Enfim, existe uma grande quantidade de questões que não pudemos desenvolver neste trabalho, mas que achamos importante ser resgatada dentro da construção da história da esquerda brasileira.

Agradecemos a todas as pessoas que se dispuseram a contribuir com informações e material, o que foi fundamental para viabilizar o atual trabalho. Sabemos que nem todas as informações foram utilizadas, como de alguma forma tivemos de fazer certas escolhas. Toda pesquisa que se baseia na história oral possui alguns limites, principalmente no que se refere a fatos acontecidos há mais de 30 anos. A partir do cruzamento de informações, muitas vezes tivemos que selecionar aquelas que nos pareciam mais fidedignas, na medida em que diversos militantes as confirmavam. Sabemos que este ainda não é um trabalho definitivo. Gostaríamos de socializá-lo, o quanto for possível, com todas as pessoas que viveram este período e contribuíram com informações. A partir desse contato acreditamos que novas questões poderão surgir e outras deverão ser melhor esclarecidas.

Ao final, fica a sensação de que o trabalho, mesmo que de forma bastante simples, contribuiu para trazer a público um pouco da experiência vivida por militantes de uma das organizações armadas no Brasil – o PCBR.

REFERÊNCIAS

ALI, Tariq e EVANS, Phil. *Conheça Trotski*. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.

ALMEIDA, Luciano de. *A Esquerda em Questão. Do Socialismo Científico ao Anarquismo*. Coojornat: Natal, 1991.

ALMOND, Gabriel A. e POWEL, G. Bingham Jr. *Uma Teoria de Política Comparada*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1972.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Editora Idade Nova: Rio de Janeiro, 1966.

_____. *68 Mudou o Mundo*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais. Um Relato para a História*. 11ª edição. Editôra Vozes: Petrópolis, RJ, 1987.

_____. *Projeto Brasil Nunca Mais. Um Perfil dos Atingidos*. Editôra Vozes: Petrópolis, RJ, 1987.

ARRUDA, Diógenes. *A Educação Revolucionária do Comunista*. Editora Anita Garibaldi: São Paulo, 1982.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Documentos do Comitê Brasileiro pela Anistia - Secção do Rio Grande do Sul, 1984.

_____. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS. 1994.

_____. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS. 1995.

_____. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS. 1996.

ASSIS, Chico de e outros. *Onde Está meu Filho? História de um Desaparecido Político*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

BAFFA, Ayrton. *Porões do SNI. O Retrato do Nos Monstro de Cabeça Oca*. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1989.

BAQUERO, Marcelo. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a crise da Democracia na América Latina*. Editora da Universidade – UFRGS: Porto Alegre, 2000.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1976.

BATISTA, Estanislau Fragoso. *Cantata de um anistiado... Para depois...* Edições Loyola: São Paulo, 1981.

BENEVIDES, Maria Vitória. *Governo Kubitsckek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.

BERG, Creuza. *Mecanismos do Silêncio. Expressões artísticas e censura no Regime militar (1964-1984)*. EDUFSCar: São Carlos, 2002.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Círculo do Livro: São Paulo, 1982.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Editora Afrontamento: Porto, Portugal, 1975.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos Políticos - Prisões,*

Sequestros e Assassinatos. Vol. II, Série Brasil de Nossos Dias. Edições Opção e Comissão Brasileira pela Anistia: Rio de Janeiro, 1979.

CADERNOS AEL (Arquivo Edgard Leuenroth): *Tempos de ditadura*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, nº 14/15, 2001.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. CODECRI: Rio de Janeiro, 1981.

CAPITANI, Avelino Biden. *A Rebelião dos Marinheiros*. Editora Artes e Ofícios: Porto Alegre, 1997.

CARONE, Edgar. *O Movimento Operário no Brasil: 1964-1984*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Editora Difel: São Paulo, 1984.

CARVALHO, Apolônio. *Vale a Pena Sonhar*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. *Mulheres que Foram a Luta Armada*. Editora Globo: São Paulo, 1998.

CASO, Antonio. *A Esquerda Armada no Brasil 1987/1971*. Coleção Temas e Problemas. Moraes Editores: Portugal, 1976.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1978.

_____. *O Caso eu conto como o Caso foi. Memórias Políticas*. 2º Volume. Editora Guararapes Ltda: Recife, 1980.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (org.). *Memórias do Exílio. Brasil 1964/19???. 1. de muitos caminhos*. Editora Livraria Livramento Ltda: São Paulo, 1976.

CERRONI, Umberto; MAGRI, Lúcio e JOHNSTONE, Monty. *Teoria Marxista Del Partido Político*. Cuadernos de Pasado y Presente nº 7. México, 1978.

_____. *Teoria do Partido Político*. Coleção História e Política nº

15. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982.

CHAGAS, Carlos. *Resistir é Preciso*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1975.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e Integração (1922-1972)*. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1982.

CLAUDIN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista. Vol. 1. A Crise da Internacional Comunista*. Coleção Luta de Classes. Global Editora: São Paulo, 1985.

_____. *A Crise do Movimento Comunista. Vol. 2. O Apogeu do Stalinismo*. Coleção Luta de Classes. Global Editora: São Paulo, 1986.

CROZIER, Michel. *O Fenômeno Burocrático*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1969.

_____. *A Sociedade Bloqueada*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1970.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Editora Rosa dos Ventos: Rio de Janeiro, 1997.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO - IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ e PE. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA. *Nunca Mais*. L&PM Editores: Porto Alegre, 1984.

COMISSÃO PELOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS - familiares, amigos, e ex-militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). *Onde Estão? Desaparecidos Políticos*. sem data

CUNHA, Maria de Fátima. *Eles Ousaram Lutar. A Esquerda e a Guerrilha nos anos de 60/70*. Editora UEL: Londrina, 1988.

DIAS, Luzimar Nogueira (org.). *Esquerda Armada (Testemunho dos Presos Políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro)*. Edições do Leitor: Vitória, 1979.

DEUTSCHER, Isaac. Trotski. O Profeta Armado. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1977.

DUVERGER, Maurice. *Sociologia Política*. Editora Forense: Rio de Janeiro, 1968.

ESCARIZ, Fernando. *Por que Theodomiro Fugiu*. Coleção Passado e Presente nº 16. Global Editora: São Paulo, 1980.

FARIA, Lia. *Ideologia e Utopia nos anos 60. Um olhar feminino*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres: Militância e Memória*. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1997.

FERNANDES, Heloisa. *Os Militares como Categoria Social*. Global Editora: Série Global Universitária nº 6. São Paulo, 1978.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2004

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

FON, Antônio Carlos. *A História da Repressão Política no Brasil*. Global Editora: 6ª edição, São Paulo, 1979.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 4 ed. - rev. aum. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário*. Editora Ferramenta: Goiânia, 1985.

FREDERICO, Celso (org.). *A Esquerda e o Movimento Operário: 1964-1984*. Vol. 1. Editora Novos Rumos Ltda: São Paulo, 1987.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granvile (org.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos*. Editora Scipione Cultural Ltda: São Paulo, 1997.

FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil, Hoje*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1974.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso (memórias do Tempo da Morte Civil do Brasil)*. Record: Rio de Janeiro, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O Crepúsculo do Macho*. Codecri. 18ª edição: Rio de Janeiro, 1981.

GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos Políticos e Teoria da Organização*. Coleção Educação Universitária. Editora Cortez e Moraes: São Paulo, 1979.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Escancarada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

_____. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

_____. *O Sacerdote e o Feiticeiro. A Ditadura Derrotada.* Companhia Das Letras: São Paulo, 2003.

GORENDER, Jacob. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro.* Série Revisão nº 27. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre, 1987.

_____. *A Burguesia Brasileira.* Coleção Tudo é História nº 29. 7ª edição. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

_____. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.* Editora Ática: São Paulo, 1998 (edição revista e ampliada).

GURGEL, Antonio de Padua. *A Rebelião dos Estudantes. Brasília, 1968.* Editora UNB: Brasília, 2002.

HARNECKER, Marta. *O Sonho era Possível. A História do Partido dos Trabalhadores Narrada por seus protagonistas.* Casa América Livre: São Paulo, 1994.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática. A Repressão no Paraná.* Editora Paz e Terra e Secretaria de Estado da Cultura do Paraná: Rio de Janeiro, 1988.

IANNI, Octávio. *Marx.* Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 10. Editora Ática: São Paulo, 1982.

IANNI, Octávio. *As Estratégias de Desenvolvimento.* In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe.* Editora da Unicamp: Campinas, 1997.

JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog.* 3ª edição. Global Editora: São Paulo, 1979.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: O Capitão da Guerrilha.* Coleção Passado e Presente nº 20. Global Editora: São Paulo, 1980.

JOSÉ, Emiliano. *Marighella: O Inimigo Número Um da Ditadura Militar.* Sol e Chuva. Editora Casa Amarela Ltda: São Paulo, 1997.

_____. *Galeria F. Lembranças do mar cinzento*. Editora Casa Amarela: São Paulo, 2000.

_____. *Galeria F. Lembranças do mar cinzento – Segunda parte*. Editora Casa Amarela: São Paulo, 2004.

_____. *As Asas invisíveis do Padre Renzo*. Editora Casa Amarela: São Paulo, 2002.

KECK, Margarete E.. *PT: A lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores Na Construção da Democracia Brasileira*. Editora Ática: São Paulo, 1991.

LANGGUTH, A. J. *A Face Oculta do Terror*. Círculo do Livro: São Paulo, 1978.

LASSWELL, Harold e LERNER, Daniel. *As Elites Revolucionárias*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1967.

LÊNINE, V. I. *Partido Proletário de Novo Tipo*. Edições Avante: Lisboa, 1975

_____. *Um Passo em frente, Dois passos atrás*. Biblioteca do Marxismo-leninismo. Edições Avante: Lisboa, 1978.

_____. *A Falência da II Internacional*. Série Materialismo Histórico. Kairós Livraria e Editora: São Paulo, 1979.

_____. *Obras Escolhidas*. Volume 3. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1980.

LÊNINE, V. I. e LUXEMBURGO, Rosa. Partido de Massa ou Partido de Vanguarda: polêmica Rosa/lênin. Editora Nova Stella: São Paulo, 1985.

LÊNINE, V.I. Que Fazer ?. HUCITEC: São Paulo, 1986.

_____. *O Estado e a Revolução*. HUCITEC: São Paulo, 1987.

LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo. Vida e Obra*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 1999.

LOWY, Michael (org.). *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1999.

LUKÁCS, Georg. *Teoria do Partido Revolucionário*. Cadernos de Formação Marxista. Política 1. Editora Brasil Debates: São Paulo, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1975.

MACIEL, Ayrton. *A História Secreta (Prontuários do DOPS)*. Edições Bagaço: Recife, 2000.

MAKLOUF, Luis e outros. *Pedro Pomar*. Editora Brasil Debates: São Paulo, 1980.

MANDEL, Ernest. *A Teoria Leninista da Organização*. Edições Antídoto: Lisboa, 1975.

MARTINS, Eloy. *Tempo de Cárcere*. Editora Movimento: Porto Alegre, 1981.

MARTINS, João Roberto Filho (org.). *1968 faz 30 Anos*. EDUFSCar e Mercado de Letras: Campinas, 1998.

MARX, Karl. *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. In Karl Marx/Friedrich Engels – Obras Escolhidas Vol. 1, pgs. 83 a 92. Editora Alfa-Omega: São Paulo. Sem data.

_____. *O Capital*. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1985.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. In Karl Marx/Friedrich Engels – Obras Escolhidas Vol. 1, pgs 13 a 47. Editora Alfa-Omega: São Paulo. Sem data

_____. I. *Crítica ao Programa de Gotha*. In Karl Marx/Friedrich Engels – Obras Escolhidas Vol. 2, pgs 203 a 234. Editora Alfa-Omega: São Paulo. Sem data.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOVA, Maria Isabel. *Corações Vermelhos. Os Comunistas brasileiros no século XX*. Cortez Editora: São Paulo, 2003.

MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. Editora Senzala: São Paulo, sem data.

MIR, Luis. *A Revolução Impossível. A esquerda e a Luta Armada no Brasil*. Editora Best Seller: São Paulo, 1984.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo. Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar: a responsabilidade do Estado*. Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial: São Paulo, 1999.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco Prestes. *Lutas e Autocríticas*. Editora Vozes: Petrópolis, 1982.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª edição. Editora Espaço e Tempo Ltda: Rio de Janeiro, 1984.

MORAES, João Quartim de e outros. (org.). *História do Marxismo no Brasil. O Impacto das Revoluções*. Vol. I. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Teorias e Interpretações*. Vol III. Editora da UNICAMP: Campinas, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O PCB e a Moral Comunista*. In LOCUS. Revista de História. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, 1979, Volume 3, nº 1.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *O Que é Burocracia*. Coleção Primeiros Passos nº 21. Editora Brasiliense: 12ª edição. São Paulo, 1981.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) *PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958 -1979)*. A Questão Social no Brasil nº 7. LECH - Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980.

_____. *O PCB em São Paulo: Documentos (1974-1981)*. A Questão Social no Brasil nº 9. LECH - Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1981.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (org.). *Carlos Marighella. O Homem por trás do Mito*. Editora UNESP: São Paulo, 1999.

NUNES, Geraldo. *Calabouço*. Editora Avante: São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, FRANCISCO. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Editora da Unicamp: Campinas, 1997.

ONOFRE, José. *Sobra de Guerra*. Editora L&PM Porto Alegre, 1992.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Editora Alfa-Omega Ltda: São Paulo, 1984.

PATARRA, Judith Lieblick. *Iara: Reportagem biográfica*. Editora Rosa dos Tempos 2ª edição: Rio de Janeiro, 1992.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1995.

PIRES, Yolanda Avena. *Exílio: Testemunho de Vida*. Editora Casa Amarela: São Paulo, 2001.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo (org.) *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Cortez Editora: São Paulo, 2003.

_____. *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Vol. 2. Dinâmica e Manifestação Territorial*. Cortez Editora: São Paulo, 2003.

POLARI, Alex. *Camarim de Prisioneiro*. Global Editora: São Paulo, 1980

_____. *Em Busca do Tesouro. Uma ficção Política Vivida*. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1982.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B.* Editora Busca Vida Ltda: São Paulo, 1987.

RECH, Hildemar Luiz e FREITAS, José Vicente de (orgs.) *Teoria da Organização nos Clássicos e uma incursão na Filosofia Política Contemporânea*. Editora FURG: Rio Grande, 1991.

REIS, Daniel Aarão Filho; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*. Editora Marco Zero: Rio de Janeiro, 1985.

REIS, Daniel Aarão Fº e outros. *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. Editora Perseu Abramo: São Paulo, 1997.

REIS, Daniel Aarão Filho; MORAES, Pedro de. *68: A Paixão de uma Utopia*. 2ª edição (revista e ampliada). Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí. Confissões de Cabo Anselmo*. Série Que país é este? Global Editora: São Paulo, 1984.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora UNESP: São Paulo, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre Raízes e Radares*. Editora Record: Rio de Janeiro, 1999.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1984.

SACCHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Editora da UNICAMP: Campinas, 1992.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária*. Editora UNESP: São Paulo, 1999.

SANTOS, Paulo de Tarso. *64 e outros Anos*. Cortez Editora: São Paulo, 1984.

SCHILLING, Flávia. *Querida Família*: Editora CooJornal: Porto Alegre, 1978.

SERRA, José. As Desventuras do Economicismo: Três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento. In: COLLIER, David. *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Paz e Terra: São Paulo, 1982.

SILVA, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil(Origens, Cisões e Propostas)*. 2º Edição(revisada e ampliada). Proposta Editorial: São Paulo (não cita ano).

SILVA, Justina Ivã de A. *Estudantes e Política. Estudo de um Movimento (RN 1960 -1969)*. Cortez Editora: São Paulo, 1999.

SILVA, José Wilson da. *O Tenente Vermelho*. 2ª edição. Tchê Editora Ltda: Porto Alegre, 1987.

SINGER, PAUL. O Significado do conflito distributivo no golpe de 64. In:TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Editora da Unicamp: Campinas, 1997.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida*. 13ª edição. Global Editora: São Paulo, 1980.

_____. *Roleta Chilena*. Círculo do Livro: São Paulo, 1981.

SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo*. Editora Globo: São Paulo, 1999.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Editora Artenova: Rio de Janeiro, 1971.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. Editora Ática: São Paulo, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Editora da Unicamp: Campinas, 1997.

TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. Círculo do Livro: São Paulo, 1979.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a Violência. Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Editora da UNICAMP: Campinas, 1999.

VALLI, Valli. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu Filho*. Coleção Visões e Revisões nº 4. Philoblibion Livros de Arte Ltda: Rio de Janeiro, 1986.

VARGAS, Indio. *Guerra é Guerra, dizia o Torturador*. Editora Tchê: Porto Alegre, 1985.

_____. *Momentos Perfeitos no tempo da Ditadura*. Editora Tchê: Porto Alegre, 1987.

VASCONCELOS, José Geraldo. *Memórias do Silêncio. Militantes de esquerda no Brasil autoritário*. UFC Edições: Fortaleza. 1998.

VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não Terminou. A Aventura de uma Geração*. 16ª edição. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1988.

VIANA, Gilney Amorim. *131-D. Linhares: Memorial da Prisão Política*. Editora História. Comitê Brasileiro pela Anistia. Movimento Feminino pela Anistia: Minas Gerais, 1979.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas - 1922-1974*. Editora Hucitec: São Paulo, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Vol. 1*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres: Tutela Militar ou Controle Civil?* Editora Ática: São Paulo, 1994.

REFERÊNCIAS - REVISTA E JORNAIS

ALVES, Mário. Dois Caminhos da Reforma Agrária. Outubro de 1989. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 01 p. 23 - 24. São Paulo, outubro de 1989.

ARANTES, Maria Auxiliadora. Clandestinidade nos anos 60 e 70. In: *Revista Teoria e Debate* nº 23 - ps. 60 - 64. São Paulo, dez 93/jan. e fev. 1994.

BARREIRAS, Francisco. Falam os “terroristas”. In: *Revista Isto É*, nº 132. 04/07/79. pgs. 12 - 17.

CARVALHO, Apolônio. Momento de Exclusão. In: *Revista Teoria e Debate* nº 9 – pgs. 64 a 68. São Paulo, jan./fev./março/1990.

CARVALHO, Ricardo. Repressão e Mortes. Encontrado: um corpo. In: *Revista Isto É*, nº 140. 29/08/79, pgs. 4 - 8.

DAVID, Ricardo e CAVALCANTI, Enock. Terrorismo: Outra Face da Violência. In *Revista Isto É* nº 554. pgs. 24 - 30. 05 agosto de 1987.

EMILIANO, José e TEIXEIRA, Mônica. As Emoções de Lamarca. In: *Revista Isto É*, nº 143. 19/09/79, pgs. 20 - 25.

EMILIANO, José. A Fuga Histórica. Reportagem sobre a Fuga de Theodomiro Romero dos Santos. In: *Revista Caros Amigos*, nº 01, Ano 1, , pgs. 16 - 22. São Paulo, Abril de 1997.

_____. A morte de um combatente e a violência na Bahia. In: *Revista Caros Amigos* nº 50. Maio de 2001.

FILGUEIRAS. Otto. Guerreiro da Grande Batalha: A História de Mário Alves. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 20. Pgs.21à 36. São Paulo. Novembro /95 - Janeiro /96.

FREIRE, Alípio, CARVALHO, Carlos Eduardo e NOGUEIRA, Rose. Idealina Fernandes Gorender (entevista) In *Revista Teoria e Debate* nº 22 - pgs. 47 - 58. São Paulo, 3º trimestre de 1993.

FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Paulo de Tarso. Jacob Gorender (entrevista) In: *Revista Teoria e Debate* nº 11 - pgs. 20 - 36. São Paulo, agosto de 1990.

GARCIA, Marco Aurélio. PCBR: Da formação à tentação militarista. (a trajetória do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. In: *Jornal Em Tempo* nº 93 – p. 10. 5 a 12 de dezembro de 1979.

_____. O PCBR na agonia do militarismo. In: *Jornal Em Tempo* nº 94. p. 14. 13 a 19 de dezembro de 1979.

_____. PC não contava com o golpe de 64. In: *Jornal Em Tempo* nº 80. - pg. 12. 06 a 12 de setembro de 1979.

GUIMARÃES, Ruy. Mário "dignidade" Alves, Presente! . In: *Revista Brasil Revolucionário* nº 30. pgs. 54 - 55. São Paulo, maio/junho e julho de 2002.

GUSMÃO, Sérgio Buarque de. Comunistas. José Duarte e Apolônio: em cena outra vez. In: *Revista Isto É*, 14/11/80, p. 20.

LE MOS, Rubens. Memórias do Exílio. Parte I. Dos sertões de Pixoré para o Chile de Allende. *Diário de Natal*, Natal, 01/04/2004, pg. 5.

_____. Memórias do Exílio. Parte II. Fugindo ao cerco até o encontro com Djalma Maranhão. *Diário de Natal*, Natal, 02/04/2004, p. 4.

_____. Memórias do Exílio. Parte III. Jango me disse: “Os militares Não entregam o poder tão cedo”. *Diário de Natal*, Natal, 03/04/2004, p. 7.

_____. Memórias do Exílio. Parte IV. Três dias e três noites de perigo na Cordilheira. *Diário de Natal*, Natal, 04/04/2004, p. 15

_____. Memórias do Exílio. Parte V. Na Polícia Federal: ali começa a “Operação-Terror”. *Diário de Natal*, Natal, 06/04/2004, p. 7

_____. Memórias do Exílio. Parte VI. “Ele vai ver que aqui não adianta ser macho”. *Diário de Natal*, Natal, 07/04/2004, p. 6

_____. Memórias do Exílio. Parte Final. Minha morte havia sido decretada, mas eu fui “salvo pelo gongo”. *Diário de Natal*, Natal, 08/04/2004, p.5.

MARANHÃO, Bruno. Estratégia para um Brasil Revolucionário. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 07. Pgs.05 - 14. São Paulo.Dezembro de 1990.

MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: Um balanço. in *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 8. pgs. 187 a 207. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

MELLO, Marcelo Mário de. Descobrimo Mário Alves. In: *Revista Brasil Revolucionário* nº 30. pgs. 56 - 60. São Paulo, maio/junho e julho de 2002.

Movimento Nacional de Direitos Humanos. Mário Alves, Presente. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 04. p.42. São Paulo. Fevereiro de 1990.

NASCIMENTO, Cláudio. Mário Alves e a Revolução Anti-Passiva. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 12. pgs.33 - 35. São Paulo. Abril/ Junho de 1993.

OLIVEIRA, Franklin Jr. Anos 60: Ajustando Contas. in *Revista Brasil Revolucionário* nº 22 pgs. 39 - 44. jan./março/1997.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. (posição do PCB sobre invasão da Tchecoslovaquia pela U.R.S.S.). in *Revista Civilização Brasileira*. Caderno Especial nº 3. Tchecoslováquia: Análise dos aspectos Políticos, Econômicos e Culturais da crise de Agosto. Edit. Civil. Brasileira. Rio de Janeiro, setembro de 1968.

PAULA, Antônio Prestes de. Os presos políticos da Bahia, 6 anos depois. In *Revista Brasil Revolucionário* nº 10. Pgs.35 - 38. São Paulo.Maio/ Julho de 1992.

POMAR, Valter e MELLEIRO, Waldeci. Maria Augusta Capistrano (entrevista). In: *Revista Teoria e Debate* nº 23. pg. 48 - 59. São Paulo, dez. 93/jan. e fev. 1994.

POMAR, Valter. Otaviano Alves da Silva (entrevista) In: *Revista Teoria e Debate* nº 24. São Paulo, março/abril/maio 1994.

ROSSI, Clóvis. A Repressão Acusada. In *Revista Isto É* nº115. 07 março de

1979. pgs. 30-36.

SISTER, Sérgio. Fazendo arte na cadeia. In: *Revista Teoria e Debate* nº 27 -. Pg. 52-53. São Paulo, dez 94/jan. e fev.1995.

VENCESLAU, Paulo de Tarso e REIS, Daniel Aarão. Apolônio de Carvalho (entrevista) In: *Revista Teoria e Debate* nº 6 - pgs. 17 - 37. São Paulo, abril/maio/junho/1989.

WEFFORT, Francisco. A Polônia de cada um. In: *Revista Isto É*. 10/09/80. Pgs. 50 - 53.

Autor desconhecido. Mário Alves:Revolucionário e Comunista. in *Revista Brasil Revolucionário* nº 01, Março de 1989.

Autor desconhecido. A Subversão no Presídio. In *Revista Veja* 04/06/69 - pgs. 20/21

Folha de São Paulo, 24/01/90. Jornalista acusa futuro ministro de tê-lo interrogado no DOI-CODI em PE.

Jornal do Brasil, 24/01/90. Ex-presos diz que foi inquirido por Sócrates.

Jornal do Brasil, 25/01/90. Ministério da Aeronáutica. Nota Oficial.

Jornal Folha de São Paulo, 25/01/90. Ministro divulga nota em defesa de Monteiro.

Jornal Em Tempo, de 24/05 a 07/06/84, pg. 11. Minoria impõe monolitismo. Balanço da reunião do Diretório Nacional do PT.

Jornal Movimento nº 223. 08 a 14/10/79, pgs. 8 e 9. Partidos Comunistas.

Jornal Em Tempo, nº 175. 27 a 10/08/83. Diretório Nacional do PT. Alguns avanços e um impasse político.

Jornal Em Tempo, 28/07 a 10/08/83. São Paulo - Articulação dos 113: De volta as idéias "passo a passo".

Revista Isto É, 05/12/79. Os PCs sentam à mesa. pgs. 84 a 90.

Revista Isto É, nº 537. 08/04/87. Longe do ponto final. pgs. 24 a 27.

Revista Isto É, nº 1194. 19/08/92. Na própria carne. pgs. 60/61

Revista Isto É, nº 1421. 15 a 21/12/96. Relatório Bomba. pgs.14/15

Revista Veja, 23/04/86. O Revólver do PCBR. pgs. 20 a 22.

Revista Veja, nº 686. 28/10/81. Trilha aberta: Justiça culpa a União pela morte de Mário Alves.

Revista Veja, 09 de dezembro de 1987, pg. 111. Sentença inédita. TFR condena União pela morte de desaparecido.

Revista Afinal, 22/04/96. PT: A Estrela está no palco. pgs.20 a 26.

Revista Afinal, 21/05/85. Justiça pela metade - ainda falta punir quem matou Mário - pgs. 11 e 12

Folha de Londrina, 24/07/91. Um Paranaense viaja nas memórias do Exílio (entrevista com Beluce Bellucci). p. 6

Jornal Zero Hora, 23/04/95. Série "Os arrependidos" (1). Os 19 órfãos dos anos de chumbo. pgs. 44/45

Jornal Zero Hora, 24/04/95. Série "Os arrependidos" (2). Comandante da VPR renegou a guerrilha. pgs. 56/57.

Jornal Zero Hora, 25/04/95. Série "Os arrependidos" (3). Guerrilheiro elogiou governo Médici. pgs. 4/5.

Jornal Zero Hora, 26/04/95. Série "Os arrependidos" (4). Colega de Lamarca cedeu à tortura. pgs. 4/5.

Jornal Zero Hora, 27/04/95. Série "Os arrependidos" (Final) Herói de guerra abandonou o comunismo. pgs. 4/5

Jornal O Globo, Recife (sem data). Profissionais do terror presos em dois "aparelhos".

Jornal Estado da Guanabara (data ilegível). Arrependidos repudiam o PCBR. (sobre a prisão de Carlos Alberto e Marcelo Mello).

Entrevista em fita VHS com Antônio Prestes de Paula. Final de 2004, Cascavel. Entrevistado por Aparecido Dias.

Entrevista feita com Paulo Pontes dia 08 de abril de 2000 por Sandra Regina Barbosa da Silva, Fábio Carvalho da Hora e Muniz Ferreira, em Salvador/BA

Entrevista feita com Antônio Prestes de Paula, dia 04 de agosto de 2001, por Sandra Regina Barbosa da Silva em Salvador/BA.

REFERÊNCIAS - LISTA DE DOCUMENTOS DO PCBR

Resoluções (Conferência da Mooca) - 1963 (combater o "esquerdismo") – 1 pg.

Depoimento Vitório Sorotiuk para SSP/PR - 11 de agosto de 66 - 11 pgs.

Relatório de nossa atividade no campo/PE, pós de maio de 67 - sem data
3 pgs.

VI Congresso – Conferência Estadual da Guanabara - Junho 1967 (crise PCB) –
34 pgs.

Aos Comunistas Revolucionários de São Paulo (possivelmente fev/março de 68)
Luta interna – crítica ao Agrupamento Comunista de SP que definiu dissolver-se
(grupo Marighella). Assinado pela Comissão Provisória PCBR São Paulo
(possivelmente antes da Resol. de Abril 68).

PCBR - Resolução Política - Abril 68 - I Conferência Nacional - 19 pgs.

Estatutos do PCBR (publicações do PCBR/Nordeste - Agosto 69) - construído em
Abril de 68)

Reencontro Histórico ou simples Mistificação ? (maio de 68) - 12 pgs.

Uma Questão Ideológica - Maio 1968 assinado por CS-3 e CS-2 - (pólo
minoritário) Docum. sobre a crise da AP e defendendo entrada no PCBR - 4 pgs.

Resolução da Comissão Executiva Nacional do PCBR sobre atividades
divisionistas do Comitê Estadual da Guanabara. - junho 1968 - 5 pgs.

A Alternativa Revolucionária - Junho 68 - Assinado por CS-3 e CS-2 (pólo
minoritário) - Racha da AP/GB justificando entrada no PCBR – 7 pgs.

Resolução Política - C.C. do PCBR - Julho de 1968 - 4 pgs.

Os Problemas de Estrutura e a Luta Armada no Brasil (Anotações para um
esboço de esquema) (Jazon) - Nordeste - setembro 1968) - 11 pgs.

Os Ensinamentos de Mao-Tse-Tung e a Guerra Revolucionária no Brasil – Raul
Villa (codinome de Éder Sader) - outubro 68 - 18 pgs.

Integração e Luta - Programa chapa para UEP (Cândido Pinto) e DCE/UFPE
(Carlos Henrique Maranhão) - outubro 68 (eleição direta para as entidades)
- 10 pgs.

Depoimento Elinor Mendes Brito para Min. da Justiça de Curitiba - 11 de out. de
1968 - 3 pgs.

Depoimento de José Reis Garcia para DOPS/PR - 16 de abril de 1969 - 14 pgs.

Guatemala/Guerrilha - Boletim 3 da Luta Armada - Publicações do PCBR Nordeste Junho 69 - 30 pgs.

O Caminho Armado - O Caminho Armado e as Peculiaridades da Realidade Nacional (esboço da linha militar) - publicações do PCBR/NE - junho 69 (o documento é anterior à public.) - 26 pgs.

Para Estudo e Debate Interno - O Caminho Armado e as Peculiaridades da Realidade Nacional (outro formado do doc. militar - algumas notas de rodapé – comparar) - 14 pgs.

Notas (instruções sobre explosivos) - apreendido em S. Paulo - sem data – incompleto - 6 pgs.

Misturas que se pode fazer facilmente em casa (explosivos) - sem data - 5 pgs.

Armas - Variações sobre a utilidade de certas armas - 6 pgs - incompleto – sem data

Notas Provisórias - apreendido em S.P. - material militar - 14 pgs. - sem data

Depoimento de Jorge Medeiros Valle - 9 pgs. - 18/07/69

Raízes Ideológicas de nossos erros - CC - Agosto 69 - 11 pgs.

Sobre a Política de Organização - (agosto de 1969) - 15 pgs.

Resolução sobre a Frente Única - Executiva CC PCBR - Agosto 69

Movimento Luta Estudantil - setembro 69 - Ano I - nº 1 - 1 pg.

Informes (...) político-ideológicos da segurança revolucionária - (apreendido fev. 1970) - 2 pgs.

Depoimento de Nésio Jacques Pereira para S.S. Pública/PR - 10/01/70 – 4 pgs.

Depoimento de Olien Lustoza de Moraes para S.S./PR - 19/01/70 - 3 pgs.

Depoimento de Maria Joaquina Marques Dias ao Exército - 23/02/1970 - 2 pgs.

O Desenvolvimento Capitalista no Brasil - doc. nº 1 - PCBR - Julho70

O Desenvolvimento Capitalista no Brasil - PCBR - (doc. sem data mas produzido em 07/70) - 9 pgs.

Linha de Massas - VI - Resolução julho/70 do CC do PCBR - 20 pgs.

Política de Organização - doc. nº 9 - PCBR julho/70

Documento Nº 9 - política de organização - resolução de julho de 1970 do Comitê Central do PCBR – 12 pgs.

A revolução, o Partido e a Luta de Massas (sem data - possivelmente pertence ao conjunto de textos de julho de 70 - 8 pgs. - incompleto)

Comunicado para o caso de negarem a detenção de Mário Alves (documento preparado para o sequestro do Cônsul em 70 - 11 pgs. - manuscrito a mão)

Comunicado a ser enviado quando do sequestro do cônsul (manuscrito) – sem data– 9 pgs.

Relação de nomes que seriam trocados pelo cônsul americano em Recife - 1970

Considerações sobre o documento da AP. "Mais uma vez a Ditadura tenta encobrir seu verdadeiro caráter com a (.....) das eleições". Restritas à Campanha do Voto Nulo - Outubro 70 CR - PCBR/NE

Circular de 03/12/70 (apreendido em São Paulo - orientando militantes a comportarem-se dentro de uma fase de recuo político) - 1 pg.

Sugestões à Direção Nacional sobre o balanço da nossa prática (manuscrito a mão – sem data, apreendido em S. Paulo em 1970) - 8 pgs.

Atualidade das Idéias de Lênin - (extraído da Classe Operária nº 40 - abril/70)

Assistência - sem data - 10 pgs (difícil de ler - apagado em partes) – apreendido em PE em 70

Política de Organização (parte ilegível - sem data- apreendido em 70) - 15 pgs.

Raízes ideológicas dos nossos erros (apreendido em SP, em 70) manuscrito a mão – 21 pgs.

Circular (resolução de Confer. Nacional) - (apreendido em 70 - sem data) - 4 pgs.

Os Princípios do Partido Marxista Leninista (apreendido em fev. 70 em S.Paulo) – 11 pgs.

O P. no R.(apreendido em Natal, 1970) - sem data - 2 pgs.

Documento sobre voto nulo - CC PCBR- Out. 70 - 2 pgs.

A luta contra os desvios de direita e de esquerda - (apreendido em 12/70 – Apucarana/PR - 3 pgs.

Carta manusc. de José Gervino Saraiva Maia (arrepido) ao Min. da Aeronautica - 05/07/71 - 6 pgs.

A Vitória de um Terrorista - Mensagem aos Jovens - carta de "arrependimento" de José Gersino Saraiva Maia e documentação das forças militares sobre o caso - julho 1971 - 11 pgs.

Pueblo/Poder - Santiago de Chile/Octubre/1971 (publ. dos exilados do PCBR no Chile) - 24 pgs.

Teses de Janeiro - resoluções da reunião de janeiro de 1972 -

III - A Reconstrução em Novas Bases - Documento de agosto de 73 – PCBR- capítulo III - 24 pgs.

Depoimento de Arno André Giesen - 14 de outubro de 1975.

O Esvaziamento do Voto Nulo - 6 pgs. - (sem data - pós 74, possivelmente 76)

O Doutrinarismo de Direita e a Participação no Parlamento Ditatorial - 4 pgs. (pós 74 e possivelmente visando ao debate das eleições de 76 - resposta ao texto "O Esvaziamento do voto nulo").

O Momento Político em que se dão as Eleições - 4 pgs. - pós 76 (possivelmente rascunho do documento 52)

O Momento em que se dão as Eleições - 20 pgs. - S. Paulo, Julho 78

A crise atual e como superá-la - 1ª parte - jan. 1979 - 3 fls.

A crise atual e como superá-la - 2ª parte - (continuidade - 9 pgs.)

Ficha corrida de Rosa Maria Viana de Castro - 1 pg. - última data 30/10/79

A Situação Nacional e a Construção do Partido dos Trabalhadores - março 1980 (avaliação sobre o debate em torno da criação do PT) - 50 pgs.

O Comunista Revolucionário - nº especial - II Congresso Nacional PCBR –

Resolução - Porque lutam os Comunistas Revolucionários - sem data - 11 pgs.

O Comunista Revolucionário - nº especial - II Congresso Nacional PCBR – Resolução parte 3 – O Caminho da Revolução Brasileira passa por uma Guerra Popular Prolongada - sem data - 10 pgs.

O que querem os Comunistas Revolucionários - (resol. II Congr. - pós 78) 16 pgs.

Caderno Brasil Revolucionário nº 1 - março/abril 1983 - 72 pgs.

A Questão Internacional - outubro 1985 - 3 pgs.

A Questão das Finanças - após assalto à Bahia - 4 pgs.

Relatório do IIIº Seminário (após episódio da Bahia) sem data - 6 pgs.

DOCUMENTOS DO PCBR (FALTA IDENTIFICAR DATA)

Balanço da Periclitante situação do BR (manuscrito) análise dos erros em uma operação militar - 3 pgs.

Roteiro para controle. - sem data - anotações - 3 pgs.

Esclarecimento aos militantes, aos aliados, aos revolucionários, às pessoas de esquerda em geral sobre o comportamento de um ex militante do partido. – PCBR/NE- 6 pgs. (sem data).

Ata da Reunião do Comitê Regional - Nordeste do PCBR - 2 pgs. - sem data – Incompleto.

A Construção do Socialismo: poder proletário e poder popular - texto teórico – sem data - 12 pgs.

Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores - Seminário – sem data - 5 pgs.

A Vanguarda Armada nas Cidades (um roteiro para a ação) - 11 pgs. (não sei se é do PCBR, fala em "reestruturação das UCs, DI e "João Lucas Alves" e "Severino Viana".

Alguns Conceitos da Tática e Estratégia da Guerra Revolucionária e Guerrilha Urbana (do ponto de vista da sua dimensão militar - 16 pgs.

O Partido Marxista-Leninista e o conceito de Militante - 4 pgs.

Autocrítica - CZ - 7 - sem data - 10 pgs.

Orientação básica para o encaminhamento da Luta Armada (Esboço de política de organização e delineamento do caminho armado) - sem data - 7 pgs.

Os princípios fora do lugar - Gaspar - sem data - (pós 77) - 6 pgs.

Resolução do CC sobre o trabalho militar (sem data - 2 pgs.)

Carta de preso político à organização - Recife, 18/10/7_ (possivelmente Nancy Mangabeira).

Por um partido marxista-leninista (sem data - 5 pgs.)

Teses sobre a construção do Partido Revolucionário (sem data - 4 pgs.)

Documento sem rosto de capa e sem título - incompleto - sem data - 16 pgs.)

O Caráter da Revolução Brasileira - sem data - 17 pgs.)

O Adiamento do Encontro Nacional - sem data - 27 pgs.)

Caminho e Caráter da Revolução Brasileira (E.M.) - (sem data - 14 pgs.

Política de Organização - O Balanço da Reconstrução. - 3 pgs. - sem data

Relatório da Reunião do Núcleo - A importância do NE na construção do projeto socialista - 6 pgs. - (sem data).

O Caminho Armado e as peculiaridades da realidade nacional - 30 pgs.

Emancipação da Mulher – texto introdutório do PCBR e texto de Samora Machel de 1972 – mimeo.

O Programa da Revolução Popular – FREP – mimeo. – sem data

CARTAS PESSOAIS APREENDIDAS PELA REPRESSÃO (manuscritos)

Para B b, amiga querida - de Mq (abril/69)

Para Amigo Baixinho - de Lidia (31/08/68)

Para Minha filhinha - de Mago (sem data)

Para Renata - sem remetente e sem data

Para Soninha - de Marquinho (18/01/68)

Para Tomás - de Paula (sem data)

Para Tânia - de Sílvia (1970)

Para Mago - sem remetente e data - Recife)

Para Baixo e Paula - de Daniel (1970)

Para Amor - assinatura não identificada - 1970

Para Meu amor - sem assinatura (16/06/70)

Para Amor - de Eu (22/06/70)

Para Companheira, irmã, amiga, amada - de Eu (26/06/70)

sem identificações (16/01/71)

sem identificações e sem data (mesma letra da carta 14)

sem identificações (dia 23 ?)

JORNAIS DO PCBR (MIMEOGRAFADOS)

Luta de Classes - Ano I - nº 1 - outubro 68 - Comitê Estadual PE/PCBR
(pronunciamento sobre a invasão à Tchecoslováquia) - 8 pgs.

Luta de Classes - Ano II - nº 4 - Agosto 69 - (reprod. de docum. internos) - 29 pgs.

Luta de Classes - Ano III - nº 5 - Julho 1970 - 11 pgs.

O Trabalhador - Ano I - nº 1 - Janeiro 1968 - Pernambuco - 4 pgs. (jornal de massas).

O Trabalhador - Ano I - nº 2 - Agosto 1968 - Pernambuco - 5 pgs. (jornal de massas).

O Trabalhador - Ano ?- nº 4 - ?????? 1969 - Pernambuco- 4 pgs. (jornal de massas).

O Trabalhador - Ano II - nº 5 - (sem data) - Pernambuco - 5 pgs. (jornal de massas).

O Trabalhador - Ano II - nº 6 - 1969 - Pernambuco - 4 pgs. (jornal de massas).

O Isqueiro -Ano 3 - nº 40 (órgão do CE da GB do PCBRevolucionário) - 6 pgs. (junho 68).

O Isqueiro - Ano 3 - nº 41 (órgão do CE da GB do PCBRevolucionário) - 6 pgs. (julho 68).

O Isqueiro - Ano 3 - nº 42 (órgão do CE da GB do PCBRevolucionário - 8 pgs.

O Isqueiro - (não dá para identificar data e nº) - 9 pgs.

O Isqueiro (edição extra) - junho 1968 - Um Reencontro Histórico - Rio, 09/06/68 – 16 pgs.

O Isqueiro Proletário (extra) - órgão do CE da Maioria Revol. da GB - PCB – agosto 68 - 4 pgs.

Vanguarda - Maio 71 - PCBR/Nordeste - 10 pgs.

Vanguarda - Ano II - nº ? - 1972 - 10 pgs.

Vanguarda - CC PCBR - apreendido em outubro de 69 em S.Paulo - 11 pgs.

Luta - Ano I - nº 2 - 1968 - 2 pgs.

Seara Vermelha - Rio – julho/68 (CZ-1 da MR do PCB) (não ficaram na cisão) – 4 pgs.

Luta Estudantil - nº 1 - novembro 1970 - Núcleo de Luta Estudantil de Pernambuco – 8 pgs.

O Companheiro - nº 7 - maio /69 - (jornal de massas - não identificada origem) – 4 pgs.

Por onde Começar - Ano I - nº 3 (não identif. - apreendido – Rio/68 – documento interno) – 8 pgs.

Resistência Popular - Ano I - nº 1 - dez/69 (Frente Revol. Popular/PCBR – 2 pgs.

Resistência Popular – nº 3 – Fev./março/1977 (mimeo. – 10 pgs.).

A Luta - nº 6 - set./68 - (órgão dos Comunistas Revolucionários) - 12 pgs.

Novos Rumos - Ano I - nº 1 - Resol. Pol. Conf. Nacional PCBR (CE/PE) – sem data – 12 pgs.

LOCAIS ONDE OS DOCUMENTOS FORAM COLETADOS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DOPS DE PERNAMBUCO

ARQUIVO NUNCA MAIS – UNICAMP

DOCUMENTOS COLETADOS JUNTO A EX-MILITANTES

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RN

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/SP

PESSOAS ENTREVISTADAS PARA A PESQUISA SOBRE O PCBR

Aldemir Lemos	Natal/RN
Álvaro Caldas	Rio de Janeiro/RJ
Allan Kardek	Goiânia/GO
Antônio Prestes de Paula	Salvador/BA
Apolônio de Carvalho	Rio de Janeiro/RJ
Bacurau	Goiânia/GO
Bruno Maranhão	São Paulo/SP
Carlos Alberto Franck	Pelotas/RS
Carlos Alberto Soares	Recife/PE
Claudio Gurgel	Niterói/RJ
Claudio Nascimento	Florianópolis/SC
Elinor Brito	Rio de Janeiro/RJ
Francisco de Assis	Recife/PE
Irapuã Fernandes Rocha	Natal/RN
Jacob Gorender	São Paulo/SP
José dos Reis Garcia	Blumenau/SC
Juliano Siqueira	Natal/RN
Lúcia Alves	Niterói/RJ
Luciano de Almeida	Natal/RN
Marcelo Mário de Mello	Recife/PE
Mirna	Goiânia/GO
Paulo Farias	Goiânia/GO
Paulo Pontes	Salvador/BA
Renato Afonso de Carvalho	Salvador/BA

Renée de Carvalho

Rio de Janeiro/RJ

Susana Maranhão

São Paulo/SP

Vitório Sorotiuk

Curitiba/PR

Walmir Barbosa

Goiânia/GO

Sérgio Sister

São Paulo/SP

Luis Alves

Natal/RN

ANEXOS

ANEXO I - Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia

1 – A invasão da Tchecoslováquia por cinco países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, é um ato de agressão que atenta contra os princípios do marxismo-leninismo e viola as relações de independência e igualdade entre os Estados socialistas.

O motivo básico alegado para justificar a invasão armada – defesa das conquistas do socialismo ameaçadas por uma contra-revolução – foi amplamente desmentido pelos fatos. Em vez de receberem apoio da classe operária tchecoslovaca, as tropas invasoras enfrentaram a repulsa unânime e dramática dos trabalhadores e do povo. Embora houvesse, realmente, na Tchecoslováquia, uma intensificação da atividade de setores reacionários e revisionistas, a classe operária não sentiu qualquer ameaça iminente, de origem interna ou externa, ao regime socialista – sendo, portanto, inteiramente injustificável a intervenção militar.

Na realidade, a violação da soberania do povo Tchecoslovaco foi ditada apenas pelos interesses do grupo dirigente burocrático da URSS e de outros países. A intervenção fêz-se para garantir o Poder aos elementos que haviam sido alijados do govêrno e serviam de instrumentos servis ao governo soviético. Ao determinarem a ocupação da Tchecoslováquia, êstes revelam, mais uma vez, sua concepção “chauvinista” de grande potência, alheia ao marxismo-leninismo.

Este ato de força atenta, assim, brutalmente, contra as justas relações entre Estados e povos socialistas, desfigurando a essência do socialismo como sistema político e social. Ao mesmo tempo, serve de estímulo aos planos imperialistas contra a independência e o direito de autodeterminação dos povos, em todo o mundo.

2 – A condenação veemente a esta ação agressiva não implica em qualquer solidariedade às tendências revisionistas e anti-socialistas que realmente grassam na Tchecoslováquia.

O movimento desencadeado contra as deformações de caráter burocrático e dogmático, representadas por Novetny e seu grupo, é legítimo na medida em que reflete as aspirações dos trabalhadores e do povo da Tchecoslováquia a uma verdadeira democracia socialista. No bôjo deste movimento, afloraram, entretanto, com força, posições oportunistas e reacionárias, ameaças à ditadura do proletariado; ao papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda.

A denúncia enérgica destas posições hostis ao socialismo e luta intransigente contra o liberalismo burguês eram e continuam a ser um dever irrecusável dos comunistas tchecos e eslovacos. Esta luta em defesa do Estado proletário na Tchecoslováquia deve, ainda, sem dúvida, contar com o apoio decidido de todos os governos socialistas e de todos os partidos Comunistas.

A invasão militar do Pacto de Varsóvia, no entanto, longe de solucionar o problema, contribui para torná-lo mais grave: sobretudo por que se faz em defesa de deformações burocráticas cuja existência constitui o estímulo principal às tendências anti-socialistas e revisionistas. O combate a tais tendências, nos países socialistas, só pode lograr êxito, se igualmente, forem superadas as concepções herdadas da época de Stálin.

Depois de toda a trágica experiência vivida pela URSS e outros países socialistas, não pode ter reconhecimento um socialismo em que as massas trabalhadoras não participem efetivamente do Poder, não tem liberdade de expressão e não exercem o direito de crítica.

O socialismo na Tchecoslováquia não pode ser defendido nem mantido por uma intervenção militar. Sua solidez depende do apoio da classe operária – e só terá este apoio se os trabalhadores o sentirem como uma conquista sua, não como uma imposição de origem interna ou externa.

3 – A alegação dos dirigentes soviéticos de que intervêm na Tchecoslováquia em defesa do sistema socialista e dos princípios marxistas-leninistas é uma explicação hipócrita.

Com efeito, cabe aos atuais líderes da URSS a responsabilidade histórica pelos maiores atentados cometidos contra o socialismo e os princípios revolucionários da classe operária. Os acontecimentos da Tchecoslováquia tem sua raiz e sua causa profunda nas desfigurações do marxismo-leninismo praticado pelos dirigentes soviéticos, quer se trate dos desvios dogmáticos e burocráticos herdados da época de Stálin – e conservados, no essencial, pela equipe de Brejnev e Kosiguin – quer das concepções revisionistas e oportunistas vigentes a partir do XX Congresso do PCUS.

Quando acusam os dirigentes tchecoslovacos de dividirem o campo socialista, os líderes soviéticos não podem ocultar a evidência de que são os maiores culpados por essa divisão – devido à sua conduta “chauvinista” de grande potência. Recriminam os tchecoslovacos por seus planos de aproximação com os países capitalistas, enquanto são eles – os dirigentes soviéticos – que propugnam a política de apaziguamento e conciliação com o imperialismo norte-americano. Censuram os tchecoslovacos pelo estreitamento das relações econômicas com os países ocidentais, mas são eles – os dirigentes soviéticos – que prestam ajuda técnica e financeira a ditaduras antipopulares, como a do Brasil.

A conduta do atual governo soviético é marcada pela tentativa de subordinar o movimento revolucionário mundial às conveniências da política externa oportunista da URSS. Sua concepção anti-leninista da coexistência pacífica é orientada para conchavos e concessões sem princípios aos imperialistas, sendo sua expressão mais evidente o condomínio soviético-americano da energia nuclear. Sua pretensa política de defesa da paz é uma tentativa de manter o status quo, em detrimento da luta revolucionária – e contribui para a desmobilização dos povos em face do imperialismo.

Que crédito merecem, pois, os dirigentes soviéticos, ao se apresentarem como defensores do socialismo e do marxismo-leninismo?

4 – Surgido da luta contra o revisionismo, o oportunismo e o burocratismo, o PCBR chama seus militantes a, juntamente com outras forças revolucionárias, levantar bem alto a bandeira do Socialismo, como expressão real da libertação do Homem e de uma sociedade onde existe a fraternidade entre os povos. A prática efetiva do internacionalismo proletário – exigência fundamental de nossa concepção do mundo – implica na existência de relações baseadas na independência, na ajuda crítica e na colaboração entre os partidos marxistas-leninistas e os Estados socialistas.

A invasão militar na Tchecoslováquia por cinco países socialistas é um fato de maior gravidade. Coloca ante cada Partido Comunista e cada militante revolucionário o dever de lutar intransigentemente em defesa do marxismo-leninismo, contra as concepções que tendem a desfigurá-lo e a substituí-lo pela mistificação revisionista.

Agosto, 1968 - A Comissão Executiva do Comitê Central do PCBR

ANEXO II - A ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DA MASSA (OIMs)

As organizações de vanguarda, para dirigirem o trabalho de massas, além de contarem com os seus próprios militantes, apoiam-se nos ativistas, que são a parcela mais avançada da massa. Entre os ativistas, constitui-se a rede de aliados das organizações de vanguarda e são selecionados os elementos para o recrutamento. Não há nem pode haver trabalho de massas contínuo sem esses dois elementos: a organização de vanguarda e o grupo de ativistas. A organização de vanguarda em determinado local de trabalho ou estudo, muitas vezes só possui um ou dois militantes – ou não possui nenhum. Para encaminhar o trabalho de massas neste local, terá que influenciar de início um grupo reduzido de ativistas, esclarecendo-os sobre as tarefas mais imediatas e orientando sua prática. Quando o grupo de ativistas se amplia, no desenvolvimento da prática, a organização se fortalece – unifica mais ativistas em torno da sua orientação para o trabalho específico, amplia a sua rede de aliados, faz recrutamentos. Desenvolve-se o trabalho de massas.

A ligação organização de vanguarda/ativistas/massa torna-se mais fácil, nas fases de liberdade política e de ascenso do movimento de massas: a faixa de trabalho legal é maior; o contato com a massa é mais direto; a repressão e o medo coletivo são menores; a existência do movimento de massas em desenvolvimento é um fator espontâneo de estímulo à organização da massa; em cada setor existe já uma liderança central, incorporando ativistas nos locais onde ainda não existem representantes das organizações de vanguarda nem movimento de massa organizado.

Nas fases de repressão de descenso, o contato vanguarda/ativistas/massa se dificulta; a faixa de trabalho legal é muito limitada; o contato com a massa é mais difícil e depende mais da rede de ativistas. É grande o medo coletivo; não existe movimento de massas em desenvolvimento como fator espontâneo de estímulo à mobilização de massa e dos ativistas em cada local.

Nos locais onde não existem elementos organizados nem ativistas, todo trabalho de massas depende de um mínimo de organização anterior, que se desenvolve no nível das parcelas avançadas, um trabalho entre “as cabeças”; um trabalho que consiste em formar a espinha dorsal para se atingir a grande massa. Quanto mais se aguça a militarização e a repressão, mais o fator organização cresce de importância no movimento de massas, mais o espontâneo perde terreno mais o trabalho de massas depende do núcleo dos elementos avançados.

No Brasil, o militarismo e a repressão recaem sobre o movimento revolucionário e as massas. Os *sindicatos* foram transformados em desdobramentos do aparelho de Estado ou em inofensivas entidades assistencialistas, invadidas por policiais, pelegos e reformistas. Nestas condições, para se mobilizar as massas na luta pelas suas reivindicações, a primeira condição é se possuir uma estrutura clandestina em cada local de trabalho ou estudo, formada pelos ativistas.

No Brasil, o movimento de massas só pode se organizar e se desenvolver a partir da força de massa que possua em cada local de trabalho ou estudo. Os movimentos gerais, abrangendo todo um setor ou parte dele, só poderão surgir se houver organização em pelo menos algumas unidades que compõem o conjunto do setor – fábricas, engenhos, fazendas, bancos, faculdades, colégios, etc...

A OIM – organização independente de massa – congrega os ativistas, os elementos avançados, em quem normalmente se apóia o trabalho das organizações de vanguarda e que são a base do dinamismo inicial do movimento de massas. Em cada local de trabalho e estudo, os elementos avançados, organizados por seções de fábrica, por engenho e por sala de aula, constituirão a base orgânica que permitirá ao movimento de massas violentar o sistema militar vigente e se reestruturar.

A OIM inspira-se historicamente nas lutas travadas pelo proletariado na defesa do direito da livre associação. Noutras épocas as massas se organizaram nos sindicatos ilegais, contrariando as proibições burguesas. Hoje retoma-se a tradição repudiando-se os sindicatos fantasmas e organizando-se as OIMs.

A OIM é uma organização sindical ilegal, característica dos países onde predomina o sistema militarista. É a escolha do caminho da luta, em lugar da conformação cabisbaixa com as imposições da burguesia. A OIM é a síntese das experiências do movimento estudantil e das experiências operárias de Osasco e Minas. É o salto de qualidade e a autocrítica do movimento revolucionário no relacionamento com as parcelas avançadas da massa.

A OIM é a única forma de se fazer frente ao nível da repressão e de se superar o espontaneísmo que vem caracterizando o trabalho de massas no Brasil – e que é o responsável pelos constantes e desmoralizantes recuos.

Em cada classe, categoria ou camadas, a OIM congrega os elementos que se dispõem a reivindicar e lutar ilegalmente pelos seus interesses específicos, a partir dos seguintes aspectos:

- Luta contra a repressão no setor;

- Luta contra o aspecto econômico ou reivindicativo central (arrocho salarial, entre os operários; cumprimento das leis trabalhistas, entre os assalariados agrícolas; política educacional, entre os estudantes);
- Oposição aos pelegos;
- Organização de greves ilegais;
- Organização da autodefesa.

Estes são critérios para organização dos ativistas. E não se deve confundir a natural dificuldade em encontrar tais ativistas com a sua pretensa inexistência. Eles existem em todas as classes e camadas exploradas e oprimidas e estão dispostos a se organizar dentro destas perspectivas. São encontrados, ou entre elementos que já atuaram antes ou depois de 1964, ou foram influenciados pelas lutas de massa de 1967/68 e pelo desenvolvimento das ações armadas, ou que surgem, naturalmente, como resposta à exploração e a opressão. São elementos avançados da massa, revoltados com a ditadura, e a partir dos quais se irradiará a organização das massas e a retomada das suas lutas.

A OIM tem um caráter sindical. Representa o sindicalismo revolucionário nas condições do Regime militarista. *É uma organização de massa ilegal.* Não deve ser confundida com os núcleos para-partidários ou núcleos de frente única. Tal confusão a estreitaria como *organização de ativistas* e revelaria um gritante sectarismo.

As OIMs não devem ser confundidas com as formas de organização momentâneas (Comando de Greve, Comissões Específicas). Tais organizações surgem numa mobilização e desaparecem na sua culminância. A OIM é uma organização constante, não momentânea, baseada nas parcelas avançadas. É

mais estreita – é necessário que o seja – e deve-se lutar para que se mantenha sempre assim.

A OIM não é uma organização semi-legal. Tais entidades só existem, ou quando se apóiam em resquícios da legalidade burguesa, ou como reflexo do boicote à legalidade vigente nas épocas de ascenso: são as comissões para diversos fins, os comandos de greve, etc... que não são reconhecidas por lei, mas funcionam abertamente, apoiados na organização e na iniciativa das massas. Trata-se da legalidade de fato: a legalidade para a massa, conquistada à força, no fogo da luta contra a ditadura. Numa época de descenso como a que vivemos, falar em *organizações semi-legais* é admitir que elas poderiam existir a partir de já, sob os olhares complacentes da ditadura – o que é um grosseiro desvio de direita. Atualmente, só existem as entidades legais – os sindicatos pelegos, os grêmios e diretórios amordaçados – e as ilegais, as OIMs. O avanço da luta revolucionária poderá levar ao funcionamento semi-legal das organizações ilegais atualmente existentes, ou de outras que surjam. Mais isso é uma questão de futuro. E não se pode no presente organizar as massas com as formas de organização do futuro.

As alterações institucionais e repressivas impõem ao movimento revolucionário a adotar novas formas de organização que expressam a relação vanguarda/ativistas/massas dentro das novas condições do momento. Todo o conservadorismo e todo o sectarismo neste sentido, só fazem atrasar o processo de mobilização da massa na defesa dos seus interesses e retardar o ritmo do movimento revolucionário.

A OIM é o núcleo-base do sindicalismo revolucionário renovado, que não respeita a legislação ditatorial nem seus sindicatos fantasmas. Como será a

organização mais ampla do movimento sindical revolucionário – a direção dentro de um mesmo local dos diversos núcleos da OIM, entre diversas OIMs, a coordenação destas coordenações – é um problema para o qual os revolucionários devem estar alertas. Mas somente o desenvolvimento da prática poderá esclarecê-los. A persistência na organização da OIM e a justa posição diante dos sindicatos pelegos são as bases que asseguram a justeza dos futuros detalhamentos.

Atualmente, a principalidade do trabalho de massas deve ser a organização das OIMs em cada local de trabalho e estudo; a elaboração de *programas mínimos*, em nível de massa, dentro dos critérios da OIM; o início do trabalho de agitação ilegal; a preparação das primeiras batalhas reivindicatórias; a formação de militantes em cada setor de classe.

(in *Linha de Massas*, 1970, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)

ANEXO III

CODINOMES DE DIRIGENTES E MILITANTES DO PCBR

MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA	- MARTINS SILVA/VILA
APOLÔNIO DE CARVALHO	- ALCEU LIMA
JACOB GORENDER	- SABINO GONÇALVES ³
MIGUEL BATISTA DOS SANTOS	- RODRIGO
BRUNO C. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO-	TIÃO/AUGUSTO ⁴
BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA	- LEOPOLDO/AFONSO/VITÓRIO
JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA	- JULIO SILVA
ALBERTO VINICIUS MELLO DO NASCIMENTO	- XANHA/VITOR/OLAVO
SALATIEL TEIXEIRA ROLIM	- ROBERTO PENAFORTE
GETÚLIO CABRAL	- ARTUR/CAMILO/GOGÓ
LINCOLN BICALHO ROQUE	- ROQUE
NICOLAU TOLENTINO A. DOS SANTOS	- JASON
JOSÉ CORRÊA FILHO	- JURANDIR (motorista CC)
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE	- ZITO/TOMÁS
VERA MARIA ROCHA PEREIRA	- TÂNIA (esposa de Mário Miranda)
ÂNGELA CAMARGO SEIXAS	- WALKIRIA
ÁLVARO MACHADO CALDAS	- ARMANDO
FRANCISCA ABIGAIL B. PARANHOS	- CAROLINA/ADALGISA
SÉRGIO SISTER	- BATISTA/CARLOS
FERNANDO AUGUSTO V. DA FONSECA	- SANDÁLIA/COMPRIDO
MARCELO MÁRIO DE MELLO	- MOREIRA

³ Segundo dados dos órgãos de informação, Jacob Gorender também utilizava identidade falsa com os nomes: Walter Arnold Weber e Geraldo Heller Fernandes.

LUCIANO ALMEIDA	- JANOTA0/LUCAS
ARMANDO FRUTUOSO	- JUCA
RENÉ LOUIS DE CARVALHO	- WALTER/ORLANDO
PAULO GUILHAIN	- VICENTE (direção em 70)
PAULO SÉRGIO GRAMADO PARANHOS	- TOPO GIGIO ⁵
NANCY UNGER MANGABEIRA	- PAULA/ANDRÉA/JOANA/CRISTINA
CLAUDIO GURGEL	- CONRADO/LORENA/BRENO
EDMILSON VITORINO	- FRANCISCO CARIRI
JOSÉ GERSINO SARAIVA MAIA	- RIVELINO/RIVA
ANATÁLIA ALVES	- TÂNIA
LUIS ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES	- CARECA/BEBETO/OTÁVIO
FRANCISCO DE ASSIS B. DA ROCHA FILHO	- MAGO/DANIEL/RICARDO
CARLOS ALBERTO SOARES R DE SOUSA	- TOINHO/VITOR
PAULO PRESTES DE PAULA	- ARQUIMEDES
AVELINO CAPITANI	- RUBENS ⁶
JOSÉ ADEILDO RAMOS	- GARCIA/LINO
ROSA MARIA VIANA DE CASTRO	- ROSINHA
MARIA JOAQUINA MARQUES DIAS	- QUININHA
RAMIRES MARANHÃO DO VALE	- MAGO/CRISTO/MAGRO
ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA	- OTÁVIO
VITORINO ALVES MOITINHO	- BRANCO/DOIDO
RANÚSIA ALVES RODRIGUES	- FLORINDA/MAGA/MAGRA

⁴ Augusto era o codinome que Bruno utilizava na França, e Tião no Comitê Central.

⁵ Paulo Paranhos era conhecido no Comitê Central como Topo Gigio, embora no livro de Álvaro Caldas, *Tirando o Capuz*, Paulo apareça com o codinome de Vicente (o primeiro preso após o assalto ao banco Soto Maior).

JOSÉ BARTOLOMEU R. DE SOUZA	- TROPI/NEGO/TROPICALISTA
JOSÉ SILTON PINHEIRO	- GAMELEIRA
PAULO PONTES DA SILVA	-NATANAEL/AFONSO
LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES	- LURDINHA/GORDINHA
VALDIR SALES SABÓIA	- ARNALDO
DIRCEU RÉGIS	- POETA
NATUR DE ASSIS FILHO	- MARIC
IRAPUÃN FERNANDES ROCHA	- TAKA HIROSHIMA
PAULO DE ALMEIDA AMARAL	- KID
SUSANA MARANHÃO	- SÍLVIA (no exterior)
RENATO AFONSO DE CARVALHO	- JOEL
CLAUDIO NASCIMENTO	- TIPO
RUBENS LEMOS	- EDSON DA SILVA NEVES
	- TULIO LINS MONTEIRO ⁷
LUIS ALVES NETO	- LUCAS/MAIA
VIVALDO DANTAS	- VALFREDO
CÂNDIDO PINTO DE MELO	- BICUDO/HILTON
ELINOR MENDES BRITO	- SAUL/ROCHA/MOISÉS ⁸
SELEDINO NUNES DE OLIVEIRA	- ZÉ MARIA (preso no PR)
MANOEL JACINTO CORREIA	- MARECHAL/JM/FERNANDO ⁹
ARNO GIESEN	- SOUZA/CARLOS
HENRIQUE ROBERTI SOBRNHO	- ANDRÉ

⁶ Capitani não chegou a ser orgânico do PCBR, mas como participou de operações conjuntas, optamos por colocar seu nome e codinome

⁷ Túlio era o nome que Rubens utilizava no exterior, enquanto Edson era a identidade dentro do Brasil

⁸ Segundo dados da repressão, Elinor também usava no Paraná a identidade de Valter Rubem Limdyer.

⁹ Fernando era o codinome de Manoel no CC e os outros codinomes ele utilizava na região (Paraná)

OLIEN LUSTOZA DE MORAES	- PIRIRI/PI (preso no PR)
EDINALDO MIRANDA DE OLIVEIRA	- JOSÉ (preso em Recife)
MARIA DALVA LEITE DE CASTRO	- ADRIANA (presa na GB)
MARCO ANTÔNIO MARANHÃO COSTA	- ERNANI (preso no Rio)
SÔNIA HINDS DE OLIVEIRA	- MÁRCIA
RAUL DE CARVALHO	- ORLANDO
MARCELO NOGUEIRA DA CRUZ	- HORÁCIO
ISABEL GUIMARÃES DE ABREU	- MÔNICA
AUGUSTO H. M. D`AURELIE OLIVIER	- ÁLVARO
SUELI CALDAS	- CATARINA
LAÉRCIO DE FIGUEIREDO SOUTO MAIOR	- PROFESSOR
LICÍNIO LIMA	- ARRUDA
RÔMULO ARAÚJO LIMA	- BORDIGA
JUVÊNCIO BATISTA DOS SANTOS	- MARANHÃO
FREDERICO JOSÉ MENEZES DE OLIVEIRA	- FRED/CRISPIM
CARLOS HENRIQUE LEAL NASCIMENTO	- RAUL
ADILSON ODAIR CITELLI	- PENINHA ¹⁰

¹⁰ Muitos militantes se utilizaram de mais de um codinome para despistar melhor a repressão

ANEXO IV

RELAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS CENTRAIS DO PCBR

PRIMEIRO COMITÊ CENTRAL (identificados)

APOLÔNIO DE CARVALHO	- SECRETÁRIO POLÍTICO
MÁRIO ALVES	- SECRETÁRIO DE ORGAN.
JACOB GORENDER	- SEC. AGITAÇÃO E PROP.
MIGUEL BATISTA	- Comissão Política
JAIR (carioca - codinome)	- Comissão Política
JOVER TELLES	- Comissão Política
Única mulher – não identificada	- HILDA (func. Pública Rio)
SALATIEL TEIXEIRA ROLIM	- DIREÇÃO (RJ)
AUGUSTO HENRIQUE M. OLIVIER	- DIREÇÃO
BRUNO MARANHÃO	- DIREÇÃO (PE)
NICOLAU TOLENTINO (JASON)	- DIREÇÃO
RÔMULO SILVA (BORDIGA)	- DIREÇÃO (PB)
ARMANDO FRUTUOSO	- DIREÇÃO
LINCOLN BICALHO ROQUE	- DIREÇÃO
MANOEL JACINTO CORRÊA	- DIREÇÃO (PR)

SEGUNDO COMITÊ CENTRAL (identificados)

MÁRIO ALVES	- SECRETÁRIO POLÍTICO
APOLÔNIO DE CARVALHO	- SECRETÁRIO DE ORGAN.

NICOLAU TOLENTINO	- SEC. AGITAÇÃO E PROP.
RENÉ CARVALHO	- DIREÇÃO
MIGUEL BATISTA	- Comissão Política
JAIR (codinome)	- Comissão Política
LUCIANO DE ALMEIDA	- DIREÇÃO
SALATIEL TEIXEIRA ROLIM	- DIREÇÃO
BRUNO MARANHÃO	- DIREÇÃO
GETÚLIO DE OLIVEIRA CABRAL	- DIREÇÃO
JULIANO SIQUEIRA	- DIREÇÃO
MARCELO MÁRIO DE MELLO	- DIREÇÃO
JACOB GORENDER	- DIREÇÃO
ALBERTO VINICIUS DE M. NASCIMENTO	- DIREÇÃO
RÔMULO/BORDIGA	- DIREÇÃO

ANEXO V
MILITANTES DO PCBR ASSASSINADOS

Marco Antônio da Silva Lima	- 14/01/70
Mário Alves de Souza Vieira	- 16/01/70
Odijas Carvalho de Souza (Maria Farinha/PE)	- 30/01/71
Miriam Lopes Verbena (perto Caruaru/PE – acidente	- 08/03/72
Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides (c/ Miriam)	- 08/03/72
Ezequias Bezerra da Rocha *	- 11/03/72
Fernando Augusto da Fonseca (Sandália/preso em Recife)	- 29/12/72
Valdir Sales Sabóia	- 29/12/72
Lourdes Maria Wanderley Pontes	- 29/12/72
José Silton Pinheiro	- 29/12/72
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	- 29/12/72
Getúlio de Oliveira Cabral	- 29/12/72
Anatália de Souza Alves de Mello	- 22/01/73
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano **	- 13/09/73
Vitorino Alves Moitinho (morto no Rio)	- 27/10/73
Ramires Maranhão do Vale	- 27/10/73
Ranússia Alves Rodrigues	- 27/10/73
Almir Custódio de Lima	- 27/10/73

* Ezequias não era militante do PCBR. Foi assassinado porque teria emprestado o carro em que viajavam Luiz Andrade de Sá Benevides e Miriam Lopes

Verbena quando sofreram o acidente ainda não bem explicado.

** É preso dia 13/09/73 no Chile e nunca mais a família teve notícias suas.

As datas das mortes referem-se às informações oficiais, sendo que em alguns casos os militantes já estavam mortos e foram colocados em locais previamente preparados para criar a justificativa de que foram mortos em tiroteio.

ANEXO VI

ÀS MULHERES BRASILEIRAS

“Alertamos as nossas companheiras para o fato de que a emancipação das mulheres está intimamente vinculada ao cumprimento das tarefas básicas da libertação dos povos oprimidos e explorados. Apesar das diferenças entre os diversos países, a tarefa de todas as mulheres é lutar contra a exploração e opressão, das quais são vítimas, assim como seus maridos, filhos e irmãos.

Não existe antagonismo entre homem e mulher; o que existe é antagonismo entre mulheres e homens explorados e mulheres e homens exploradores.

No Brasil a exploração capitalista cada vez mais põe a nu este fato, proletarizando as mulheres dos operários, lançando-as nas fábricas e nas grandes plantações, explorando-as nas fábricas e nas grandes plantações, explorando-as mais descaradamente que aos homens.

Entretanto, se o papel da mulher na sociedade é cada vez mais importante, seu trabalho é desvalorizado, vítimas dos preconceitos difundidos entre o Povo, que querem fazer crer serem as mulheres inferiores e menos capacitadas ao trabalho que o homem.

As mulheres devem lutar até a morte contra estes preconceitos herdados de um passado de exploração e opressão. Devem começar pela desmistificação desta ideologia que tem como princípio dividir os trabalhadores, homens e mulheres. Para isso precisam, antes de tudo, ser boas revolucionárias e lutar sempre ao lado do Povo.

A liquidação da distinção entre os sexos só ocorrerá quando a mulher ocupar o seu lugar na Revolução, ao lado do homem, criando as condições para o surgimento de uma sociedade onde não exista divisões ou distinções sociais de qualquer espécie.

E, só quando a mulher conseguir mobilizar-se e lutar, será possível a Revolução:

“Assim como não pode haver Revolução sem a libertação da mulher, a luta pela libertação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução” (Samora Machel, A Emancipação da mulher, pg. 9-10).

As mulheres devem organizar-se e lutar, cumprindo a linha política correta da Revolução Popular.

As mulheres conscientes tem um grande papel a cumprir: através de seu exemplo e dedicação revolucionária devem unir as massas de mulheres oprimidas no cumprimento de nossa principal tarefa: a criação das condições necessárias para o início de nossa libertação da exploração e opressão; a luta armada.

As mulheres tem, pois, duas grandes frentes de luta, pela sua emancipação e pela libertação de todo o Povo explorado e oprimido: contra o inimigo físico, o patrão e o militar seu apaniguado; e contra o inimigo ideológico, que está em nossos pensamentos e ações diárias – os preconceitos, a apatia e a falta de convicção na Revolução.

MULHERES BRASILEIRAS, UNI-VOS CONTRA OS INIMIGOS DO POVO!”

ANEXO VII¹¹

Recife, 5 de julho de 1971.

Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica

Márcio de Souza e Melo

Escrevo esta carta para manifestar a V. Ex. uma forma oficial e direta, o compromisso que assumi dias atrás, na oportunidade de uma entrevista à imprensa escrita e televisionada, com o povo brasileiro, com os exmo. Srs. Ministros, com sua Excia., o Exmo. Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, de renunciar às minhas atividades numa organização terrorista, de repudiar as organizações e suas atrocidades, e ainda, de tudo fazer para ajudar o Brasil a extirpar este mal e arrancar para o desenvolvimento.

Esta minha expressão, esta franqueza de (...) é o reconhecimento autocrítico de cada (...) do passado, resultado de uma reflexão profunda que se molda e se projeta neste estado de consciência atual.

Cheguei a esta condição pelo caminho (...) como o personagem que motivado a fazer (...) antes, pelo caminho do mau, afim de separar bem evidencialmente as duas idéias, estabelecendo um limite inconfundível. Acredito que isto não desmerece minha atual condição, ao contrário, fortalece-a, fortifica-a. Pois, tendo como base a minha experiência, a juventude permanecerá alerta, evitando ser iludida e não repetir os meus erros.

¹¹ Transcrição da carta de Gersino às autoridades militares se arrependendo de sua militância e acusando as organizações de esquerda.

Fui conduzido a uma organização por um indivíduo que, para me iludir, aproveitou-se, unicamente do grau de amizade existente entre nós. Fui levado pelas circunstâncias do meio e pressionado por terceiros a praticar ações, as mais objetas, contra os direitos da pessoa humana. Fui esmagado como indivíduo e transformado, gradualmente, num verdadeiro (...). Presenciei jovens de diversas categorias sociais, sendo iludidos e arrastados pelo mesmo caminho. Presenciei jovens sendo seduzidas e levadas pelo desespero desta condição, a integrar os grupos terroristas. Presenciei o arrependimento de muitos, que não se entregam às autoridades, pela falsa imagem que fazem da prisão. E presenciei o desespero de muitos outros.

Não me recordo, confesso, de um só ato (...) pela organização em respeito à pessoa humana e em benefício ao povo, em defesa dos interesses da pátria. Antes pelo contrário. É o desrespeito pelo desrespeito, a traição pela traição, é o crime pelo crime. Por isso, é que procuram afastar jovens do convívio da família, da escola e da sociedade, desvinculando-os de todas e quaisquer responsabilidades social. Enfim, as esquerdas não passam de um antro de degeneração morais, se confundem a chantagem e o vício, a prostituição e o terror.

Devo dizer, para ser honesto, que não tinha consciência daquela realidade; que não sentia o peso e a gravidade dos atos que praticava, quanto mais o correr dos dias, o desperdício da juventude e o malogro de minha vida profissional.

Quando tive de refletir, de pensar, não foi difícil renunciar o passado. O arrependimento veio fácil, sereno, profundo e de coração. Procurei e encontrei forças para conservar-me à margem de tudo aquilo que era falso e equívoco. Mas o meu arrependimento não seria total, e eu não teria tido tanta coragem, se não

fossem os oficiais da 1ª Zona e da 2ª Zona Aérea, que entendendo-me, deram-me o entusiasmo e o apoio necessário ao aprofundamento. Assim, pude manifestar periodicamente, este meu estado de consciência atual de modo que, a prisão tem para mim o significado e a importância que teve o (...) para o apóstolo São Paulo: simbologia de sua conversão. E desde então, eu tenho (...). Daí-me, meu Deus, a graça do arrependimento. E ainda: recebi na prisão, uma vez que (...) serve o exército, a lição da ordem, da responsabilidade e do amor à pátria. Por isso, é meu dever, refutar a imagem que os dirigentes das organizações divulgam dos presídios, pedindo que outros jovens se arrependam. Tenho sido muito bem tratado. Basta dizer, que as autoridades da 2ª Zona Aérea, deram-me a oportunidade de passar 15 dias com a minha família em Natal, o que foi, para mim, motivo de grande alegria. Naquela oportunidade, consegui captar e traduzir, nas palavras de (...) Wassermann, o sentimento que se apoderava do coração de meus pais e de meus irmãos: “Se ainda queriam viver, era unicamente, para esperar o arrependimento e a volta do filho e irmão bem-amado que haviam perdido”. Eu transmiti-lhes meus atuais sentimentos e pude vislumbrar os seus olhos cheios de alegria. Sim, meus pais tinham razão. Eu não tinha sido destruído. E quando um homem não é destruído, nunca pode ser derrotado, afirma Ernest Hemingway.

Graças a Deus, portanto, estou vitorioso: para retomar meus estudos; para regressar à família e ajudar os meus pais a dar uma melhor condição de educação e de vida aos meus irmãos; para aconselhar aos amigos e aos jovens; para reintegrar-me à sociedade.

Desejo, ardorosamente, exercer com dignidade e retidão este processo de retificação. Como desejo, igualmente, viver esta época em que são dados os

passos mais destemidos e decisivos em busca do desenvolvimento do Brasil, da moralização de suas instituições e princípios de civismo e da confiança do seu povo.

Sinto-me na obrigação de trazer, pelos tempos e transpor à V.V. Excias., as palavras proferidas por Shouthey em homenagem a Manuel da Nóbrega: “Não há ninguém a quem deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços”.

Desejo que V. Excia. faça chegar ao conhecimento de Sua Excia. O Ilmo. Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, dos Excios srs. Ministros de Estado e às mãos de todos os brasileiros, os termos deste compromisso.

Desejo, ainda, que na franqueza deste compromisso, seja compreendido o esforço de reabilitar-me perante a sociedade, com sinceridade e com humildade de espírito.

Por último, em meu nome e em nome de minha família, às autoridades, o agradecimento sincero e de coração, pelo muito que tem feito por mim.

Respeitosamente,

José Gersino Saraiva Maia

ANEXO VIII

DOCUMENTO DO PCBR ESTABELECENDO AS DIFERENÇAS COM O COLETIVO DE SÃO PAULO DA CORRENTE REVOLUCIONÁRIA QUE IRÁ CRIAR A ALN

Estamos certos de que os militantes revolucionários, que lutaram contra a farsa do VI Congresso, queriam e querem um Partido marxista-leninista revolucionário, isento de taras burocráticas, vivificando a democracia interna e pela direção coletiva responsável perante as bases. O que se propõe, porém, é não só a dissolução do Partido, como a constituição por um aglomerado, sem nome e sem programa, submetido à (...) de direção que, em matéria de irresponsabilidade unipessoal, nada fica a dever ao tão conhecido e repudiado prestígio. O chamado Agrupamento Comunista de São Paulo se manifesta contra a “teoria do foco”, mas é realmente nela que se inspira para decretar a dissolução do partido em São Paulo. Dado que a teoria do foco se desprestigiou, em virtude de seu fracasso prático, já não é possível defendê-la abertamente. Mas o liquidacionismo do Agrupamento se filia (...) as teses básicas desta teoria, quando afirma “a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental”. E mais: “que o comando geral de toda a organização é a guerrilha, onde quer que ela esteja”.

Os militantes revolucionários não podem aceitar, sem a mínima explicação autocrítica por parte de dirigentes responsáveis, a sucessão, praticamente sem intervalo, de posições essencialmente opostas: a primeira declarando o Partido imprescindível à vitória da revolução; a segunda declarando o mesmo como um obstáculo a esta mesma vitória.

Este documento, que, aqui, fraternalmente contestamos, repousa num dilema: o de que um Partido, qualquer que ele seja, impede a Atividade comunista e, em primeiro lugar, a preparação e o desencadeamento da luta armada. Um partido reformista, bajulador da burguesia, como é o de Prestes, impede, de fato, a atividade revolucionária e para isso que ele hoje existe. Mas um partido revolucionário, fiel ao marxismo-leninismo, é condição indispensável para que a ação revolucionária se dese e ganhe a direção consequente do proletariado (Documento intitulado Aos comunistas revolucionários de São Paulo, assinado pela Comissão Provisória de Organização do PCBR em São Paulo, início de 68).

ANEXO IX

CARTA DE DILMA ALVES PARA A MULHER DO CÔNSUL ALUÍSIO GOMIDE SEQUESTRADO PELOS TUPAMAROS NO URUGUAI¹²

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1970

Sra. Aparecida Gomide:

Todos conhecemos o seu sofrimento e a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza, diariamente, o seu drama. Seu marido, um funcionário em serviço fora do País, foi seqüestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política, a senhora não chora sozinha.

Mas do meu sofrimento, da minha angústia ninguém fala. Choro sozinha; Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para também dizer que “tenho o coração partido”, que “quero meu marido de volta”. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura pelo 2º Exército, foi executado sem processo e sem julgamento, reclamo seu corpo; nem a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.

Ele era Mário Alves de Souza Vieira, Jornalista. Foi preso dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército, levado para o quartel de Pernambuco e (...) barbaramente empalado (penetração de um objeto no ânus – (...)) com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado com uma escova de arame, (...) a prestar informações exigidas pelos torturadores

do 1º exército e do DOPS. Os presos levados à sala de torturas, para limpar o chão cheio de sangue e de fezes, ouviram meu marido moribundo, sangrando pela boca o nariz, nu, jogado no chão, arfando, pedindo água e os torturadores militares em volta, rindo, não permitindo que fosse prestado socorro.

Sei que a senhora não tem condições de avaliar o meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior do que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte, e o seu a ser seqüestrado, são as mesmas. É muito importante saber que a violência-fome, que a violência-miséria, a violência-pressão, a violência-atraso, a violência-tortura leva à violência-sequestro, à violência-guerrilha e que é muito importante saber quem é que pratica a violência: os que criam a miséria ou os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante em sua vida. Mário Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava, era inteligente, culto, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelos oprimidos e injustiçados, os sem voz e sem vez, **lutou para que os recursos materiais e humanos imensos de nossa Pátria sejam aproveitados em benefícios de todos.**

Desejo um feliz desfecho para a Senhora e os TUPAMAROS.

Dilma Alves

¹² A parte em negrito do texto se refere às partes que não foram publicadas pelos jornais da época.

ANEXO X

**NÚMERO DE PROCESSOS ENVOLVENDO ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA
ENTRE 1969 A 1972¹³**

NOME DAS ORGANIZAÇÕES	NÚMERO DE PROCESSOS
ALN	72
AP	38
PCBR	32
MR-8/DI-GB	32
VAR	32
VPR	30
PCB	28
PC do B	17
ALA VERMELHA	10
POC	07
COLINA	06
PCR	05
PORT	05
POLOP	04
PRT	04
REDE	04
FBT	04
CORRENTE	03
FLN	03
FLNE	03
MAR	03
MEL	03
MOLIPO	03
MR-26	03
M3G	02
MRM	02
MCR	02
DI-DF	01
FALN	01
MRT	01
UC	01
ORGAN. NÃO IDENTIFICADAS	11
TOTAL DE PROCESSO	342

¹³ Dados extraídos do Arquivo Brasil Nunca Mais

Do total de processos identificados como sendo de alguma das mais de 30 organizações de esquerda do período¹⁴, (331), quase 10% são processos envolvendo o PCBR. Nesse conjunto de processos, mais de 400 pessoas foram arroladas nos mesmos, sendo que nem todas foram condenadas.

**DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ENVOLVENDO MILITANTES DO PCBR
DISTRIBUÍDOS POR ANO E POR ESTADOS¹⁵**

	1969	1970	1971	1972
Paraná		2		
Rio de Jan.		3	2	3
Bahia		4	1	
Ceará		1	3	1
Pernambuco		3	1	1
Rio G. Norte	1	1	3	
São Paulo		1		
Paraíba	1			
Total proc.	2	15	10	5

¹⁴ Algumas delas não tiveram processos encaminhados nesse período

¹⁵ Dados retirados do Arquivo Brasil Nunca Mais

ANEXO XI

LINHA POLÍTICA DO PCBR (ABRIL/1968)

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A estrutura econômica do Brasil atual é essencialmente capitalista. O desenvolvimento do capitalismo conduziu, nas últimas décadas, à criação de uma indústria integrada de bens de consumo e meios de produção, ao crescimento do mercado interno e a um processo de urbanização relativamente acelerado. Formou-se uma burguesia que passou a ocupar, ao lado dos latifundiários, posições decisivas no aparelho de Estado; e um proletariado jovem e numeroso, sujeito às duras condições de vida e trabalho que caracterizam o capitalismo nos países atrasados. Entretanto, o Brasil não pode ser considerado uma economia capitalista plenamente desenvolvida. O crescimento econômico tem sido entravado e deformado, desde o início, pela dominação imperialista e pelo monopólio latifundiário.

O domínio imperialista nas relações de intercâmbio com o exterior, os investimentos diretos mediante a implantação progressiva de empresas estrangeiras, o endividamento progressivo através de empréstimos e financiamentos transformam num mito a independência econômica do país. O desenvolvimento capitalista no Brasil não é um desenvolvimento independente, mas profundamente vinculado e subordinado ao sistema de dominação imperialista. O controle estrangeiro de posições-chave do sistema industrial, comercial e financeiro conduz à transferência para o exterior de parcela importante da renda nacional e ao empobrecimento relativo do país. A dominação

imperialista é, portanto, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária levou aos investimentos de capital e ao predomínio do trabalho assalariado ou do arrendamento capitalista em culturas importantes, sobretudo na região Centro-Sul. Todavia, em várias zonas do interior do Brasil, impera o latifúndio pré-capitalista, caracterizado pelas relações de trabalho semi-feudais e semi-escravistas, pela ausência de investimentos e de tecnologia moderna, pela baixíssima produtividade. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não se realiza mediante a supressão radical do latifúndio e das relações pré-capitalistas, mas com a conservação da grande propriedade latifundiária e sua penetração gradual pelas formas capitalistas de produção. O latifúndio mantém incultas enormes áreas, entrava a aplicação de capitais e de técnicas na agropecuária, freia a expansão do mercado interno e constitui, por isso, um sério empecilho ao crescimento das forças produtivas, tanto na agricultura como na indústria.

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e de superar radicalmente o atraso latifundiário. Em tais circunstâncias, a burguesia brasileira não exerceu e nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas.

Manifestam-se, sem dúvida, contradições entre setores da burguesia e o imperialismo na competição pelo mercado nacional e pelas fontes de matérias-primas. Tais contradições não podem traduzir-se, porém, numa luta consequente pela libertação nacional devido ao fato de que o próprio crescimento do capitalismo brasileiro se realiza através de uma dependência crescente ao sistema imperialista. Em vista da escassez de capitais e de tecnologia moderna, a burguesia e o Estado a seu serviço apelaram e continuam a apelar para os investimentos estrangeiros, que passaram a controlar os setores básicos da economia. As contradições entre a burguesia e o imperialismo não têm caráter antagônico e podem ser resolvidas, ou pelo menos atenuadas, através de concessões mútuas dentro do processo de integração da economia brasileira no sistema imperialista. Em setores da burguesia média, não associados às empresas estrangeiras, existe certo potencial de oposição à dominação imperialista, fato que cumpre às forças revolucionárias levar em conta, em sua ação concreta. Mas o potencial de oposição desta parte da burguesia não vai além de reivindicações reformistas, geralmente muito tímidas, sendo incapaz de converter-se em ação revolucionária.

As contradições entre a burguesia e o latifúndio manifestam-se no fato de que o monopólio da terra entrava a livre aplicação de capitais na agricultura, além de restringir o mercado consumidor. Entretanto, a burguesia não busca superar tais contradições por meio de uma reforma agrária radical. Em vez de suprimir o latifúndio, o capitalismo conserva-o e sobrepõe-se a ele, introduzindo gradualmente na agropecuária os investimentos de capital, o trabalho assalariado e a técnica moderna, ao mesmo tempo que procura realizar no sistema agrário reformas parciais de conteúdo burguês.

A burguesia brasileira tornou-se classe dominante numa época em que o proletariado busca desempenhar um papel independente e o Socialismo torna-se fator decisivo no desenvolvimento social. Como classe exploradora, proprietária dos meios de produção, seus interesses opõem-se frontalmente aos das grandes massas trabalhadoras. Isso faz com que tenda a solucionar as suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária. A burguesia teme que a luta anti-imperialista e anti-latifundiária ultrapasse os limites de uma ação reformista e se converta numa revolução popular, na qual o proletariado e os camponeses tenderiam a desempenhar um papel autônomo e a pugnar por seus próprios interesses, ameaçando os privilégios capitalistas.

Os interesses de classe da burguesia levaram-na, assim, a estabelecer um compromisso com a velha classe dos latifundiários e a formarem ambas uma aliança que domina o poder do Estado, em estreita vinculação e dependência para com o imperialismo. Quer sob a máscara de regimes democrático-representativos, quer sob a forma de ditaduras militares como a atual, o poder no Brasil tem sido exercido há dezenas de anos, por essa aliança das classes dominantes. O desenvolvimento capitalista não é capaz, portanto, de libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, da opressão e do atraso; e a burguesia - portadora das relações de produção capitalistas - não é uma força revolucionária. Nestas condições, a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa, que tenha como objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria

latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução anti-imperialismo e anti-latifundiária. Em virtude, porém, para triunfar de modo consequente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas. Em primeiro lugar, só poderá ser consequente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Em segundo lugar, devido à estreita vinculação entre a burguesia brasileira, o capital imperialista e a propriedade latifundiária, não é possível adotar medidas radicais contra o imperialismo e o latifúndio, sem fortalecer, decisivamente e com novo caráter, o setor estatal da economia, e coletivizar uma grande faixa da agropecuária. Em tais condições, a revolução popular, coerente com sua natureza essencial e para eliminar o perigo de frustração de suas conquistas, terá que seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em revolução socialista.

A fim de realizar essas tarefas históricas, a revolução brasileira deverá mobilizar o imenso potencial revolucionário representado pelos operários industriais, que estão chamados a desempenhar o papel dirigente, como a classe mais interessada na transformação radical da sociedade; pelos assalariados agrícolas, que sofrem uma brutal exploração nos latifúndios; pelas massas camponesas sem terra ou com pouca terra, composta de meeiros, arrendatários, sitiantes, agregados, posseiros, etc., cujas reivindicações só podem ser atendidas efetivamente por uma reforma agrária radical; pelos estudantes e intelectuais,

cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e de atraso do país; pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesões, etc., que apesar de sua instabilidade característica, são na sua maioria oprimidas pelo atual regime.

O objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo Popular Revolucionário em cuja composição predominem as forças básicas da revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para que este seja capaz de executar conseqüentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao socialismo. Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

- dissolução das forças armadas e de todo aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo exército popular e pelas milícias populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;

- Nacionalização das empresas estrangeiras pertencentes ou associadas ao capital monopolista estrangeiro e completa liberação do Brasil do domínio imperialista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais;

- Reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, impulse o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses, através das seguintes medidas: distribuição em caráter individual e gratuito, de terras dos latifúndios atrasados e, em geral, das terras incultas adequadas à produção, entre os camponeses sem terra ou com pouca terra;

formação de fazendas coletivas nos latifúndios que constituem unidades econômicas e atingem alta produtividade; criação de cooperativas;

- reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, impulsionar a produção industrial e agrícola, ampliar o setor público e elevar o padrão de vida do povo trabalhador;

- reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de estender a educação e a cultura às grandes massas do povo;

- garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e o seu controle;

- política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na defesa da soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariamente irrestrita às revoluções populares da América Latina.

Uma vez concretizadas estas tarefas, em seus aspectos essenciais, estarão criadas as condições para a passagem às transformações socialistas. O setor estatal da economia, consideravelmente ampliado com a nacionalização das empresas imperialistas e associadas ao imperialismo e com a formação de fazendas-coletivas na agricultura, tornar-se-á, sob o regime revolucionário, uma poderosa alavanca para a transição ao Socialismo. Controlando as posições-chave do sistema econômico, deverá o governo popular iniciar a planificação da economia nacional, em benefício das grandes massas do povo brasileiro.

A premissa política fundamental para a transição ao socialismo reside na direção do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponês. Desempenhando o papel dirigente no poder revolucionário, a classe operária

levará à prática as tarefas da revolução popular e passará em seguida, sem interrupção, às transformações de caráter socialista. O governo Popular Revolucionário será, portanto, um governo de transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, o que criará as bases para a passagem à Ditadura do Proletariado e à edificação do socialismo.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental. É o aguçamento da luta de classe, provocado objetivamente pelo desenvolvimento do capitalismo, que permite ao proletariado tomar consciência de sua função hegemônica na revolução brasileira. Cabe, portanto, às forças revolucionárias, impulsionar as lutas da classe operária e combater qualquer tendência reformista ao se amainamento. A unidade e a organização do proletariado são condições decisivas para que possa cumprir seu papel dirigente.

O avanço do movimento revolucionário exige igualmente a mobilização das grandes massas trabalhadoras do campo. Nesse terreno, a preocupação fundamental do Partido deve estar voltada para a organização e as lutas dos assalariados agrícolas que, por sua condição proletária, constituem a base mais firme da revolução popular no meio rural. A luta contra o latifúndio atrairá também ao campo revolucionário os pequenos e médios lavradores, mas a revolução deverá apoiar-se fundamentalmente nos setores mais radicais e combativos, representados pelos camponeses pobres. A luta contra o latifúndio e pela reforma agrária radical não deve ser confundida com a luta pela supressão dos camponeses ricos, cuja neutralização, ao menos em parte, é possível no processo da luta pela vitória da revolução popular.

As camadas médias da população, por sua própria situação intermediária na sociedade não se comportam de forma homogênea em face do processo revolucionário. Os setores mais abastados inclinam-se para as posições mais reacionárias da grande burguesia e servem, como base de massa, ao imperialismo e à reação. Contudo, as camadas inferiores da pequena burguesia – setores que recebem salários, ordenados ou vencimentos fixos, trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários, etc. – vêm-se constantemente ameaçados de proletarização e tendem a adotar posições revolucionárias. Sua participação na revolução popular exige que a classe operária lhes abra a perspectiva de soluções radicais e, simultaneamente, trave uma luta adequada contra as oscilações que refletem sua posição social.

2. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A SITUAÇÃO MUNDIAL

A luta revolucionária do povo brasileiro insere-se numa época histórica caracterizada sobretudo pela passagem do capitalismo ao socialismo, em escala mundial, e pelo movimento de libertação dos povos oprimidos contra o imperialismo. As contradições mais importantes do mundo contemporâneo – entre o sistema socialista e o sistema imperialista, entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, entre as nações oprimidas e o imperialismo, entre os diversos países imperialistas – estão profundamente entrelaçadas e influem umas sobre as outras, gerando o agravamento sem precedentes da crise geral do capitalismo.

Com a formação e a consolidação do sistema socialista, após a II Guerra Mundial, modificou-se radicalmente a correlação de forças entre o capitalismo e o socialismo. O impetuoso progresso dos países socialistas, no terreno econômico e militar; exerce uma influência considerável na situação internacional. O sistema socialista é um poderoso obstáculo à expansão do capitalismo e uma base de apoio decisiva dos povos que lutam por sua libertação. Isso não significa, no entanto, que o capitalismo mundial será destruído através da simples competição econômica e técnica com os países socialistas. A superioridade do regime socialista, demonstrada nos altos índices de desenvolvimento, serve de inspiração aos trabalhadores e aos povos do mundo capitalista. Mas o exemplo do socialismo não pode substituir a luta revolucionária, sem a qual o sistema imperialista não desaparecerá.

O centro das contradições do mundo contemporâneo encontra-se, atualmente, nos países da Ásia, África e América Latina, oprimidos e explorados pelo imperialismo. Estes países constituem o elo mais fraco da cadeia imperialista, e neles se acha o maior potencial revolucionário do mundo capitalista, como o tem demonstrado as guerras populares de libertação que alcançaram a vitória na China, Coreia, Vietnã, Cuba, Argélia, e continuam sendo travadas em muitas regiões. Abalando os alicerces do sistema capitalista, a revolução anti-imperialista e popular que se realiza no chamado mundo subdesenvolvido é parte integrante da revolução socialista mundial. A derrota final do imperialismo e a vitória do socialismo em todo o mundo dependem, em grande parte, do resultado da luta revolucionária dos povos oprimidos, que constituem a grande maioria da humanidade. A revolução anti-imperialista dos povos oprimidos alcançará vitória, fundamentalmente, como fruto da luta de forças

internas revolucionárias em cada país; e terá condições tanto mais favoráveis de vencer quanto maior for a ajuda internacionalista dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos.

Em face do avanço do socialismo e dos movimentos de luta pela libertação nacional, o capitalismo monopolista luta por sua sobrevivência e intensifica a espoliação dos povos; ao mesmo tempo que redobra sua agressividade. Sob a hegemonia dos EUA, que se tornaram a maior potência imperialista, realiza-se a integração econômica do sistema capitalista mundial, com o objetivo de acelerar a concentração de capital e das forças produtivas, bem como a ampliação dos mercados. Na medida em que aumenta o grau de concentração monopolista, aguçam-se, porém, as contradições internas do sistema, impondo a necessidade de maior expansão imperialista. Esta se realiza mediante a exploração crescente dos países atrasados, sob a forma do colonialismo, ou de neocolonialismo, e por meio da militarização permanente da economia, utilizada a fim de manter e elevar o nível da produção.

Assim, o poderio do sistema socialista e os êxitos da luta de libertação dos povos, de um lado, debilitam o sistema imperialista e isolam cada vez mais o imperialismo norte-americano; mas, por outro lado, provocam o aumento da agressividade dos círculos militaristas dos EUA, que ampliam sua ação guerreira no Vietnã, intervêm pela força em outros países e tentam afogar em sangue as lutas populares no mundo inteiro.

Através de ações militares abertas ou de golpes de Estado e práticas neocolonialistas, empenha-se o imperialismo norte-americano em deter o movimento de libertação nacional e impedir a expansão da área socialista. Deste modo, conseguiu alterar em seu favor, temporariamente, a correlação de forças

em algumas regiões do chamado mundo subdesenvolvido. A situação da América Latina é característica nesse sentido, com a generalização de ditaduras militares e governos autoritários com fachada democrático-representativa, ao mesmo tempo que na Ásia e na África se sucedem golpes de força sob inspiração imperialista. A escalada no Vietnã e o cerco da China Popular, lances calculados da estratégia global dos E.U.A., criam um perigo iminente de alastramento da guerra e de sua conversão em uma guerra mundial. Surgiu assim uma nova fase de agravamento sensível da situação internacional, de aumento da tensão e de agudos conflitos.

No movimento comunista internacional acentuaram-se graves divergências internas, desenvolvendo-se a luta para livrá-lo das concepções oportunistas, reformistas e revisionistas predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como do “caminho pacífico” da revolução, a da “vitória da revolução através de reformas de estrutura”, e da “possibilidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras, mesmo existindo o imperialismo”, etc., em teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.

Os fatos desmentiram a ilusão de que os imperialistas se tornam menos belicistas e mais inclinados ao acordo na medida em que o socialismo se fortalece. Sofreu um rude golpe a concepção oportunista de uma coexistência pacífica idílica, conquistada apenas através de negociações e concessões aos imperialistas, ou exclusivamente por meio da competição econômica entre o capitalismo e o socialismo. Uma nova guerra mundial não é inevitável, mas só é possível impedi-la através da luta anti-imperialista de todos os povos do mundo. A política agressiva do imperialismo só poderá ser derrotada na medida que for enfrentada com energia pelos países socialistas, apoiados em sua crescente

força econômica e militar, na medida em que o sistema imperialista for desagregado pelas revoluções de libertação nacional dos povos oprimidos e em que se aprofundar a luta do proletariado dos próprios países imperialistas contra o domínio do capital monopolista. O imperialismo norte-americano não pode prosseguir em sua política belicista e neo-colonialista sem sofrer continuado desgaste, como se verifica pela vitoriosa resistência do povo vietnamita, pela crescente oposição que enfrenta nos países árabes, africanos e latino americanos; e pelo movimento de massas contra a guerra e o imperialismo que se avoluma dentro mesmo dos EUA, sobretudo entre a população negra. A luta pela paz funde-se, portanto, em última instância, com a luta contra o imperialismo. A política leninista de coexistência entre os Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo e para desmascarar a política agressiva do imperialismo. Entretanto, esta política só é correta quando implica uma aguda luta de classes no plano internacional, abrangendo os terrenos econômico, político e ideológico e não pode ser reduzida a uma simples competição econômica ou a relações de amizade e cooperação entre países capitalistas e socialistas. A coexistência não pode, muito menos, ser aplicada às relações entre países opressores e países oprimidos, ou entre as classes exploradoras e as classes exploradas. Seria uma capitulação vergonhosa ante o imperialismo exigir em nome da defesa da paz ou da coexistência pacífica, que os povos oprimidos cessem ou atenuem sua luta revolucionária, a pretexto de que as guerras locais possam conduzir a uma guerra mundial. Para os povos oprimidos, a forma principal de defender a paz é travar a luta armada revolucionária contra o imperialismo, como faz atualmente o heróico povo do Vietnã.

Paralelamente às ações agressivas em escala mundial, os EUA, intensificam sua intervenção na América Latina, que vive uma fase de graves conflitos e tensões entre os povos e os governos burgueses-latifundiários. O acontecimento de maior relevância no Continente consiste em que os povos de vários países iniciam uma nova etapa do movimento de libertação nacional e começam a seguir o caminho da luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas. Este fato alerta o fracasso das tentativas de Washington, no sentido de obter uma retaguarda tranquila na América Latina mediante as pseudo-reformas da Aliança Para o Progresso. O grandioso exemplo de Cuba socialista, onde prossegue vitoriosa a construção de uma nova sociedade, inspira os povos latino-americanos à luta revolucionária. Com a intervenção armada na República Dominicana, as gestões no sentido da criação de uma força interamericana permanente e a participação direta de seus militares na luta anti-guerrilheira, os EUA, demonstram que não hesitarão em atacar qualquer povo da América Latina que se levante contra os governos fantoches. A perspectiva que se abre aos povos Latino-americanos, situados na retaguarda do país imperialista mais forte e agressivo, é, portanto, a de uma luta armada dura e prolongada, pontilhada de revezes parciais e imensos sacrifícios e não a de um caminho pacífico.

A necessidade de opor à estratégia do imperialismo norte-americano na América Latina uma estratégia comum dos povos levou os movimentos revolucionários do Continente à criação da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade); como organismo de frente única dessas forças. Essa estratégia é possível em face à existência de problemas fundamentais comuns nos vários países da América Latina: o domínio do imperialismo e dos governos burgueses latifundiários; a existência de estruturas industriais capitalistas ao lado de

estruturas agrárias atrasadas; a presença de um proletariado jovem e de uma grande população camponesa; o subdesenvolvimento, o baixo nível de vida, e o atraso cultural; regimes políticos reacionários que excluem o povo do poder. Tais são os problemas que unem os povos latino-americanos numa luta comum. No entanto, é necessário levar em conta, obrigatoriamente, as condições peculiares de cada país, a elaborar-se a respectiva política revolucionária. As conclusões básicas da I Conferência da OLAS inspiram, portanto, todas as forças revolucionária do continente. A revolução brasileira é parte integrante da revolução latino-americana e deve conjugar-se à luta revolucionária que os povos irmãos da América travam contra o inimigo comum.

3. O CAMINHO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

A tomada de poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela maioria dominante e da agressividade do imperialismo yanque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral, ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. “A democracia representativa” não passa, pois, de uma farsa que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.

O caminho da revolução brasileira é, portanto, o da luta armada. No curso do processo revolucionário, será preciso coordenar várias formas de lutas de massas; pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ação pacíficas ou legais devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária terá que ser enfrentada com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo.

A guerra revolucionária no Brasil, será uma guerra do povo e para ela será necessário mobilizar amplas massas populares. As condições concretas do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar e desenvolver a luta armada popular e para criar o núcleo inicial do exército revolucionário. Somos um país de grande extensão territorial, com regiões montanhosas e florestas tropicais que oferecem terreno propício à guerra irregular; no interior do país vive uma população de trabalhadores rurais e camponeses sujeitos a brutal exploração e constituindo uma base social potencialmente revolucionária; de outro lado, o desenvolvimento desigual do capitalismo levou a que se constituíssem no centro sul do país e na faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas que também representam um importante potencial revolucionário, os meios de transporte e comunicação, e o aparelho de repressão policial-militar de Estado. A realidade indica que a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Ao mesmo tempo, é possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, desde as ações de auto-defesa de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas.

Em condições como as do Brasil, não é possível esperar o surgimento de uma situação revolucionária em todo país para, somente então desfechar a insurreição armada. Num país extenso e desigualmente desenvolvido, onde é profundo o contraste entre as zonas urbanas e rurais, onde as diversidades regionais são marcantes, o processo revolucionário há de seguir também um caminho desigual. A guerra revolucionária deve ser iniciada nas regiões onde há condições favoráveis, estendendo-se em seguida a outras zonas do país. As guerrilhas atuarão como detonadoras de movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas de reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário. Através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular abrangerá novas e extensas regiões, envolverá as populações das cidades e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder latifundiário-burguês.

A tarefa fundamental e imediata do movimento revolucionário no Brasil, consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. O primeiro passo é a criação, sob a direção do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado.

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclui – mas, pelo contrário, acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e no campo. Em nosso país devido à existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só

poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadoras agrícolas. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por transformações radicais na nossa sociedade. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo. Com a radicalização da luta, chegará o momento em que as massas urbanas sentirão a necessidade de recorrer também à violência para responder à violência da reação. A coordenação das ações de massas e as luta armada nas cidades, e da luta armada e ações de massas no campo é, portanto, indispensável para dividir e paralisar as forças repressivas, aprofundar a crise do regime reacionário e provocar a sua derrocada. Dentro dessa concepção – e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco -, a luta armada não constitui um processo independente que se baste em si mesmo.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas, etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser consequente se tiver por base

um sólido núcleo de forças de esquerda. Estas forças devem unir-se para constituir o centro propulsor da frente única, não permitindo que o movimento popular seja desviado dos objetivos revolucionários pelas vacilações da pequena burguesia. Neste sentido, a responsabilidade principal recai sobre o Partido marxista-leninista. Ao participar da frente única das forças populares, cabe-lhe preservar a independência de classe do proletariado nos terrenos ideológico, político e organizativo. Somente assim a classe operária poderá assumir o papel dirigente no movimento revolucionário, neutralizar as oscilações dos setores inconsequentes e conduzir firmemente a revolução a seus objetivos, preparando a transição ao socialismo.

A fim de pôr as massas em movimento e lançá-las contra o regime ditatorial, é necessário combinar acertadamente a luta pelas reivindicações imediatas com a luta pelo poder político. Os revolucionários não devem apenas agitar o programa da revolução, mas colocar-se à frente do povo e lutar por suas exigências mais sentidas em cada momento: lutar em defesa das liberdades democráticas, pela revogação dos atos da ditadura, pela libertação dos presos políticos e pela anistia, contra a opressão e o terror policial; pelos interesses vitais dos operários, contra a política de arrocho salarial, por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses, por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e político do imperialismo norte-americano. Ao travarem essas lutas, porém, não devem ficar ao nível das reivindicações imediatas – mas elevar o grau de consciência política das massas, denunciando a dominação imperialista e da

minoria latifundiária e burguesa como a causa da miséria, da opressão e do atraso do país, conduzindo o povo às batalhas revolucionárias contra a ditadura.

A acumulação de forças e a mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e de organização. Obviamente, os revolucionários não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime reacionário. Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada, assim como lançar mão de todas as formas de ação que impulsionem o avanço da revolução, ainda que contrariem a “legalidade” dominante. Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumpre participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob o controle reacionário; realizar movimentos reivindicatórios e campanhas políticas, com apoio nas possibilidades legais existentes; aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais.

O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e de residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos – mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismo de base, diretamente vinculados ao povo. Nesse terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e de organizações camponesas nas fazendas e nos povoados.

Sendo a ditadura militar a expressão do Poder burguês-latifundiário, a luta pela sua derrubada está indissoluvelmente ligada ao objetivo principal das forças revolucionárias - a formação de um governo popular que leve a termo a revolução e abra o caminho socialista de desenvolvimento. Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um governo popular revolucionário, e não a chamada “redemocratização” ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como o existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, tem ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo anti-popular do novo regime, proseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista.

Condição essencial para que as forças revolucionárias travem uma luta consequente contra a ditadura é a sua independência diante da oposição latifundiário-burguesa; representada pelo MDB e pela “Frente Ampla”. Para as classes dominantes e o imperialismo, essa pusilânime oposição é útil, porque ajuda a manter a fachada democrática de regime militar, com um duplo objetivo: externamente, confere certa respeitabilidade democrático-representativa à ditadura. Internamente, contribui para represar sob formas legais a oposição, canalizando-a para o jogo político convencional – que a legislação reacionária torna inofensiva - e alimenta a falsa expectativa de uma mudança por via eleitoral. Oscilando entre o adesismo velado à ditadura e as declarações formais de fidelidade à democracia, esta oposição latifundiário-burguesa jamais poderá conduzir a uma luta consequente contra o regime militar, porque se acha vinculada aos mesmos privilégios de classe e teme, antes e acima de tudo, a revolução popular. As contradições secundárias entre ela e o governo ditatorial devem ser aproveitadas pelas forças revolucionárias, sempre tendo em vista acelerar a luta de massas contra a ditadura militar entreguista. Mas, ainda neste caso, deve ser evitada qualquer confusão entre a oposição popular e a oposição latifundiário-burguesa, cujo caráter conciliador é necessário desmascarar implacavelmente impedindo suas tentativas de assumir a direção do movimento de massas.

4 - O PARTIDO DE VANGUARDA MARXISTA LENINISTA

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda, guiado pela

teoria marxista-leninista e capaz de dirigir o movimento revolucionário de acordo com os interesses fundamentais do proletariado. Nestas condições, o que se coloca na ordem do dia é a reconstrução do partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico.

A reconstrução do Partido não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, nem como uma tarefa administrativa. Há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta. Ao contrário do partido oportunista, que se caracteriza por uma estrutura desligada da ação revolucionária, e que deve caracterizar o Partido de vanguarda é o fato de que a sua organização serve à revolução, sendo esta a finalidade primordial, a própria razão de ser do Partido.

O caminho a seguir para a reconstrução do Partido é determinado pelas tarefas políticas colocadas ante a classe operária. A reconstrução do Partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do Partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que esta seja considerada a tarefa principal do Partido para a tomada de poder. É indispensável por isso, combater as tendências liquidacionistas que se manifestam, com efeitos nocivos, em alguns setores dos comunistas brasileiros.

Ao empreendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa política principal - a luta armada – só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. A ação do partido no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas médias urbanas é de grande

importância, não só para a ajuda direta às frentes guerrilheiras como para desencadear lutas de massas – desde as mais elementares até a forma superior, a luta armada – que abalem a estabilidade de regime e preparem a sua derrocada. Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.

Os graves erros cometidos pela direção do chamado PCB colocam na ordem do dia o reexame das concepções ideológicas em que se baseava sua atuação política. Como consequência do próprio desenvolvimento econômico capitalista, o nacionalismo e o reformismo burguês ganharam força no Brasil e muitas de suas idéias penetraram na classe operária, não ficando imunes a elas os comunistas.

Com elas se relacionam, ainda hoje, as tendências burocrático-conservadoras que se exprimem na subestimação do caminho armado, na resistência à preparação do Partido para o cumprimento da tarefa básica da nova linha revolucionária e na manutenção das forças tradicionais de organização de luta. A reconstrução ideológica do Partido exige o seu pleno retorno aos princípios do marxismo-leninismo, deformados, ou abandonados sob a influência da ideologia burguesa. Este retorno a uma política de princípios não deve, porém, ser confundido com a aplicação dogmática das teses gerais do marxismo à situação brasileira. Impõe-se a pesquisa séria e constante da realidade nacional, o estudo das condições peculiares do país e a generalização de nessa prática, bem como o exame crítico das experiências do movimento comunista internacional, particularmente da luta revolucionária nos países subdesenvolvidos.

O combate simultâneo a tendências oportunistas e revisionistas e às tendências dogmáticas e sectárias deve ser encarado como tarefa permanente. Nas condições atuais, é necessário colocar em primeiro lugar a luta contra o revisionismo e o oportunismo que se revelam, sobretudo, no abandono dos princípios revolucionários do marxismo e na adaptação às concepções reformistas da burguesia, na teoria do chamado “caminho pacífico”, na transformação do movimento operário e popular em caudatário do nacionalismo burguês e na conversão do Partido Comunista em partido social-democrata. Ao mesmo tempo, cumpre prosseguir a luta contra o dogmatismo, que se manifesta na incapacidade de levar à prática os princípios marxistas de acordo com as condições particulares do país, como também contra o sectarismo – que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular antiimperialista.

A reconstrução orgânica do Partido objetiva torná-lo uma organização de vanguarda apta a dirigir a classe operária e o povo, a formar a consciência socialista nas massas, e a comandar o processo revolucionário. Com este fim, é indispensável eliminar a influência do reformismo – que desviou o Partido do seu leito natural, isto é, as massas trabalhadoras e populares, transformando-o numa organização amorfa e inconsciente, minada pelo liberalismo e adequada apenas à ação política de cúpula e à participação nas eleições.

Para construirmos uma organização marxista-leninista combativa e revolucionária, precisamos, em primeiro lugar, criar bases atuantes nas empresas industriais e de transportes, nas fazendas e bairros operários, seguindo uma política de concentração nos setores fundamentais do proletariado e da massa camponesa. As organizações partidárias devem dominar as regras da vida

clandestina – mas, ao mesmo tempo, combinar o trabalho ilegal com o trabalho legal, evitando que o cumprimento rigoroso das normas indispensáveis de segurança fechem o Partido dentro de si mesmo e o separem das massas. Sem afrouxar a vigilância contra a penetração de agentes do inimigo em nossas fileiras, é necessário recrutar para o Partido os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais conscientes, firmes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta.

A estruturação do partido revolucionário da classe operária requer a aplicação acertada do princípio do centralismo democrático. É necessário assegurar o exercício da democracia interna e garantir, dentro das normas partidárias, o direito de divergir e a luta de opiniões, educando os militantes, ao mesmo tempo, no respeito às exigências da disciplina revolucionária consciente sem a qual o Partido não terá condições de atuar unido nem de resistir aos golpes do inimigo. Tem importância primordial, igualmente, a observância do princípio da direção coletiva, a qual exige o combate aos métodos mandonistas, caudilhescos e burocráticos. As condições de ilegalidade impõem, de outro lado, o máximo de estímulo à iniciativa das direções intermediárias e das bases, segundo uma política de descentralização que não deve afetar, no entanto, a unidade de orientação e o respeito às decisões dos órgãos centrais.

Ao iniciarmos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que as forças de esquerda revolucionária, no Brasil, estão hoje dispersas em várias organizações. Verifica-se, atualmente, um reagrupamento dessas forças sob o influxo das idéias revolucionárias e dos problemas concretos colocados pela própria ação. Em várias organizações surgem elementos e grupos que evoluem para o marxismo-leninismo, buscando na teoria e na prática o caminho da

revolução brasileira. Partindo da compreensão de que é necessária a unidade da esquerda revolucionária, consideramos que o primeiro passo para alcançá-la é a ação conjunta. Através da ação comum, do diálogo franco e da luta de opiniões, será possível atingir a unidade ideológica, política e orgânica, nas fileiras do Partido, de todos os elementos que aceitam os princípios do marxismo-leninismo e defendam os interesses do proletariado.

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica que se trava no movimento comunista internacional. Esta polêmica expressa, no essencial, a luta entre os princípios marxista-leninistas e posições oportunistas e revisionistas. Nosso Partido considera-a necessária ao desenvolvimento do movimento comunista internacional e por isso não se omite em face delas, assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condenamos a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como o Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao Partido Comunista da China. Consideramos como profundamente nociva a atitude que consiste em decalcar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico.

Nosso papel consiste em elaborar, de modo autônomo, a orientação revolucionária adequada às condições brasileiras, tomando como base os princípios marxistas-leninistas, a realidade contemporânea do mundo e as particularidades específicas de nosso país. Parte integrante do movimento comunista mundial, temos igualmente o dever de pugnar pela unidade dos

partidos irmãos; mas esta unidade só pode ser efetiva se tiver como fundamento os princípios do marxismo-leninismo e a luta revolucionária contra o imperialismo.

Tais são os elementos básicos para a estruturação do partido de vanguarda da classe operária. A reconstrução ideológica, política e orgânica do Partido não se fará desligada da prática, mas no processo de aplicação da orientação marxista-leninista, na luta pela derrubada da ditadura, pela conquista de um Governo Popular Revolucionário, pela libertação nacional e pelo Socialismo.

**RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DE
EX-MILITANTES DO PCBR**